

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vivendo como classe:
as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932.

Mestrando: Nauber Gavski da Silva
Orientação: Sílvia Regina Ferraz Petersen
Junho de 2010

NAUBER GAVSKI DA SILVA

Vivendo como classe:
as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2 de junho de 2010 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Silvia Regina Ferraz Petersen (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof^a. Dr^a. Beatriz Ana Loner
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre
Junho de 2010

Resumo

O problema que pretendi resolver nessa dissertação de mestrado é o seguinte: quais as *condições de vida* da classe operária em formação em Porto Alegre entre os anos 1905 e 1932, e como se dava a disputa pela definição daquelas condições entre os próprios operários, a burguesia e o Estado? Para mapear essas questões, desenvolvi uma aproximação com a produção acadêmica da historiografia brasileira, estudos antropológicos e a produção de alguns economistas dos anos 1950. Como resultado, historicizei a consolidação do conceito de “padrão de vida” no Brasil, incorporado acriticamente por alguns historiadores a partir do modo de proceder daqueles economistas. Ocorre é que aquele conceito foi aplicado sobre a realidade operária como forma de análise das condições econômicas da suposta “família operária”, que, na prática, não possui correspondência efetiva com os arranjos familiares praticados pelo operariado. Esses estudos econômicos serviam de base para o Estado avaliar o custo de vida da família operária, através dos itens discriminados nas entrevistas domiciliares. Fundamentalmente, tais estudos abandonavam a perspectiva de relações de classe, prejudicando a análise das condições de vida do operariado em suas diversas manifestações (como habitação, saúde, lazer, educação), e deslegitimando a atuação operária diante dessas questões na medida em que tornava meramente técnico um debate que até então se realizava na arena política, tendo como atores o operariado, o Estado e a burguesia.

Depois de uma análise da bibliografia histórica pertinente, consegui chegar aos aspectos que considerei centrais para entender as condições de vida do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932. A habitação foi objeto do primeiro capítulo, enquanto a alimentação se constitui no tema do segundo. No primeiro capítulo, tratei basicamente das atuações das diferentes esferas estatais – federal, estadual e municipal – diante do problema da habitação operária, em contraposição aos modelos mais difundidos de forma adequada de habitação. Além disso, a atuação operária diante desse problema – através de demandas específicas em greves e denúncias em jornais – serviu para evidenciar a forte disputa em torno do modo de vida das classes populares em Porto Alegre, além da luta do operariado para conseguir manter o orçamento doméstico equilibrado, em função da alta participação dos alugueis no consumo dos seus salários. Pude observar também o progressivo abandono estatal de uma política de construção de casas próprias para o operariado, e uma substituição a longo prazo por um projeto de estímulo ao movimento de autoconstrução de moradias precárias, formando as primeiras “vilas de malocas” da cidade. Assim, desonerava-se o Estado e

rebaixava-se o custo de reprodução da mão-de-obra para a burguesia da capital. Como tema correlato, tratei também da consolidação do transporte público em Porto Alegre.

Quanto à alimentação, analisei a cultura de consumo vigente entre o operariado, para proceder a uma análise quantitativa dos custos de consumo dos principais itens da sua alimentação. A carne, principal elemento daquelas dietas, foi objeto privilegiado de análise de evolução de preços e consumo. Assim foi possível estabelecer as relações entre movimento dos valores dos produtos, ciclos econômicos e ocorrência de manifestações contra a carestia da vida. As formas de acesso aos produtos também foram analisadas, como a criação das feiras-livres nos anos 1920, as hortas e eventualmente a pesca. A forma de abastecimento de água também comparece, ao lado de alguns dados sobre estado sanitário da classe operária.

Enfim, a partir de uma perspectiva relacional de classe de Thompson, pude observar como a experiência da exploração, sentida pelos trabalhadores porto alegrenses sobremaneira nas formas de vida diferenciadas entre os operários e “os outros”, moldou as formas de atuação do movimento operário da Primeira República, ao mesmo tempo em que esse mesmo movimento foi o responsável por tornar evidente tal relação de classes.

Abstract

The issue I intended to answer in this masters dissertation is the following one: what were the *conditions of living* of the constituting working-class in Porto Alegre, between 1905 and 1932, and how did the dispute on the definitions of those conditions take place among the workers, the bourgeoisie and the State? To map out these questions I developed an approach to the academic production of the Brazilian historiography, anthropological studies and the production of 1950s economists. As a result I historicized the consolidation of the “standard of living” concept in Brazil, which was uncritically used by some historians who based their analysis on the economists’ procedures. That concept was applied to the workers reality as a way to analyze the economical conditions of the supposed “working-class family” which actually have no effective correspondence to the family arrangements practiced by the working-class. These economical studies were used as a basis of the working-class family cost of living evaluation by the State, through the items discriminated in home interviews. Fundamentally, such studies abandoned the class relations perspective, harming the analysis of the working-class conditions of living in their different expressions (such as dwelling, health, leisure, education) and unlegitimizing the working-class acting in the face of these issues, since they made merely technical a debate which up to that time occurred in the political arena and whose actors were the working-class, the State and the bourgeoisie.

After analyzing the appropriate historical bibliography, I managed to reach the aspects which I considered the main ones to understand the working-class conditions of living in Porto Alegre between 1905 and 1932. Dwelling was the subject of the first chapter, while nourishment is the issue of the second one. In the first chapter, I basically addressed to the acting of the distinct State spheres – federal, state and municipal – in the face of the working-class dwelling problem, in opposition to the most diffused models of appropriate dwelling. Moreover, the working-class acting in the face of this problem – through specific claims in strikes and in newspapers denunciations – was useful to put in evidence the intense dispute regarding the popular classes way of life in Porto Alegre, besides the working-class struggle to keep the home budget balanced, due to the high stake of rents in the spending of their wages. I could also notice the progressive State rejection in developing a policy which allows the working-class to own a house, and a long term substitution by a project of stimulating the self-construction movement of precarious dwellings, making the first “slums” (“vilas de malocas”) in the city. Thus the State exempted itself and the reproduction cost of labor to the

local bourgeoisie was lowered. As a correlated subject, I also discussed the consolidation of public transportation in Porto Alegre.

Considering nourishing, I analyzed the current culture of consumption amongst the working-class, in order to proceed a quantitative analysis of the consumption costs of their nourishing main items. Meat, the main component of those diets, was a privileged item in the price and consumption evolution analysis. Therefore it was possible to establish the relations between the movement of the goods values, the economical cycles and the occurrence of demonstrations against the life high cost. The way of access to the goods has also been analyzed, such as the creation of fairs in the 1920s, crops, and fortuitously fishing. The mode of water supplying also appears, beside some data on the working-class sanitary conditions.

At last, through Thompson's class relational perspective, I could notice how the experience of exploitation lived by workers in Porto Alegre, mainly due to the difference between workers and "the other ones" ways of living, shaped the modes of acting of the workers movement in the First Republic, at the same time in which this same movement was the responsible of putting in evidence such classes relation.

Instituições de pesquisa

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BIJO – Biblioteca Irmão José Ótão da PUCRS

BNP – Sítio eletrônico da Biblioteca Nacional de Portugal

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (RS)

NPH – Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS

SF – Sítio eletrônico do Senado Federal (SICON)

Sumário

Agradecimentos.....	010
Introdução.....	012
Capítulo 1: Habitando como classe: dos cortiços às malocas.....	040
1.1. Movimento demográfico.....	041
1.2. O nascimento do problema da moradia popular.....	043
1.2.1. O cerco aos cortiços.....	045
1.2.2. A consolidação do Quarto Distrito como zona operária.....	052
1.2.3. As promessas de casas para operários.....	055
1.3. Exploração: aglutinando a classe fora do local trabalho.....	063
1.4. Do centro às periferias.....	065
1.5. A necessidade de transporte coletivo.....	074
1.6. Movimentos no espaço.....	077
Capítulo 2: Consumindo como classe: o fantasma da insegurança alimentar.....	080
2.1. A “cultura de consumo” operário.....	082
2.1.1. O consumo como objeto de disputas políticas.....	083
2.1.2. A importância da “carne verde”.....	086
2.1.3. Preços de outros itens básicos.....	092
2.1.4. Falsificação e adulteração.....	093
2.2. A satisfação das necessidades básicas no mercado de alimentos.....	095
2.3. Acesso ao mercado: os salários e as inúmeras crises de carestia.....	099
2.3.1. Salários: um indicador difícil de estabelecer.....	100
2.3.2. As crises de carestia.....	103
a) Entre 1906 e 1921:	
as primeiras crises sustentam a organização operária.....	103
b) Os anos de 1924 e 1925:	
o fantasma da crise reaparece.....	113
c) A Crise de 1929 que durou até 1932:	
catástrofe da vida operária e pragmatismo burguês.....	116
2.3.3. Diante das crises, as substituições de alimentos.....	127
2.4. Estado e burguesia.....	129

Conclusão.....	132
Anexos.....	139
Anexo I – Consumo e preços de alguns itens em Porto Alegre.....	140
Anexo II – População.....	161
Anexo III – Indicadores de Saúde.....	162
Anexo IV – Habitações.....	164
Anexo V – Desenvolvimento industrial.....	166
Anexo VI – Iconografia.....	167
Anexo VII – Salários em Porto Alegre.....	172
Mapeamento dos 97 armazéns das zonas de residência operária em Porto Alegre em 1924.....	187
Fontes.....	188
Bibliografia.....	195

Agradecimentos

Na verdade, os agradecimentos nunca se referem apenas ao período de escrita de uma dissertação, mas também ao processo de graduação, que sem dúvida “molda” a forma de pensar dos futuros profissionais. Portanto, os agradecimentos a seguir são direcionados aos amigos, profissionais e família dos meus últimos oito anos.

Primeiramente, agradeço ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa em tempo integral, e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, pelo aceite do projeto de pesquisa. Em termos de pesquisa, devo agradecer também aos profissionais dos arquivos e bibliotecas, especialmente daqueles em que passei horas solicitando um documento atrás de outro (Núcleo de Pesquisa Histórica-UFRGS; Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho; Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

Alguns professores de fato moldaram, ainda que involuntariamente, minha forma de ver o mundo. Agradeço pela sua dedicação ao conhecimento: Luis Dario Ribeiro, Enrique Padrós, Regina Weber, Regina Xavier, Helen Osório, Nilton Mullet, Benito Schmidt, Céli Pinto e Lorena Holzmann. Além das contribuições dos colegas do GT Mundos do Trabalho do Rio Grande do Sul, agradeço à leitura atenta e sugestões construtivas da minha banca de mestrado: Benito Bisso Schmidt, Beatriz Ana Loner e Alexandre Fortes.

Depois de ler dezenas de livros e dissertações com agradecimentos à minha orientadora, não resta um traço de originalidade em minhas palavras, embora isso não as torne menos sinceras. Sílvia Regina Ferraz Petersen foi sem dúvida uma das gratas novidades da vida universitária. Sempre preocupada em discutir com os iniciantes em história as regras do *métier*, logo ganhou minha admiração. Além de competente orientadora desde a iniciação científica, tem sido uma daquelas pessoas que insiste na honestidade intelectual e no rigor acadêmico. Portanto, os erros do texto que se vai ler a seguir são fruto apenas de minha teimosia.

Diversos amigos ajudaram em tarefas da pesquisa, e compartilharam momentos instigantes na universidade. Com eles também tenho aprendido a entender e rir da vida: Gabriel Focking, Thais Tancini, Alessandra Gasparotto, Frederico Bartz, Gabriel Berute, Gabriel Aladrén, Joana D’Ávila, Cássia Silveira, Lauro Duvoisin, Anderson Barreto e Graciela Garcia. Nos últimos anos, um trio especial acompanhou o desenrolar dessa trajetória: Rodrigo Bonaldo, Fernando Pureza e Ginter Leipnitz. Sem todos eles, teria sido impossível atingir qualquer meta na universidade. Outros amigos, não feitos na academia, estiveram

sempre disponíveis para uma boa descontração: Rafael Nakatsui, Diego Nunes e Gustavo Mello.

Agradeço aos meus dois pares de pai e mãe: Adroir Ferreira da Silva e Idelcília Camargo (a “tia Jane”¹), que me ensinaram a ter *um olho no peixe e outro no gato*; Laura Gavski e Abílio Cabral, que, entre outras coisas, foram exemplos respectivamente de perseverança e resignação, alguns dos possíveis comportamentos dos trabalhadores brasileiros diante de crises de desemprego dos anos 1990. Todos eles foram migrantes do campo para a cidade, e me ensinaram a viver nas periferias de Porto Alegre. Obrigado por apostar na minha educação como forma de ascensão social. À Nadine Gavski da Silva, obrigado pelo apoio na hora de tomada de decisões. Ao Matheus Camargo, obrigado por me ajudar a entender como pensa uma criança. À Miriam Hartung, agradeço pelo constante apoio e interesse.

Finalmente, agradeço especialmente à Bárbara. Com ela aprendi muito mais do que as complicadas regras da academia. Com ela tenho aprendido a conhecer ao mundo e a mim mesmo. Obrigado pela paciência, dedicação e carinho infinito (daqueles que afaga a alma).

¹ Encontrar na bibliografia o costume popular porto-alegrense de chamar a mãe adotiva de “tia” foi uma das gratas surpresas de ler Cláudia Fonseca. O seu mundo deixa de parecer peculiar.

Introdução

A temática das “condições de vida” do operariado é de grande importância para ampliarmos a análise e o entendimento das experiências e práticas da classe, entre elas os diferentes tipos de ações e movimentos reivindicatórios, alguns dos quais produziram efeitos no âmbito do poder político. Esta pesquisa iniciou com o seguinte problema: qual era o padrão de vida da classe operária em formação na Porto Alegre entre os anos de 1895 e 1930? Como ocorre em muitas pesquisas em fase incipiente, o problema foi reformulado e o recorte temporal foi adequado às manifestações da bibliografia e à constatação de que as fontes são mais abundantes no período selecionado. O novo questionamento é o seguinte: quais as *condições de vida* da classe operária em formação na Porto Alegre entre os anos 1905 e 1932, e como se dava a disputa pela *definição* daquelas condições entre os próprios operários, a burguesia e o Estado? Cabe agora explicar tais mudanças, iniciando pela precisão temporal e concluindo com a questão conceitual sobre o “padrão de vida”.

A restrição temporal (de 35 para 27 anos) obedeceu a critérios impostos pelo contato mais profundo com as fontes. Por um lado, o acompanhamento das questões dessa pesquisa se baseia nos Relatórios da Intendência Municipal de Porto Alegre, que estão disponíveis no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho (AHPAMV). Encontrei lacunas documentais entre 1895 e 1903, mas uma série anual completa a partir de 1904 até 1930. Por outro lado, é em 1906 que a classe operária porto-alegrense surge como ator político no espaço público local, inaugurando com uma greve geral uma série de intervenções que pressionariam os governos e as outras classes sociais a aceitar a participação daquele grupo enquanto um determinante nas disputas políticas subsequentes². Outro tipo de fonte, a imprensa operária, torna-se abundante a partir de 1905, com o surgimento do jornal socialista *A Democracia*, complementada pelo anarquista *A Luta* em 1906. A partir desse momento, é possível acompanhar nos periódicos operários as evidências requeridas para o esclarecimento de uma temática como a das condições de vida, que será recorrente até o final dos anos 1920. Já o avanço temporal até 1932 tem a intenção de proporcionar um quadro mais próximo da realidade inaugurada com a crise mundial de 1929, que possui desdobramentos nos anos imediatamente seguintes da vida operária no Brasil, com reflexos nas políticas conjunturais do governo federal (provisório) para a questão social antes da concretização da legislação trabalhista. Analisando o período 1905-1932 como um todo, podemos dizer que, embora a

² SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre, outubro de 1906). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

indústria ainda não se constituísse como principal setor da economia gaúcha (ainda sob predomínio do setor agropecuário), estavam em processo de formação naquelas décadas as classes fundamentais da nova formação social em gestação³.

A escolha de Porto Alegre como delimitação espacial se deve tanto à lacuna historiográfica (considerando-se o alto peso relativo da produção acadêmica sobre a história do trabalho no Rio Grande do Sul em relação à produção dos outros estados) como à minha familiaridade com a temática e com as fontes referentes a esta capital, que por outro lado são também mais abundantes, considerando a especificidade da pesquisa. A bibliografia sobre Porto Alegre no período indica que foi na Primeira República que se formaram, acompanhando o resto do Brasil, as classes sociais fundamentais da nova formação social então constituída⁴.

A mudança conceitual, de “padrão de vida” para “condições de vida”, exige explicação mais demorada e atenta, pois ocorreu através de leituras e releituras da historiografia, intercaladas por olhares sobre as fontes que me deixavam cada vez mais inseguro quanto à problemática inicial. Na fase de mapeamento historiográfico sobre o tema, utilizava os termos como sinônimos, o que se revelaria uma imprecisão. Para tornar evidente tal equívoco, faz-se necessário apresentar uma revisão bibliográfica sobre o tema e situar historicamente algumas propostas de análise “científica” do padrão de vida da classe operária no Brasil.

A tentativa brasileira mais antiga em termos de abordagem historiográfica da temática do padrão de vida é, provavelmente, a do estudo intitulado *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*⁵, de 1971. É sintomática a introdução daquele estudo, no que se refere à objetividade da ciência histórica em voga:

³ O conceito de “formação social”, mais abrangente do que “modo de produção”, foi desenvolvido especialmente pelo economista egípcio Samir Amin. Para ele, nenhum modo de produção de fato constituiu sociedade alguma: as sociedades históricas são “formações” que combinam modos de produção e organizam as relações entre a sociedade local e outras sociedades, via comércio de longa distância. Creio que assim se explica o avanço das manufaturas e fábricas no Rio Grande do Sul entre os séculos XIX e XX, sem necessariamente acabar com a hegemonia dos outros modos de produção, como a tradicional pecuária de exportação. AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1976. p. 12.

⁴ PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.; _____. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.; PETERSEN, Sílvia R. F. “*Que a união operária seja nossa pátria*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

⁵ LOBO, Maria Eulalia Lahmeyer *et ali*. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, 25 (4), out./dez. 1971, p. 235-265.

A história quantitativa está-se tornando um instrumento cada vez mais utilizado para se reconstituir de forma objetiva o passado, principalmente a partir de 1930, quando foi instituído o Comitê Internacional de História de Preços, que estabeleceu métodos e padrões para o levantamento de dados e promoveu a publicação de séries de preços para vários países. [...] Teve-se também em vista usar os preços como indicadores para estabelecer uma periodização mais objetiva, para estudar a industrialização, o modelo exportador da economia e a evolução do padrão de vida nessa cidade⁶.

O texto nos apresenta excelentes possibilidades de análise de preços, e seleciona os itens verificáveis a partir de lista de gêneros de acordo com sua importância na alimentação, baseando-se em estudo semelhante de Kátia Mattoso realizado para Salvador. As fontes escolhidas foram livros de receitas e despesas das ordens religiosas (da Santa Casa de Misericórdia) e a imprensa local. A análise da “estrutura social” se baseava na abordagem de fontes mais qualitativas, que permitiam inferir explicações sobre a dinâmica dos grupos que controlavam o comércio e as formas peculiares de negociação (como a venda no varejo à crédito e descontos nas compras à vista). Em todo caso, o eixo do texto é a movimentação de preços e seus desdobramentos na economia como um todo, que permite ver oscilações na inflação em determinadas conjunturas e seu impacto no poder aquisitivo em geral. Os preços dos gêneros no início do século XX, analisados pelos autores a partir de uma obra da época que tratava de famílias de classe média⁷, foram contrapostos, para analisar os preços dos produtos para os operários, com índices criados na década de 1940 e posteriormente, além de referências do século XIX, como descrito abaixo:

Dois índices foram empregados para a classe operária: o da Fundação Getúlio Vargas de 1949, com um certo número de reajustes, e outro elaborado por Eulália M. L. Lobo, usando informações dos Diários da Companhia de Luz Stearica relativas às quantias em réis despendidas *per capita*, por dia, em comedorias com os operários, escravos e colonos. Nessa mesma fonte são registradas as compras de gêneros alimentares, o que dá uma idéia sobre a qualidade dos produtos consumidos. A análise das narrativas dos viajantes, o inquérito feito no Rio de Janeiro sobre a alimentação em 1865, as rações dos escravos da Santa Casa da Misericórdia fornecem uma base para o conhecimento da composição e quantidade de alimentos da classe operária antes da Abolição da Escravatura. Esse índice foi comparado com os dados fornecidos pelos jornais do proletariado, do início do século XX, relativos ao índice de custo de vida do operário da indústria têxtil no Rio de Janeiro⁸.

Segundo os autores, tal metodologia permitiu a percepção das flutuações no custo de vida na comparação entre classe operária e o “setor médio” desde 1842 até cerca de 1919, quando ocorreu o auge daquele custo para o operariado, um “período de greves e agitações

⁶ *Idem*, p. 235 e 237.

⁷ Da obra de AFFONSECA JUNIOR, Leo. *O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [s. n.], 1920.

⁸ LOBO, *Op. Cit.*, p. 250.

operárias nos principais centros industriais do país”⁹. Na verdade, “à medida que avança o século XX a alta dos gêneros alimentícios acentuou-se e, em 1917, há uma série de greves operárias”¹⁰. Segundo consulta às folhas de pagamento da Fábrica de Luz Stearica, em 1918 houve o aumento salarial mais significativo do período, como correção diante da onda inflacionária. E as conclusões sobre o “padrão de vida” são finalmente apresentadas:

Considerando-se os fatores já analisados, que contribuíram para reduzir os aumentos salariais, a aceleração da alta dos gêneros essenciais da alimentação do operariado e trabalhadores manuais autônomos e o valor elevado dos aluguéis no orçamento familiar, nota-se que a reimplantação do sistema de monocultura de exportação não foi favorável a uma melhoria do padrão de vida do trabalhador manual, apesar do surto de industrialização desse período. No entanto, na primeira metade do século, durante a fase do declínio das exportações de produtos tropicais mais importantes das últimas décadas do século XVIII e do início do século XIX, o padrão de vida do trabalhador manual tendeu a se elevar¹¹.

A partir de tais conclusões, podemos inferir que o “padrão de vida” dos trabalhadores sobe ou desce em função dos preços dos produtos que eles consomem regularmente, como alimentação e habitação, e que esses são acessíveis (ou não) na medida em que seus salários podem dar conta dessa demanda. Caso a resposta seja negativa, como na conjuntura de 1917-19, ocorrem grandes greves, que não ocorreram em outros períodos porque nunca houve um descompasso tão evidente entre os preços das mercadorias consumidas e os salários dos trabalhadores manuais. Esta forma de interpretação parece nos levar a uma abordagem mecânica da prática política do movimento operário, já que ele se apresentaria como ator político importante apenas em função de uma variação de índices de preços.

A interpretação de “padrão de vida” como conjunto de índices de preços pode ser historicizada quando recuamos no século XX e abandonamos o campo do saber histórico. Na tentativa de perceber a origem da concepção do “padrão de vida” como elemento da equação entre salários e preços, encontramos os estudos de José Carlos Grijó¹² e de Luiz de Freitas Bueno, sendo que o primeiro baseou seus critérios de pesquisa nas diretrizes do último. Luiz de Freitas Bueno, engenheiro elétrico, economista e estatístico, foi professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Em 1954 dirigia a Divisão Técnica de Estatística Administrativa do Estado de São Paulo, integrando a delegação brasileira na III Conferência

⁹ *Idem*, p. 251.

¹⁰ *Idem*, p. 257.

¹¹ *Idem*.

¹² GRIJÓ, José Carlos. *Pesquisa do padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, 1960. (Estudos e Trabalhos nº 15).

Interamericana de Estatística e na reunião do Instituto Internacional de Estatística¹³. Em Porto Alegre, publicou dois estudos complementares nessa época, intitulados *Padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre* (de 1958) e *Índice do custo de vida do operário industrial de Porto Alegre* (de 1961), que serviriam de modelo para o estudo similar de Grijó anteriormente citado¹⁴. Nesses estudos, seus objetivos são expostos nas introduções, que possuem uma breve definição dos conceitos presentes nos títulos, e explicam a finalidade daquelas pesquisas:

As pesquisas de Padrão de Vida não são freqüentes em nosso país, nem tão pouco sistemáticas. [...] Desta forma nas cidades em que, como São Paulo, temos tido várias pesquisas de Padrão de Vida, elas em geral, têm visado classes sociais distintas, deixando-nos numa completa ignorância quanto ao importante problema da alteração dos hábitos de consumo.

De âmbito nacional, porém, somente em 1952 tivemos a primeira pesquisa no país, realizada com um mesmo objetivo, e sob uma mesma técnica, pela Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBES). [...] Tinha em vista entre outros, a dinâmica dos hábitos de consumo e a construção de escalas de consumo para o Brasil.

Afora a pesquisa da CNBES tivemos em Porto Alegre em 1943, uma pesquisa de padrão de vida referente à classe de Funcionários Públicos Estaduais, envolvendo apenas 54 famílias.

Tais pesquisas, porém, visando o problema geral do padrão de vida, não se prestavam ao fim imediato de estruturar um índice do Custo de Vida. [...]

Dado, finalmente, que não dispunha de uma pesquisa de Padrão de Vida, planejada com o objetivo de estruturar um índice de Custo de Vida, empreendeu o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas [da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul] uma pesquisa própria que constitui aliás o motivo do presente relatório¹⁵.

Embora o aprimoramento da ciência econômica do Rio Grande do Sul, através da mão de obra especializada do professor da USP Luiz de Freitas Bueno, deixe transparecer uma perspectiva meramente técnica na análise de dados sobre o custo da vida operária, o próprio autor apresenta o “grande interesse” desse tipo de estudo, e o objetivo último da necessidade de estabelecimento de índices de preços por grupos sociais, como exposto na sua definição conceitual de “índice de custo de vida”:

AMPLIAÇÃO DO CONCEITO – O conceito de índice de custo de vida é um conceito definido para um indivíduo. Normalmente, como o indivíduo, via de regra, não vive só, e sim no grupo familiar, vale o conceito para uma família. Mas, para que tenha um sentido social, impõe-se sua ampliação. Essa ampliação se obtém estendendo-se a um conjunto de indivíduos (famílias) com hábitos de consumo semelhante e para os quais é possível admitir: 1) um mesmo campo de escolha para

¹³ DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – FEA – USP. *Luiz de Freitas Bueno*. Disponível em <http://www.usp.br/feaecon/perfil_ex.php?i=&u=24&e=8>, consulta em 24 de março de 2009.

¹⁴ BUENO, Luiz de Freitas. *Padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Porto Alegre: Imprensa universitária, 1958. (Estudos e trabalhos n° 2).; _____. *Índice do custo de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Porto Alegre: Gráfica da universidade do Rio Grande do Sul, 1961. (Estudos e trabalhos n° 3).

¹⁵ BUENO, *Padrão de vida...*, p. 9-10.

os bens e serviços que consome; 2) um nível de renda aproximadamente igual, definindo-se, para tal, uma verdadeira “família padrão”. [...]

Desta forma, é aceito tornar-se [sic] um grupo social de referência – aquele que apresenta um menor número de necessidades primárias a serem satisfeitas, no caso, a classe operária. Realmente, por representar o grupo de necessidades primárias, e, geralmente, ser o mais numeroso, há, do ponto de vista social e político, um grande interesse em acompanhar a evolução do bem-estar desse grupo¹⁶.

Podemos concluir que não existia somente um imperativo técnico nessa forma de abordar a questão do custo de vida; antes, ele se subordinava ao real interesse político em acompanhar de perto as oscilações dos preços e seu impacto na vida operária, que merecia a atenção da ciência econômica na medida em que possuía possíveis desdobramentos na ordem social e política do país.

Se o Estado de São Paulo empreendia estudos sobre o “padrão de vida” da classe operária¹⁷, é possível rastreamos algumas evidências da origem da aplicação daquele conceito aparentemente neutro naquele estado. Sérgio Milliet (“escritor, crítico de arte, sociólogo, professor, tradutor, pintor”, enfim, um intelectual que estudou Ciências Econômicas e Sociais na Suíça na década de 1910)¹⁸, publicou na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo um artigo de contribuição ao debate sobre o salário mínimo em voga nos anos 1930, como segue:

Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se no estudo objetivo do padrão de vida. Para que este salário seja sempre útil, deve sofrer modificações periódicas correspondentes às oscilações do custo de vida. O único método prático consiste na elaboração de índices de preços. E para que preencham seus fins, estes devem ser científicos e baseados no conhecimento perfeito da importância dos vários gêneros no custo de vida, isto é, basear-se na determinação prévia do padrão de vida. Os três elementos – salário mínimo, padrão de vida e índice do custo de vida – são, portanto, interdependentes. A pesquisa objetiva do padrão de vida é requisito primeiro e essencial ao estabelecimento científico de qualquer um dos outros dois. Fixar um salário mínimo por qualquer outro método será agir de modo subjetivo, geralmente ineficaz e de nenhum valor prático. Ora, em relação à solução dos problemas sociais, tudo o que não for prático será demagógico e portanto pernicioso¹⁹.

Não cabe neste trabalho fazer a crítica da “objetividade da ciência cartesiana moderna”, mas pensar em como se estruturaram os argumentos do autor acima citado e qual

¹⁶ BUENO, *Índice...*, p. 8-9.

¹⁷ DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. Os pioneiros da sociologia aplicada no Brasil: Horace Davis e Samuel Lowrie. *Congresso da Lasa* (Latin American Studies Association), Rio de Janeiro, 2009.

¹⁸ ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Milliet, Sérgio (1898-1966)*. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3315&cd_idioma=28555&cd_item=1>, consulta em 25 de março de 2009.

¹⁹ MILLIET, Sérgio. Salário mínimo (noticiário). In: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, n° 32, p.118. APUD: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 54-55.

seu possível impacto sobre a vida dos trabalhadores contemporâneos. Milliet utilizava a autoridade da objetividade da ciência (sem espaço para a valoração subjetiva da questão) para tornar o assunto das “condições de vida” dos operários uma questão meramente técnica, que exigia medidas práticas e não demagógicas/perniciosas, como seriam outras respostas aos problemas sociais. Dessa forma, a questão do estabelecimento do salário mínimo era definida como um problema da ordem de escolha do melhor método para sua elaboração, que deveria ser buscado na constituição de um preciso índice de preços. Na busca da objetividade, devia-se conhecer a importância dos gêneros no custo de vida do trabalhador e determinar *previamente* o “padrão de vida”. Note-se que o uso feito pelo autor do conceito de “padrão de vida” tinha o sentido de uma descrição dos elementos consumidos pelos operários, privilegiando os “gêneros” (alimentícios), que deviam ser arrolados e cristalizados para efeito de análise de preços. Ou seja, a definição do que pertencia e do que não pertencia ao padrão de vida do trabalhador era o critério para a fixação do salário mínimo desde que os itens daquele “padrão” não sofressem grandes alterações.

Além dos intelectuais avulsos, os poderes públicos municipais e estaduais em São Paulo também encamparam a retórica da cientificidade e de resolução técnica para os conflitos sociais. Comentando as conseqüências políticas deste critério, Maria Auxiliadora Guzzo de Decca observou:

Ao estabelecer-se um salário mínimo racional e científico retira-se principalmente do operariado a possibilidade de decidir sobre o “mínimo suficiente”. Padrão de vida e índice de preços, investigados e determinados por técnicos, tornam-se cada vez mais realidades inatingíveis e inexplicáveis para o próprio operariado. Retirava-se do operário, cada vez mais, a possibilidade de falar com “competência” sobre sua própria situação. Os problemas cotidianos do operariado da cidade eram equacionados e decididos por instâncias cada vez mais distantes.

Os salários estabelecidos de acordo com o *mínimo* necessário para a sobrevivência possibilitaram apenas, ao longo da década de 40, uma alimentação quantitativamente “suficiente”, mas qualitativamente inadequada. A desproporção crescente entre salários e custo de vida, a despeito de toda pesquisa “racional e científica”, tendia a se acentuar drasticamente²⁰.

O enquadramento da questão da vida operária, no sentido de atribuição de poder às instâncias que teriam autoridade para falar sobre o assunto, seria concretizado a partir das políticas sociais consolidadas no Estado Novo, que não serão objeto de análise dessa pesquisa, mas que podem ser resumidas na seguinte tese de Francisco de Oliveira:

Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”, isto é, de reprodução [da força de

²⁰ DECCA, *Idem*, p. 55-56.

trabalho]; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho.

Sem embargo, esses aspectos ainda não são os decisivos. O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação²¹.

Para tal, era necessária a criação de um exército de reserva nas cidades, e igualar pela base (ao invés de incrementar) o preço da força de trabalho, que acabava inclusive por reverter trabalhadores especializados em não-qualificados. Em resumo, a legislação sobre o salário mínimo no pós-1930 atou no sentido de estabelecer “um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação [capitalista], beneficiou-a”²². A obra de Alexandre Moscoso, *Alimentação do trabalhador*, de 1939, nos oferece exatamente um rigoroso estudo das calorias necessárias para a boa realização das diversas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores brasileiros naquele momento, o que corrobora a tese de Francisco de Oliveira²³.

De qualquer forma, é sintomático que desde que os primeiros intelectuais tornaram a questão da vida operária uma problema passível de resolução via equações criadas pelos poderes públicos, a definição do que seria um “padrão de vida” não sofreu grandes variações, ao menos no Brasil. A afinidade teórica entre os estudos (antes citados) de Lobo nos anos 1970, e a argumentação de Milliet e Bueno, nos anos 1930 e 1950, ainda apresentava reflexos em um estudo sobre economia popular brasileira na década de 1980 realizado nos anos 1990, embora com algumas alterações pontuais que admitem certa margem de atuação dos trabalhadores no conjunto dos fatores que incidem sobre seu padrão de vida²⁴.

²¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 [primeiro texto de 1972]. p. 37-38.

²² *Idem*, p. 39.

²³ MOSCOSO, Alexandre. *Alimentação do trabalhador*. Rio de Janeiro: SNES, 1939. “O Dr. Alexandre Moscoso, citado por Gilberto Freyre como um dos expoentes de um novo modelo de comprometimento social da medicina, teve papel ativo nas publicações dos Boletins durante o período privilegiado neste trabalho. O médico dava ênfase à importância da alimentação para a melhoria da capacidade produtiva do trabalhador, inclusive sendo necessárias diferentes dietas para as diferentes atividades profissionais. Era inclusive propagandeador de uma alimentação racional, através de classes de nutrição e economia doméstica. Participando da Comissão Elaboradora da Lei de Salário Mínimo, defendia este como garantia de alimentação fundamental aos trabalhadores”. BESKOW, Gabriela Carames. Os intelectuais e o ministério da revolução: o boletim do ministério do trabalho, indústria e comércio no governo Vargas (1934-1937). In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simpósio/anais/textos/GABRIELA%20CARAMES%20BESKOW.pdf>>, consulta em 25 de março de 2009.

²⁴ “O padrão de vida de uma população depende de um conjunto de fatores dentre os quais destacam-se a renda familiar computada em termos reais, complementada ou não pela produção caseira de mercadorias e os

Minha intenção ao apresentar a forma como se constituiu o conceito de “padrão de vida” no Brasil não visa denunciar os estudos de variações de preços como apreensões equivocadas do real e sem importância para a vida dos trabalhadores. Trata-se de historicizar sua construção e delimitação, para entender quais os desdobramentos da sua concretização enquanto parte de uma ciência pretensamente objetiva e neutra sobre a vida operária, como se fosse destituída de conotações políticas. Além do mais, do ponto de vista analítico, ao identificarmos *padrão de vida com variação no índice de preços*, excluimos os próprios trabalhadores da definição das formas como eles mesmos se reproduzem, já que preços são definidos pelo ente abstrato do “mercado” (controlado pela burguesia, diante do qual apenas o Estado teria força e competência para atuar), e simplificamos um debate muito mais amplo que tem estado presente no Brasil e no exterior há muito tempo, sobre as condições de vida da população trabalhadora. Quando falamos em “simplificação”, estamos trazendo para essa discussão o fato de que a definição das condições de vida da classe trabalhadora era uma questão em disputa entre Estado, burguesia e operariado. Essa complexificação, que é fundamental para o tema dessa pesquisa, fica evidente quando analisamos as fontes do período da Primeira República no Brasil.

Nos debates da antropologia brasileira dos anos 1980, encontramos o melhor balanço sobre a temática das “condições de vida” dos trabalhadores desde que a *questão social* teria despontado como assunto importante nos embates públicos ocidentais, fundamentalmente a partir do advento da Revolução Industrial. Segundo José Sérgio Leite Lopes, tal tema aparece na literatura sobre a classe operária sob diversas formas: condições de vida, condições físicas e morais, situação, níveis de vida, questão social, questão da habitação, questão operária, vida operária, condição operária etc²⁵.

As primeiras pesquisas foram dos contemporâneos ao surgimento da classe operária na Europa (Inglaterra, França, Alemanha e Rússia), produzidas por observadores diretos que criaram inquéritos médicos, sanitários, investigações legais, e mesmo observadores ativos,

benefícios sociais públicos e privados usufruídos por essa população. [...] Desta forma, o padrão de vida de uma população vai depender dos espaços que se abrirem no mercado formal e informal de trabalho, dos salários e demais rendimentos nominais obtidos *versus* as taxas de inflação (e os preços relativos) verificados, além dos benefícios oferecidos pelos setores públicos e privados”. OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. In: *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 29 (5), 1995. p. 403-404.

²⁵ LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Debates Urbanos: 6). p. 21-58.

que produziram dados empíricos através da vivência em fábricas e bairros operários. Em 1844 Engels publicaria sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, dando grande peso à descrição das conseqüências da Revolução Industrial sobre a classe trabalhadora, e mesmo em *O capital* de Marx o tema aparece no seu livro primeiro. De qualquer forma, Engels coincidia com os relatórios médicos ao destacar a condição física e moral dos trabalhadores. Segundo Lopes, o campo semântico exprime a ideologia subjacente na época, muito forte no meio burguês:

Essa literatura sobre as “condições físicas e morais” da classe trabalhadora insere-se numa concepção física e biológica das relações sociais e da sociedade. O próprio termo *condição* sugere a influência preponderante do *meio*, o determinismo de ações que se exercem sobre a vida, *de fora*, externamente ao objeto. [...] Esse determinismo do meio físico, das “condições físicas”, prolonga-se tomando a forma de um determinismo psicofisiológico, atingindo também o comportamento, o pensamento e a prática da população trabalhadora, constituindo-se “nas condições físicas e *morais*” da classe trabalhadora²⁶.

Tal crença burguesa sobre a vida dos trabalhadores explica a tentativa de criação de vilas ou bairros operários por empresas:

Com efeito, essas vilas operárias e cidades, mais do que simplesmente funcionais à produção, são instrumentos estratégicos de formação, educação, domesticação e transformação da classe trabalhadora real, com suas tradições e disposições culturais, no modelo que a burguesia se faz da classe trabalhadora. E aí o meio físico, a disposição da cidade e das casas, as instituições criadas pela companhia, são elementos para moldar ou pretender moldar uma nova classe operária segundo a crença no determinismo “físico e moral”²⁷.

Segundo Lopes, ainda no século XIX, a polêmica entre as concepções burguesas da vida operária e a dos socialistas (que em muitas ocasiões endossavam os argumentos dos seus supostos inimigos) passaria por outras fases, especialmente nos debates sobre a habitação, e assumiriam conotações particulares em cada país. No início do século XX, parte da literatura sobre as condições de vida dos trabalhadores passou a ser escrita por autores ligados organicamente ao movimento operário, embora ainda muito próximos da argumentação da literatura médica do século XIX. Aqui, naturalizou-se a categoria de *vie ouvrière*, nova forma assumida pelo tema das condições de vida, mas retratando agora o ponto de vista do trabalhador no esforço de expressar sua própria situação. Além disso, com formas semelhantes, foram publicadas autobiografias por operários. Ainda no início do século XX, autores não contemporâneos ao surgimento da classe operária inglesa, como o casal de historiadores John Lawrence e Barbara Hammond, retomaram a abordagem de Engels,

²⁶ *Idem*, p. 28.

²⁷ *Idem*.

esmiuçando a dominação ideológica e institucional, e tentando desvendar as “mentalidades coletivas” e as ideologias de classe. Através de fontes mais refinadas e novas formas de exposição, o tema das condições físicas e morais voltou a aparecer, através da abordagem dos campos do trabalho infantil, das cidades, legislação, bebidas, educação, religião, saúde, cultura popular, revolta, disciplina, justiça, sindicatos etc. O efeito da obra dos Hammond (publicada entre 1913 e 1930) nos Estados Unidos e na Inglaterra durante os anos 1930 foi, em função do seu sucesso, o despertar da reação de vários historiadores acadêmicos. Note-se que este é o primeiro momento em que o debate sobre a situação de vida dos trabalhadores ganha peso estritamente dentro dos muros ou próximo à academia. Os principais debatedores foram Sir John Harold Clapham (*The economic history of modern Britain*, de 1926), Dorothy George (*London life in the eighteenth century*, de 1930) e Thomas S. Ashton (*Industrial Revolution*, de 1948, contando com apoio na temática econômica de Walt Whitman Rostow, autor de *Essays on British economy in the nineteenth century*, de 1948, e na sociologia de Neil J. Smelser, autor de *Social change in the Industrial Revolution*, de 1959).

Esses autores julgaram a visão dos Hammond como “catastrófica” e “pessimista”, e foram exemplos da reprodução e crescimento da hegemonia da teoria econômica formalista neoclássica sobre o domínio das ciências sociais, inclusive sobre a história econômica e a história social. A crítica desses “otimistas” (em relação ao advento da Revolução Industrial) se inicia sobre o trato dos documentos e das provas dos Hammond. Em todo caso, eles acabam por valorizar excessivamente as fontes quantificáveis, na tentativa de eliminar o “subjetivismo” das fontes qualitativas dos observadores diretos, que produziram obras qualificadas como ideológicas e infundadas. Segundo Lopes, a contribuição dessas críticas está na maior atenção que se deve dispensar no trato das fontes, além de lançarem luz sobre os processos econômicos subjacentes aos problemas do crescimento econômico. O problema é que aqueles autores criaram uma visão “otimista” do período, considerando o capitalismo como produtor de uma “sociedade livre”.

Neste novo patamar, o campo de batalha das “condições de vida” leva para a arena acadêmica as categorias de “nível” e “padrão de vida”. Duas respostas foram dadas aos ataques do grupo dos autores considerados otimistas: os Hammond (em 1930) reconheceram as observações empíricas de Clapham sobre uma melhora no padrão de vida do período, mas ressaltaram que as séries estatísticas eram impotentes na apreciação qualitativa feita pelos contemporâneos, o que Clapham reconheceu; já Hobsbawm propôs o questionamento dos dados das próprias séries estatísticas levantadas por aqueles críticos, mostrando como as

elaboravam sobre salários e consumo de produtos a partir de dados empíricos bastante escassos ou duvidosos, além de desconsiderarem elementos de suma importância nesse tipo de estudo, como o fator desemprego²⁸. Finalmente, concluindo e analisando o patamar em que se encontrava o debate nos anos 1980, Lopes afirma:

O que nos interessa particularmente nesse debate, além da nova forma que assume a discussão sobre as “condições de vida” da classe trabalhadora, é como se acumulam as condições, sob a dominação difusa e eficaz das teses “otimistas” propiciada pela hegemonia dos mecanismos de reprodução próprios ao campo acadêmico e universitário, de uma superação dessa nova ortodoxia, que vai no sentido do aprofundamento do referencial analítico representado pela incorporação teórica do ponto de vista da classe trabalhadora. Essa superação, que não significa a inviabilização da corrente proposta, a qual se nutre da própria ideologia dominante e sua sofisticação própria no campo acadêmico, é representada pela obra já clássica *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson, publicada em 1963²⁹.

Já nos anos 1990, a constatação sobre o estado do debate sobre as “condições de vida” da classe operária, realizado pela literatura histórica espanhola, identificou que a questão havia parado na polêmica inglesa entre otimistas e pessimistas, sendo E. P. Thompson ainda a última referência acadêmica na questão. Em todo caso, tal literatura alertou que a introdução da variante da “qualidade de vida” no debate por aquele autor impossibilitou uma definição precisa do problema das condições de vida³⁰. Na medida em que E. P. Thompson aparece como a referência nos estudos sobre a retomada do protagonismo do sujeito histórico diante das estruturas e nos debates sobre as condições de vida dos trabalhadores, faz-se necessário abordar atentamente sua obra, focando nossas lentes na controvérsia do padrão de vida apresentada por ele e na articulação do conceito de “experiência” com aquele tema³¹.

Do ponto de vista da exposição, inicio esse comentário pelo caminho inverso ao de Thompson. No segundo volume d’*A formação da classe operária inglesa*, ele partiu de uma reflexão teórica sobre a exploração da nascente classe operária para reintroduzir-nos ao seu conceito chave, a “experiência”, como norteador do resto do livro. Embora no prefácio do primeiro volume já tenha nos apresentado às credenciais daquele conceito, é no capítulo

²⁸ HOBBSAWM, Eric. O padrão de vida inglês de 1790 a 1850. In: *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 72-112.; _____. O debate do padrão de vida: um pós-escrito. *Idem*, p. 128-133.

²⁹ LOPES, *Op. Cit.*, p. 42-43.

³⁰ AIZPURU, Mikel; RIVERA, Antonio. Los propietarios del trabajo: las nuevas condiciones de vida. In: *Manual de historia social del trabajo*. Madrid: Siglo Veinteuno, 1994. p. 81-115.

³¹ Parece que os estudos de Thompson influenciaram a pesquisa da historiadora Maria Lahmeyer Lobo do início dos anos 1990, em que verificamos o abandono do conceito de padrão de vida utilizado duas décadas antes pela autora: “O termo *condições de vida* é usado no sentido mais amplo, incluindo saúde, trabalho, habitação, alimentação, lazer e desenvolvimento cultural.” LOBO, Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992. p. 2.

“Exploração”³², que inaugura o segundo volume, que o autor tenta articular, de forma mais explícita, sua teoria da ação humana diante das diversas restrições estruturais da realidade da vida operária. Ali Thompson expõe um antigo debate presente na historiografia inglesa, sobre o padrão de vida da classe operária, desenvolvido pelo autor através do capítulo intitulado “Padrões e experiências”³³. Optei por realizar uma exposição inversa, iniciando com o posicionamento do autor diante do debate do padrão de vida e concluindo com a reflexão sobre a experiência aplicada nesse tema da vida social, pois é através dessa ordem de pensamento que consigo vislumbrar a aplicabilidade do conceito ao tema.

O autor nos oferece um resumo do debate historiográfico que girava em torno da seguinte questão: “o padrão de vida da massa popular subiu ou decaiu entre 1780 e 1830 – ou entre 1800 e 1850?”³⁴ Não importa, neste momento, retomar cada autor citado na controvérsia (que são os debatedores antes citados por Lopes), uma vez que não se trata de revisar seus pontos, mas de apresentar o desenvolvimento do argumento e as conclusões de Thompson sobre o tema. Uma das asserções do autor é que é muito difícil trabalhar com a idéia de “padrão”, pois o termo, de aplicabilidade restrita,

[...] nos leva de informações susceptíveis de medição estatística (salários ou artigos de consumo) para aquelas satisfações algumas vezes descritas como “imponderáveis” pelos estatísticos. Da alimentação passamos à moradia, da moradia à saúde, da saúde à vida familiar, e desse ponto ao ócio, à disciplina no trabalho, à educação e lazer, à intensidade do trabalho, e assim por diante. Do padrão de vida, passamos ao modo de vida. Mas eles não significam a mesma coisa. O primeiro é uma medida de quantidades; o segundo, uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em “dados literários” para o segundo. A principal fonte de confusão surge quando se procuram extrair conclusões para um caso a partir de dados apropriados apenas para o outro³⁵.

Depois de ponderar erros e acertos dos dois lados do embate (entre “otimistas” e “pessimistas”), ele conclui:

[...] é perfeitamente possível sustentar duas posições que, à primeira vista, parecem contraditórias. Durante o período de 1790-1840, houve uma ligeira melhoria nos padrões materiais médios. No mesmo período, observou-se a intensificação da exploração, maior insegurança e aumento da miséria humana. Por volta de 1840, a maioria da população vivia em melhores condições que seus antepassados cinquenta anos antes, mas eles haviam sentido e continuavam a sentir essa ligeira melhoria como uma experiência catastrófica³⁶.

³² THOMPSON, Edward P. Exploração. In: *A formação da classe operária inglesa*. Vol. II: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 11-38.

³³ *Idem*, Padrões e experiências. *Ibidem*, p.179-224.

³⁴ *Idem*, Exploração... p. 32.

³⁵ *Idem*, p. 36-37.

³⁶ *Idem*, p. 38.

Como ambos os lados possuem alguma razão no debate sobre o padrão de vida, Thompson não foge do desafio e apresenta sua própria contribuição para tal campo de estudo. Para isso, aborda cada elemento que deve ser analisado enquanto componente fundamental de uma análise da condição da vida operária. O capítulo “Padrões e experiências” é estruturado de forma a apresentar tais itens de forma crítica, isto é, ponderando a aplicabilidade de uma metodologia estatística para alguns, ao lado de reflexões sobre aqueles dados não quantificáveis.

Thompson nos revela que o debate sobre o padrão de vida na historiografia inglesa, ainda inconcluso, teria avançado muito quando foi abandonada a expectativa de se encontrar um suposto “trabalhador médio”, como fiel da balança entre estatística e descrição. O que importa, segundo o autor, é enfatizar a pesquisa sobre artigos de consumo (alimentação, vestuário, habitação), a saúde e a mortalidade, mas sem deixar de ponderar o papel das macroestruturas, como a repartição do produto nacional entre as diversas classes. O autor divide seu texto em quatro pontos que elucidam as questões apresentadas: 1) consumo; 2) moradias; 3) vida e; 4) infância. Agora é preciso nos deter em cada um desses recortes para verificar como proceder metodologicamente na busca das condições de vida da classe operária.

O consumo de alimentos sempre teve um significado especial no pensamento das classes trabalhadoras sobre suas condições de vida, já que o povo avaliava este nível a partir de alguns itens fundamentais como carne e pão; afinal de contas, “a carne, como o trigo, envolvia uma questão de status que suplantava seu simples valor alimentar”. O primeiro artigo pode ser considerado como central para revelar o nível econômico das classes trabalhadoras:

A carne certamente serve como um sensível indicador dos padrões materiais, pois seu consumo seria um dos primeiros a crescer quando houvesse qualquer aumento real dos salários. Os trabalhadores sazonais não podiam planejar meticulosamente seus jantares durante os cinquenta e dois domingos do ano: ao contrário, gastavam seu dinheiro no período de emprego e consumiam o que pudessem, durante o resto do ano³⁷.

Se havia alimentos facilmente considerados imprescindíveis do ponto de vista calórico e de *status* pelos trabalhadores, como o pão de trigo e a carne, outros componentes eram indispensáveis para a conformação de uma vida considerada minimamente digna pelo povo inglês³⁸. O declínio no consumo de cerveja, substituída por gim e uísque, poderia ser

³⁷ *Idem*, Padrões... p. 181.

³⁸ Além da disputa pelo preço justo do pão, a receita daquele elemento da dieta popular já era alvo de vigilância atenta pelos trabalhadores desde o século XVIII na Inglaterra, segundo o estudo da “economia moral da

considerado um sério problema. “O declínio do consumo foi atribuído diretamente ao imposto sobre o malte – um imposto tão impopular que alguns contemporâneos consideravam-no uma incitação à revolução”³⁹. O que teria barrado a suposta revolução a partir da restrição da cerveja teria sido a busca de subterfúgios e a proliferação de cervejarias clandestinas. De qualquer forma, a bebida teria sua produção doméstica quase abandonada, deixando de integrar a dieta normal e convertendo-se em uma atividade extramuros residenciais. A partir do caso da cerveja apresentado por Thompson, podemos perceber como a alteração nos impostos governamentais sobre o consumo dos trabalhadores pode gerar um grande impacto na sua cultura alimentar, motivando por vezes atitudes consideradas criminosas pelo Estado.

Outro elemento a se pensar a partir do caso da cerveja é o da substituição de alimentos, que poderia causar distúrbios naquela forma de vida considerada minimamente adequada pelo povo, como se verá no capítulo segundo dessa dissertação. No caso inglês, o chá passaria a substituir a cerveja e até o leite, o que os contemporâneos identificavam como evidente sinal de deterioração, por pensarem no chá como um substituto pobre. O aumento do seu consumo, ao lado do gim e do uísque, indicava a necessidade de estimulantes para o bom cumprimento das excessivas horas de trabalho e uma dieta cotidiana empobrecida. De qualquer forma, o chá foi entrando paulatinamente na mesa do trabalhador, até ser considerado uma necessidade.

A acidez da argumentação do autor sobre a possível melhora das condições materiais da classe trabalhadora (o seu “padrão de vida”) desde o início da Revolução Industrial indica seu posicionamento, grosso modo, ao lado do grupo dos pessimistas. Tal postura fica mais clara depois de sua exposição e interpretação dos dados sobre consumo, que conta com a introdução do fator psicológico dos próprios trabalhadores:

O trabalhador “médio” permaneceu muito próximo a um nível de mera subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional, transparentemente gerada, em boa parte, pelo seu trabalho, um fruto que passava, por vias igualmente transparentes, para as mãos de seus patrões. Em termos psicológicos, esta situação equivalia a um declínio no padrão de vida. Sua participação nos “benefícios do progresso econômico” consistiu num maior número de batatas, em algumas roupas de algodão para sua família, sabão e velas, um pouco de chá e açúcar, e numa grande quantidade de artigos na *Economic History Review*⁴⁰.

multidão”, do mesmo autor. Cf.: A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

³⁹ *Idem*, Padrões... p. 183.

⁴⁰ *Idem*, p. 184.

Ainda segundo Thompson, do ponto de vista metodológico, uma dificuldade no trato dos dados sobre o consumo da carne é que, apesar da recorrência nas fontes de referências ao número de reses abatidas por região ou cidade, aparentemente não seria possível identificar a quantidade consumida por cada classe social em determinado período de tempo. Dessa forma, o acesso dos pobres a esse alimento deveria ser buscado em fontes com caráter mais descritivo ou “literário”, ao menos até que consigamos descobrir novas fontes ou novas formas de inquirir as já conhecidas. Mesmo assim, no segundo capítulo realizei uma abordagem do movimento de consumo de carne vermelha em Porto Alegre, sem diferença de classe, mas pressupondo que os mais pobres, especialmente nos períodos de crise, estavam mais sujeitos do que os ricos e a classe média a reduzir o consumo desse item.

Entrando na análise das moradias, o autor nos apresenta um conceito largo, que ultrapassa as fronteiras do mero cálculo composto por número de pessoas por metro quadrado em uma residência de família nuclear. É preciso pensar na dinâmica das cidades como um todo, considerando abastecimento de água, saneamento (lixo industrial, esgotos), densidade demográfica, mas também a comodidade da população e a estética das habitações. Dentro desse ponto, como nos demais, é preciso considerar as tentativas de ingerência das outras classes e do governo sobre a vida dos trabalhadores. As tentativas patronais de interferir nas condições de moradia dos seus operários “só serviram para atenuar levemente o problema”, enquanto que “alguns dos piores edifícios construídos nessa época foram obra de pequenos empreiteiros, de comerciantes especuladores ou até mesmo de trabalhadores de construção autônomos”⁴¹. Além das condições dos prédios residenciais serem geralmente precárias (tanto pela condição estrutural das construções como pela densidade da ocupação dos cômodos), o alto impacto dos aluguéis no custo de vida foi por vezes motivo de greve entre os trabalhadores.

Seguindo com Thompson, observamos que além das questões restritas aos bairros operários, qualquer pesquisa sobre condições de moradia avança quando tentamos estabelecer a comparação entre os ritmos de obras de pavimentação e alargamento de ruas, iluminação, canalização de esgotos e demolição de bairros miseráveis, nas diversas zonas das cidades. Os “melhoramentos” (termo recorrente nas fontes da administração municipal de Porto Alegre) são bons indicadores das efetivas preocupações dos governos (e em alguma medida do patronato) com a distribuição das prioridades de investimento nas cidades. Ao excluir os bairros industriais da lista de prioridades dos investimentos públicos, ou ao procurar residir

⁴¹ *Idem*, p. 186.

onde a vista não alcançasse as classes mais miseráveis, “as classes médias demonstraram sua verdadeira opinião sobre as cidades industriais, afastando-se delas tanto quanto o transporte eqüestre lhes permitisse”⁴², enquanto os ricos evitavam o máximo possível cruzar com um pobres pelas ruas. Enfim, Thompson quer chamar a atenção para as políticas (efetivas ou nulas) de planejamento de sociedades em expansão vertiginosa, como ocorre onde a industrialização é inaugurada. Para concluir este item, o autor apresenta outras esferas de exclusão social que acompanham o novo regime econômico:

O século [XVIII] que reconstruiu Bath, apesar de tudo, não carecia de sensibilidade estética, nem ignorava as responsabilidades cívicas. Os primeiros estágios da Revolução Industrial testemunharam o declínio de ambas, ou, no mínimo, a exclusão dos trabalhadores da esfera de aplicação destes valores. Por pior que fosse a vida dos pobres nas grandes cidades antes de 1750, a sociedade urbana dos séculos anteriores possuía ao menos alguns valores cívicos e belezas arquitetônicas, existindo um certo equilíbrio entre as profissões, o comércio e a manufatura, e um certo sentido de diversidade⁴³.

Depois de abordar a moradia, Thompson afirma que são ainda mais difíceis de interpretar os dados referentes à saúde, que abarcam desde expectativa de vida e taxas de natalidade, passando pelas doenças mais comuns e os efeitos da densidade populacional na vida das pessoas, particularmente porque a coleta de dados nas fontes pode ser dificultada pelas suas especificidades: onde o historiador quer ver um recorte de classe, a fonte pode apresentar apenas um recorte administrativo. De qualquer forma, é possível realizar algumas inferências sobre essa esfera da vida operária.

Para o caso britânico, a explicação para a explosão demográfica coincidente com a Revolução Industrial se deslocou do fator diminuição da taxa de mortalidade para o fator aumento da taxa de natalidade. E isso não significa automaticamente a melhora das condições de saúde ou o aumento da longevidade dos operários⁴⁴. Ainda segundo ele, para analisar os números dos demógrafos e ponderar possibilidades de explicação causal, é necessário perceber quando e como a medicina moderna passou a ter impacto efetivo na vida dos trabalhadores, já que no caso inglês sua influência foi mínima antes de 1800. Dessa forma, a explicação para o inchaço populacional deve ser encontrada em outros elementos (como boas colheitas e melhora no padrão material de vida), embora a deterioração da saúde tenha sido uma consequência desse aumento⁴⁵.

⁴² *Idem*, p. 188.

⁴³ *Idem*, p. 190.

⁴⁴ *Idem*, p. 192.

⁴⁵ *Idem*, p. 192-193.

Através dos relatórios de médicos e sanitaristas chegamos a cifras sobre as doenças mais recorrentes, revelando a situação geral de uma superpopulação miserável, que tende a sofrer doenças como tuberculose (ou “definhamento”), varíola, gastrenterite, difteria e raquitismo entre as crianças. Mas mesmo que todos os dados sobre saúde e demografia possam apresentar cifras que não corroboram a visão pessimista do advento da Revolução Industrial, o autor pondera que:

[...] deve-se questionar as estatísticas exatamente nos mesmos pontos levantados em relação aos salários e aos artigos de consumo. Não há razão para supor que as doenças ou as crianças moribundas se distribuíssem mais equitativamente do que as roupas ou a carne. Na verdade, sabemos que não. [...] Os homens ricos raramente usavam dois casacos ao mesmo tempo, mas suas famílias, ao menos, tinham maiores possibilidades para a obtenção de um diagnóstico, remédios, assistência médica, alimentação, espaço e tranqüilidade⁴⁶.

O último item analisado por Thompson é o da infância, ou mais precisamente, o trabalho infantil. Embora tal prática fosse realizada há muito tempo nas sociedades tradicionais, tratava-se de atividades domésticas em funções variadas dentro de um mesmo dia, introduzindo-se a criança gradualmente no mundo do trabalho, respeitando sua capacidade e idade, já que havia espaço para o lazer entre as tarefas. No século XVIII, o trabalho infantil era realizado dentro dos limites da economia familiar, sob o cuidado dos pais, sem haver “sadismo generalizado ou falta de carinho”. As novidades que desmontaram paulatinamente essa forma social de introduzir as crianças no trabalho do século XVIII para o XIX foram: a especialização e a crescente diferenciação dos papéis econômicos (que impunham tarefas especiais para crianças), em conjunto com a ruptura da economia familiar; o abandono do humanitarismo do final do século XVIII e a atmosfera contra-revolucionária durante as guerras, que aumentou o dogmatismo dos patrões; ao lado da própria novidade da fábrica, onde as máquinas ditavam o novo ritmo do trabalho infantil⁴⁷. Além do controle dos contramestres sobre as crianças, por vezes os pais ou parentes realizavam a supervisão dos menores, já que consideravam natural que eles trabalhassem, mas dentro de certos limites de “humanitarismo”⁴⁸.

Finalmente, para entendermos de forma clara os posicionamentos da classe operária recém nascida na Inglaterra do fim do século XVIII e início do XIX, devemos levar em conta as sucessivas tomadas de posição das outras classes e instituições constituídas, como a elite e a Igreja, responsáveis em parte pela direção dos negócios do governo e pelo auxílio na forma

⁴⁶ *Idem*, p. 200.

⁴⁷ *Idem*, p. 205 e 207.

⁴⁸ *Idem*, p. 211.

de caridade aos pobres. Para Thompson, as classes altas sofreram de uma “atrofia e profunda alienação moral” durante aquela fase de transição, apesar de manterem algum nível de paternalismo, já que viveram ignorando os abusos que se cometiam “algumas centenas de jardas de suas casas”⁴⁹.

Por sua vez, embora possuísse em seus círculos membros defensores da cumplicidade com os pobres e em especial com as crianças trabalhadoras, não haveria “razão para supor que a Igreja Nacional estivesse trabalhando unida e sem descanso em benefício das crianças”. Dessa forma, “a alegação de que ocorreu um ‘despertar de consciência’ generalizado é equivocada”⁵⁰, e tende a apagar o esforço contínuo dos grupos de profissionais que atuaram politicamente para atenuar o sofrimento e exigir leis que defendessem os mais pobres contra as explorações abusivas do novo sistema. Aqui chegamos ao final da abordagem de Thompson sobre o tema do padrão/condições de vida da classe trabalhadora.

Passamos agora a outro ponto, aquela da articulação entre as condições de vida dos trabalhadores e o conceito central para Thompson de “experiência”, que me parece importante para operarmos com aquela temática. No Brasil, aquele conceito vem sendo debatido pela historiografia há certo tempo, e as palavras de Emília Viotti da Costa parecem instigantes para pensarmos a relação entre condições de vida e experiência de classe. Sobre esse, pergunta a autora:

Quais seriam os componentes relevantes da experiência? O local de trabalho, a região de moradia, o sindicato, as lutas operárias, as relações entre os trabalhadores e outras classes sociais, os partidos políticos, as ideologias, a cultura política, os discursos políticos, o mercado de trabalho, a composição da classe trabalhadora, o tamanho das indústrias, as relações entre o estado e o trabalho, as formas de acumulação de capital, as crises econômicas locais, a recessão mundial, a presença do capital estrangeiro? Não existirá alguma forma de hierarquia entre essas várias experiências, sendo umas mais determinantes do que outras? Como se articulam? Em outras palavras, como se estrutura (constitui) a própria experiência? Se os trabalhadores têm muitas identidades, religião, etnia, partido político, classe, de que maneira a identidade de classe vem a prevalecer sobre outros tipos de identidade?⁵¹

Munidos dessa inquietação regressamos ao capítulo “Exploração” de Thompson. Agora podemos encontrar os indícios dos elementos que comporiam as experiências da classe trabalhadora em mutação. Para aquele autor, nessa fase de transição entre séculos, os trabalhadores teriam sido forçados à sujeição política e social, que, se não era uma novidade

⁴⁹ *Idem*, p. 214-215.

⁵⁰ *Idem*, p. 223.

⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência: novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB/ANPOCS*, Rio de Janeiro, nº 29, 1º sem. 1990, p. 7.

nas suas vidas, ao menos coincidia com uma revolução na França, com uma crescente autoconsciência e aspirações mais ambiciosas, com um surto populacional nas grandes cidades e com a transparência ou mesmo intensificação de formas de exploração econômica. Todos esses elementos contribuíram “para a coesão social e cultural do explorado”⁵². O posicionamento do autor no debate do padrão de vida fica evidenciado:

Podemos agora constatar parte da natureza verdadeiramente catastrófica da Revolução Industrial e algumas das razões pelas quais a classe operária se formou nestes anos. O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. [...] Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado, e, comumente, frente às duas.

Para a maioria dos trabalhadores, a experiência crucial da Revolução Industrial foi percebida como uma alteração na natureza e intensidade da exploração. Essa não é uma visão anacrônica, imposta sobre a realidade⁵³.

Isso não significa que o autor faça a redução das múltiplas experiências vividas a apenas uma experiência com uma correspondente relação de exploração, como a extração da mais-valia. Pelo contrário. Como sugerido anteriormente, as pessoas estavam atuando imersas em múltiplas formas de relações sociais. O que ocorreu na Revolução Industrial é que houve uma experiência unificadora, que formou “a” classe operária, e essa experiência unificadora (que existiu e foi sentida pelas pessoas ao lado de outras experiências) foi exatamente a *percepção da alteração na natureza e intensidade da exploração*, que estava também mais transparente. Ellen Wood já chamou a atenção para a preocupação de Thompson em demonstrar as relações intra-classe⁵⁴. A hierarquia entre a experiência de exploração e outras formas de convívio social daquele momento é definida quando o autor vai introduzir suas reflexões sobre o padrão de vida:

Certamente, havia flutuações de mercado, colheitas ruins e todo o resto, mas a experiência de exploração intensa era constante, enquanto as demais causas do sofrimento eram variáveis. Essas últimas não atingiam os trabalhadores diretamente, mas através da refração de um particular sistema de propriedade e poder que distribuía os ganhos e as perdas com grosseira parcialidade.

Durante alguns anos, essas considerações gerais foram encobertas por um exercício acadêmico conhecido como a “controvérsia do padrão de vida” (em torno do qual os estudiosos tiveram de marchar e contra-marchar)⁵⁵.

⁵² THOMPSON, *Exploração...*, p. 22.

⁵³ *Idem*, p. 23.

⁵⁴ WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação. In: *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 73-98.

⁵⁵ THOMPSON, *Exploração...*, p. 32.

Assim, partimos das experiências múltiplas das pessoas e chegamos a uma experiência crucial – *de exploração* – na formação da classe, já que essa transição parece ser corroborada pelo que elas realmente viveram. Essa forma de pensamento, se não é universal, ao menos faz sentido dentro da abordagem de Thompson sobre a nascente classe operária inglesa, exposta n’*A formação*. Para analisarmos essa possibilidade de definição conceitual – de experiências diversas para uma experiência unificadora – devemos focar nossas lentes sobre a reflexão teórica do autor, esmiuçada em parte de seu livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros*.

Ao se vincular à tradição marxista, o autor identifica um sério problema dentro da reflexão teórica dessa linha de pensamento, denunciado como ausência de conceitos de junção (ou mediação). Os termos identificados por Thompson como imprecisos são “necessidade” (ou seriam normas, vontades, valores?), “modo de produção” (ou uma pressão determinante dentro de um complexo processo histórico?), “classe” como a estruturação de um modo de produção (ou materializando-se de maneiras que não podem ser predeterminadas?) e mesmo “determinismo” (ou seria um fechamento, pressão?). Enfim, em outros momentos do pensamento marxista, faltavam termos que possuímos hoje para explicar alguns fenômenos do comportamento social na história. O parágrafo a seguir atesta a possibilidade de pensarmos a formação da classe operária como descrito anteriormente:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada⁵⁶.

É preciso ressaltar: o tratamento da experiência através de estruturas de classe é uma possibilidade aberta por Thompson e defendida para seu caso empírico, nada mais do que isso (com exceção de sua utilização de “classe” como conceito heurístico, na ausência de um termo mais preciso para explicar sociedades não capitalistas). Os ganhos para a análise da vida social com o uso de termos como “experiência humana” ocorrem justamente pela qualidade de “exploração *aberta* do mundo e de nós mesmos”⁵⁷, intrínseca naquele conceito, que tem como característica fundamental uma certa frouxidão, ou elasticidade, enfim, uma

⁵⁶ Idem. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 182.

⁵⁷ Idem, p. 185.

capacidade de abrangência quase ilimitada das formas de vida em sociedade. Mesmo os estudos sobre escravidão no Brasil não sobrevivem mais sem aquele conceito, e seria difícil pensar em algum ser humano que tenha vivido sem ter tido alguma forma de “experiência”. É exatamente por essa característica que ele tem sido criticado pelos marxistas mais tradicionais, como Emilia Viotti da Costa. De qualquer forma, essa proposta de Thompson tem o grande mérito de provocar os pensadores da vida social no sentido de evitarmos as formas de pensamento mecanicista na análise do comportamento humano, que pode assumir formas (como repetidas vezes o faz) que escapam dos prognósticos baseados em deduções do tipo “que estas relaciones de producción = a estas formaciones de clase”⁵⁸. Thompson faz essa crítica ao pensamento que se baseia em equações porque parte de uma concepção de conhecimento que tem como pressuposto a dificuldade da apreensão total dos objetos estudados. Esses nunca se revelam prontamente e de forma completa, pois o conhecimento nunca consegue recriar a realidade (vivida, no caso das ciências humanas) integral de uma determinada situação que queremos entender. Com esses conceitos “abertos” (como a “experiência”),

[...] podemos apenas retornar, ao fim dessas explorações, com melhores métodos e um melhor mapa: com uma certa apreensão de todo o processo social; com expectativas quanto ao processo e quanto às relações estruturadas; com uma certa maneira de nos situar frente ao material; com certos conceitos-chave (a serem eles próprios aplicados, testados e reformulados) de materialismo histórico: classe, ideologia, modo de produção. Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. O que resta a fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento⁵⁹.

Em todo caso, e por mais que o conceito mediador de “experiência humana” seja de fato demasiado indeterminado e abrangente, o autor segue um caminho que não termina na praia da indeterminação como forma de explicação. Ao partir com um “espírito aberto” para o trabalho de exploração dos dados, Thompson vislumbra diante de si a possibilidade de estudar a importância das diversas formas de atuação humana na conformação das suas vidas. O próximo passo é, munido de partes ou fragmentos de conhecimento, articular aquelas diversas partes de forma complementar, e somente a partir desse momento abre-se a margem para interpretações e explicações causais.

Contra a insistência no uso fragmentado dos dados na controvérsia do padrão de vida do operariado da Revolução Industrial, Thompson defende a compreensão do contexto

⁵⁸ Idem. *Lucha de clases sin clases?* In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1984. p. 34.

⁵⁹ Idem, *A miséria da teoria...* p. 185.

histórico (guerras, revoluções etc.) como forma de melhorar a inteligibilidade dos fenômenos. Por outro lado, ao abrir seu espírito para um leque maior de experiências possíveis de condições de vida, Thompson se posiciona, com algumas ressalvas, ao lado daqueles que interpretam aquele momento como uma catástrofe para os trabalhadores. Não basta ver o aumento quantitativo do consumo dos alimentos e bebidas, é preciso que o historiador contemple as tradições gastronômicas das pessoas; não é suficiente calcular o número de habitantes por metro quadrado das residências, é necessário avaliar a exclusão dos mais pobres dos ideais de estética mais difundidos; não basta equacionar altas taxas de natalidade à felicidade da vida proletária, é prudente pensar na desregulamentação da vida familiar tradicional; não é suficiente dizer que as crianças trabalham há séculos nas famílias de camponeses empobrecidos, é imperativo ver que foram criadas novas formas de trabalho infantil baseadas em lógicas totalmente reprovadas por aquelas famílias.

E toda essa articulação de elementos, vividos e sentidos pelas pessoas através das suas experiências diversas, concretizou-se em uma experiência que aproximou milhares de pessoas, que em alguma medida se comportaram de modo classista, ou seja, passaram por alguma experiência unificadora. Ao lado das relações de trabalho, os âmbitos através dos quais as pessoas pobres percebiam uma exploração intensa são exatamente aqueles presentes na já referida controvérsia historiográfica do padrão de vida, retomados e esmiuçados por Thompson. Apesar do imperativo das relações de trabalho nas suas vidas dentro das fábricas, oficinas e minas, onde a dominação de classe era evidente, nunca ocorreu a reunião de todos os trabalhadores ao mesmo tempo em um mesmo espaço fabril para então decidirem formar uma classe, a que dariam o nome de “operária”. Na verdade, “sua reunião em formações de classe que transcendam essas unidades individuais [fabris] é um processo diferente, que depende tanto de sua consciência de uma experiência e de interesses comuns quanto de sua disposição de agir sobre eles”⁶⁰.

Dessa forma, a sujeição política e social em conjunto, sob a diretriz do Estado e dos patrões, tentou barrar o acesso dos pobres às novas promessas advindas do outro lado do Canal da Mancha, como parte dos itens identificados com a cidadania nascente na França de 1789. Os elementos presentes na controvérsia historiográfica do padrão de vida certamente possuíam um forte peso na conformação da experiência e consciência da classe operária em formação na Inglaterra. Muitas greves e protestos ocorreram em *função de melhores condições de vida*, identificadas pela *comparação* que os pobres faziam entre a sua situação

⁶⁰ WOOD, *Op. Cit.*, p. 85.

de alimentação, moradia, saúde e trabalho, com a correspondente das outras classes sociais. Muitas respostas das sociedades onde uma classe operária se fez presente enquanto ator político foram (e ainda são) no sentido de garantir os direitos mínimos de cidadania inventados na Revolução Francesa, e é difícil pensar que algum Estado não deva garantir aos seus cidadãos uma vida considerada por eles como digna.

Pelo que foi visto até aqui, podemos afirmar que o conceito de “padrão de vida” tem aplicabilidade restrita, pois tende a eliminar a ação dos sujeitos históricos na medida em que supervaloriza as oscilações nos níveis materiais da vida daquelas pessoas, sem levar em consideração como elas mesmas pensaram aquelas determinações, ou seja, o fator “psicológico” da “experiência”, chamado por Thompson de “consciência”. Nesse sentido, é possível substituímos “padrão de vida”, termo que no Brasil foi incorporado pela intelectualidade (nos anos 1930, 1950, 1970 e em menor grau nos anos 1990, como demonstrado anteriormente) como instrumento legitimador da dominação técnica e presunçosamente apolítica do assunto das condições de vida dos trabalhadores, pelo termo mais preciso de “nível material de vida”, na medida em que essa nova denominação não pretende ser mais do que ela realmente é; e deve ser sempre articulada com o conceito de mediação thompsoniano de “experiência humana”, o que nos remete para um diferente patamar de interpretação da vida social, já que nos leva a concentrar nossa atenção na tradicional tensão entre sujeito e estrutura, base de qualquer estudo histórico da sociedade⁶¹. Dessa forma, acredito que ainda não temos condições teóricas de superar o uso do termo de “condições de vida”, pois ele nos permite trabalhar com aquele tensionamento, embora ainda um tanto vago e carecendo de um melhor refinamento na sua aplicabilidade, segundo a antropologia brasileira dos anos 1980:

Qualquer que seja sua orientação teórica, grau de generalidade ou objetivo imediato, o tema “condições de vida” analisa as conseqüências do capitalismo sobre os trabalhadores, e portanto se localiza na esfera da reprodução da classe trabalhadora. [...]

Ao menos no que se refere à literatura brasileira mais recente, o isolamento analítico deste momento do processo de produção – a reprodução da força de trabalho – tem provocado sérias distorções nos resultados das investigações. De um lado, elas levam seja a uma mera descrição estatística dos “padrões de vida”, seja ao caso mais comum de denúncia das condições de extrema exploração a que está submetida a classe trabalhadora. Alternativamente, ela leva a considerar a prática cotidiana dos trabalhadores como autônoma, já que as condições sociais de produção que a determinam reduzem-se a um esfumaçado pano de fundo⁶².

⁶¹ Sobre a tradicional tensão sujeito-estrutura na teoria social, cf.: CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure and change in social theory*. Leiden/Boston, 2004.

⁶² SILVA, Luiz Antonio da. Introdução. In: *Op. Cit.*, p. 16-17.

Estabelecida a definição conceitual geral dessa dissertação, passo agora à apresentação de alguns níveis de estudo necessários para nortear a abordagem do problema antes enunciado, mas que precisa ser retomado: quais as *condições de vida* da classe operária em formação em Porto Alegre entre os anos 1905 e 1932, e como se dava a *disputa pela definição* daquelas condições entre os próprios operários, a burguesia e o Estado? Quero saber ainda qual a relação entre as *condições de vida* com a *experiência de luta* da classe operária?

Partindo da bibliografia sobre as condições de vida acima analisada, dos contatos com as fontes da pesquisa e das recomendações da minha banca de qualificação de mestrado, podemos dizer que, grosso modo, os elementos que me chamaram a atenção foram abrigados nos termos mais genéricos a seguir: habitação, bairro operário, alimentação, consumo, transporte, saúde, lazer, educação, direitos, aposentadoria, cemitério, férias, demissões, desemprego, fome, carestia, bolsa trabalho, comércio, açambarcamento, estatística, benefícios, socorro mútuo, banco proletário, preços, salários, custos, ganhos. Demasiado extenso seria tratar de todos estes elementos em suas variadas matizações, considerando que a pesquisa aborda 27 anos e deveria se esgotar em 24 meses. Dessa forma, foi preciso realizar uma hierarquização dos elementos da realidade em grau de importância com base no diálogo inicial com as referências analíticas. Concluí que deveria dedicar exclusiva atenção às questões relacionadas à habitação, que será abordada no capítulo primeiro, e ao consumo, especialmente de alimentos, objeto de exposição no capítulo segundo. Mas antes de passarmos aos capítulos, algumas ponderações finais são necessárias.

Uma observação é que, se por um lado não possuímos dados levantados e sistematizados para informar-nos sobre questões cruciais para a pesquisa, como o custo de vida para o operário do período abordado, há certa riqueza de estudos que remetem a essas questões a partir da análise de outros aspectos da sua vida. Refiro-me aos estudos focados na temática do movimento operário da Primeira República que, ao analisarem as principais bandeiras da luta política daqueles anos, demonstram a importância do que chamamos de condições de vida. Além da bandeira da luta em prol das oito horas de trabalho diárias, destaca-se a questão da carestia de vida, tema recorrente nas greves e reivindicações do período. Também é importante ressaltar que o evento da Primeira Guerra Mundial é considerado por diversos autores como o fator da conjuntura internacional que acarretou a explosão das greves e protestos a partir de 1917 em várias regiões do Brasil.

Nesse contexto, as mobilizações operárias são, em geral, identificadas como resultantes do problema da falta de alimentos e da inflação dos seus preços, decorrentes do

aumento das exportações brasileiras de gêneros básicos aos países beligerantes. Todavia, é necessário tomar cuidado a fim de não reduzir tais movimentos a uma mera lógica mecanicista (que parece dominar a interpretação no texto já citado de Lobo), que coloca o estímulo econômico como criador por excelência da mobilização política. Não se pode esquecer que a maioria dos movimentos da conjuntura de 1917 foi dirigida por comitês, ligas, uniões, federações ou comissões operárias e/ou populares (criadas no início ou durante as mobilizações), que normalmente tinham à sua frente militantes de diversas tendências. Assim, essas movimentações – greves, boicotes – não podem ser compreendidos unicamente pelo viés da espontaneidade, devendo-se levar em consideração a importância do trabalho de propaganda da ação política realizada por esses militantes nos meses anteriores às greves gerais, ou seja, um certo acúmulo de experiência política. Em Porto Alegre, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS, criada em 1906) convocou em 1917 uma reunião a partir da qual surgiu a Liga de Defesa Popular (LDP), entidade que efetivamente representou, ao menos perante o Estado, a defesa dos interesses operários/populares da capital na metade daquele mesmo ano. E mesmo se argumentarmos que a FORGS não pretendia criar a LDP, tal consideração deve pressupor que se trata de uma prerrogativa da disputa política do movimento operário naquela conjuntura, especialmente entre anarquistas e social-democratas.

Se nas outras cidades do país os governos estaduais e municipais via de regra reagiram com repressão policial, Porto Alegre, ao menos em 1917, escapou dessa lógica, possivelmente porque a greve daquele ano fora preparada secretamente. Não obstante, mesmo levando-se em conta a postura paternalista dos governos locais, relacionada à sua tendência positivista, não podemos invalidar a tese de que a questão social era questão de polícia na Primeira República, e dentro deste quadro é que devemos explicar a dimensão das greves ocorridas no Brasil até os anos 1920. Sem dúvida, a postura adotada pelo governo diante dos movimentos grevistas e a morte ou ferimento de trabalhadores nesses episódios contribuiu para dinamizar os protestos populares naqueles anos.

Como resultado das greves de 1917, todos os movimentos referidos conseguiram um aumento salarial, e os governos de São Paulo e Rio Grande do Sul comprometeram-se a estudar medidas para conter a carestia. Nesse último estado, o governo de Borges de Medeiros além de aumentar o salário dos operários dos serviços públicos, procurou restringir a exportação de alimentos considerados básicos. Em acordo com o governo estadual, a Intendência Municipal estabeleceu o preço e regulamentou a venda desses artigos no mercado público da capital. Outras medidas foram tomadas pelo Estado e pela administração da capital

gaúcha em outras conjunturas de crise, portanto resolvi estender a pesquisa até 1932 para verificar os efeitos da crise de 1929 sobre a vida dos trabalhadores e as providências tomadas também pela burguesia, já que outros historiadores identificaram esse momento como um ponto de inflexão sobre as condições de vida do operariado⁶³. Considerando-se a atenção dada pelos governos do estado e da capital gaúcha ao problema da carestia desde 1914, acredito ser necessário acompanhar a evolução da criação de políticas públicas voltadas aos proletários entre 1905 e 1932, especialmente nas questões relativas às suas condições de vida: no caso, habitação e consumo.

Retomando os eixos do nosso problema de pesquisa, no capítulo primeiro o leitor acompanhará a instalação e o desenrolar de um novo problema enfrentado pelos atores sociais da capital gaúcha no nascer do século XX, que constituiu um dos pilares da experiência de exploração na formação da classe operária local: a habitação popular/operária. Ali será visto a abordagem dos poderes públicos daquela questão, além da atitude operária na configuração da ocupação espacial da cidade. Em especial, veremos como a transição da moradia predominantemente em cortiços para as autoconstruções na periferia ocorreu após uma campanha nacional pelo fim das habitações coletivas, e os desdobramentos desse movimento, como a dependência crescente do transporte público e o acesso à terra.

O acesso à terra pelo operariado – para plantar alguma horta, ou manter um criação doméstica – é um dos pontos de diálogo com o capítulo segundo. Aqui, veremos, a partir do estudo do consumo de alimentos, como a idéia de exploração nessa fase de constituição da classe operária de Porto Alegre não é anacrônica, nem meramente importada das fontes. Além da ponderação sobre as fontes utilizadas, o leitor encontrará uma ponderação sobre o comércio e o grau de satisfação das necessidades alimentares do operariado no mercado, além do efetivo acesso dos trabalhadores aos alimentos considerados básicos, especialmente abordados por uma exposição detida nas inúmeras crises da carestia da vida entre 1905 e 1932, além de uma consideração sobre as substituições de alimentos pelos operários. Como outro ponto do capítulo, veremos as disputas em torno da cultura de consumo alimentar, além da centralidade de alguns itens na dieta operária (como a carne vermelha) e a falsificação de alimentos.

⁶³ FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 343-378.

Todos os dois capítulos estão permeados pelas questões da experiência da exploração como centrais na formação da classe operária porto-alegrense no início do século XX, além das posturas do Estado e da burguesia da capital gaúcha, sendo geralmente desnecessária a criação de tópicos para tratar desses temas (o que ocorre somente de forma breve no primeiro capítulo).

Finalmente, quero chamar a atenção dos leitores para os gráficos e para a planta apresentados em ambos capítulos. Todos os seis gráficos foram alimentados pelos dados colhidos nas mais variadas e dispersas fontes, que estão disponíveis em tabelas nos anexos que acompanham essa dissertação. Como ficará evidente, esse foi um esforço solitário e inicial de recolhimento de dados sobre preços, consumo, população e moradias, que certamente ainda nos leva a resultados não plenamente confiáveis. Em todo caso, foi realizado com a esperança de que estudos futuros possam sistematizar as informações sobre os temas referidos, nos levando a novos patamares na história social e econômica de Porto Alegre. O mapeamento dos armazéns populares, também anexo, nos ajuda a visualizar a ocupação do espaço da capital gaúcha no período de estudo, e sofreu minha intervenção com a intenção de localizar os locais de residência do grosso do operariado.

Capítulo 1: Habitando como classe: dos cortiços às malocas

Neste capítulo veremos como foi abordada pelos poderes públicos a questão da habitação operária, e como os operários organizados encaravam esse tema. Também verificaremos como a cidade em constante crescimento ficou configurada a partir de tais embates, especialmente pelas decisões do governo municipal, já que apesar da organização política dos trabalhadores durante todo o período, eles parecem nunca ter tido voz ativa sobre esse tema. No máximo, seu estabelecimento nas periferias da cidade lhes possibilitaria eventualmente algum espaço para criação, ou uma horta, além da fuga dos impostos municipais; mas os custos – muito além de “econômicos” *strictu sensu* – dessa relativa liberdade eram a autoconstrução das moradias nos dias de descanso do seu trabalho para os patrões (mutirão), a falta de infra-estrutura básica, como esgotos, água, condições de transporte e a distância dos mercados de gêneros de subsistência mais baratos. Esses serviços sempre demoravam a chegar nas zonas de ocupação recente pelos trabalhadores.

Para tal, serão abordados os seguintes pontos: o movimento demográfico de Porto Alegre, a partir de recenseamentos executados e projeções realizadas pelos governos da federação e do município; os primeiros debates realizados entre os administradores e legisladores do município sobre o “problema da habitação” operária a partir da década de 1890, quando diversas fábricas começavam a se instalar nas adjacências da zona urbana de Porto Alegre; o movimento de crescimento dos cortiços na cidade até os anos 1910, quando a Intendência Municipal partiu para uma política mais agressiva contra as construções coletivas habitadas pelos pobres, especialmente através de taxaões e execução de “melhoramentos” na zona central da cidade, aos moldes do já acontecia na capital do país com Pereira Passos; também os problemas dos altos preços dos aluguéis, sustentados através da associação dos proprietários de imóveis; o processo de criação da zona fabril de Porto Alegre na década de 1910, momento em que os antes subúrbios de São João e Navegantes passariam a tomar a forma do que seria o “quarto distrito” da capital, espaço de trabalho e habitação massiva do operariado; as tentativas malogradas de execução dos projetos de habitação popular de baixo custo de acordo com as normas de higiene municipais; algumas manifestações da imprensa operária, discutindo o tema da “exploração” através da habitação; finalmente, analiso o movimento de ocupação do espaço da cidade a partir dos anos 1920, dedicando atenção às formas de habitação emergentes a partir do cerco municipal aos cortiços, em especial, a autoconstrução das malocas nos subúrbios.

1.1. Movimento demográfico

As informações que temos acesso sobre o número total de habitantes de Porto Alegre provém de fontes diversas e conflitantes, como fica explícito no Anexo II: os censos nacionais, as estimativas dos Intendentes Municipais e os recenseamentos por eles encomendados ao técnico Olympio de Azevedo Lima. Portanto, faz-se necessário uma avaliação das formas de constituição de cada um daqueles dados, para que possamos utilizá-los com menor receio de inverdade nesse texto. Além disso, merece destaque a inexistência de estudos de demografia sobre a cidade no período abordado, o que não parece ser exclusividade da capital dos gaúchos.

Entre os censos nacionais realizados em Porto Alegre – 1900, 1910, 1920, 1940 – verificamos que para a elaboração do de 1910 o governo federal utilizou os dados recolhidos pelo município através do técnico Olympio de Azevedo Lima. Oportunamente, esse mesmo senhor faria severas críticas ao recenseamento nacional de 1920 em Porto Alegre, pois, segundo ele, teria sido subestimada a população em cerca de 50 mil pessoas⁶⁴. Pelo argumento de Lima, quatro anos antes a Municipalidade já havia identificado as mesmas cifras encontradas em 1920. De fato, a historiografia atesta que o governo federal passou por dificuldades para executar o recenseamento daquele ano no Rio Grande do Sul, o que corrobora a crítica de Lima⁶⁵. Os recenseamentos anteriores são descritos pela mesma historiografia como mal executados, provavelmente distorcendo os dados reais.

Os dados sobre a população de Porto Alegre apresentados pelos Intendentes em seus Relatórios Anuais encaminhados ao Conselho Municipal se baseavam em parte em recenseamentos encomendados à Lima, e em outra medida em projeções de acordo com anos-referência. A população sugerida para os anos de 1905, 1907, 1908, 1913, 1926 e 1928 claramente se enquadra nessa segunda forma de contabilidade, portanto podemos considerá-los duvidosos. O ano que aparece como o mais complicado de aceitarmos nesses relatórios é o de 1913, em que encontramos projetadas menos 1.043 pessoas em relação ao ano anterior, objeto de recenseamento. É muito improvável que efetivamente a população da cidade tenha

⁶⁴ LIMA, Olympio de Azevedo (org.). *Recenseamento da População do Município de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo município*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1922. p. 6.

⁶⁵ SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*: vol. 2: estatísticas legalizadas (c. 1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

decaído de um ano para outro, pois não há notícia de epidemia ou outro prejuízo para a cidade – como algum eventual desmembramento de território.

Com efeito, os dados que me parecem mais confiáveis são os produzidos pelo recenseador do município, Olympio de Azevedo Lima, embora ele reconhecesse certa dificuldade na aplicação dos questionários entre o “povo ignorante” e “desconfiado” da cidade – especialmente os mais pobres, receosos da cobrança de impostos⁶⁶. Lima apresentou um balanço superficial em 1909 sobre a estatística municipal, em que encontramos cifras sobre a população que parecem baseadas em projeções desde o último levantamento realizado em 1900, sendo portanto pouco confiáveis⁶⁷. Em 1910 o censo nacional é realizado em Porto Alegre, e Lima assegura que por ser a primeira vez que se executara um levantamento de tal natureza, ocorreram algumas falhas, como a realização em época de veraneio e a desconfiança dos pais quanto a uma possível convocação dos seus filhos para o sorteio militar. Assim, justifica a realização de um novo censo em 1912, mais completo, evitando os percalços apresentados nos anos anteriores, e que teria sido bem recebido pela população em geral⁶⁸. O método empregado foi repetido em 1916 e 1921, embora com eventual resistência da população: abordagem de todos os presentes em uma residência, e posterior confronto com os nomes em listas de famílias (*população de fato* comparada com a *população residente* ou *de direito*)⁶⁹. Em 1916 Lima nos apresenta um dado fundamental que será utilizado adiante nessa dissertação: a densidade populacional por prédio em cada uma das ruas da zona urbana de Porto Alegre; a média para a referida zona fica em 6,64 pessoas por prédio⁷⁰. Com exceção de lugares de oferecimento de serviços públicos (asilos, penitenciárias, quartéis), encontramos a densidade variando entre 1 e 17,66 pessoas por prédio nas diversas ruas da cidade naquele ano.

Considerando todas essas formas de contagem da população da cidade no período estudado, parece ser prudente nos fiarmos pelos dados de 1912, 1916 e 1921, em que a coordenação dos trabalhos de recenseamento é efetuada sempre por Lima, aplicando o mesmo método (da contagem das pessoas por casa e confrontando duas listas), enquanto que a

⁶⁶ Richard Hoggart, analisando a dicotomia “nós/eles” utilizada pela classe trabalhadora inglesa para referir-se a si e aos patrões, já identificava a desconfiança diante dos funcionários públicos, enquadrados no início do século XX no grupo “deles” pelos populares. Cf.: HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1973 [original de 1957]. p. 87.

⁶⁷ LIMA, Olympio de Azevedo. *Dados estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre capital do Estado*. Porto Alegre, Tipografia do Jornal do Comércio, [1909-10?].

⁶⁸ Idem. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas, 1912. p. 14.

⁶⁹ Idem. *Resultado do Recenseamento da população e outros apontamentos do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1917.

⁷⁰ Idem, p. 19.

especulação dos Intendentes municipais e a má condução dos trabalhos nos censos nacionais nos oferecem uma maior margem de indeterminação. Em todo caso, os diferentes dados estão expressos no Anexo II dessa dissertação, e serão considerados na medida em que forem necessários para a explicação dos temas, ficando o leitor desde já avisado dos riscos que estamos correndo ao utilizarmos alguns algarismos. Mesmo assim, sempre que eles forem utilizados farei a crítica da sua aplicação em cada caso.

1.2. O nascimento do problema da moradia popular

Em 1890, o poder executivo federal, então com o governo provisório do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, concedia a Antonio Joaquim Dias da Silva autorização para organizar uma sociedade anônima chamada “Cooperativa de Consumo, de Construções e Produção do Congresso Operário”⁷¹. No artigo segundo do estatuto, destacava-se a cooperativa de gêneros alimentícios e a cooperativa de construção de pequenas habitações para os operários acionistas, além da criação de oficinas de artes e ofícios. O quarto artigo estabelecia como sede a capital federal, mas com possibilidade de estabelecimento de filiais nos outros Estados, obedecendo sempre à norma estatutária. O objetivo da cooperativa de consumo era estabelecer armazéns em toda a cidade e subúrbios para fornecer aos associados os gêneros pelos menores preços possíveis; enquanto a seção de construções previa a construção de pequenas habitações passíveis de venda aos associados, com prazos entre 5 e 10 anos de amortização, com prestações mensais até o pagamento da dívida. Apesar de previsto em lei, não encontramos a criação de nenhuma cooperativa em Porto Alegre.

Em todo caso, não era apenas o Marechal Deodoro da Fonseca que se preocupava desde 1890 com a questão operária, e em especial o problema habitacional. Um processo mais geral, de introdução de relações capitalistas em nível nacional se inaugurava também em Porto Alegre, e inquietava o Presidente da Junta Municipal desde o advento da República: afinal, que fazer com as famílias operárias, agora que as fábricas e oficinas estavam a se instalar?

É da mais urgente necessidade tratar-se da rua dos Voluntários da Pátria de preferência a qualquer outro melhoramento. Estão ali estabelecidos diversos estaleiros; a estação do caminho de ferro de S. Leopoldo, 3 fábricas de fundição e outras muitas de móveis e outros misteres; às quais se vem agora juntar as de fiação de tecidos; de pregos, de vidros e outras. Estas fábricas que agora se estão montando

⁷¹ Decreto 1.101 de 29/11/1890. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 11, p. 3929, coluna 1. 31/12/1890.

ocuparão milhares de operários e ninguém pensou onde se vão acomodar-lhes com suas famílias? À municipalidade compete proporcionar a toda esta gente moradias ao alcance de suas minguadas bolsas, e perto das oficinas. Temos portanto que prolongar até o rio todas as ruas já abertas desde a da Independência até a da Floresta: são elas a do General Francisco Felix, de S. Antonio, e Silveira Martins. Abertas todas estas ruas, em menos de dez anos estarão elas todas povoadas de casas para os operários e o município cobrando o imposto urbano⁷².

Felicíssimo de Azevedo chamava a atenção da Assembléia Municipal para a possibilidade de arrecadação fiscal proveniente da expansão da cidade para além dos limites históricos, empurrando os operários em direção às zonas ainda não urbanizadas da capital da antiga província, obviamente que sem a devida infra-estrutura que possuía a zona urbana – que hoje compreende parte do Centro. Desde 1892, a principal fonte de receita do município era o imposto predial, garantia do pagamento de todos os empréstimos contraídos internacionalmente para as obras de modernização da cidade. Desse modo, o tema da profecia de Azevedo – que deixaria a presidência daquele órgão seis dias depois⁷³ – faria parte das preocupações dos próximos representantes do governo municipal, embora não sempre da mesma forma.

Depois da intensa troca dos representantes do PRR na administração da capital durante os anos 1890, Castilhos indica José Montauray de Aguiar Leitão para concorrer e assumir a Intendência Municipal a partir de 1897, permanecendo no cargo até 1924. A seguir, assumiriam o Engenheiro Octavio Rocha, e após seu falecimento o vice e líder dos industrialistas da cidade Major Alberto Bins, que permaneceria no governo desde 1928 até 1937. Ou seja, durante grande parte de toda a Primeira República, Porto Alegre foi governada por apenas três intendentess, todos do mesmo partido que governava o Estado. Dessa forma, e considerando que a atuação política em ambos poderes foi em geral bem sintonizada, é possível analisar, a partir dos documentos municipais e estaduais, como o PRR pensou e colocou em prática algumas diretrizes para tratar da emergente vida operária anunciada em 1891 por Azevedo.

A questão habitacional durante o período foi alvo de estudo da historiadora Margaret Marchiori Bakos, que tentou entender até que ponto a administração municipal procurou executar o programa do PRR – de integração do proletariado à sociedade – enquanto provedor do acesso à moradia própria, higiênica e confortável, já que Augusto Comte (teórico do positivismo, matriz filosófica daquele partido) tocou na questão da habitação proletária em

⁷² *Relatório do cidadão Felicíssimo Manoel de Azevedo*. 15 de novembro de 1891. p. 11. Todos os relatórios dos Intendentes estão disponíveis no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho (AHPAMV).

⁷³ BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 43.

seus textos⁷⁴. A autora analisou regulamentos, tributos, investimentos públicos e pronunciamentos advindos da “sociedade civil” entre 1897 e 1937. Para abordagem do mercado de ofertas de moradias, condições de habitação e modificações na lotação e cobrança do imposto predial, a autora optou por pinçar informações em periódicos e nos relatórios anuais dirigidos ao Conselho Municipal pelos Intendentes. Assim, utilizarei suas conclusões sobre os projetos municipais para a habitação na construção do meu texto, acrescentando elementos explicativos quando considerar importante.

1.2.1. O cerco aos cortiços

Segundo Silvia Arend, na transição dos séculos XIX para o XX os pobres de Porto Alegre geralmente residiam em três tipos de moradia: as casas térreas, os porões e os cortiços⁷⁵. Ela também verificou que a maioria das pessoas abordadas na sua pesquisa residia nos cortiços, e o crescimento da população nas décadas seguintes corrobora essa tese. Assim, faz-se necessário dedicarmos especial atenção ao principal meio de moradia popular da cidade. Arquitetonicamente, o cortiço se caracterizava por duas fileiras de cômodos com uma passagem central (com 2 a 4 metros de largura), poucas latrinas e alguns tanques de lavagem compartilhados nos fundos do terreno, favorecendo a alta densidade populacional⁷⁶. Claro que um conjunto de corredores com várias dessas construções, eventualmente com algum pátio compartilhado, também constituía um cortiço⁷⁷.

Já em 1890 foi aprovada uma lei na cidade taxando severamente os proprietários dos cortiços, e por conseqüência, dos locatários. Até 1896, a cobrança do imposto se dava pela visita do funcionário municipal às moradias, ocasionando vários casos de corrupção. A mudança na cobrança do imposto – a partir da apresentação do recibo de pagamento do aluguel pelos ocupantes – não aboliu a corrupção dos fiscais, mas modificou a sua forma de efetivação: o estabelecimento de acordos entre proprietários e inquilinos para ocultar o valor real das locações. A partir de 1897, a cobrança do imposto predial foi estendida a todas as ruas servidas por bondes, tendo como conseqüência a “paulatina proliferação de pequenas

⁷⁴ Idem. *A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937)*. Porto Alegre: CPG em História/UFRGS; 1988. (Cadernos de Estudo n° 1).

⁷⁵ AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar?: a família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 29.

⁷⁶ Idem, p. 30.

⁷⁷ ZUBILLAGA, Carlos ; BALBIS, Jorge. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Tomo III: vida y trabajo de los sectores populares (hasta 1905). Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1988. p. 45.

habitações distantes dessas áreas”, onde foram se estabelecer parte dos novos trabalhadores.⁷⁸ Para eles, a única forma de permanecer no centro da cidade no fim dos anos 1890 era através das moradias coletivas insalubres. Essa prática de habitação gerou debates entre os conselheiros municipais – sempre com maioria do PRR – que concluíram que aquelas péssimas moradias eram criação de gananciosos “proprietários que exploram a necessidade de habitação operária”⁷⁹, investindo pequenos capitais em residências simples e com aluguéis caros. Todavia, segundo Silvia Arend, havia mais do que um cálculo econômico em disputa na questão da habitação popular:

Concluimos, então, que nesse período [fim do século XIX] o espaço urbano de Porto Alegre ainda não estava esquadrihado segundo normas capitalistas de valorização do solo e de segregação social. Todavia, a presença dessa população, especialmente no centro da cidade, incomodava muita gente. Parte da imprensa da capital descrevia as suas condições de moradia de forma moralista e pela perspectiva da higiene. Para Porto Alegre transformar-se em uma cidade civilizada, como almejavam alguns desses redatores, era necessário que esse espaço fosse reorganizado segundo os padrões da elite⁸⁰.

A vantagem para o operariado em residir nos cortiços era estar próximo ao seu lugar de trabalho, situação fundamental para a efetivação de uma jornada de trabalho acima de oito horas em uma cidade com sistema de transporte público ainda precário⁸¹.

Como podemos observar pelas estatísticas municipais sobre habitação em Porto Alegre no período⁸², o número de cortiços levantados pelos fiscais da intendência passa de 316 em 1890 para 1.223 em 1904; ou seja, apesar do aumento da taxa municipal sobre aquelas moradias, em quatorze anos houve um crescimento de 287% nas construções daquele tipo contra 132% das casas térreas. O auge dos cortiços em Porto Alegre foi no ano de 1914, quando foram identificadas 3.516 daquelas habitações. Em outros termos a paisagem fica mais clara: para cada sobrado existente naquele ano, havia dois cortiços, enquanto que para cada quatro casas térreas existia um cortiço na cidade. Considerando que em cada cortiço vivia um grande número de pessoas, podemos desconfiar que em meados da década de 1910 boa parte da população da zona urbana de Porto Alegre vivia em cortiços⁸³.

⁷⁸ BAKOS, *A habitação...*, p. 9.

⁷⁹ *Idem*, p. 9-10.

⁸⁰ AREND, *Op. Cit.*, p. 33.

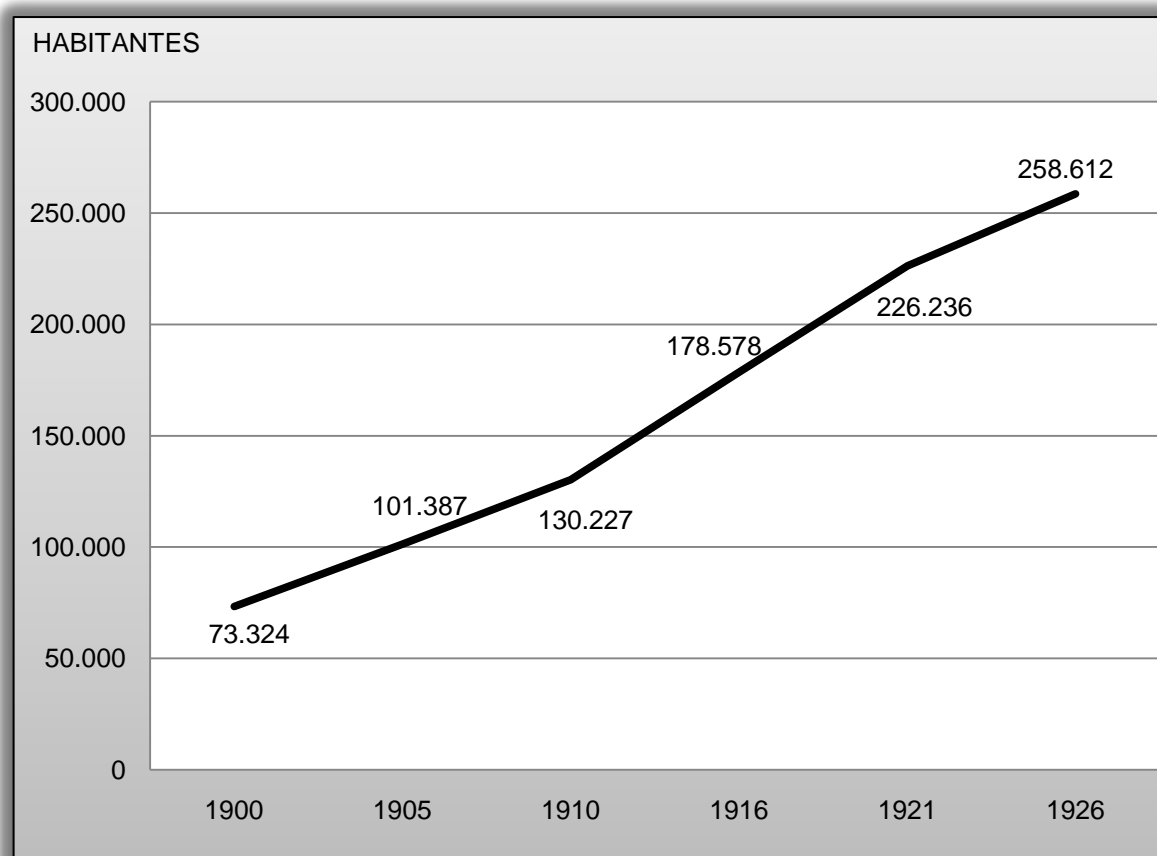
⁸¹ A primeira greve geral da cidade, ocorrida em 1906, pautava a redução das jornadas de trabalho para 8 horas, sendo parcialmente vitoriosa, já que formalmente houve uma redução das jornadas das diversas categorias, enquanto na prática a militância operária precisou cobrar dos patrões o cumprimento do acordo nos anos seguintes. Cf.: SCHMIDT, *Op. Cit.*

⁸² Vide Anexo IV – Habitações.

⁸³ Em Montevidéu a média de pessoas por cortiço variou entre 27 em 1876, 33 em 1884, 37 em 1888, 42 em 1889 e 30 em 1908. Cf.: ZUBILLAGA e BALBI, *Op. Cit.*, p. 46.

Partindo dos dados antes apresentados sobre o ano de 1916, identificamos uma densidade por prédio na zona urbana de 6,64 pessoas. Ao considerarmos plausível uma média de 10 pessoas por cortiço em 1914, quase um quarto de um universo de 150 mil habitantes da cidade estaria vivendo naquelas condições⁸⁴. Abaixo apresento a evolução da população de Porto Alegre a partir dos dados disponíveis – uns mais confiáveis (1912, 1916, 1921), outros menos (os demais anos) – e a relação entre o número de casas térreas e cortiços contabilizados pela Intendência Municipal.

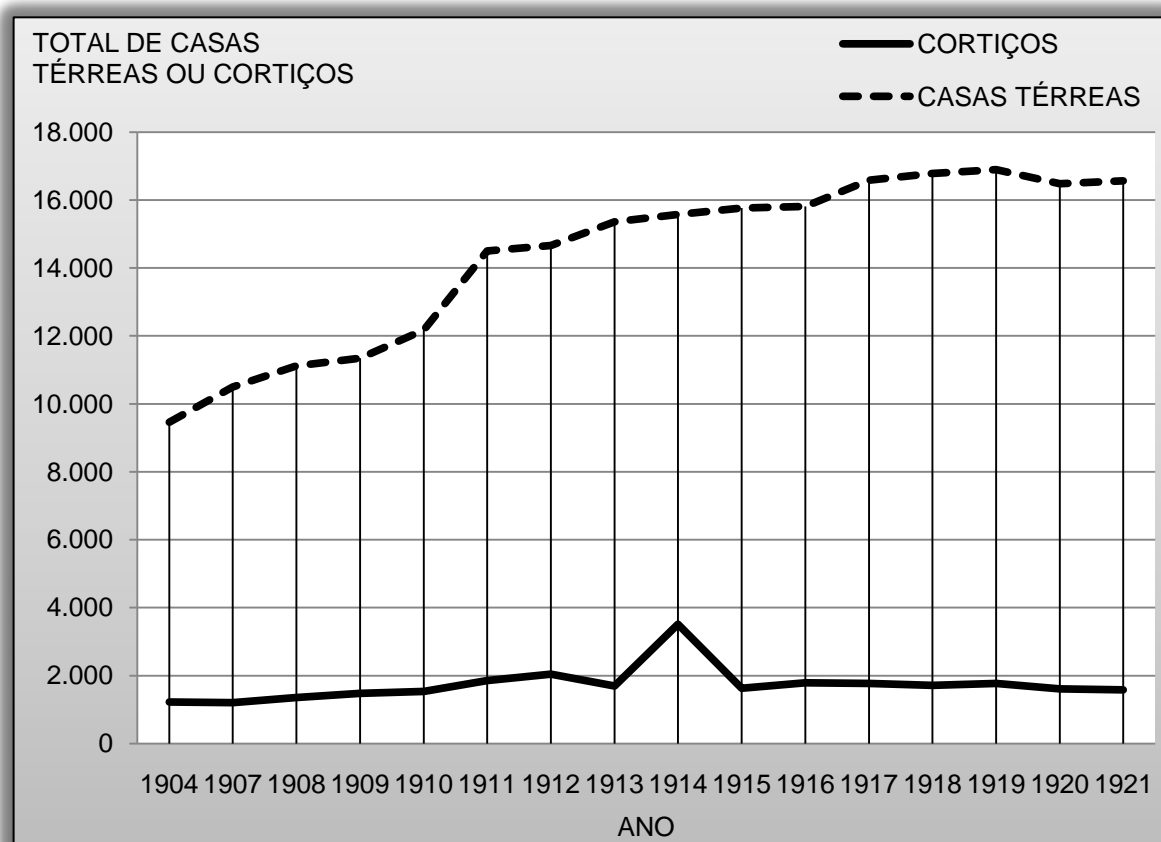
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE⁸⁵



⁸⁴ Para as estatísticas populacionais da cidade, ver o Anexo II – População. Se aplicarmos a média de Montevidéu em 1908 de 30 pessoas por cortiço, chegamos a dois terços da população de Porto Alegre vivendo naquelas habitações, o que parece pouco realista quando analisamos fontes mais qualitativas.

⁸⁵ Gráfico criado a partir dos dados do Anexo II – População. Quando havia mais de uma cifra para a população em um mesmo ano, considerei sempre o menor número para elaboração do gráfico. De qualquer forma, no anexo estão dispostas as variações nas fontes da pesquisa.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS CORTIÇOS E CASAS TÉRREAS⁸⁶



Em todo caso, os números para 1914 parecem excepcionais, como se observa no gráfico 2. É preciso lembrar que os dados sobre habitação eram recolhidos pelos fiscais municipais através da coleta do imposto anual da décima urbana, e como relatado anteriormente, a corrupção daqueles agentes era prática corrente entre os porto-alegrenses. Se podemos suspeitar de um erro na elaboração dos dados sobre 1914, por outro lado, é possível que a efetivação da fiscalização municipal sobre os lares tenha sido prejudicada em alguns anos, mas potencializada em outros. Prova disso é a queda da população total e no número de cortiços verificado pela Intendência entre 1912-1913, o que é improvável em uma conjuntura de crescimento urbano constante e sem o registro de epidemias. Desse modo, pode ser que exatamente os dados sobre 1914 nos aproximem ao máximo do objeto estudado, na medida em que em um ano subsequente a uma provável queda na arrecadação da décima urbana os fiscais tenham sido obrigados a trabalhar com maior rigor.

⁸⁶ Gráfico criado a partir do Anexo IV – Habitações. Desconsidere os sobrados e assobradados na elaboração desse gráfico para evidenciar o contraste entre cortiços e casas térreas.

A tendência de elevação no número de habitantes em cortiços desde os anos 1890 até os anos 1910 não parecia ser exclusiva da capital gaúcha, como fica evidente pela preocupação do governo federal. Já em 1911, um decreto originado no poder legislativo concede “diversos favores às associações que se propuserem a construir casas para habitação de proletários”⁸⁷, regulamentando inclusive a tabela de aluguel das casas. Novamente, havia a possibilidade de compra pelo inquilino, depois de pago o valor total do imóvel acrescido de dez por cento, devido à construtora. Explicitamente, o objetivo do governo se restringia a atender a capital federal, embora no seu nono artigo estipulasse os mesmos favores da lei às associações de capitais estaduais que conseguissem benefícios dos governos locais, como isenção de impostos e a concessão de terrenos. Um inciso do primeiro parágrafo do artigo segundo demonstra a preocupação do governo em acabar com as habitações coletivas, ou famosos “cortiços”, ao obrigar que cada prédio possuísse uma entrada independente para uso exclusivo de seus ocupantes. Dois anos mais tarde, o governo federal abriria crédito para a construção das vilas proletárias “Marechal Hermes” e “D. Orsina da Fonseca”, também na capital⁸⁸. Como apontou Sidney Chalhou, ainda em meados do século XIX, no contexto da disseminação de epidemias no Rio de Janeiro surge a ideologia da higiene contra os cortiços, tornando a questão habitacional popular um assunto aparentemente cada vez mais técnico e menos político, passível de boa administração, como queriam fazer crer os governantes desde então⁸⁹. Desse modo, as reformas de Pereira Passos nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro serviram para a organização do espaço urbano em favor dos imperativos da acumulação capitalista: retas entre o porto e as casas comerciais foram possíveis graças ao cerco aos cortiços considerados anti-higiênicos e passíveis de demolição⁹⁰.

No sul do país a história não foi muito diferente⁹¹. A grande imprensa de Porto Alegre costumava denunciar as “imoralidades” praticadas naquelas habitações, o que contribuiu para

⁸⁷ Decreto 2.407 de 18/01/1911. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 19, coluna 1. 31/12/1911.

⁸⁸ Decreto 10.018 de 22/01/1913. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 297, coluna 1. 31/12/1913. Esse decreto foi complementado por outro em 1920, que autorizava o término das obras das casas naquelas vilas ainda inconclusas, o cedia terreno federal para expansão de residências populares a funcionários e operários municipais no Distrito Federal. Decreto 4.209 de 11/12/1920. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 302, coluna 1. 31/12/1920.

⁸⁹ CHALHOU, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁹⁰ Idem. Sobrevivendo... In: *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 59-170.

⁹¹ No Rio Grande do Sul, há estudos sobre Pelotas durante o período aqui abordado. Naquela cidade o ano de 1916 aparece como marco do cerceamento municipal àquele tipo de habitação. Cf. GILL, Lorena Almeida. “Casas que matam”: cortiços e tuberculose em Pelotas (RS) – 1890-1930. In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Horizontes urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004. p. 90-108.; MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas*

o cerco municipal aos cortiços⁹². Como apontou a antropóloga Cláudia Fonseca, ao estudar 149 processos de apreensão de menores na cidade entre 1901 e 1926, havia um grave problema habitacional na época, momento de grande expansão urbana e econômica de Porto Alegre. Os arranjos familiares fluídos – seu estudo é sobre a prática da circulação de crianças entre os populares – impactavam diretamente na forma de habitação dos mais pobres, do que se valiam os outros grupos sociais para “denunciar” as “imoralidades” da vida das classes trabalhadoras:

Vêm-se pessoas vivendo em cômodos alugados, outras da renda do aluguel. Tanto os casais alojados com sogros como as pessoas que moram com amigos e patrões são numerosos. Era a época das “casas em corredor”, onde cabe uma família em cada cômodo. E, ainda hoje, vemos os resquícios de outra solução da época para a “crise habitacional”: várias casinhas de madeira, construídas uma atrás da outra, em terrenos estreitos e compridos⁹³.

Também as doenças eram atribuídas pela grande imprensa ao estado sanitário daquelas casas: a falta de acesso a serviços municipais como o recolhimento do esgoto – já que o serviço de cubas não era gratuito – fazia com que os despejos ordinários fossem realizados nas imediações das residências⁹⁴. Em 1907 a febre tifóide era denunciada como um mal que atacava principalmente quem possuía o estilo de vida moldado pelos cortiços⁹⁵. A degradação higiênica, estética e moral eram os trunfos utilizados pela grande imprensa para cobrar da Intendência Municipal a fiscalização sobre os comportamentos das pessoas naquelas habitações, o que culminaria no cerco progressivo à essa forma de moradia dos mais pobres:

Existem à rua Independência 15 cortiços, em completa ruína, ameaçando desabamento, e habitados por mais de 60 pessoas, notando-se no modo de vida dessa gente uma grande falta de asseio e higiene, pois os próprios despejos são feitos nos fundos do prédio. [...] Também na rua João Telles visitou o nosso amigo José R. Vianna uns cortiços, ns. 23 a 23N., nos quais moram mais de 71 pessoas, que fazem os seus despejos no terreno da frente. Foi intimado seu proprietário a fazer neles seis latrinas lajeadas, que deverão servir de cubos duas vezes por semana⁹⁶.

Em todo caso, o mesmo jornal denunciava o elevadíssimo custo do aluguel de uma casa simples para o proletário porto-alegrense⁹⁷. Os donos de imóveis alugados formavam

públicas e investimentos privados. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2006. Tese de doutorado.

⁹² “Os cortiços”. *O Independente*, Porto Alegre, 26 de março de 1905, p. 1.; “Reclamação atendida”. *O Independente*, 30 de março de 1905, p. 2.

⁹³ FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 46.

⁹⁴ “Com a higiene”. *O Independente*, Porto Alegre, 21 de março de 1907, p. 2.

⁹⁵ “Interesses municipais”. *O Independente*, Porto Alegre, 24 de janeiro de 1907, p. 1.

⁹⁶ *O Independente*, Porto Alegre, 24 de março de 1907, p. 2.

⁹⁷ “Prédios urbanos”. *O Independente*, Porto Alegre, 7 de novembro de 1907, p. 1.

uma espécie de associação, a *Companhia Mutualidade*, fazendo valer seus interesses⁹⁸. Esses senhores justificavam os elevados custos dos aluguéis acusando o peso dos impostos da décima urbana (imposto predial), da polícia e do lixo, além de outros gastos como seguro, reparos e tempo ocioso do imóvel⁹⁹. A recomendação do jornal era para que os operários se unissem e formasse sua própria associação mutual, necessitando de pelo menos 5.000 sócios – número inferior ao proletariado da cidade –; mas isso nunca aconteceu.

Em 1910 o governo municipal, através de lei autorizando a realização de empréstimo para construção de casas para operários no Campo da Redenção¹⁰⁰, ensaiou um estudo para a construção de vilas operárias, contratando o engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel para elaborar um projeto semelhante aos que havia feito para São Paulo¹⁰¹. Dois foram apresentados: um prevendo casas de um só pavimento com quatro peças; o outro apresentando duas habitações, na forma de um sobrado compartilhado, dispendo dos mesmos atributos do anterior, mas custando mais. A preferência do Intendente denuncia a ideologia da higienização e da separação das famílias através de prédios independentes:

parece-me ser o primeiro projeto preferível por dispor a Intendência de terreno suficiente para a respectiva execução, evitando-se assim os inconvenientes da casa em dois pavimentos e ocupados por famílias diferentes¹⁰².

Em 1912, ou seja, um ano após o decreto do governo federal antes citado favorecendo a construção popular e recomendando o fim das construções coletivizadas, um projeto de lei em Porto Alegre tentava coibir a vida em cortiços. Baseando-se, segundo Bakos, 1) na incorporação do proletariado à sociedade e 2) na atuação contrária à agressão aos padrões estéticos estabelecidos nas normas municipais, o projeto de lei proibiria a construção de prédios sem frente de terreno e estabelecia que, para as moradias em becos cujos aluguéis fossem superiores a 15\$000 (quinze mil réis), seria cobrada uma tributação um quarto maior sobre o valor que já vinham pagando. Ora, os becos referidos eram os do centro da cidade. O governo municipal obrigou os proprietários a remodelarem os prédios da zona central e dificultou – via fiscalização da diretoria de higiene – a permanência dos cortiços, estalagens e porões naquela área, a única coberta pelo serviço dos esgotos.

⁹⁸ “Companhia Mutualidade”. *O Independente*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1908, p. 3.

⁹⁹ “Pelos proletários”. *O Independente*, Porto Alegre, 5 de janeiro de 1908, p. 2.

¹⁰⁰ Lei nº 52, de 19 de março de 1909. *Leis, atos e decretos*. Porto Alegre: A Federação, [diversas datas]. Leis municipais históricas estão disponíveis no AHPAMV.

¹⁰¹ *Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1911 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º José Montauray de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1910*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d’A Federação, 1910. p. 134. Daqui pra frente, a referência a esse tipo de fonte será da seguinte forma: Relatório de tal ano.

¹⁰² *Idem*, p. 137.

Além dessas medidas, no seu Relatório Anual o Intendente referia-se à falta de condições de higiene e conforto, ao lado do “elevado aluguel da maior parte das pequenas habitações ocupadas pelos proletários”¹⁰³, e sugeriu uma liberação de crédito pelo Conselho Municipal ao seu governo para a construção de um grupo de “casas de operários”, com o intuito de conhecer o custo exato de cada tipo de acordo com o número de peças, para então conceder favores à empresas ou particulares que desejassem entrar no negócio da construção popular. Ao lado dessa providência, o Intendente já manifestava seu desejo de isentar dos impostos de construção e reduzir o imposto predial daquele tipo de investimento nos “arrabaldes” da cidade. Ou seja, o governo queria fomentar a empresa capitalista da construção civil, ou mesmo estimular pequenos construtores individuais e possuidores de poucas economias para tentar resolver um problema de ordem sanitária, estética e econômica.

1.2.2. A consolidação do Quarto Distrito como zona operária

Vimos como os projetos de cerco aos cortiços foram paulatinamente executados em Porto Alegre, especialmente durante as décadas de 1910 e 1920. No Rio de Janeiro, Chalhoub identificou três alternativas abertas no campo de possibilidades dos recém expulsos da zona central da capital no começo do século XX: 1) pagar aluguéis mais caros por casas ou habitações coletivas ainda existentes; 2) instalação no subúrbio, com o prejuízo do deslocamento precário até a região do trabalho na cidade; 3) ocupação dos morros em volta da zona central¹⁰⁴. Podemos dizer que Porto Alegre possibilitou aos seus operários uma situação híbrida. Por um lado, tivemos a ocupação dos subúrbios e morros relativamente afastados do centro da cidade – que será tratada adiante – e por outro, a consolidação de uma região industrial de trabalho e moradia popular, situada entre as casas comerciais centrais e as estradas de contato com outras cidades, na zona norte: nascia o quarto distrito de Porto Alegre. Considerando o surto populacional da cidade no início do século XX e sua expansão em direção aos limites da zona fabril e adjacências, o Intendente José Montauray relatava em 1912 que a Hidráulica Municipal prolongaria a canalização até São João e Navegantes,

onde colocou em algumas de suas ruas chafarizes, em que os seus moradores pudessem provisoriamente suprir-se desse indispensável elemento de subsistência e higiene, de preferência à água que captavam à beira do litoral ou em poços¹⁰⁵.

¹⁰³ *Relatório de 1912*. p. 18.

¹⁰⁴ CHALHOUB, *Sobrevivendo...*, p. 135.

¹⁰⁵ *Relatório de 1912*. p. 81. Em 1913, o novo relatório ainda se referia àquelas instalações de chafarizes, acrescentando que o litoral em que as pessoas captavam água para consumo “banha uma área onde é intenso e

Aquelas instalações não foram jamais provisórias, pois permaneceriam funcionando nos anos seguintes, como demonstram as queixas sobre o primeiro bairro fabril da cidade ainda na década de 1920. Desde 1908 o governo municipal instalava “penas d’água para a pobreza” nos limites da cidade, além de chafarizes¹⁰⁶. Aqueles dois arrabaldes, que comporiam uma “cidade dentro da cidade” segundo expressão usada por Alexandre Fortes, concentraria o crescimento populacional do município durante a primeira metade do século XX:

Foi justamente o papel de caminho entre as colônias e o mundo exterior que marcou o processo de industrialização da capital gaúcha a partir do início do século e, na medida em que ele passava a envolver o emprego em larga escala de mão-de-obra operária em fábricas de maior porte, na década de 20, levou ao surgimento dos bairros industriais que iriam redefinir completamente o perfil urbano. [...]

É, portanto, a localização dessa área, no encontro das vias que ligavam Porto Alegre ao restante do estado e do País (inicialmente o rio Guaíba, posteriormente as estradas de rodagem e de ferro que davam acesso às colônias do interior e finalmente o campo de pouso aéreo), que explica, tanto as origens do bairro do Navegantes/São João quanto o fato dessa região vir a ter concentrado o crescimento acelerado da indústria e da população da cidade, o que viria a se acentuar a partir da terceira década do século XX¹⁰⁷.

Mais precisamente, é possível identificar o momento de consolidação do futuro “quarto distrito” – estritamente São João e Navegantes – como zona de moradia de grande parte da classe operária porto-alegrense após 1909, embora com alguma ocupação anterior. Pelos dados levantados sobre o policiamento dos diversos distritos da capital¹⁰⁸, Lima aponta naquele ano o emprego de 129 funcionários do ramo no primeiro distrito (ou seja, na área peninsular, a mais antiga ocupação da capital da província); 49 no segundo (Campo da Redenção, Cidade Baixa, Praia de Belas, Menino Deus e Azenha); 49 no terceiro (Bom Fim, Rio Branco, Independência, Moinhos de Vento, Floresta e Navegantes); 21 no quarto (subúrbios, compreendendo os limites urbanos desde o Navegantes até o Menino Deus,

constante o aumento de edificações”. *Relatório de 1913*. p. 5. Os chafarizes *provisórios* ou as “torneiras livres” mandadas instalar ainda aparecem nos relatórios de 1914, 1915, 1920, 1922, 1924, embora nesse último ano José Montaury já se manifestasse em favor da colocação de hidrômetros nas “penas livres”, receita defendida pelos seus sucessores.

¹⁰⁶ “Água à pobreza”. *O Independente*, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1908. p. 2.; “Chafarizes”. *O Independente*, Porto Alegre, 27 de setembro de 1908, p. 2.; Respectivamente, noticiam a instalação de uma pena d’água livre no arrabalde de Azenha e três chafarizes para abastecimento de água potável de ruas do Quarto Distrito.

¹⁰⁷ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 36.

¹⁰⁸ LIMA, *Dados estatísticos e outros...* [1909-10?], p. 32-33.

incluindo Glória e Belém Velho)¹⁰⁹; e menos de dez nos demais. Como aponta Silvia Arend, no final do século XIX a maioria dos populares por ela pesquisados residia ainda no Centro, Cidade Baixa e Menino Deus¹¹⁰. Pela preocupação municipal com os bairros São João e Navegantes apresentada a seguir, podemos assegurar que foi a partir dos anos 1910 que o quarto distrito passou a se constituir como uma região peculiar dentro da cidade, já que até 1909 o quarto distrito compreendia uma região administrativa mais heterogênea do que aquela consagrada futuramente. Sem dúvida, o estabelecimento da fábrica de tecidos Renner em 1914 nos Navegantes foi um marco desse movimento¹¹¹.

Nos anos 1920 o distrito já era apresentado pela grande imprensa como a “cidade das chaminés”; os inquéritos com operários sobre a vida nos bairros revelavam dados interessantes¹¹². Entre eles, que as 35.000 almas do distrito em 1927 quase nunca precisavam ir “a Porto Alegre”, pois tinham de tudo naquela região: trabalho nas fábricas, comércio, bares, cinemas, clubes. Como aponta Pierre Mayol, antropólogo urbano que trabalhou na equipe de Michel de Certeau pesquisando as práticas cotidianas¹¹³, o “consumo do bairro” pelos seus habitantes passava pela privatização do espaço público através do seu uso quase cotidiano: fixidez do habitat, costume da vizinhança, além dos processos de reconhecimento e identidade, identificados por Alexandre Fortes para o quarto distrito.

Segundo o entrevistado de 1927 do *Diário de Notícias*, fazia exatamente quatorze anos que São João “começou a tomar impulso”, ou seja, “desde que começou o movimento de fábricas”. Em 1929, outro inquérito do mesmo jornal denunciava a falta de resolução para o problema da habitação operária, mas ressaltava algumas boas moradias existentes nos Navegantes, como os chalés habitados por algumas famílias de trabalhadores¹¹⁴.

Um ponto merece destaque quando estudamos os bairros de São João e Navegantes. Diversas notícias na grande imprensa relatam o alagamento das suas ruas anualmente,

¹⁰⁹ A divisão distrital da cidade encontra-se em MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. p.73-74.

¹¹⁰ AREND, *Op. Cit.*, p. 25-27.

¹¹¹ CONTRIBUIÇÃO para a história do bairro fabril de Porto Alegre: o considerável desenvolvimento dos Navegantes, um arrabalde que cresceu sob o estrépito das lançadeiras. *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano I(11), abril de 1943. p. 18-22.

¹¹² “A cidade das chaminés: uma visão panorâmica do nosso bairro fabril”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 de outubro de 1927, p. 12. Ver no Anexo VI a Foto 1: uma composição de fotos de operários(as) em deslocamento ao trabalho ou posando.

¹¹³ MAYOL, Pierre. Primeira parte: morar. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 40-45.

¹¹⁴ Na Foto 2 no Anexo VI encontramos um desses chalés. “A cidade em revista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 de junho de 1929, p. 16.

especialmente a partir do final da década de 1920¹¹⁵. O distrito seria um dos mais atingidos na marcante enchente de 1941, mencionada por Alexandre Fortes quando esse historiador abordou a memória dos trabalhadores daqueles bairros. Em todo caso, a posição topográfica suscetível a alagamentos da zona fabril de Porto Alegre não era uma peculiaridade dessa cidade. Estudando a habitação dos trabalhadores em Buenos Aires no começo do século XX, Norberto Ferreras mostra como a moradia popular em terrenos baixios (como *La Boca*) era prática recorrente entre o operariado, especialmente pelo preço rebaixado dos terrenos e proximidade do trabalho¹¹⁶. Somado aos alagamentos, certo abandono da zona fabril da cidade – especialmente pela falta de conservação das ruas e passeios públicos – fazia parte dos ataques repetidos da grande imprensa à administração municipal¹¹⁷. A situação de descaso do governo municipal com os dois arrabaldes era tão grave que proprietários de imóveis, comerciantes e industrialistas criam uma “Associação Pró-Defesa dos Interesses do 4º Distrito”, para cobrar da Prefeitura os melhoramentos sanitários e urbanísticos presentes na zona central da cidade¹¹⁸.

1.2.3. As promessas de casas para operários

Em 1913, o Regulamento Geral de Construção foi aprovado, ficando proibidas novas edificações de madeira nas zonas servidas pela rede de esgotos (leia-se centro) e obrigando o cercamento dos terrenos baldios, em uma clara intenção de evitar as ocupações populares daquelas áreas; além do mais, mesmo os cortiços foram obrigados a instalar pias e latrinas, símbolos do saneamento da cidade moderna. Por outro lado, no início da década de 1910 o crescimento populacional era tão intenso na zona fabril, que a sujeira produzida pela crescente cidade estava se tornando insustentável:

O grande desenvolvimento que tem tido nestes últimos anos os arrabaldes dos Navegantes, São João e Cristóvão Colombo, já vai exigindo, próxima dessas localidades, uma nova instalação do serviço de limpeza pública. [...] O forno de incineração vai também tornado-se insuficiente para atender a quantidade, que rapidamente vai aumentando, impondo-se a necessidade da construção de um outro, que poderá ficar no local da nova instalação do serviço da limpeza¹¹⁹.

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de abril de 1928, p. 5; 31 de julho de 1929, p. 6; 21 de agosto de 1930, p. 8.; 6 de setembro de 1930, p. 8.

¹¹⁶ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006. p. 54.

¹¹⁷ “Os nossos arrabaldes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1930, p. 9.; “Os nossos arrabaldes”. *Correio do Povo*, 7 de janeiro de 1931, p. 5.

¹¹⁸ “Os nossos arrabaldes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de março de 1931, p. 8.

¹¹⁹ *Relatório de 1913*. p. 9.

Ainda naquele ano, apesar da legislação anti-cortiços, o Intendente nos revelava o adiamento do experimento das casas para operários, e evidenciava a concretização da idéia de “bairro operário” intimamente ligado às fábricas e oficinas já instaladas. Dessa forma, retirava da Intendência qualquer ônus no sentido de planejar a cidade em sentido amplo, bastando adequar os experimentos de casas populares aos arrabaldes fabris já existentes:

Dependente do empréstimo, ainda não foi possível iniciar a construção de um grupo de casas para operários, que deveria ser construído no campo da Redenção, em um terreno para esse fim ali reservado.

Parece-me que seria de mais vantagem a construção desse grupo nos arrabaldes de São João ou Navegantes, bairros operários, onde poderiam ser adquiridos terrenos com o produto da venda, dos que estão para esse fim reservados no referido logradouro municipal.

Esta iniciativa tem por fim, como já vos declarei, conhecer o custo exato de cada tipo de casa com determinado número de peças e estabelecer favores às empresas ou particulares, que se quiserem sujeitar às condições idênticas às observadas pela Intendência.

Aos que construírem casas nas referidas condições a municipalidade concederá isenção do imposto de construção; redução de 50% no imposto predial até o ocupante tornar-se proprietário do prédio.

Deste modo, estou convicto, que se poderá conseguir habitações higiênicas, confortáveis e de pouco valor locativo¹²⁰.

Assim, o governo estaria promovendo, de uma só vez, a concretização dos arrabaldes em expansão populacional enquanto espaço na cidade de concentração industrial e de moradia dos mais pobres, que teriam a vantagem de pagar menos por melhores condições de higiene e conforto, vivendo em casas com apenas uma família nuclear (de acordo com o padrão moralizante dos administradores), e tornado-se contribuintes da taxaçoão predial em futuro próximo. Enquanto o imposto predial era cobrado apenas sobre a zona de abrangência dos serviços municipais como rede de esgotos e de transportes, o governo isentava novas construções do dito tributo em áreas externas a esse domínio, favorecendo o empreendimento imobiliário que serviria de habitação aos operários. Obviamente, sem infra-estrutura adequada, segundo os próprios padrões dos administradores municipais. Segundo Bakos, até 1924, fim do governo de José Montauray, a cidade cresceu de forma desordenada. Ainda em 1921, o recenseador do município encontrou 1.607 cortiços na zona urbana da cidade, ou seja, apenas menos 13% em relação aos existentes em 1912¹²¹, o que demonstra a marcha lenta em que seguia o processo de higienização e “melhoramento” das habitações populares.

Com efeito, o projeto municipal de experimento da vila operária não vingou, e em 1914 Montauray defendeu o papel que o governo deveria cumprir diante daquele insucesso: “À

¹²⁰ *Idem*, p. 16.

¹²¹ Ver Anexo IV.

municipalidade compete abordar essa questão social e demonstrar que se pode ter um lucro compensador ao capital envolvido na construção de habitações econômicas”¹²². Como anunciado anteriormente, o governo assumia um papel de fomentador do capital imobiliário, ao mesmo tempo em que tentava resolver problemas das esferas sanitária/higiênica, moral e da arrecadação pública. Em 1917, diante da greve geral que pautava entre outros elementos a redução do imposto municipal sobre prédios alugados por operários e o barateamento do serviço de abastecimento de água¹²³, o Intendente lamentava o desinteresse da iniciativa particular para a construção de casas populares, admitindo que independente daqueles favores concedidos, “a Intendência está autorizada a construir casas para operários, fazendo, para esse fim, um empréstimo [...] e para as quais já dispõe do terreno preciso”¹²⁴. Ainda em 1917, o Intendente adquiria um terreno no arrabalde do São João para a construção de um cemitério municipal, evitando assim o transporte de féretros através da cidade até a Azenha. Com isso, pretendia evitar que os corpos de falecidos por moléstias transmissíveis contaminassem as pessoas ao longo trajeto.

O empréstimo conseguido para as obras de saneamento da cidade em 1918 evidencia que a prioridade de fato era “limpar” o centro das habitações – e dos seus habitantes – mais deploradas(os) pelo governo e pelas classes sociais mais distintas, ajudando a delimitar o espaço adequado de residência de cada grupo humano. Claro, tudo em nome do “interesse público”:

Para execução dos melhoramentos que fazem parte do projeto de embelezamento e saneamento da cidade, tem encontrado esta Intendência dificuldade nas negociações dos imóveis necessários à execução dos respectivos trabalhos.

Conseguindo remover algumas, ainda existem outras, que não se tem conseguido vencer por acordo amigável e preço justo, parecendo-me tornar-se necessária a desapropriação por utilidade pública para os imóveis situados nas ruas contempladas pelo projeto. [...]

Devendo a municipalidade contar para realizar esses melhoramentos com os recursos do empréstimo interno, cujo juro é elevado, deve preferir os que fiquem no centro da cidade e interessem à higiene e à locomoção, guardando para mais tarde outros mais afastados e que podem esperar a oportunidade¹²⁵.

O projeto das vilas operárias segue se arrastando nos anos seguintes:

A Intendência [...] adquiriu um terreno à estrada do Mato Grosso [atual Bento Gonçalves, que na época seguia da Azenha ao Partenon, e daí para Viamão, zona afastada do centro e das fábricas concentradas na zona norte] com a área de

¹²² *Relatório de 1914*. p. 14.

¹²³ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327.

¹²⁴ *Relatório de 1917*. p. 24.

¹²⁵ *Relatório de 1918*. p. 7.

6.044 m² entre as ruas Boa Vista e Larga, destinado à construção de casas de operários. [...] Aguardo momento oportuno para utilizar-me da vossa autorização [do Conselho Municipal...] para ampliar a aquisição de terrenos para o mesmo fim, nos arrabaldes de S. João, Navegantes e Floresta, onde maior é a população operária.

Presentemente a falta de material e o seu elevado custo torna inexecutável uma construção econômica, como deve ser a de prédios que tenham de ser adquiridos pelos operários em pequenas prestações de acordo com os recursos de que possam dispor para atender a outras necessidades, além da do abrigo¹²⁶.

Fica patente que, se havia disponibilidade de aplicação de empréstimo com juro alto para o saneamento e higienização do centro da cidade, a questão da habitação operária adequada poderia sempre esperar mais um pouco, segundo a visão da administração municipal. Nos anos 1920, vemos que as moradias para operários não saíram do papel. O engenheiro do prédio do Instituto Parobé, Chrétien Hoogenstraaten, reclamava em 1921 da falta de solução para a moradia de baixo custo em Porto Alegre, e apresentava seu projeto de vila operária para aluguéis acessíveis aos trabalhadores:

Devido à grande falta de moradias, à carestia do material e, em consequência disto, aos fabulosos aluguéis atuais, é de grande vantagem que as casas sejam construídas de modo que ocupem pouco lugar e apresentem as necessárias comodidades. [...] Cada conjunto de duas casas está livre de todos os lados e rodeado de um jardim. [...] Estas moradias são muito econômicas e próprias para famílias pequenas ou solteiros. As despesas de construção das mesmas depende do número de casas e da simplicidade, não podendo os aluguéis passa de 50\$000 por mês. [...]

É de lastimar que nesta capital não haja empresas de construções com um fim *filantrópico* e que se satisfaçam com pequenos lucros, deste modo os menos favorecidos da fortuna seriam beneficiados, e a cidade tomaria um aspecto mais belo com estes parques villinos. Há muitos capitalistas filantrópicos que se poderiam interessar por uma empresa deste gênero, empregando dinheiro para este fim, do qual receberiam os juros, só assim poder-se-ia construir a referida *Villa Parque*, que sem dúvida, daria ótimo futuro. Estas mesmas empresas tiveram na Europa, apesar dos baixos aluguéis, grande êxito, e deram um juro bastante elevado. Em geral, os Governos auxiliam tais empresas com empréstimos a juro baixo, não cobrando impostos durante alguns anos, etc., o que seria também de esperar do deste patriótico Estado¹²⁷.

Em todo caso, tal projeto não foi executado na cidade, pois poucos anos depois o novo Intendente, engenheiro Octavio Rocha, afirmava que priorizaria o saneamento dos bairros São João e Navegantes, onde estaria crescendo o número de famílias operárias. Como de praxe, em 1925 aquele mesmo Intendente denunciava ao Conselho Municipal a persistência do problema econômico da habitação operária, agravado pelo aumento do impostos municipais repassados aos inquilinos:

¹²⁶ *Relatório de 1919*. p. 8.

¹²⁷ Chrétien Hoogenstraaten. Projeto de construção econômica. *Egatea*. Porto Alegre, vol. 6, nov./dez. 1921, nº 6. p. 329-330.

Há proprietários sem consciência que se aproveitam de um pequeno aumento feito pela intendência para elevarem seus aluguéis, alegando essa razão e metendo no bolso quantia muito maior do que o aumento pago à Municipalidade.

Vieram ao meu conhecimento alguns casos, franqueando eu ao inquilino os livros para examinarem os aumentos feitos, verificando-se, então, que fora muito menos que o alegado pelo proprietário.

Convém que o povo se acautele com esse novo processo de aumentar aluguéis e na Municipalidade terão amplos informes sobre a elevação feita. Terão quase todos a surpresa de verificar que há muito pagavam como aluguel quantia muito superior, em que foram agora lotadas as casas¹²⁸.

As únicas habitações construídas para os trabalhadores de Porto Alegre como fruto de políticas públicas foram 16 pequenas casas no local de trabalho dos operários da incineração do lixo¹²⁹, localizadas na Chácara Municipal próxima às “oficinas da Viação Férrea, em Gravataí”¹³⁰. O alto custo de saneamento da zona alagadiça dos bairros São João e Navegantes fez com que os projetos de vilas operárias fossem suspensos, e como verificamos pela grande imprensa da época, o operariado ainda pagava aluguéis elevadíssimos em 1926, mesmo nos arrabaldes afastados do Centro¹³¹. Portanto, a situação habitacional do operariado não parecia próxima de uma solução.

Em 1928, o novo Intendente Alberto Bins – dono de indústria na cidade – diante das queixas de aumento abusivo dos aluguéis, repetia a ladainha do desinteresse dos capitalistas em construir casas simples para o operariado, e cogitava revogar a lei de isenção de imposto predial para grupos de cinco ou mais habitações com aluguel inferior a 200\$000 (duzentos mil réis), aprovada em dezembro de 1927. Porto Alegre estava longe de se constituir em uma sociedade de proprietários: em 1928, segundo a própria Intendência, na zona urbana havia 7.948 imóveis próprios, contra 15.340 alugados¹³², ou seja, uma proporção de cerca de dois prédios alugados para cada próprio. De qualquer forma, na tentativa de desonerar “as classes desprotegidas, cuja preocupação mais imperiosa [era] o problema da habitação”¹³³, naquele ano foi aprovada uma taxação predial proporcional e progressiva relativa ao valor locativo dos imóveis. A divisão na taxação predial concretizada em lei municipal tornava evidente, através das palavras do próprio intendente, a divisão de classes da sociedade porto-alegrense do final dos anos 1920, e a desproporção na tributação imobiliária da capital até então vigente:

¹²⁸ *Relatório de 1925*. p. 92.

¹²⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de junho de 1926. p. 4.

¹³⁰ Relatório da Diretoria de Obras e Viação ao Intendente de Porto Alegre. 1926-1927. Porto Alegre: A Federação, 1927. p. 39, 348-349. APUD: FAGUNDES, Ligia K. *et al. Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930*. Documentos. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; FEE, 1987. p. 258-259.

¹³¹ “A situação da praça”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de julho de 1926. p. 10.

¹³² *Relatório de 1928*. p. 372.

¹³³ *Relatório de 1929*. p. 26.

A taxa menor, de 12%, atingiu, pela revisão procedida no 1º semestre, a 15.856 prédios de valor locativo até 150\$000, ocupados, como é de fácil compreensão, por jornaleiros, operários e outras classes pobres, que viviam proporcionalmente mais oneradas que as outras, e a taxa seguinte, de 15%, a 5.516 casas, de valor locativo de 151\$000 a 300\$000, ocupadas por outros menos abastados, como funcionários públicos, empregados no comércio, etc.

Facilmente se verifica que, efetivamente, com tal modificação, se fez obra social, beneficiando os pequenos proprietários, incentivando e animando a construção de casas modestas que possam contribuir para a solução do magno problema da habitação.

A majoração, de fato, existe para os mais favorecidos, atingindo apenas a 3.855 prédios de valor locativo superior a 300\$000 [pagando 18% de taxa], ocupados por classes abastadas, pelo alto comércio e pela grande indústria, que podem, folgada e comodamente, contribuir, não para o aumento da renda municipal, mas para permitir ao poder público a redução da contribuição das classes menos favorecidas ou pobres¹³⁴.

Ao lado dessa medida, o Conselho Municipal, então secretariado pelo antigo líder operário Francisco Xavier da Costa, aprovava a cobrança de apenas metade do imposto predial para quem construísse entre 10 e 20 casas em terrenos baldios, e isenção total para construção de mais de 20 casas, em um movimento claro de estímulo aos negócios dos capitalistas da construção civil da cidade, na tentativa de saneamento do problema habitacional operário¹³⁵. Em 1930, o Intendente ainda dava explicações ao Conselho Municipal sobre a possível culpa da administração municipal no problema do imposto predial, que supostamente teria impedido a baixa dos aluguéis. Novamente, os problemas externos, identificados no mercado financeiro, adiariam a construção das vilas operárias, planejadas desde o início da década de 1910:

Pretendia a Municipalidade chamar concorrentes, no decorrer deste ano, para o levantamento do primeiro grupo de habitações operárias em vasto e magnífico logradouro existente no arrabalde de S. João, destinadas às classes menos afortunadas que lutam com embaraços para encontrar moradias de aluguéis baixos, em condições indispensáveis de higiene e comodidade tão necessárias à vida. [...]

Infelizmente, e com pesar o registro, a situação do mercado monetário não permitiu a obtenção dos recursos previstos, com os quais ia dar-se início à construção das habitações operárias e à conclusão do cemitério de S. João, que constitui outra justa aspiração dos munícipes do 4º Distrito da capital¹³⁶.

O primeiro projeto efetivamente concretizado – cujas obras foram iniciadas no fim do nosso período de estudo – foi o da vila no arrabalde do Passo D’Areia, futuramente conhecida como Vila IAPI, em bairro vizinho ao de São João. O jornal que anunciava o início dos trabalhos saudava a então Prefeitura pela escolha estratégica do local: “próxima ao centro

¹³⁴ *Idem*, p. 28.

¹³⁵ Lei nº 270, de 31 de dezembro de 1929.

¹³⁶ *Relatório de 1930*. p. 58-59. Além do mais, no mesmo relatório (p. 67) era anunciado o estado deplorável das zonas do São João, Navegantes e Riacho, únicos arrabaldes que naquele ano ainda não possuíam saneamento na cidade, estando expostos especialmente nas épocas das chuvas. Novamente, a situação do mercado financeiro internacional era identificada como limitante de qualquer política efetiva da municipalidade para aquelas regiões.

fábrica da capital, saudável e ao abrigo de enchentes”¹³⁷. Ali fora construída uma escola pública para os filhos de operários, além de uma praça e um campo de desportos para o lazer dos trabalhadores.

Alguns anos mais tarde, o acadêmico Affonso Suermann defenderia a primeira tese para doutoramento em Ciências Políticas e Econômicas do sul do Brasil, em 15 de janeiro de 1937, na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul¹³⁸. A tese disponível ainda hoje na biblioteca daquela instituição, publicada em Porto Alegre, começava por uma análise da sociedade moderna em constituição. Identificava a criação da classe operária como fruto da formação das cidades, e do desenvolvimento da produção capitalista, que segundo o autor separava o operário da propriedade dos meios de produção:

Por conseguinte, o operário será “só operário” por toda a vida e à maioria da massa, mesmo nas gerações vindouras, está prescrita a mesma posição econômica e social. [...]

A separação da classe dos patrões e da classe dos operários, da propriedade e da falta de propriedade, é o momento sociológico essencial da produção capitalista, distinguindo-se da produção profissional anterior à capitalista, cuja remoção constitui o problema central de toda teoria e movimento social.

Entretanto, é precisamente a classe operária que constitui valioso bem na vida social, tendo em vista o bem-estar do povo. Daí surge o problema de abolir o mais possível todos os contrastes incisivos entre o pobre e o rico.

A primeira condição encontra-se na garantia de uma existência humanamente digna, sem contudo prejudicar a vida de outras camadas sociais. São do mais alto interesse para o Estado e para a sociedade as condições de vida da classe trabalhadora, os seus ganhos, quais as preocupações que a oprimem e quais as esperanças existentes em aliviar essas preocupações¹³⁹.

Para o novo doutor, reconhecer a nova formação social, que separava proprietários daqueles que nada possuíam a não ser sua própria força de trabalho para vender aos primeiros, possibilitava tornar natural aquela nova divisão. Dessa forma, estabelecendo como marco irrepreensível a desigualdade entre ricos e pobres, o Estado e a sociedade deveriam agir para minorar o máximo possível as aflições dos trabalhadores, desde que sem prejuízo das demais “camadas sociais”. Aí entrava a idéia da necessidade do projeto de se estabelecer uma casa própria para cada família (nuclear) de trabalhadores, para corresponder “às exigências da justiça social como do bem-estar geral”, pois “a propriedade privada do solo é a primeira e legítima premissa da união política da comunidade”¹⁴⁰. Parte da inspiração daquela tese vinha

¹³⁷ “Amparando as coletividades proletárias”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 de abril de 1931, p. 6.

¹³⁸ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS: 1931-1951*. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 30.

¹³⁹ SUERMANN, Affonso. *O problema residencial das classes operárias no Brasil: um projeto duma solução*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, [1937?]. p. 35.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 37.

das diretrizes sociológicas do Vaticano (de acordo com as encíclicas *Rerum Novarum 1891* e *Quadragesimo Anno 1931*), que recomendavam a aquisição da casa própria “como o principal meio de minorar a tensão da questão social”¹⁴¹.

O que nos interessa nessa tese defendida, é constatar que a impressão geral do autor sobre o tema, que estudou todos os decretos sobre habitação publicados pelo governo federal durante a Primeira República, se baseava nas idéias de que 1) os operários em geral passaram por todo o período de desenvolvimento da indústria nacional pagando aluguéis caros, sem direito à propriedade e portanto à elevação social e moral, e 2) de que o Estado, ausente dos debates durante o período, deveria ser o novo promotor daquele melhoramento social.

Ao defender e publicar a tese na capital gaúcha, é possível pensar que o autor tenha alimentado sua percepção da questão da habitação pela visualização do problema em Porto Alegre, durante o período precedente aos anos 1930. Além de consultar jornais locais para concretizar sua pesquisa, citou um discurso do “deputado Francisco Xavier da Costa” em 1936 sobre a tuberculose no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, publicado no jornal *Correio do Povo*¹⁴². Além do mais, ao defender o papel do Estado na definição da solução do problema, ele recomendava a outorga de terrenos públicos para a construção daquelas moradias, prática já ensaiada pelo governo municipal durante o período que acompanhamos nessa dissertação. Finalmente, ele fez um resumo da difícil empreitada que seria necessária para resolver esse problema:

Os preços dos terrenos nos centros urbanos e nas proximidades das fábricas, em quase todas as cidades brasileiras, experimentaram tamanhos acréscimos que não estão mais na devida proporção com o custo da construção de uma casa. Por este motivo será impossível, ao trabalhador, adquirir um terreno barato para construir a sua casa. Os terrenos nos arrabaldes, na maioria dos casos, quase não entram em consideração, devido aos meios de transporte inteiramente deficientes. Ainda mais, não se aconselha a moradia muito distante do lugar de trabalho¹⁴³.

Além do mais, além do problema imediato do custo dos aluguéis, pesadíssimo sobre o orçamento da família operária, existiria, segundo Suermann, a falta de apego ao solo entre o operariado brasileiro, decorrente da ausência do direito de propriedade, base para a submissão do operariado às causas nacionais. Dessa forma, “em uma época em que o comunismo irrompeu, também no Brasil, e contra o qual as autoridades públicas concentram seus esforços defensivos, a casa própria do trabalhador constitui a melhor barreira natural”¹⁴⁴. Nesse

¹⁴¹ *Idem*, p. 8.

¹⁴² *Idem*, p. 94.

¹⁴³ *Idem*, p. 80.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 99.

sentido, cabia ao Estado ser o promotor das políticas de casa própria para os sem propriedade, colhendo os frutos do nacionalismo adiante.

1.3. Exploração: aglutinando a classe fora do local trabalho

Michel de Certeau apresentou uma proposta de crítica ao conceito de “cidade” como era utilizado pelos estudiosos até os anos 1970. Segundo o autor, em vez da redução daquele conceito à sua versão panóptica – expressa na linguagem daqueles que planejavam as cidades, especialmente funcionários do poder público – deveríamos pensar na apropriação e interpretação da cidade através das “práticas microbianas” postas em prática pelos diversos atores da urbe¹⁴⁵. A sua preocupação com uma prática do espaço nos ajuda a explicar, por exemplo, como os habitantes do quarto distrito de Porto Alegre viviam em uma “cidade dentro da cidade”, realizando a maior parte das suas atividades nos bairros de São João e Navegantes; afinal, “o espaço assim tratado e alterado pelas práticas se transforma em singularidades aumentadas e ilhotas separadas”¹⁴⁶. De qualquer forma, a pesquisa empreendida pela equipe de Certeau utilizava-se da observação e entrevistas com seu objeto, os “praticantes dos espaços da cidade”, possibilidade inexistente para minha pesquisa por uma questão no mínimo temporal. Poucos indícios das práticas operárias diante da habitação aparecem nas fontes produzidas pela classe; a maior parte dos dados utilizados provém de outros locutores, como a grande imprensa ou o governo municipal. Mesmo assim, algumas críticas e propostas foram apresentadas pela imprensa operária, como veremos abaixo.

Desde o início do nosso período encontramos manifestações do desapareço dos militantes da classe operária pela forma de condução do problema da habitação em Porto Alegre. O programa do Partido Operário (socialista), publicado no seu órgão, *A Democracia*, cujo redator era o militante Francisco Xavier da Costa, já defendia em 1905 uma solução para os impostos que incidiam sobre esse aspecto da vida dos trabalhadores¹⁴⁷. Em 1930 o Partido Operário Nacional (do qual não sabemos a tendência, mas possivelmente era socialista), através do seu jornal em Porto Alegre, ainda apresentava a tradicional demanda: casas para operários, além de crédito para facilitar a aquisição da casa própria. A curiosidade é que em

¹⁴⁵ DE CERTAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 15ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 175.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 181.

¹⁴⁷ “Manifesto do Partido Operário ao operariado no Rio Grande do Sul”. *A Democracia*, Porto Alegre, 1º de maio de 1905, p. 2-3. O jornal do Partido Operário voltaria a publicar artigos genéricos sobre o tema da habitação proletária. Cf.: *A Democracia*, Porto Alegre, 27 de agosto de 1905, p. 2; 3 de setembro de 1905, p. 2; 9 de maio de 1907, p. 3; 19 de maio de 1907, p. 3; 2 de julho de 1907, p. 2.

meio ao programa do PON vai estampado um anúncio de terrenos para chefes de família no bairro Parthenon, compráveis através de pequenas prestações¹⁴⁸.

Embora não tenhamos encontrado uma associação de inquilinos, o tema da habitação sempre esteve na pauta dos debates travados intra e entre classes. A visão que os operários tinham da *Companhia Mutualidade*, instituição associativa dos proprietários de casas alugadas, era de que ela era um *trust* como os dos gêneros alimentícios: existia para aumentar a riqueza de capitalistas gananciosos, que enriqueciam a partir da exploração do operário, especialmente através do constante aumento dos preços dos aluguéis¹⁴⁹. A saída, segundo o Círculo Operário de Propaganda Impressa (do grupo anarquista militante na década de 1910), era a formação de uma Liga de Inquilinos nos moldes da homônima existente na Argentina, ou a apropriação do tema pelas associações operárias, com o objetivo de cobrar do poder público o fim dos abusos. Em Porto Alegre apenas a segunda alternativa parece ter sido executada.

A “exploração” – palavra muito utilizada nos textos da época pelos militantes operários – se fazia sentir especialmente pelo descompasso entre, por um lado, a construção de diversos palacetes “modernos” e “higiênicos” na zona central da cidade, e por outro, o deslocamento paulatino dos operários para os limites da zona urbana. O conceito de *exploração* é utilizado pela historiografia social, quando falamos de habitação, como um sentimento gerado a partir das condições de vida compartilhadas pelos membros de uma mesma classe, mas sustentado pela distribuição desigual do produto do trabalho humano. A tese de Norberto Ferreras, de que a exploração aglutinava a classe operária fora do local de trabalho¹⁵⁰, é elaborada a partir da concepção da formação da classe operária inglesa de Thompson, discutida na introdução desta dissertação. Como foi apresentado, exatamente em um momento de crescimento econômico – quando a riqueza gerada é consolidada em modos de viver variados de classe para classe – é que o sentimento de injustiça, inerente à idéia de exploração, vem à tona, como se verifica nos casos a seguir.

Em 1909, com o funcionamento da difamada *Mutualidade*, o jornal da comunidade negra *O Exemplo* denunciava que “o pobre tem que morar nos Navegantes, fim da Floresta (porque no princípio, só quem tem dinheiro)”, devendo pagar passagem de bonde para

¹⁴⁸ “Manifesto do Partido Operário Nacional./Terrenos”. *O Povo*, Porto Alegre, 1º de maio de 1930, p. 1-2.

¹⁴⁹ “A carestia da vida em Porto Alegre”. *A Voz do Trabalhador*, Porto Alegre, 11 de agosto de 1912, p.1.

¹⁵⁰ FERRERAS, *Op. Cit.*, especialmente p. 15 e 87.

trabalhar, já que a consolidação do quarto distrito como zona fabril ocorreria apenas na próxima década¹⁵¹.

A alternativa para livrar-se da exploração, no caso, dos alugueiros, era entrar em um novo jogo que cresceu a partir do fim dos anos 1920: o das prestações mensais da compra de pequenos lotes nos subúrbios para construção da moradia. Em todo caso, segundo os anarquistas, a troca poderia resultar em prejuízo talvez maior ao bolso proletário. Em 1929, o jornal *A Luta* denunciava os tipos de contrato que se faziam na cidade; eram verdadeiras armadilhas para os operários, pois suas cláusulas não deixavam margem de manobra para uma eventual impossibilidade de pagamento do operário; ao menor sinal de quebra das cláusulas e posterior rescisão de contrato, ele perderia todo o investimento. Ou seja, o vendedor dos lotes não corria perigo algum no mercado de terras de Porto Alegre no início do século XX: a propriedade era garantida contratualmente para os mais ricos, enquanto que a busca da propriedade privada pelos pobres estava repleta de incertezas. A palavra utilizada para definir a situação de “roubo do incauto proletário” era a preferida dos anarquistas: exploração!¹⁵²

1.4. Do centro às periferias

Uma breve recapitulação faz-se necessária para que possamos prosseguir na argumentação. Até aqui vimos como os cortiços cumpriram papel importante desde o início do período de industrialização em Porto Alegre, na transição do século XIX para o XX, atingindo seu número máximo na cidade em meados da década de 1910. Ao mesmo tempo, vimos como naqueles mesmos anos a Intendência Municipal repetia o padrão nacional de cerco aos cortiços, especialmente em função do alegado “alto custo” diante do salário do operariado (gerando pressão sobre os pagamentos patronais) e seus aspectos estético/higiênico, que se constituíam em uma ofensa ao código de posturas municipais e à moral das classes dominantes, além do risco à saúde pública¹⁵³. Vimos como essa questão gerou a busca de soluções pelo governo municipal e estadual – esse através da concessão

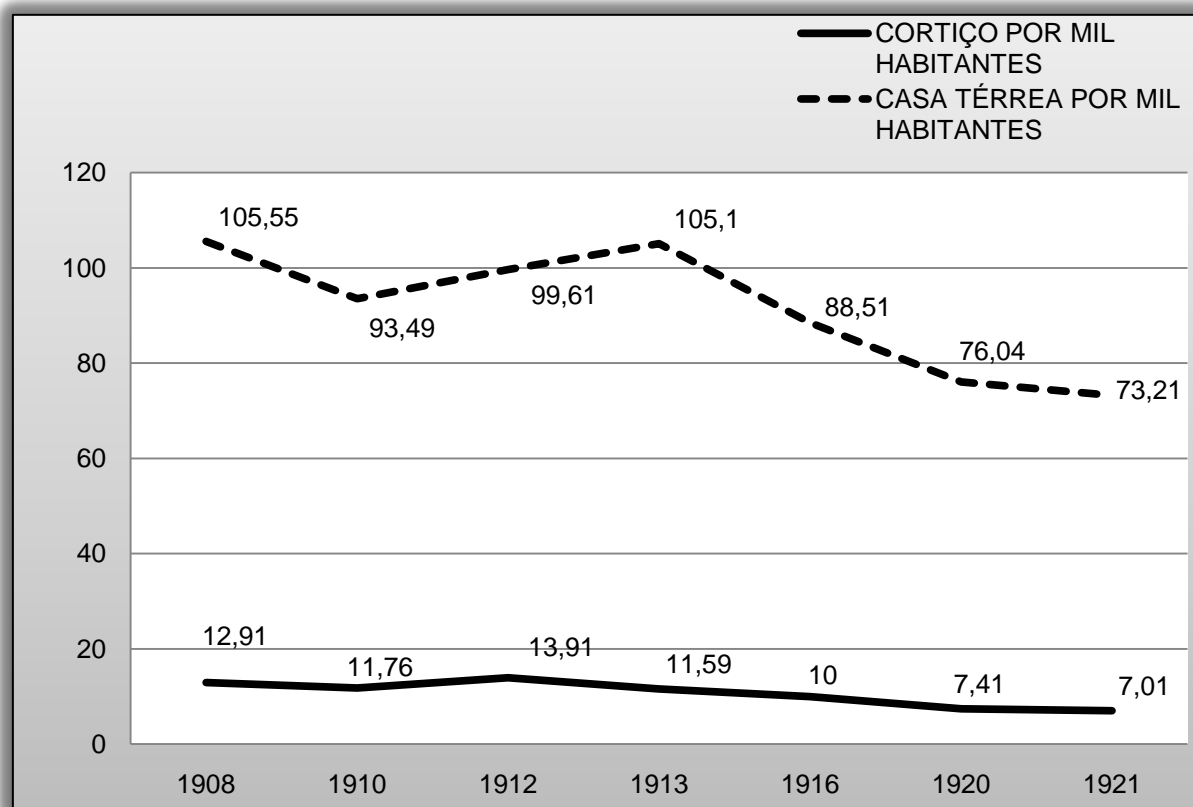
¹⁵¹ “As casas”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1909, p. 1.

¹⁵² “Como se rouba o incauto proletário”. *A Luta*, Porto Alegre, outubro de 1929, p. 3.

¹⁵³ Sobre a disseminação da tuberculose no período, Lorena Gill ressalta: “Embora ainda houvesse controvérsias sobre o processo de disseminação da tuberculose, as condições de habitação constituíam-se como um problema importante. De fato, os bacilos da tuberculose jogados no ar por uma pessoa infectada permanecem em suspensão durante horas, podendo fazer com que alguém que respire em um ambiente contaminado possa também se infectar. Se a casa sofre de falta de iluminação e ventilação, a tendência é de um agravamento do quadro.” GILL, *Op. Cit.*, p. 93. Como é possível verificar no Anexo III dessa dissertação (Indicadores de Saúde), os índices de óbitos por tuberculose sobre as mortes totais anuais em Porto Alegre entre 1910-1935 sempre foram altos, variando entre 14% e 20%.

àquele de terrenos para construção – que não foram levadas a termo. Ainda verificamos a consolidação de uma zona propriamente fabril na cidade, o quarto distrito. A questão que devemos responder agora é a seguinte: o que ocorreu com a habitação operária desde que o cerceamento aos cortiços foi efetivado no início da década de 1910, e a proposta da casa própria criada pelos governos do PRR nunca foi posta em prática? O gráfico a seguir nos ajuda a elucidar o problema.

GRÁFICO 3 – CORTIÇOS E CASAS TÉRREAS POR MIL HABITANTES¹⁵⁴



Considerando apenas os dados mais confiáveis sobre a população da cidade, devemos nos ater aos anos de 1912, 1916 e 1921, embora os demais não prejudiquem a lógica do que se pretende explicar. O gráfico 3 trata da evolução da relação entre o total de casas térreas por um lado, e o de cortiços por outro, com o total de pessoas residentes em Porto Alegre nos anos referidos. O que a análise da década de 1910 e do início da década de 1920 nos mostra é que tanto o número de casas térreas quanto o número de cortiços tiveram redução progressiva diante do total de habitantes da cidade no passar dos anos. As outras formas de construção eram os sobrados e assobradados, que como é possível verificar no Anexo IV da dissertação,

¹⁵⁴ Gráfico criado a partir dos Anexos IV – Habitações e II – População. Aqui também desconsidere os sobrados e assobradados na elaboração desse gráfico para aumentar o contraste.

não absorveram a crescente demanda por habitação – considerando-se o constante aumento da população de Porto Alegre verificável no Anexo II. Portanto, se a população da cidade não cessava de aumentar; se havia menos cortiços e casas térreas disponíveis no mercado de imóveis; se a Intendência Municipal não conseguiu efetivar as propostas de vilas operárias até o fim dos anos 1920, onde foram habitar os operários?

A análise da disposição dos pequenos armazéns pelas ruas da cidade no ano de 1924 é um bom indício dos lugares de habitação operária. Como se vê pelo mapeamento dos armazéns das zonas de residência operária anexo, em meados dos anos 1920 poucos armazéns de secos e molhados existiam nas ruas do centro da cidade, talvez porque o Mercado Público atendesse a tal demanda¹⁵⁵. Mas esse atendimento tem um limite atestado pela bibliografia¹⁵⁶: ele diz respeito à forma de abastecimento de gêneros alimentícios do operariado, que vivendo em situação de salário curto, geralmente dependia do crédito fornecido pelo bodegueiro, além das facilidades de horários estendidos e dias extras de compra. Dessa constatação deriva a presença recorrente dos armazéns nos lugares de moradia operária. Assim, identificamos como lugar de moradia os espaços que, projetados sob a forma de um mapa da cidade, compõe uma espécie de arco em torno da península central da capital, em direção aos subúrbios da antiga zona urbana.

Além dessa fonte, um relatório oficial nos ajuda a refinar a resposta. A descrição da situação da habitação operária em 1926-27 pelos engenheiros municipais servia para justificar a construção daquelas 16 casas para empregados da limpeza pública antes citadas:

[...] esta gente só dificilmente consegue alugar casas em quantidade suficiente, ou casas próprias, embora seja hoje facilitada a venda de terrenos e casas modestas. Porém estes terrenos, acessíveis aos que dispõem de pequenos salários, são situados nas piores condições higiênicas. Estes terrenos, ou são alagadiços e insalubres da zona de São João e Navegantes, situados em níveis inferiores aos das ruas, não se dando, portanto, o escoamento das águas, ou são situados nos pontos altos, em cima dos morros e afastados completamente dos meios de transportes urbanos. São João e Navegantes estão servidos, em alguns pontos, de água e asseio público, porém os habitantes estão sujeitos, no inverno, à umidade constante, trazendo geralmente as doenças do aparelho respiratório e conseqüentemente a tuberculose, um dos maiores males da nossa população, e no verão a colossal quantidade de moscas e mosquitos, os transmissores de grandes febres¹⁵⁷.

Embora tenhamos poucos indícios na imprensa operária sobre o tema da habitação durante os anos 1920, dois raros depoimentos de operários que migraram do interior do estado para Porto Alegre no final daquela década nos ajudam a elucidar a questão. No primeiro caso,

¹⁵⁵ A planta que serviu de base para o mapeamento, sem data expressa, pode ser enquadrada entre os anos 1914-1919, por comparação com outras plantas existentes no AHPAMV.

¹⁵⁶ FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 145.; MAYOL, *Op. Cit.*, p. 118.; HOGGART, *Op. Cit.*, p. 75.

¹⁵⁷ Relatório da Diretoria de Obras e Viação... *Op. Cit.*, p. 258-259.

verificamos que, apesar da queda no número de cortiços da cidade, eles ainda existiam no início dos anos 1930 – e como veremos adiante, até os anos 1950 – e estavam situados nos locais adjacentes ao centro da cidade, como a Cidade Baixa, um dos bairros existentes desde a época do Império e que acolhia a população mais pobre desde os anos 1800 (como escravos fugidos e libertos). No relato a seguir, verificamos o percurso de um trabalhador saído do campo gaúcho e que encontrava dificuldades para conseguir emprego logo após a crise de 1929. Pelo tratamento dispensado pelo depoente aos mais velhos, verifica-se que eram descendentes de africanos:

Cheguei aqui, na época da Revolução de 30. A coisa estava ruim, não havia serviço. Eu tinha deixado minha roupa lá. O sapato? Já andava com o pé no chão. Eu pensava: “Não volto. Eu vou arrumar serviço. É aqui que tenho que ficar”. [...] Não ia voltar lá pra fora, trabalhar naquelas fazendas, onde não se ganhava nada: era um milreizinho por dia. E eu não achava que aquilo era o meu setor. [...]

Cheguei, então, em Porto Alegre. Não encontrava emprego. Não tinha onde parar. Na Travessa do Carmo, uma tia minha que alugava quartos, alugou um pra mim que ficava bem na frente do galinheiro. Saí e comprei um colchão e um travesseiro de palha. Pedi pra tia Mina um lastro de tela que estava todo rebotado, com arame remendei o lastro.

Não tinha emprego nas construções, nem nas chácaras e eu não queria mais embarcar [nos vapores?]. Um dia, consegui trabalho numa chácara no Menino Deus, perto da igreja. No primeiro dia fui a pé, só tinha um tostão, o preço da passagem do bonde. Com este dinheiro comprei dez laranjas pro almoço. Enquanto os outros almoçavam, eu comia as laranjas.

Me tocou abrir os alicerces, mas tudo bem, tinha emprego. No fim do primeiro dia fui falar com um primo meu que trabalhava em outra chácara por ali. Ele me emprestou, por uma semana, com juros, dez mil réis. Aí, eu comprei comida. Antes, eu comprava um ovo e fritava. A tia Mina quando se deu conta, depois que eu chegava, me alcançava um prato de comida. Ela era muito boa. No fim da semana, paguei meu primo.

Assim, fui trabalhando em construção, ganhando um dinheirinho. A Aracy que já era minha namorada, tinha vindo morar em Porto Alegre. Então resolvemos casar. O mestre de obras foi o meu padrinho e da Aracy, o irmão dela. O mestre nos deu cinco mil réis de presente. Disse que não tinha convidado por interesse, que não precisava do presente. Fomos morar na Travessa do Carmo. O velho Mina me deu uma cama toda bichada. Tinha uma mesa, eu comprei dois banquinhos, dois pratos, duas canequinhas. Tudo muito pobre¹⁵⁸.

No segundo caso, o relato intermediado de um trabalhador da construção nos revela novamente o impacto da crise de 1929 sobre a vida do operariado em geral, e a forma de moradia de um operário especializado:

Vemos que chega a Porto Alegre em 1928, animado por um amigo, também alemão e operário da edificação que conhecera no interior; este amigo ajuda-o a conseguir o primeiro emprego na cidade, na construção do Instituto Parobé, onde desempenha-se como pedreiro, apesar dos conhecimentos já adquiridos. Ganhava 16.000 réis por dia, recebendo só quando trabalhava e sem ter férias nem comida na obra. Morava junto com o amigo na periferia da cidade (hoje Mont Serrat) no porão

¹⁵⁸ BEATRIZ, Petronilha; SILVA, Gonçalves. *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST/ND, 1987. p. 54-56.

de uma casa em construção, pelo qual pagavam 70.000 réis mensais. Ele lembra que o mestre da obra era um “mulato competente” e o chefe da obra um engenheiro “legal”. – Como desejara continuar os estudos iniciados na colônia, solicita ao chefe da obra (que era também professor do Parobé) que lhe ajude a ingressar nessa escola, solicitação que é atendida e passa a frequentar o curso noturno de técnico em construção durante 2 anos. Nesse intervalo é promovido a oficial frentista na obra, casa-se com uma pessoa da mesma colônia dele e, a partir de 1929, começa a executar obras por empreitada, que era a forma de contratação que mais prestava... e constrói “alguns sobradinhos”, desempenhando-se como empreiteiro e mestre-de-obra. Ganhava 20.000 por dia e obtinha “algum lucro no final da obra”. A mão-de-obra por ele utilizada era estrangeira “poloneses que nem falar sabiam, por que nesse ano de 1929 faltavam serventes”. Justamente por falta de comunicação com seus operários, sofre um acidente (queda de uma parede) que lhe quebra uma perna. Não existindo assistência pública gratuita, é levado à Santa Casa, onde, por descuido médico, perde a mobilidade definitiva da perna. Fica parado 6 meses, sustentando-se com suas economias e ajudado pela família da Colônia. Quando se recupera, não encontra serviço devido à crise geral de 1929 – que ele lembra como período do movimento getulista – e deve voltar para o interior onde faz pequenos serviços até “só pela comida”¹⁵⁹.

No primeiro caso, utilizando o recurso da rede de parentesco, o trabalhador recém chegado consegue uma vaga em um cortiço ainda existente no início dos anos 1930, no bairro tradicionalmente popular da cidade, situado nas imediações do centro. Após certa instabilidade decorrente da sua condição de recém chegado, passa a residir com sua companheira no mesmo bairro, e pela miséria descrita, possivelmente de aluguel ou de favor¹⁶⁰. No segundo caso, vemos que a alternativa aos cortiços para os solteiros era o aluguel de peças – no caso, um porão de casa em construção – que por vezes eram compartilhadas com outros membros da classe, na periferia da zona habitada de Porto Alegre. Alugar porões parecia uma alternativa viável – embora insalubre – para os mais pobres da cidade desde há muito tempo, como fica evidente em notícia da grande imprensa da década de 1900¹⁶¹.

O movimento em direção às periferias da cidade é confirmado por notícias esparsas publicadas em jornais da grande imprensa no final da década de 1920. Além da repetida enunciação dos problemas enfrentados pelos cerca de 40.000 moradores de São João e Navegantes¹⁶² em 1929, outros arrabaldes foram paulatinamente recebendo mais e mais operários em busca de espaço de moradia, mas sem as fábricas e oficinas que tornavam o quarto distrito zona peculiar na cidade. As primeiras notícias de prédios desocupados em função dos elevados preços dos aluguéis começam a surgir em 1930, demonstrando a consolidação de um grupo de especuladores com condições de manter habitações vazias em

¹⁵⁹ Depoente: WACHOLZ, H.[Henrique]. Autobiografia. Porto Alegre, abril 1981. Depoimento pessoal. APUD: MASCARÓ, Lucia R. de. *As condições de vida e de trabalho dos operários da construção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1982. Dissertação de mestrado.

¹⁶⁰ Uma notícia revela a prática do empréstimo de quartos por operários para aquelas famílias em pior situação econômica. Cf.: “Atentado à lei”. *O Independente*, Porto Alegre, 2 de março de 1905. p. 1.

¹⁶¹ “Moradia em porões”. *O Independente*, Porto Alegre, 5 de março de 1908, p. 2.

¹⁶² “Divisão de um distrito”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1929, p. 4.

função de um preço desejado¹⁶³. Assim, pouca alternativa restou aos operários da capital gaúcha na transição das décadas de 1920 e 1930: a saída mais plausível foi rumar aos subúrbios onde não havia serviços básicos, mas também sem impostos, ou instalar-se nos cortiços remanescentes nas zonas adjacentes ao centro.

O bairro de Petrópolis, antiga chácara que fora loteada e vendida a pequenos compradores a partir de 1928, abrigaria “modestos ‘chalets’ de madeira e zinco, habitados por operários e suas famílias”. A forma da autoconstrução das moradias – que será debatida adiante – já era prática corrente entre o operariado: “Releva notar que muitas dessas casas de operários foram construídas por estes, aos domingos e dias de folga, aproveitando as horas de descanso, num trabalho dedicado e constante”¹⁶⁴. Em 1930, cerca de 4.000 pessoas residiam naquele novo bairro.

Considerado um prolongamento de São João, o bairro Higienópolis aparecia em 1930 como zona ocupada por diversas casas de operários e algumas residências de grupos mais remediados. Em todo caso, a falta de serviços de esgotos fazia com que as condições sanitárias fossem problemáticas, e encontramos ocupações que lembram os cortiços que dominavam o centro da cidade anos antes:

Pombal exemplar

Ouvindo um dos moradores de Higienópolis, este nos declarou o seguinte:
“Como atestado melhor, das [ilegível] comodidades deste bairro e aprimoradas dotações de higiênicas, destaca-se uma velha cocheira, sem teto e sem soalho, que hoje abriga umas trinta ou quarenta pessoas! Estas repartiram o velho galpão em ‘apartamentos’ ali morando em condições tais que põem à prova a resistência orgânica de cada um e a sua notável intolerância a qualquer gênero de contágio e infecção”¹⁶⁵.

As zonas da Ilhota e Areal da Baronesa, baixios alagadiços ao sul da cidade ocupados desde o fim do século XIX pelos mais pobres da cidade – antigos redutos de escravos fugidos e espaço de residência negra no pós-abolição – ainda apareciam em 1929 como territórios abandonados pelo poder público em termos de serviços, embora vigiados pela polícia¹⁶⁶. As primeiras referências sobre a ocupação de espaços na cidade a partir do modelo de moradia

¹⁶³ “Casas proletárias”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1930, p. 5.

¹⁶⁴ “Os novos bairros da cidade”. *Diário de notícias*, Porto Alegre, 3 de agosto de 1930, p. 9. Vide as casas autoconstruídas na Foto 3 no Anexo VI. Em Pelotas, Lorena Gill identificou a construção de casas de madeira para trabalhadores de baixa renda a partir dos anos 1910. GILL, *Op. Cit.*, p. 102.; Norberto Ferreras também identificou o processo de autoconstrução como prática recorrente entre o operariado bonaerense. FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁶⁵ Na Foto 4 no Anexo VI é possível visualizar as casas populares acima e as casas “modernas” dos menos pobres. “Um bairro que não justifica o seu nome”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de agosto de 1930, p. 8.

¹⁶⁶ PESAVENTO, Sandra J. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, nº 37, set. 1999.

estigmatizado pelos termos “vilas de malocas” são reveladas naquele ano pela grande imprensa, preocupada com a falta de asseio:

Em áreas reduzidíssimas [...] acotovelam-se famílias inteiras. [...] Ali falta tudo: luz, ar, limpeza. Só por figura de retórica se pode chamar a tais casebres, habitações, tetos destinados a abrigar os que neles vivem, porque em verdade as taboas carcomidas pelas intempéries e algumas folhas de zinco ou de latas velhas roídas pela ferrugem, não chegam a defender nem do sol, nem do vento, nem da chuva. [...] Muitas vezes, em volta do próprio casario, o terreno revolto ou convertido em charco, é transformado em depósito de todas as imundícies. [...] Em tais condições, o razoável seria, naturalmente, que em relação a tal tipo de moradias se agisse com a máxima severidade, condenando-as como absolutamente impróprias para a habitação. [...] Mas se se verificasse essa condição, uma outra situação não menos grave se ofereceria: onde se iria abrigar a pobre gente desalojada dos casebres? [...] A alta dos aluguéis não se detém; antes, dia a dia, se agrava, impulsionada, pode-se dizer, pela própria administração municipal, por meio de uma sobrecarga excessiva de impostos e de absurdas praxes fiscais¹⁶⁷.

Os indícios de duas décadas mais tarde nos auxiliam a confirmar a hipótese da tendência da periferização dos pobres da cidade desde a década de 1920. A partir dos anos 1946-47, houve um aprofundamento da mudança na conformação do espaço habitado de Porto Alegre. Um estudo de sociologia chamado *Vilas de malocas* e um relatório de uma comissão municipal intitulado *Levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre* foram publicados em 1951, resumindo as condições de moradia dos mais pobres da cidade¹⁶⁸. O primeiro estudo realizava um mapeamento geral das vilas, mas dedicava-se a uma análise mais apurada dos residentes na Vila Forno do Lixo, nas imediações da Azenha. O estudo da comissão municipal visava identificar todas as vilas de malocas existentes, e averiguar quem seriam aquelas pessoas que há pouco tempo não se encontravam naqueles terrenos até então baldios, em sua maioria nas zonas afastadas do centro da cidade.

No seu estudo de sociologia, Laudelino Medeiros estimava que em Porto Alegre cerca de um terço da população da capital vivia “pelos bairros operários, pelos arrabaldes, pelas ruas miseráveis” em habitações chamadas “sub-standart” e mesmo mais que precárias¹⁶⁹. O autor fez uma classificação descritiva dos tipos de habitação: tolerável (de madeira ou alvenaria, bem feita e assoalhada); precária (coberta de forma insuficiente, piso de lama ou tamanho diminuto); má (duas ou mais condições acima); miserável (quando as condições acima forem muito más); inominável (quando não for casa, mas um amontoado de coisas com

¹⁶⁷ “O problema da habitação”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 de junho de 1929, p. 1.

¹⁶⁸ MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas* (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Serviço de Imprensa Universitária, 1951.; PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. *Levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1951. Segundo Laudelino Medeiros, o termo “maloca” era aplicado a partir do significado atribuído pelos indígenas: “casa de pau” ou “casa de madeira”.

¹⁶⁹ MEDEIROS, *Idem*, p. 26.

intenção de abrigo). Em seu levantamento das casas da Vila Forno do Lixo, a maioria se encaixava na categoria de miserável. As pessoas que ali viviam eram “cidadãos ordeiros, quase sempre trabalhadores, ainda que muitas vezes com trabalho irregular”¹⁷⁰. Entre as causas da precariedade das moradias, o autor identificava os poucos recursos com que viviam aquelas famílias, que eram impedidas de pagar aluguel e eram empurradas pela exclusão para a modalidade da habitação autoconstruída.

O estudo da comissão municipal possuía um caráter mais pragmático. Visava levantar possibilidades de solução do problema das malocas na cidade. Os dados coletados para a população habitante das malocas eram basicamente os mesmos do estudo de Laudelino Medeiros. Por sua vez, tal comissão denunciava os prejuízos causados ao município pelas ocupações de terrenos baldios pelos trabalhadores: a fuga dos aluguéis e dos cortiços (ainda existentes em Porto Alegre na década de 1950), se impedia o acesso dos mais pobres à infraestrutura da cidade, lhes possibilitava uma “vida sem impostos”¹⁷¹. Como concluiu a comissão, naquelas habitações predominavam “os operários e as serviçais domésticas”¹⁷², que trabalhavam em quase todas as zonas da cidade. Além de remover algumas vilas do centro da cidade, o projeto de solução da questão das malocas era emblemático:

Muitas famílias ou indivíduos apelam para a relocação e pagam, freqüentemente, preços altíssimos por simples peças sem conforto algum. Mas mesmo a relocação tem um limite e chega a um ponto em que muitas famílias simplesmente não podem resolver normalmente seus problemas de moradia.

A solução inevitável é construírem, com seus próprios recursos, moradias de ínfima classe, no primeiro terreno que encontrem. Temos, então, as malocas, com o cortejo de inconvenientes que acarretam para a sociedade e para seus próprios moradores. [...]

Assim, a nosso ver, a solução única do problema está ligada à questão do terreno. É necessário que se ponha ao alcance das famílias de poucos recursos a possibilidade de adquirir terrenos. É necessário, ainda, orientá-las para que construam nesses terrenos suas moradias próprias. [...]

Queremos salientar, porém, que a construção de casas [pela Prefeitura], a nosso ver, não deve, em caso algum, ser considerada solução normal para o problema da moradia. Sendo estas, em geral, de madeira, são bastante simples e podem ser construídas pelo proprietário, que receberia para isso orientação dos técnicos da Prefeitura.¹⁷³

Entre alguns arquitetos e sociólogos brasileiros existe um debate sobre a autoconstrução, estimulada pelos primeiros na forma de mutirões que aproveitam a força de trabalho sem emprego para tentar resolver parte do problema da habitação no Brasil. Basicamente, o cerne do debate é sobre os custos da reprodução da força de trabalho urbana, e

¹⁷⁰ *Idem*, p. 16.

¹⁷¹ PREFEITURA, *Op. Cit.*, p. 7.

¹⁷² *Idem*, p. 14.

¹⁷³ *Idem*, p. 5.

a capacidade (ou não) de transformação dessas residências em uma propriedade passível de gerar a inserção da classe operária no mercado de imóveis. Em 2004, o sociólogo Francisco de Oliveira participou de um seminário de pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e levantou importantes questões que tomaram a forma de um artigo publicado na revista *Novos Estudos* em 2006, sendo alvo de críticas dos arquitetos através de textos publicados em resposta no fim do mesmo ano¹⁷⁴. Não cabe aqui retomar cada ponto de debate, mas apresentar uma contribuição que parece central para explicar o caso de Porto Alegre aqui discutido. Fundamentalmente, Oliveira observa que a industrialização no Brasil foi historicamente sustentada por duas vertentes: o Estado e a classe trabalhadora autoconstrutora¹⁷⁵. No caso, o modelo de autoconstrução desenvolvido no meio rural foi apenas importado para as cidades, consolidando o que conhecemos como favelas.

A partir do início do século XX, observamos em Porto Alegre a emergência da questão da habitação operária como um problema central para a administração municipal. Não apenas pelo fato de que a principal renda daquele nível de governo se constituía em imposto sobre moradia, mas também porque tratava-se de definir uma política pública de gestão das condições de vida dos trabalhadores cada vez mais numerosos. Os governos eram convocados repetidas vezes pela população – através da grande imprensa, da imprensa operária ou via greves – para dar conta de demandas ligadas àquelas condições, e a habitação era identificada por todos os atores como um dos vilões diante do salário do trabalhador. Assim se explica a postura adotada pelos governos do PRR, que desde a década de 1910 se preocupavam em resolver a questão da habitação popular, embora com sucesso relativo. Quase meio século depois, o governo municipal ainda via a habitação como o principal problema para a gestão da cidade, mas a solução vislumbrada passava por uma mudança política importante: em vez de construir casas e bairros operários com financiamento público, a venda de terrenos e o estímulo a autoconstrução de casas de madeira passaria a ser o projeto considerado adequado pelos administradores da questão social na capital gaúcha. Claro, em nenhum momento foi

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 74, mar. 2006. p. 67-85.; LOPES, João Marcos. O anão caolho. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 219-227.; FERRO, Sérgio. Nota sobre “o vício da virtude”. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 229-234.

¹⁷⁵ Além de Oliveira, que publicaria tal tese pela primeira vez nos anos 1970, encontramos argumento similar em KOWARICK, Lúcio. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 59-78.

pensada alguma solução definitiva para o problema dos salários reduzidos dos trabalhadores de Porto Alegre. Afinal, mexer nos salários significaria aumento no custo de reprodução da força de trabalho para a burguesia da cidade.

1.5. A necessidade de transporte coletivo

A paulatina periferação dos trabalhadores, concomitante ao aumento da população durante o período abordado, tornava o transporte um importante componente da equação da economia doméstica popular¹⁷⁶. Por outro lado, o tema era central para a burguesia da cidade, afinal, os custos de reprodução da força de trabalho incidiam sobre os salários pagos; e o bom funcionamento dos estabelecimentos fabris e comerciais dependia de um sistema de transporte que oferecesse a garantia do cumprimento dos horários. Daí a insistência da Intendência em manter os preços congelados pelo maior tempo possível. Assim se explica a atenção dispensada pelo industrial e Intendente Alberto Bins, que publicaria em 1930 um subsídio para o debate do modelo de transporte coletivo a ser adotado por Porto Alegre¹⁷⁷. Além da qualidade do meio de transporte – segurança, conforto e pontualidade – que em geral era muito criticada pela imprensa operária e grande imprensa em geral, os preços das passagens compunham o cerne da discórdia entre os diversos atores interessados: companhias de transporte, pequenos empreendedores, Intendência e operariado.

Alberto Bins fez um histórico do transporte público desde 1906, quando foram instalados os primeiros bondes elétricos, substituindo paulatinamente os carros de tração animal. Segundo ele, a expansão do número de habitações, especialmente “das classes trabalhadoras” desde 1906, demandava tal investimento. O preço fixado pela Intendência a ser cobrado pela Companhia Força e Luz Porto Alegrense dos passageiros era de 200 réis entre 1906 e 1924. A partir de 1926, o preço foi fixado em 300 réis (aumento de 50%). A justificativa utilizada por Bins para a elevação dos preços das passagens depois de 18 anos era a necessidade de melhoria do material de rodagem, com péssima condição pela falta de renovação dos equipamentos. Explicitamente, Bins advogava que a Companhia Carris Porto Alegrense (novo nome da antiga Força e Luz) só poderia realizar as melhorias na infra-

¹⁷⁶ A esse respeito, ver a presença da demanda por rebaixamento no preço das passagens de bondes para operários desde 1912, no boletim da União Operária Internacional e FORGS. *O Diário*, Porto Alegre, 15 de setembro de 1912, p. 11.

¹⁷⁷ BINS, Alberto. *O transporte coletivo em Porto Alegre*: exposição das condições atuais, pelo Intendente Municipal. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1930.

estrutura do transporte coletivo de Porto Alegre a partir do aumento de 100 réis pago pelos próprios passageiros, ou seja, basicamente o operariado.

A situação do transporte coletivo no fim dos anos 1920 era tão precária que começaram a surgir na cidade, a partir da nova tecnologia do automóvel, pequenos “auto-ônibus” particulares e ilegais (sem pagamento de impostos até 1928), comprados por pequenos empreendedores¹⁷⁸. Fazendo concorrência com os bondes da Carris, seus proprietários foram “convidados” a vendê-los àquela companhia como forma de sanear o problema da disputa por passageiros nas paradas da cidade. Afinal, sua presença no sistema de transporte estava tão enraizado que uma greve dos donos de auto-ônibus revelou ao governo que cerca de 30% dos passageiros da capital utilizava aquela modalidade de locomoção. Dentre as facilidades oferecidas pelos auto-ônibus aos operários, estava a possibilidade de locomoção até os limites da cidade, regiões em que foram habitar paulatinamente grandes grupos de trabalhadores, onde demoravam a chegar as novas linhas de bondes. Tal serviço era realmente uma necessidade, especialmente porque, segundo Bins e os proprietários de auto-ônibus, os operários tinham como costume ir almoçar em casa no intervalo da jornada de trabalho, o que se verifica ao menos até 1930.

Mas a fonte produzida pela Intendente Alberto Bins tem limites. Ela não nos deixa ver, por exemplo, como o processo de aumento do preço das passagens de bondes depois de quase duas décadas congelado fora tenso. De resto, como todos os outros documentos produzidos pelos administradores da cidade, o relatório de Bins minimiza os distúrbios ocorridos na cidade sob sua administração. Como relatado acima, um mesmo preço foi mantido entre 1906 e 1924, mas o novo preço reajustado somente foi concretizado em 1926. Essa lacuna é esclarecedora.

Podemos dizer que desde 1923 a Companhia Força e Luz Porto Alegrense ensaiava o pedido de aumento nas passagens, o que incomodava o operariado em geral. Como justificavam os militantes da classe, a economia doméstica, em tempos de carestia de vida, poderia ser abalada por aumento qualquer nas passagens, que já eram um imperativo na vida dos trabalhadores:

¹⁷⁸ Vide a Foto 5 no Anexo VI de um desses veículos em 1928. Disponível no sítio do Museu Virtual da Carris, <<http://picasaweb.google.com/museuvirtualcarris>>, consulta em 24 de setembro de 2009. Os pequenos investidores eram maioria entre os proprietários de auto-ônibus: em 1930, havia 114 proprietários de um total de 180 veículos. Para o estudo da Companhia Força e Luz/Carris Porto Alegrense, seu Museu Virtual oferece as atas digitalizadas das assembléias daquelas empresas. Entre a nominata consultada naquela fonte, não encontrei nenhum grande industrial da cidade como proprietário de ações das companhias de transporte, embora Bins assegurasse que grande parte do capital da Carris era de residentes de Porto Alegre.

Se se realizasse esse atentado ao bolso do povo, este fato viria causar um irreparável transtorno na economia doméstica dos pobres funcionários, operários e classes trabalhadores em geral.

Inúmeros de nossos colegas são forçados a morar nos arrabaldes por não poderem pagar os bárbaros alugueis que proprietários desalmados exigem por qualquer pocilga na cidade¹⁷⁹.

Em 1924, o periódico da Federação Operária do Rio Grande do Sul, então sob redação do anarquista Orlando Martins era ainda mais enfático, e anunciava a frustração das expectativas dos trabalhadores de manutenção do preço das passagens:

É cousa resolvida o aumento do preço das passagens de bondes desta capital. Isso porque assim entenderam quatro acionistas da Companhia Força e Luz que conseguiram logo do Conselho Municipal a aquiescência sob a forma de um meio de evitar a “suspensão do tráfego, evitando quanto possível o aumento do preço das passagens.”

Essa autorização foi dada ao intendente para que se entenda com os magnatas da Companhia. Já se deixa ver que, em matéria de esfolar o povo, eles entender-se-ão maravilhosamente¹⁸⁰.

Quando o aumento do preço fora estabelecido, em 1925, um novo sistema de cobrança vinculava o preço da passagem à quilometragem rodada, causando diversos transtornos entre usuários do serviço e os condutores. Enquanto vários usuários se negavam a pagar o aumento, alguns tomaram medidas mais radicais:

Às 15 horas, mais ou menos, seguia para o fim da linha de São João um bonde de letra J. Ao chegar na esquina da rua do Parque com a 7 de abril, o referido bonde parou, afim de que o condutor fizesse a cobrança da nova seção, que começa naquele ponto.

Nessa ocasião, os passageiros, que já vinham exasperados com a enorme lotação do elétrico, revoltaram-se, chegando alguns a quebrar várias lâmpadas e vidraças do bonde. O fiscal do “J”, conhecido por “João Negrinho”, quis impedir o intento dos passageiros, travando-se, então, um pugilato¹⁸¹.

Podemos imaginar a população gritando ao condutor, “toca adiante, não pára!”. Com efeito, cada passageiro deveria ser portador de um talão, onde seria anotado o trecho percorrido para motivo de cobrança nos pontos de inflexão das linhas. Ocorre que fazia duas décadas que qualquer cidadão com 200 réis poderia ir onde quisesse, apesar dos bondes lotados, sem ser interpelado pelo condutor no meio do caminho: na prática, tal controle sobre mais um aspecto da vida dos trabalhadores deveria causar muito insatisfação e reforçar o sentimento de exploração. O *Correio do Povo*, jornal da grande imprensa que apresentava propostas de solução do problema da forma de cobrança, denunciava a injustiça da existência

¹⁷⁹ “Um gesto nobre”. *O Ferroviário*, Porto Alegre, 11 de março de 1923, p. 2.

¹⁸⁰ “Comentários do mês”. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1º de fevereiro de 1924, p. 3.

¹⁸¹ “O preço das passagens dos bondes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 de outubro de 1925, p. 6.

de preços variados para trechos de mesmo comprimento. A tensão tomou conta de usuários e trabalhadores do sistema de transporte coletivo de Porto Alegre:

Ontem, foram registrados novos incidentes, devido ao pagamento das passagens por seções. Passava das 13 horas, quando o bonde fechado letra “F” [Floresta], n. 84, ia pela rua Christóvam Colombo, repleto de passageiros.

Ao se aproximar de igreja de São Pedro, o fiscal João Alberto Dutra, servindo como condutor, fez ver aos passageiros que tinha terminado a seção de 200 réis, devendo por isso pagarem mais 100 réis. Surgiram então protestos contra a exigência desse pagamento. E como Dutra se munisse da alavanca, para abrir a chave, pensaram todos que ele pretendia agredi-los. Os passageiros saíram do bonde, e, correndo em direção a um monte de pedras, que se achava em frente da igreja, começaram dali a alvejar o bonde, quebrando em poucos minutos os vidros e fazendo rombos no teto e praticando outras depredações¹⁸².

Os passageiros foram embarcados novamente, após intervenção da polícia e diálogo com os condutores, mas sem pagar pelo novo trecho. A *micro-vitória* do interesse popular legitimou a continuação da depredação durante todo o resto do percurso até o fim da linha, com bancos sendo jogados para fora das janelas. No mesmo dia, outras depredações foram registradas na cidade.

Esses fatos nos mostram que, como já atestava Thompson, a ruptura abrupta com uma prática incorporada à vida do povo tende a gerar explosões de violência para restituir a “justiça” antes existente¹⁸³. Podemos identificar em Porto Alegre um processo relativamente longo de transição entre dois preços de passagem de bonde: os rumores de aumento, as novas formas de cobrança para sua efetivação e finalmente, o novo preço; com efeito, a Companhia Força e Luz esperou três anos para ver concretizado seu desejo de reajuste, e precisou enfrentar a pressão dos seus trabalhadores pela elevação de salários de forma correspondente ao aumento nos preços das passagens, o que não ocorreria¹⁸⁴.

1.6. Movimentos no espaço

Norberto Ferreras empreendeu uma análise do movimento de ocupação no espaço urbano de Buenos Aires no início do século XX, e identifica dois momentos característicos: 1º) o centro ocupado por pobres, vivendo em cortiços ao lado dos seus locais de trabalho, enquanto os subúrbios eram ocupados em maior parte pelos ricos; 2º) as fábricas e pobres instalados nos subúrbios, e uma relação difícil entre pobres e ricos no centro da cidade¹⁸⁵.

¹⁸² “Companhia Força e Luz”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de outubro de 1925, p. 3.

¹⁸³ THOMPSON, *A economia moral...*

¹⁸⁴ *O Sindicalista*, Porto Alegre, outubro de 1925, p. 2.

¹⁸⁵ FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 39.

Aplicando tal modelo de explicação do movimento de ocupação do espaço urbano para Porto Alegre, é possível afirmar que em linhas gerais o padrão se repetiu. Em todo caso, estes “momentos” não podem ser pensados como tipos ideais, mas como tendências cheias de contradições. Como vimos, embora uma campanha de cerco aos cortiços tenha sido empreendida desde o final do século XIX e com mais intensidade a partir dos anos 1910, ainda nos anos 1930 e 1950 encontramos aquele tipo de habitação em Porto Alegre, embora com uma tendência de queda em seu número em relação à população total da cidade desde meados dos anos 1910. Se os bairros São João e Navegantes aparecem como subúrbios da cidade na década de 1900, nos anos 1920 o quarto distrito tornar-se-ia espaço semi-autônomo, constituindo uma “cidade dentro da cidade”, abastecida por diversos serviços presentes na parte mais antiga da capital. Finalmente, alguns subúrbios, embora lugares de autoconstrução operária no final da década de 1920, possuíam verdadeiros palacetes modernos onde viviam pessoas “mais distintas”. De qualquer forma, apesar desses matizes o modelo continua válido, pois explica uma tendência de ocupação do solo da capital gaúcha.

Outros elementos apresentados pelo autor nos sugerem possibilidades para pensar o caso de Porto Alegre, como o vai-e-vem entre cortiços e casas de acordo com os ciclos econômicos. Embora não tenha encontrado indícios de tal prática, é possível pensar que enquanto existissem cortiços próximos aos locais de trabalho, essa possibilidade estava aberta, especialmente pelo aparecimento cíclico de crises econômicas durante o período estudado: Primeira Guerra Mundial, meados dos anos 1920 e 1929.

Por outro lado, em Buenos Aires Ferreras identificou o custo do aluguel como comprometedor de 30% a 50% dos salários dos trabalhadores¹⁸⁶; todavia, em Porto Alegre os dados são muito esparsos/escassos e não nos possibilitam realizar uma aproximação desse tipo. Mas uma hipótese parece se confirmar: ao fugir dos impostos da região central, os operários conseguiam algum espaço para a manutenção de alguma horta ou criação nos subúrbios, aliviando sua economia doméstica¹⁸⁷. Mesmo assim, em 1930 o governo municipal passaria a proibir a existência de chiqueiros e galinheiros na zona urbana da cidade¹⁸⁸, dificultando ainda mais a vida operária. Além do mais, o custo dos transportes passaria a lapidar um eventual equilíbrio orçamentário.

De qualquer forma, essa forma de ocupação do espaço urbano pelas classes trabalhadoras – dos cortiços às periferias – parece não ser mera peculiaridade de Porto Alegre

¹⁸⁶ *Idem*, p. 49 e 82.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 50.

¹⁸⁸ BAKOS, *Porto Alegre e seus eternos...* p. 110.

e Buenos Aires. Estudando o caso parisiense no século XIX, Michelle Perrot demonstrou que, de fato, as primeiras lutas dos operários diante da questão da moradia giravam em torno dos preços dos aluguéis das habitações populares centralizadas, e não sobre a qualidade dessas moradias¹⁸⁹. Na verdade, as campanhas de higienização e “melhoria” das habitações populares foram produto das outras classes, e somente após algumas décadas o operariado começou a ocupar as periferias urbanas e tentar, na medida do possível, adquirir a propriedade privada do seu lugar de habitação.

Como vimos, a moradia operária em grande parte condicionava a vida da classe, como a forma de acesso aos alimentos, que precisava ser realizada em geral nos armazéns de bairro em função da distância centro, onde existiam preços melhores no Mercado Público. Mesmo as hortas eram uma possibilidade real a partir da periferização da classe no espaço da cidade. Assim, no próximo capítulo acompanharemos as questões relativas ao consumo operário, dedicando maior atenção ao tema da alimentação.

¹⁸⁹ PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 101-125.

Capítulo 2: Consumindo como classe: o fantasma da insegurança alimentar

Nas páginas anteriores nós verificamos a centralidade do problema habitacional para a vida do operariado residente em Porto Alegre nos primeiros anos da República. A partir de agora, veremos como o tema do consumo – especialmente de alimentos – dividiu espaço nas disputas públicas e estratégias privadas dos agentes históricos envolvidos.

Claro está na Introdução dessa dissertação que outros elementos eram importantes na composição das condições de vida do operariado (como lazer, vestuário, educação, saúde etc). Em todo caso, considerando o tempo disponível para a elaboração de um texto a partir de uma pesquisa de mestrado, foi necessário dedicar atenção aos elementos mais recorrentes nas discussões da questão social em pauta. Desse modo, o leitor encontrará nas páginas seguintes a abordagem de um ponto central entre a gama de possibilidades de consumo do operariado: a alimentação.

Início o capítulo com uma breve referência às fontes utilizadas. Logo, sob o termo genérico de “cultura de consumo”, tive a preocupação de apresentar ao leitor: as disputas entre o operariado e a burguesia quanto à definição de quais alimentos seriam considerados “básicos” para a vida dos primeiros; a importância da “carne verde” na dieta operária (nome atribuído à carne de gado vendida sem frigorificação); além de outros alimentos considerados fundamentais pela classe operária e suas falsificações. A seguir, realizo ponderações sobre o funcionamento do comércio e o grau de satisfação das necessidades operárias no mercado de alimentos, a partir do questionamento da historiografia quanto ao automatismo propugnado entre a existência da classe operária e sua dependência irrestrita daquele mercado. Conseqüentemente, foi necessário estudar os problemas de acesso dos trabalhadores ao mercado de gêneros considerados básicos, através de uma breve consideração metodológica sobre nossa forma de referência aos salários, uma exposição detida nas inúmeras crises da carestia entre 1905 e 1932, e uma apreciação sobre as substituições de alimentos pelos operários. Finalmente, analiso as relações entre as políticas estatais e os interesses da burguesia.

Para explicar como o município atuou diante da questão das condições de vida da classe operária porto-alegrense, vou me valer dos Relatórios anuais da Intendência Municipal apresentados ao Conselho/Câmara de Porto Alegre entre 1904 e 1930, disponíveis no Arquivo

Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho¹⁹⁰. Em geral, essa fonte se caracteriza por apresentar uma exposição do Intendente sobre o município no que se refere às finanças da cidade, às condições de desenvolvimento econômico do município, à evolução demográfica, às condições sanitárias, higiênicas e de saúde da sua população, os seus espaços de vivência, os serviços oferecidos aos cidadãos (como o transporte, a educação e a assistência médica), o controle da evolução das habitações (através do recolhimento do imposto chamado de “décima urbana”) e os produtos mais importantes consumidos. Em alguns momentos, o Intendente expunha abertamente sua opinião sobre aqueles variados temas, que em geral compõem, como vimos na Introdução dessa dissertação, as condições de vida da classe operária. Ao lado dessas fontes, os Relatórios do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul foram consultados, mas poucas informações puderam ser extraídas desse material.

Para acompanhar as políticas colocadas em prática pelo governo federal durante a Primeira República, dediquei especial atenção aos decretos presentes na Coleção de Leis do Brasil, disponíveis para consulta no sítio do Senado Federal através da sua Subsecretaria de Informações¹⁹¹. Pela possibilidade de consulta via *internet* através de palavras presentes nos textos ou título dos decretos digitalizados, parti para a busca de termos relacionados a essa pesquisa (como “operário”, “habitação”, “gêneros”, “abastecimento”, “alimentos”, “carestia”, entre outros), obtendo poucos resultados, o que corrobora os poucos achados das pesquisas dos historiadores que já trabalharam com aquelas fontes, como Linhares e Silva¹⁹². O que essa pesquisa revelou, grosso modo, é o limitado alcance dos decretos governamentais federais aprovados pelo legislativo, que eram promulgados geralmente apenas em conjunturas adversas, como depois das manifestações de 1917, criando comissões para resoluções de problemas relativos à questão social, com duração efêmera ou restrita à capital federal. Mesmo assim, não podemos ignorar tais fontes.

Para os mecanismos de acesso do operariado aos alimentos (especialmente o comércio), utilizei notícias publicadas nos jornais da grande imprensa que circulavam na capital gaúcha (*Correio do Povo*, *O Diário*, *Diário de Notícias*, *O Independente*, *A Federação*). Embora a imprensa operária também nos ajude nessa empreitada, ela foi abordada com a intenção de acompanharmos a relação entre as crises de carestia da vida e a atuação política popular.

¹⁹⁰ Novamente, para não precisar citar por extenso o título de cada relatório, daqui em diante eles aparecerão sob a seguinte forma: Relatório de tal ano. A lista completa desses relatórios se encontra na seção de Fontes.

¹⁹¹ SENADO FEDERAL. *Sicon*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sicon>>, consulta em 27/03/2009.

¹⁹² LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

2.1. A “cultura de consumo” operário

Como observado na Introdução, a partir da bibliografia sobre o tema das condições de vida da classe operária, ficou evidente que o *consumo* merece destaque em estudos desse objeto, na medida em que certos padrões de consumo são estabelecidos pelos grupos sociais, sofrendo alterações ao longo do tempo que não são pouco importantes para o estudo histórico. Desse modo, além do consumo em si, interessa abordá-lo como um aspecto da vida popular que apresenta uma articulação com a prática política dos atores históricos.

Antes de tudo, cabe tentar caracterizar o que se entende por consumo: “é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos”¹⁹³. Para chegarmos a tal caracterização, acompanho as diferentes perspectivas de definição do consumo segundo Nestor Canclini, que tratou do tema em sua obra *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*.

A primeira definição é a do consumo como manifestação da racionalidade econômica das pessoas, enquadrado no ciclo de produção e reprodução social. Nesta lógica, seria o lugar em que se completa o processo da expansão do capital e da reprodução da força de trabalho. Embora eu concorde com parte dessa perspectiva (sim, há um planejamento macroeconômico de como reproduzir a força de trabalho em uma sociedade capitalista), há outras formas de abordar o tema que ajudam a enriquecer nossa compreensão¹⁹⁴.

A esfera do consumo não é apenas a última etapa da criação do capital, mas é também, como afirma o autor, um mecanismo da racionalidade sociopolítica interativa. Isto significa que o consumo “é um lugar onde os conflitos entre classes, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade através da distribuição e apropriação dos bens”. Ou seja, “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo”¹⁹⁵. Dessa forma, o consumo é visto como cenário onde a conformação, disputa e mesmo a luta de classes se manifesta, possuindo caráter e desdobramentos políticos.

¹⁹³ CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 77.

¹⁹⁴ Um exemplo do consumo operário que não se enquadra na definição de mera racionalidade econômica é a venda de “relógios socialistas” em Porto Alegre, amplamente divulgados pelo jornal *A Democracia*: “servem para a propaganda permanente da aspiração pela conquista do limite máximo de 8 horas de trabalho diário”, trazendo em relevo as inscrições “8 horas de trabalho, 8 horas de instrução e 8 horas de descanso. Operários de todo o mundo, uní-vos!”. “Relógios socialistas”. *A Democracia*, Porto Alegre, 19 de maio de 1907, p. 3.

¹⁹⁵ CANCLINI, *Op. Cit.*, p. 78.

Finalmente, outra linha de estudos identificada por Canclini (proveniente da obra de Bourdieu) também tem percebido o consumo como lugar de diferenciação entre classes e grupos, chamando a atenção para os aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora.

2.1.1. O consumo como objeto de disputas políticas

Partindo das considerações feitas até aqui na dissertação, abordei as fontes tentando encontrar elementos que me permitissem perceber as práticas de consumo dos operários da capital gaúcha entre 1905 e 1932. Dentre elas, estão aquelas que recebiam “censuras” dos próprios operários, como o jogo e a bebida:

Não há operário que não gaste em coisas inúteis, durante um mês, pelo menos 3\$000. Um joga no *bicho*; outro nas loterias ou corridas de cavalos, ou cartas, rinhãs de galo, roleta, etc., este bebe cerveja, vinho ou qualquer outro líquido espirituoso mais do que deve; aquele... – enfim, longe eu iria se quisesse enumerar todos os modos e meios pelos quais operários aplicam mal uma parte, embora resumida, do dinheiro ganho com sacrifício, às vezes.¹⁹⁶

A crônica do “velho operário” se pauta na tentativa de convencimento dos mais jovens de que a associação com companheiros de classe era o melhor caminho para evitar qualquer problema no equilíbrio sobre corda que parecia ser a vida do operariado em geral. Ou seja, militava em favor do associativismo de classe como forma de fugir aos infortúnios da vida do trabalhador, que lhe eram evidentes exatamente pela experiência acumulada enquanto um “velho operário”. O operário deveria se precaver das incertezas da vida, e ao mesmo tempo, deveria evitar a quase certa miséria na velhice, em um momento de ausência de gerência governamental (no sentido de garantia de direitos) sobre a vida dos trabalhadores. Para isso, deveria deixar de gastar seu ordenado em elementos de consumo considerados supérfluos pelo jornal, como jogos e bebidas. Essa e outras notícias revelam a existência de uma disputa já estudada pela historiadora Evangelia Aravanis. Ela constatou que havia alta inserção do álcool no cotidiano dos trabalhadores da época, o que era motivo de mobilização política entre os militantes da classe, pois se acreditava haver “uma clara relação de causa e efeito entre um corpo operário combatido pelo álcool e a impossibilidade de consciência e ação operária”¹⁹⁷. Em suma, um corpo saudável seria um requisito para a instrução e luta contra os patrões.

¹⁹⁶ “Conselhos de um velho”. *A Democracia*, Porto Alegre, 2 de julho de 1905, p. 1-2.

¹⁹⁷ ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2005. Tese de doutorado. p. 187.

No entanto, em função dos objetos dessa dissertação, interessam as práticas alimentares e o consumo que ao redor delas se verificava. Por isso, faz-se necessário que tentemos definir quais itens compunham a cesta alimentar do operariado do período, o que pode ser caracterizado a partir de notícias publicadas na imprensa, nas fontes oficiais do município e através da bibliografia histórica.

O orçamento doméstico do operariado era alvo de atenção da burguesia e dos comerciantes de Porto Alegre ao menos desde os anos 1900. Nos debates, argumentos variados tentavam provar matematicamente que os salários pagos pelos patrões e os preços cobrados pelos comerciantes eram suficientes para a sobrevivência da suposta “família operária”. Em 1906, o comerciante “Seu Paschoal” teria apresentado e defendido um cálculo de orçamento doméstico “em meio de operários”, com a finalidade de combater a propaganda de um militante que advogava a unificação da classe como meio de melhora “das condições de cada trabalhador”¹⁹⁸. Em resposta, os redatores de *A Democracia* apresentavam sua versão sobre o “básico” necessário para a sobrevivência da “família operária”:

Vejamos, agora, a despesa muito reduzida, a menor, que a vida da mencionada família exige por dia: carne, 400 réis; pão, 300 réis; leite, 400 réis; hortaliças, 240 réis; lenha, 500 réis; luz (vela ou querosene), 100 réis; café, 200 réis; açúcar, 240 réis; feijão, 150 réis; farinha, 60 réis; massa para sopa, 100 réis; arroz, 250 réis; banha, 200; temperos, 140 réis; batatas, 100 réis; sabão, 250 réis; carvão, 40 réis. Adiciona-se a isso o aluguel da casa 20\$000; água, 4\$000 e serviços de remoção de materiais fecais, 4\$000, despesas estas mensais que resultam por dia 933, desprezada uma fração ínfima...Total, 4\$603¹⁹⁹.

A partir desses debates podemos tentar identificar quais itens alimentares eram considerados indispensáveis pela própria classe operária²⁰⁰. Como se vê, aparecem na sua dieta: carne, pão, leite, hortaliças, café, açúcar, feijão, arroz, farinha, massa para sopa, banha, temperos e batatas.

Do caso acima descrito, podemos afirmar que na década de 1900 estavam em disputa entre burguesia, comerciantes e militantes operários dois aspectos do mesmo problema: primeiro, quais itens alimentares poderiam ser considerados “básicos” para o consumo dos trabalhadores; e segundo, se os preços dos alimentos estavam de acordo com os valores dos salários recebidos pela classe.

¹⁹⁸ *A Democracia*, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1906, p. 4.

¹⁹⁹ “O cálculo do seu Paschoal”. *A Democracia*, Porto Alegre, 6 de janeiro de 1907, p. 2.

²⁰⁰ Além dos alimentos acima mencionados, a notícia contabilizava outros gastos que pesavam no custo de vida, mas que não nos interessa aqui abordar (vestimentas, transportes, remédios e médicos), já que nosso foco é a alimentação. Mesmo assim, para visualizar um exercício metodológico de definição do orçamento doméstico do operariado no Rio Grande do Sul, ver: ARAVANIS, *Op. Cit.*, p. 89-91.

Para o comerciante “Seu Paschoal” e para o burguês Manoel Py, segundo o jornal *A Democracia* (dos socialistas), os salários estavam em consonância com os custos da vida em Porto Alegre. Do ponto de vista dos militantes trabalhadores (desde os social-democratas até os anarquistas), mais do que o questionamento dessa premissa, é possível afirmar que pensavam além da possibilidade de adquirir tais itens: seu “básico” era repetidas vezes contraposto aos itens consumidos pelas outras classes sociais. Dessa forma, constatavam que a burguesia da cidade possuía um consumo tão diferenciado em termos quantitativos e qualitativos que se davam ao luxo de alimentar animais domésticos com regalias. Assim, paulatinamente demarcavam-se os limites de classe através das práticas de consumo. Como bem afirmava o jornal *O Syndicalista* (dos anarquistas da FORGS) no final dos anos 1920,

[...] a classe trabalhadora cumpre suas intermináveis jornadas diárias sem adquirir o mais necessário para a existência que é imprescindível para a vida [...] Fabricam tudo o que é necessário para a vida e vivem com falta de tudo o que é preciso para viver como humanos²⁰¹.

Dessa forma, o consumo alimentar constituir-se-ia em critério demarcador do pertencimento de classe na época. Por um lado, de forma sutil, as políticas públicas para a questão alimentar tentavam demarcar um “básico” mais enxuto do que o “básico” manifesto nas palavras dos operários: as listas de tabelamento de preços de alimentos da Intendência nunca faziam referência às frutas, legumes, verduras e temperos, como é observável nas listas municipais de 1914 e 1917, e na lista de gêneros arrecadados diante da enchente de 1929²⁰². Durante os anos 1920, tal enxugamento da cesta operária parecia consolidada mesmo no meio operário: apesar da existência de feiras-livres nos bairros populares, a imprensa operária, quando se referia à carestia da vida, não mais considerava hortaliças e assemelhados como componentes do “básico” alimentar, diferentemente dos anos 1900. Por outro lado, no final do nosso período, em decorrência da Crise de 1929 e da Revolução de 1930, as cozinhas populares organizadas pela burguesia inauguraram suas atividades com um cardápio ainda mais restrito: arroz e feijão com carne.

Por outro lado, se a disputa em torno dos alimentos era mais em função dos preços de uma gama cada vez mais restrita de opções, o consumo de outros produtos (como roupas, fósforos, cervejas) foi usado pela classe operária como dispositivo de enfrentamento aberto na

²⁰¹ “Conformidade”. *O Syndicalista*, Porto Alegre, março de 1927, p. 6.

²⁰² Ao deparar-se com uma enchente que atingiu especialmente aos moradores do Quarto Distrito em 1929, o governo municipal elaborou uma lista de “gêneros de primeira necessidade” a serem distribuídos, na qual encontramos: feijão, arroz, açúcar, farinha, batatas, charque, cebolas, sal, banha, café, pão, biscoitos, leite condensado, além de itens não alimentares (lenha e sacos de papel). *Relatório de 1929*. p. 393-394.

luta de classes. Tal foi a prática da boicotagem de produtos vendidos pela burguesia, que enquanto passíveis de consumo pela classe operária eram denunciados pela sua suposta qualidade inferior. A relativa eficácia dessas ações se verifica pelo fato de que a burguesia, depois das campanhas de boicotagem, mudava a aparência e a marca dos seus produtos para continuar a vendê-los. Nessa forma de luta, as classes operárias poderiam convergir para um comportamento de “a classe”, no singular, articulando-se através das fronteiras políticas e espaciais regionais, como se verifica nas campanhas nacionais divulgadas em Porto Alegre²⁰³. Como verificamos em Thompson na Introdução dessa dissertação, o surgimento de uma “classe” (operária) em vez de “classes” (de ocupações diversas) se realizava também pela identificação de formas comuns de vida, dentre as quais o consumo era componente fundamental. A folha operária (*A Democracia*) condenava a elevação de preços que à primeira vista podem parecer irrisórios ao pesquisador, como o dos fósforos, mas tal denúncia demonstra como a classe operária porto-alegrense estava aprendendo a identificar a si mesma enquanto “consumidora” de produtos industrializados, com algum poder de interferir no mercado de gêneros considerados básicos à sua existência²⁰⁴.

Além de considerar a burguesia como aquela que lhe pagava pelo trabalho, o operariado também via tal grupo como os donos das mercadorias que serviam para sua reprodução²⁰⁵. Ou seja, identificavam a si mesmos como produtores e consumidores, e os patrões como empregadores de mão de obra e vendedores dos meios de subsistência desses trabalhadores. Ao apresentar a boicotagem como forma de luta contra seus exploradores (patrões fornecedores de mercadorias), os operários também denunciavam as táticas usadas pela burguesia para barrar o controle do consumo de produtos pelos trabalhadores.

2.1.2. A importância da “carne verde”

Retomando a definição da dieta operária, parece prudente tentarmos identificar aqueles alimentos que eram considerados indispensáveis pela classe. Mesmo nos debates

²⁰³ “Boicotagem. Um apelo ao operariado em geral”. *A Democracia*, Porto Alegre, 19 de maio de 1907, p. 2.

²⁰⁴ “O ‘trust’ dos fósforos”. *A Democracia*, Porto Alegre, 21 de maio de 1905, p. 2.

²⁰⁵ Outras notícias de boicotagem podem ser encontradas em *A Luta*, Porto Alegre, 16 de junho de 1907, p. 2; 1º de julho de 1907, p. 1; 3 de setembro de 1907, p. 1 e 3; 18 de março de 1908, p. 3; Panfleto FORGS: A voz da razão. Ao povo. Aos soldados operários. Porto Alegre, 7 de setembro de 1919.; Panfleto FORGS: À postos operários!. Porto Alegre, 4 de setembro de 1919. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919. Havia diversas campanhas: os anarquistas pregavam aos padeiros a necessidade de não utilizar as farinhas beneficiadas pela empresa paulista Matarazzo no fabrico do pão, e ao operariado em geral, o boicote aos fósforos e banha daquela marca; também contra a marca de chapéus paulista Evangelista; contra os charutos Poock & C. de Rio Grande; e alguns estabelecimentos comerciais em Porto Alegre.

sobre o “padrão de vida” na Inglaterra, a carne aparece como elemento central nos estudos de Thompson e Hobsbawm. Em todo caso, é interessante notar que em Porto Alegre, tal como em Montevideu e Buenos Aires, a carne de gado parecia constituir um alimento de suma importância, senão o principal item da mesa do operariado²⁰⁶. A centralidade desse item na mesa dos gaúchos ainda no início do século XX era tão marcante que a “carne verde” (carne de gado recém abatido) era distribuída como esmola aos pobres em dias de festas católicas²⁰⁷, ou na abertura de novos açougues²⁰⁸. Dessa forma, consumir carne cotidianamente não significava que a “condição da vida” estivesse melhorando para os operários, a não ser na eventualidade das crises de abastecimento, quando a retomada do seu consumo poderia indicar uma volta à normalidade. Considerado pelo operariado “alimento de primeira necessidade” em 1906, o preço da carne verde variava de acordo com as estações do ano (em decorrência da oferta de pasto ao gado), com a demanda do mercado externo (em relação ao Rio Grande do Sul) e com a distribuição habitacional do operariado na capital gaúcha. Fora da zona central da cidade, o comércio desse alimento apresentava preços mais elevados:

Não sabemos como os açougues estabelecidos nos bairros, lugares por excelência habitados por proletários, a carne verde é vendida a 500 réis o quilo, no entanto, nos açougues localizados na ruas centrais da cidade, a carne custa 400 réis!²⁰⁹.

Como residir na zona central nem sempre era possível, e como não havia possibilidade de refrigeração doméstica, a carne verde deveria ser comprada preferencialmente no açougue próximo à residência operária e consumida ainda fresca. Como vimos na notícia acima, a folha operária *A Democracia* levantava desconfiança sobre a conduta dos açougueiros dos bairros, sugerindo algum grau de exploração do povo por sua parte. Finalmente, o jornal argumentava que a competência para intervenção sobre os preços seria do governo municipal. Como veremos adiante, apenas cerca de uma década adiante (1914) tal instituição responderia àquela demanda na medida do que considerava possível. Assim, outro jornal, *O Exemplo*²¹⁰, chegava a publicar em 1909 piadas sobre os abusos do aumento de preço da carne verde:

²⁰⁶ Para tal argumentação sobre Montevideu, ver: ZUBILLAGA; BALBIS, *Op. Cit.*, p. 71-72.; sobre Buenos Aires, ver: FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 110.

²⁰⁷ Na festa do Divino Espírito Santo de 1905, foram distribuídos “mil quilos de carne verde a mil pobres” no Mercado Público. “Esmolas”. *O Independente*, Porto Alegre, 4 de junho de 1905, p. 3.

²⁰⁸ O proprietário Vicente Montano distribuiu mil quilos de carne aos pobres na inauguração do seu açougue na rua Voluntários da Pátria, espaço de moradia operária. “Novo açougue”. *O Independente*, Porto Alegre, 1º de janeiro de 1911, p. 2.

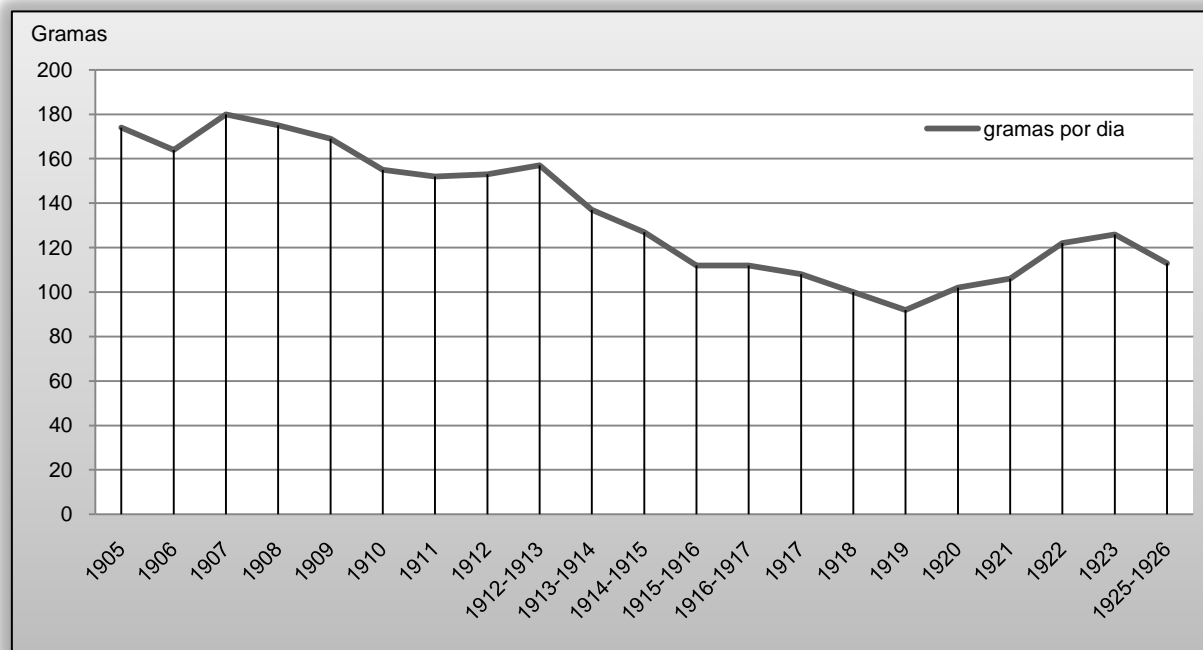
²⁰⁹ “A carne verde”. *A Democracia*, Porto Alegre, 12 de agosto de 1907, p. 2.

²¹⁰ “Porta-voz dos negros de Porto Alegre. [...] Parece ter realmente abraçado a luta de classes entre os anos de 1908/1911”. MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre, 2004. p. 99.

- Quantos são os inimigos da alma?
- São dois.
- Como dois?
- Mundo e diabo...
- E a carne onde fica?
- Fica nos açougues enquanto a venderem a 1\$000 o quilo!...²¹¹

Através de fontes variadas, como Relatórios da Intendência Municipal, jornais operários, jornais de grande circulação e pela própria bibliografia, foi possível elaborar uma tabela de evolução do consumo de carne verde *per capita* diariamente em Porto Alegre entre 1905 e 1926, e outra para o movimento de preços daquele mesmo produto entre 1899 e 1931, disponíveis no Anexo I. Claro que, a exemplo de uma tabela semelhante produzida para Montevideu no século XIX, este tipo de cálculo se refere a um consumo homogêneo da cidade, estando distante de refletir a distribuição do acesso ao alimento pelas diferentes classes sociais²¹². Em todo caso, é evidente que os mais pobres enfrentavam maior dificuldade do que os abastados para consumir a carne, situação geralmente agravada em momentos de elevação de preços e crise de abastecimento. Os gráficos a seguir (4 e 5) foram elaborados a partir das tabelas de preços apresentadas no Anexo I dessa dissertação.

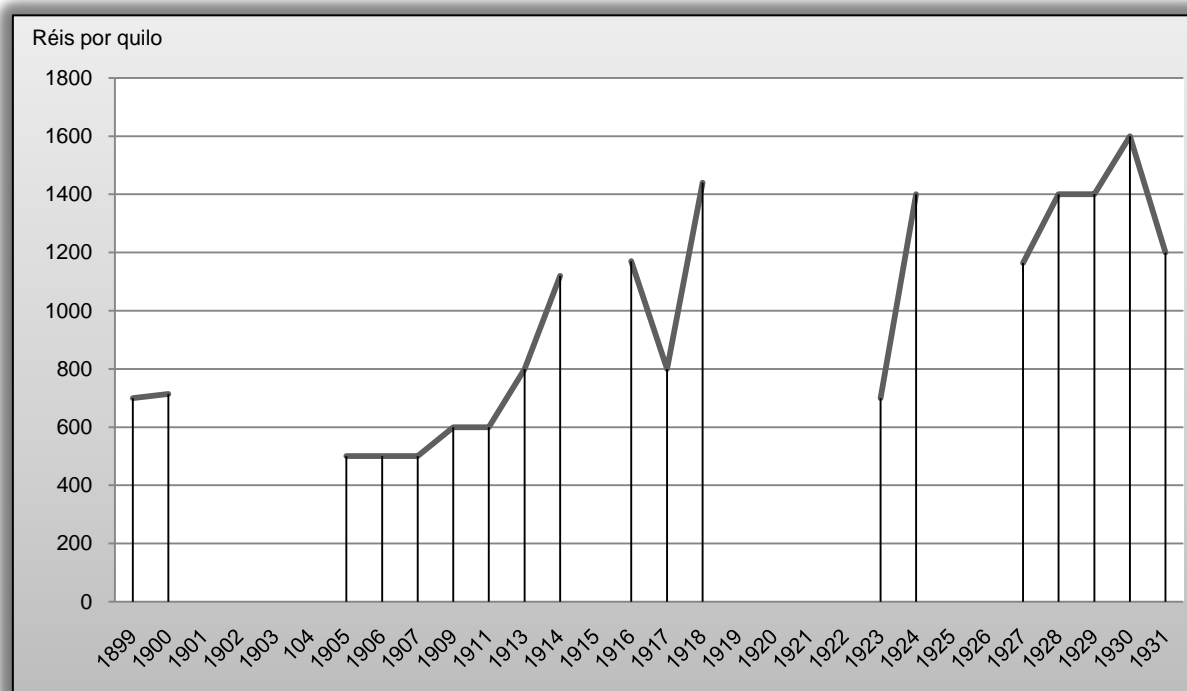
GRÁFICO 4 – CONSUMO DE CARNE DE GADO POR HABITANTE POR DIA



²¹¹ “Colhidas”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 21 de março de 1909, p. 2.

²¹² ZUBILLAGA; BALBIS, *Op. Cit.*, p. 72-73. Problema metodológico também observado por Thompson, como exposto na Introdução dessa dissertação.

GRÁFICO 5 – PREÇO DO QUILO DA CARNE DE GADO EM PORTO ALEGRE



Considerando a validade dos gráficos e tabelas correspondentes para a explicação das condições de acesso da população à carne verde, podemos identificar que a partir de 1907-1908 o consumo em quilos daquele produto decaiu de forma lenta até 1911-1912, recuperando-se brevemente até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando despensa. É possível imaginar que a forte queda no consumo diário do principal item da mesa proletária, que passou de cerca de 160-180 gramas por habitante nos anos 1905-1909 para 110-90 gramas entre 1916-1919 (uma redução de carne no prato da ordem de 31% a 50%), tenha provocado forte angústia nos habitantes da capital gaúcha, especialmente entre os mais empobrecidos. Mesmo com a retomada do crescimento do consumo de carne a partir de 1919-1920, ele nunca mais atingiria o patamar da década 1910, chegando ao máximo de 126 gramas por volta de 1923, para iniciar uma nova queda²¹³. Por outro lado, não nos parece plausível sugerir que toda a classe trabalhadora passava por tal privação. Na verdade, se considerarmos o quadro de imigração constante para a cidade, possivelmente a situação desses trabalhadores, com acesso cotidiano à carne vermelha, poderia indicar uma sensação de melhora nas suas condições alimentares, tendo em vista a “abundância” sulina.

²¹³ Há indícios de que essa queda no consumo de carne seja uma tendência verificada desde o final do século XIX. Evangelia Aravanis observou estimativas em torno de 300 gramas por dia em fontes operárias gaúchas naquele período. ARAVANIS, *Op. Cit.*, p. 91.

Vejam agora o preço daquele alimento. A partir de fontes diferentes daquelas usadas para a criação da tabela de consumo, verificamos uma relação inversa entre os movimentos de ascensão e descenso das duas tabelas. Isto é, exatamente por volta dos mesmos anos, verifica-se que quando o preço sobe ou decai, a retração ou expansão do consumo de carne verde *per capita* também se manifesta, do que podemos concluir uma alta integração do comércio de carne da capital com os fluxos comerciais para outras regiões, como para os países beligerantes. Entre 1907 e 1914, o preço da carne aumenta no mercado local de 500 para 1120 réis (124%), período correspondente ao início da série de queda no consumo que se mantém até 1913. Tal ascensão foi tão grave que pela primeira vez na República o poder público municipal de Porto Alegre interveio sobre o preço daquele item básico, copiando ações semelhantes dos administradores das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo²¹⁴. Outros alimentos também foram tabelados, mas a carne teve um de “ato” governamental exclusivo regulamentando a margem de lucro dos retalhistas (os açougueiros da época): 40% sobre a carne de primeira, 20% sobre a carne de segunda (outras carnes não poderiam gerar lucro)²¹⁵. Em todo caso, como verificamos anteriormente, o consumo *per capita* não aumentaria nos próximos anos.

Como o preço da carne decaiu em 1917, mas subiu em 1918 para um número quase 300% maior que uma década antes, não é incoerente a permanência da queda no consumo daquele item até 1919. Na verdade, desde o advento da República, esse parece ter sido o momento de maior angústia entre os trabalhadores brasileiros. Em Porto Alegre, o governo municipal novamente interveio sobre o preço dos alimentos, tabelando a carne²¹⁶.

Sua elevação a partir de 1923-1924 impactaria novamente sobre o consumo, deteriorando-o. Até 1931, último ano da contagem, nunca mais o preço da carne baixaria de 1.200 réis. Todavia, para o período posterior a 1926 não temos dados.

Em vários momentos, nota-se que o consumo tendia a crescer ou diminuir em ritmo mais lento do que a mudança brusca dos preços da carne, embora o efeito daquelas variações sempre tenha atuado como determinante na sua elevação ou queda. Mais do que isso, preço e consumo pareciam ocupar posições opostas em uma gangorra vigiada com angústia pelos trabalhadores. A situação mais curiosa é que exatamente em 1917, quando os preços da carne voltaram à proximidade do patamar do imediato pré-Guerra Mundial, o sentimento se transformou na postura política da “greve geral”. Em 1917, quando a Liga de Defesa Popular

²¹⁴ Ato n° 113, de 12 de agosto de 1914.

²¹⁵ Ato n° 107, de 20 de junho de 1914.

²¹⁶ Ato n° 137, de 4 de agosto de 1917.

organizara a pauta da grande paralisação, no terceiro item demandava do poder público providências que atendessem imediatamente ao interesse popular pela carne, através do estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer o produto à população por preço razoável²¹⁷.

Mas além do efetivo aumento dos preços de outros produtos, o movimento das cifras não é suficiente para explicar a eclosão da Greve Geral de 1917 e das greves de 1918. Como é possível que exatamente no ano de baixa do preço um movimento popular demande solução definitiva para um problema que estava crescendo nos últimos anos, mas que naquele ano era menor do que outros? Segundo Adhemar Lourenço da Silva Jr., “é certo que a carestia em Porto Alegre levou os trabalhadores a fazerem uma Greve Geral”, “mas não se pode tomar o fenômeno da greve como uma reação ‘natural’, quase instintiva, a um estado de coisas”²¹⁸. Afinal, anarquistas e outros grupos disputavam a liderança do movimento operário da capital gaúcha, e somente assim podemos compreender a crença dos atores em derrotas ou vitórias nas greves contra a carestia de 1917 e 1918. Como veremos adiante, se observarmos os preços de diversos itens que compunham o “básico” da mesa operária, os anos 1920 seriam ainda mais cruéis, mas nem por isso as greves foram mais recorrentes em comparação com a década de 1910. Na verdade, através dos relatos de líderes sindicais no Rio de Janeiro, Maria L. Lobo observou que os melhores momentos para colocar as reivindicações no cenário público eram exatamente os de prosperidade da economia em geral²¹⁹.

Enfim, a grande variação no preço do alimento mais importante da mesa do operariado desorganizou a economia doméstica por várias vezes durante as quase três décadas estudadas, além de criar uma sensação de insatisfação nos trabalhadores, que viram a carne minguar em seus pratos no decorrer dos anos. Talvez apenas os migrantes recém chegados da Europa não tenham compartilhado tal sentimento²²⁰.

De qualquer maneira, não é incorreta a colocação de Linhares sobre a carne verde, considerada pela autora como um “gênero-problema”:

Nenhum outro gênero, porém, provocou mais celeuma na opinião e descontentamento entre as populações consumidoras, também nenhum outro como ele deixou documentação tão rica e abundante nos arquivos brasileiros, a ponto de se

²¹⁷ SILVA JR., Adhemar L. A carestia. In: *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 1994. Dissertação de mestrado. p. 244-266.

²¹⁸ Idem. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS (5), julho de 1996. p. 183.

²¹⁹ LOBO, *Rio de Janeiro operário...*, p. 54.

²²⁰ Ver a importância simbólica da abundância de carne vermelha para os migrantes recém chegados a Buenos Aires no início do século XX em FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 185.

afirmar, sem grande exagero, que a história do abastecimento no Brasil é, sobretudo, a história da carne verde²²¹.

Afinal, na história do abastecimento do mercado brasileiro esse parece ter se constituído como o principal entrave para o sucesso da administração dos centros urbanos, aparecendo sempre de forma abundante nas fontes através dos relatos do seu encarecimento, má qualidade ou escassez. Essa pesquisa corrobora aquela hipótese.

2.1.3. Preços de outros itens básicos

Embora a carne fosse o item central da dieta operária em Porto Alegre, outros elementos eram considerados fundamentais. Embora não seja possível rastrear as quantidades consumidas desses produtos, indícios presentes nas mesmas fontes consultadas para o estudo da carne nos auxiliaram na elaboração de um gráfico de preços.

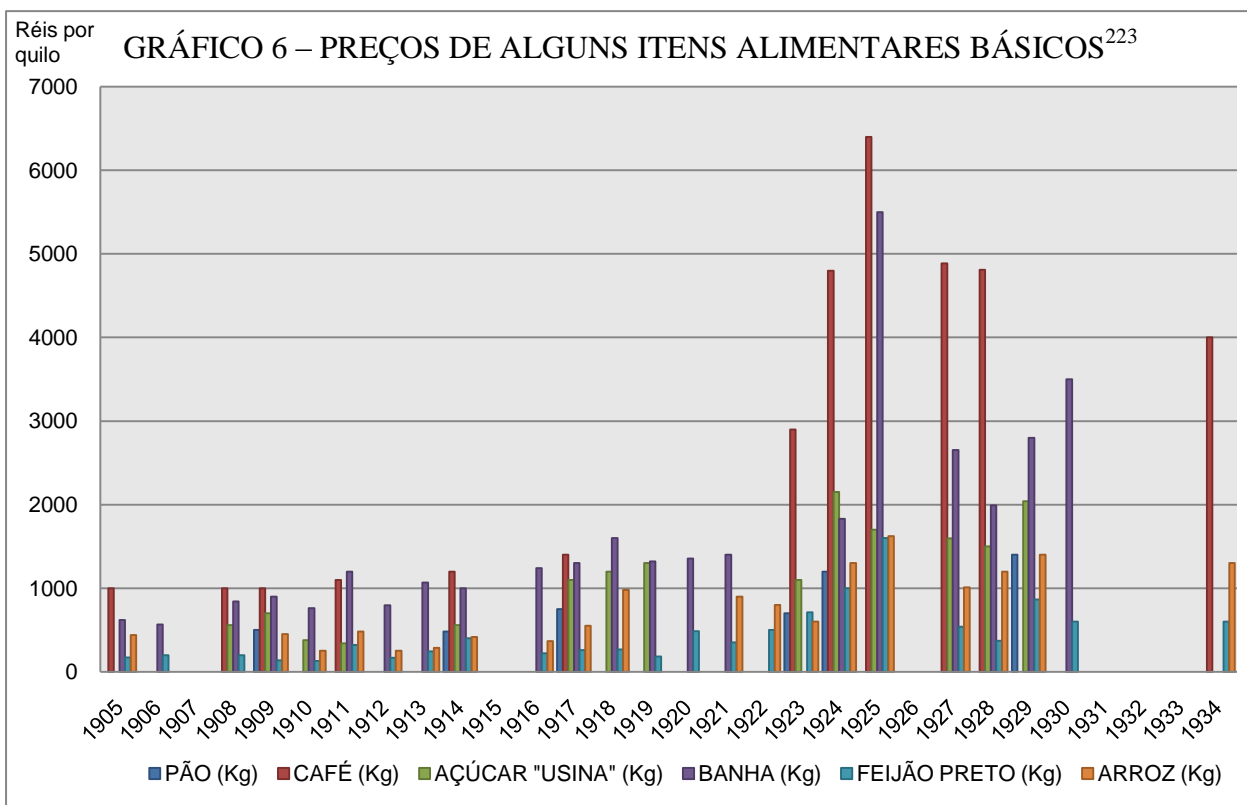
Dos preços abaixo apresentados, pode-se notar uma variação entre as épocas do ano. Geralmente, no inverno os preços dos produtos agrícolas tendiam a aumentar, ocorrendo o oposto nos meses do verão. Assim, quando havia informações para mais de um período do ano, preferi os dados do inverno, o período de maior aperto na economia doméstica popular. Dessa forma, algumas variações abruptas entre anos podem ser efeito da falta de informações regulares para todos os anos. Ademais, algumas simplificações foram realizadas, especialmente para os preços variantes na cidade, que aparecem no gráfico abaixo (6) como um meio termo entre os extremos.

Os dados apresentados foram extraídos preferencialmente de anúncios de armazéns nas folhas populares ou das notícias sobre aumento de preços nos jornais da chamada grande imprensa; na falta desses, as tabelas de preços da intendência e documentos da exportação do Estado nos auxiliaram (dos quais é possível extrair o preço médio anual da exportação do produto). O produto “arroz” aparece com mais de cinco classificações: assim, abaixo aparecem apenas as referências genéricas das fontes²²².

Finalmente, uma ressalva se faz necessária: embora não tenhamos condições de elaborar uma discussão pormenorizada quanto ao consumo desses itens pelo operariado, parece importante ao menos contribuir para a construção de tabelas de preços para futuros estudos de história econômica e social.

²²¹ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979. p. 192.

²²² “Arroz”, “arroz nacional” ou “arroz de Cachoeira”.



2.1.4. Falsificação e adulteração

Por mais que seja difícil realizar uma discussão pormenorizada sobre o consumo dos itens anteriormente apresentados, uma afirmação genérica é possível: alguns desses produtos estavam mais suscetíveis à falsificação que outros. Como desdobramentos dessa prática, verificamos um aumento do seu preço real ao consumidor e a perda de propriedades inerentes à qualidade original.

O leite era provavelmente o mais falsificado item da alimentação popular, o que era facilitado pelas suas características de produção e distribuição. A partir das pequenas propriedades nos subúrbios/zona rural de Porto Alegre e cidades vizinhas, e leite fresco, extraído na madrugada anterior ao consumo, passava ainda pelos leiteiros, e sua falsificação por dois métodos – retirada da gordura ou adição de água – mobilizava os agentes fiscalizadores da municipalidade desde o início do século XX:

²²³ Gráfico constituído a partir dos dados presentes nas tabelas do Anexo I.

Ilmo. Sr. Dr. Intendente Municipal.

Parte

Cumpre-me cientificar-vos para os fins necessários que, no dia 27 do corrente, achando-me no Caminho do Meio, no desempenho do meu dever, fiscalizando leite, de madrugada, multei um vendedor daquele líquido, em 50\$000, por vendê-lo com água, conforme [ilegível] o artigo 61 dessa Intendência, e, por [ilegível] medidas incompletas, multei mais três vendedores, em 20\$000, cada um, de acordo com o artigo 84 da lei 405, 18-12-1857[?]. [...]

João C. Maia[?]

Fiscal encarregado

Em 31-5-[1]920²²⁴

Como se observa no Anexo III (Indicadores de Saúde), são impressionantes os números da Seção de Análises da Intendência: em 1917 nada menos do que 80% das amostras de leite analisadas em Porto Alegre passaram por algum processo de falsificação. Esse número oscila entre 11%-44% até 1923, e decai bruscamente para cerca de 3%-6% entre 1926 e 1928, do que concluímos que somente com o aumento vertiginoso (cerca de dez vezes) da fiscalização em meados da década de 1920 é que o leite fresco passou a manter as suas propriedades nutritivas desde a saída das vacas até a mesa dos consumidores.

Mesmo assim, não podemos pensar que o leite era consumido por todos os habitantes da cidade. Em 1932, o médico Josué de Castro empreendeu um estudo pioneiro no Brasil. Ao tentar definir o “standard” (padrão) de vida de quinhentas famílias operárias no Recife, demonstrou que, embora produtos como feijão, farinha, charque, café e açúcar fossem consumidos por cem por cento dos entrevistados, o leite estava presente na mesa de menos de 20% das famílias²²⁵. Se não temos estudos semelhantes para descrevermos o consumo de leite em Porto Alegre, podemos ao menos desconfiar da possibilidade acesso diário àquele produto especialmente pelos mais pobres da cidade.

Ao lado do leite, o alimento que mais aparecia nas denúncias operárias quanto à duvidosa qualidade era o pão, especialmente pela facilidade de alteração da receita durante o processo de produção: diminuição de peso, peso roubado na balança, utilização de farinhas de má qualidade ou de tipos diversos. Além da centralidade nas dietas das classes populares, sua falsificação é recorrente na bibliografia histórica²²⁶. Como observou Ferreras, a carestia da

²²⁴ A Seção de Análises do município fora criada em 1906, e entre suas atividades destacava-se a fiscalização da qualidade da água, da carne, frutas/legumes e leite vendidos na capital. A citação acima se refere a uma correspondência entre um fiscal dessa repartição e o Intendente. *Relatório sobre fiscalização de leiteiros*. 1920. Ref.: 2.1.2.4.

²²⁵ CASTRO, Josué de. *As condições de vida das classes operárias no Recife*: estudo econômico de sua alimentação. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), 1935. p.14-15.

²²⁶ Vide FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 154.; THOMPSON, *A economia moral...*; PUREZA, Fernando C. *Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos*

vida geralmente estimulava as adulterações e falsificações praticadas pelos produtores e comerciantes²²⁷.

Com o início do governo Vargas a partir de 1931, já em janeiro se concretizou em lei uma medida que tentava inviabilizar a falsificação de alimentos. A partir do seu texto, podemos ter uma idéia das práticas realizadas durante toda a Primeira República no país, observadas também em Porto Alegre:

Art. 1º Julgar-se-á crime de estelionato, com as penas, previstas no art. 338 do Código Penal: fabricar, dar e vender ou expor consumo público de gêneros alimentícios;

I, que tenham sido misturados ou acondicionados com substâncias que lhes modifiquem a qualidade ou reduzam o valor nutritivo, desde que não sejam claramente apregoadas as modificações que os tornam de qualidade inferior;

II, quando se lhes tenha retirado, no todo ou em parte, um dos elementos de sua constituição normal ou substituído por outros de qualidade inferior e não se tenha claramente assinalado essa depreciação;

III, que tenham sido coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substâncias estranhas, com o fim de ocultar qualquer fraude ou deterioração, ou lhes atribuir melhor qualidade, do que realmente tenham;

IV, que tenham sido substituídos, no todo ou em parte, aos indicados no recipiente ou que na sua composição, peso ou medida, diversifiquem do enunciado nas marcas, rótulos, preconcios ou declarações do interessado;

V, que contenham ingredientes nocivos à saúde ou sejam constituídos, no todo ou em parte, de produtos animais degenerados ou decompostos ou de vegetais ou animais impróprios para a alimentação humana.²²⁸

2.2. A satisfação das necessidades básicas no mercado de alimentos

Faz-se necessária uma breve discussão quanto à satisfação das necessidades básicas da classe trabalhadora pelo mercado de alimentos. As ponderações apresentadas a seguir devem estar presentes enquanto pano de fundo da leitura das próximas seções do texto, pois elas definem a margem das possibilidades de acesso do operariado a produtos alimentares sem a necessidade de compra via salários.

trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945). Porto Alegre: PPG História-UFRGS, 2009. p. 98. Dissertação de mestrado.

²²⁷ “A primeira refere-se ao ato de aumentar o rendimento de um produto incorporando-lhe outros de menor valor, melhorar o aspecto introduzindo corantes e flavorizantes, conservantes para manter a qualidade por um tempo maior, ou, ainda, acelerar o processo de elaboração, reduzindo os custos. A falsificação implica a venda de um produto por outro de maior valor. Ambas as práticas não se excluem.” FERRERAS, *Op. Cit.*, p. 152-153.

²²⁸ Decreto 19.604 de 19/01/1931. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 44, coluna 1. 31/12/1931. Em virtude da possível restrição aos produtos estrangeiros, parece que a reclamação internacional, se pautando na Convenção de Genebra de 1923, exigiu que o governo brasileiro suspendesse o decreto 19.604, por prejudicar o comércio de alimentos industrializados dos países signatários daquele acordo. Cf.: Decreto 21.711 de 7/08/1932. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 27, coluna 1. 31/12/1932.

Historiadores que realizaram uma avaliação sobre o consumo dos operários na Espanha, ao descobrir que nos orçamentos familiares os gastos costumavam exceder os ganhos salariais, buscaram uma explicação alternativa ao modelo simplificado do salário-mercado:

Assim, mesmo nas cidades, é raro não haver uma pequena horta de onde a família retire alguns produtos, ou outras formas de renda que escapam a qualquer exercício estatístico. Por outro lado, nos gastos, há uma infinidade de “truques” que permitem reduzir sua importância: consumir carnes e produtos de qualidade muito inferior, privar-se de gastos com limpeza e vestuário [...] ²²⁹.

Adhemar Lourenço da Silva Junior dedicou várias páginas ao estudo de Porto Alegre em sua dissertação, concentrando-se no ano de 1917, e apresentou uma abordagem da historiografia regional sobre o tema da carestia ²³⁰. Revelou a efetiva dificuldade dos pesquisadores em encontrar dados relativos a preços de gêneros alimentícios em Porto Alegre, e constatou que nós, historiadores, somos em geral ignorantes dos padrões de consumo dos populares da capital:

Parece impossível trabalhar com qualquer índice, mesmo que estimado, de alta de preços em Porto Alegre, a menos que saibamos se não era de praxe nas famílias de classes populares – pelo menos para as moradoras dos distritos suburbanos – criar galinhas, porcos, pescar, manter hortas ou pomares, etc., ou seja, quais seriam não só os “gêneros de primeira necessidade” e seu peso no orçamento doméstico, mas especialmente aqueles cuja necessidade era satisfeita pelo mercado ²³¹.

Na verdade, essa consideração é bem plausível, sendo evidente no relato da filha do operário, militante socialista e conselheiro municipal Francisco Xavier da Costa ao historiador Benito Schmidt ²³². Sua mãe mantinha uma horta de “tomates, isso ou aquilo, alguma coisinha”, eventualmente servindo aos vizinhos pela venda ou mesmo doação, no início do século XX. A bibliografia tem revelado ainda mais indícios sobre a possibilidade de acesso popular a pequenos pedaços de terra nas imediações da cidade. Alexandre Fortes observou imigrantes nos anos 1920 produzindo hortifrutigranjeiros em Canoas – na atual Grande Porto Alegre – e depois no próprio bairro Navegantes, na capital, onde alguns estabeleceram um tambo de leite ²³³. Na verdade, nos limites do Quarto Distrito (bairro Passo D’Areia) havia chácaras, tambos de leite e matadouros: “naquele tempo íamos lá na hora certa [...] e

²²⁹ AIZPURU; RIVERA, *Op. Cit.*, p. 93.

²³⁰ SILVA JR., Adhemar L. *A carestia...*

²³¹ *Idem*, p. 248.

²³² SCHMIDT, *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. p. 96. Xavier da Costa era um antigo líder operário, organizador da greve de 1906 enquanto socialista, e eleito primeiro conselheiro operário da capital gaúcha ao se vincular ao PRR.

²³³ FORTES, *Op. Cit.*, p. 56.

recebíamos, gratuitamente, carne e miúdos de gado. Hoje, tudo é vendido, mas na época, era presente para os pobres”²³⁴, relatou um antigo morador.

Após a década de 1920, Fortes encontrou vários bares, restaurantes e outros pequenos comércios estabelecidos por antigos operários e nos quais podiam viver de forma mais autônoma do que trabalhando nas oficinas e fábricas da capital²³⁵. As fontes daquela década, confrontadas com a bibliografia, tem revelado que a prática do operariado de estabelecer um pequeno comércio, seja para fugir da dominação patronal, para ter acesso a alimentos provavelmente mais baratos (eliminando um intermediário na cadeia da produção e distribuição das mercadorias) ou mesmo como única possibilidade de trabalho em decorrência da idade avançada, era em certa medida possível para alguns na medida em que conseguissem economizar um pequeno número de réis. Na verdade, os comerciantes (entre os quais antigos operários) dos bairros populares da cidade se organizaram através da Sociedade União Comercial dos Varejistas de Porto Alegre, fundada supostamente em 1917. Esta entidade reivindicava em carta enviada ao Intendente Octavio Rocha em 1924 o direito à abertura das suas casas de comércio além do horário estabelecido em lei, um comportamento típico do pequeno comércio que servia aos trabalhadores:

A Lei, tal qual está vigorando, trar-nos-á a ruína, tolhendo-nos os meios de mantermos a família, roubando-nos a tranqüilidade em vendo os nossos recursos se resumindo. Muitos de nós já não têm forças ou lhes falta vista, para empregarem a sua atividade como operários ou simples trabalhadores de qualquer armazém.²³⁶

Um ano mais tarde, aquela associação remeteria nova carta ao Intendente Municipal solicitando a abertura do pequeno comércio aos domingos, seguida de uma lista de assinantes²³⁷. Tal documento confirma a hipótese de transformação de alguns operários em comerciantes. Entre outros, encontramos o nome de Alberto Kruse (ou Kruse), dono do “Armazém Commercial”, que serviu de “armazeneiro” à família Xavier da Costa nos anos 1920; Kruse ocupara o cargo de segundo secretário da União Operária Internacional em 1905²³⁸. Já em carta remetida ao presidente do Estado (encontrada na mesma série de documentos municipais), sobre o mesmo assunto, outro signatário era o comerciante Miguel Ordovás, com armazém estabelecido na rua Jordão [Giordano] Bruno em 1924; fora

²³⁴ PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. *Memória dos bairros: vila do IAPI*. Porto Alegre: SMC, 1991. p. 10.

²³⁵ FORTES, *Op. Cit.*, p. 57-61.

²³⁶ *Correspondências sobre comércio recebidas pela Intendência Municipal, em 28 de outubro de 1924*. Ref: 2.1.20.2.

²³⁷ *Idem*, em 28 de novembro de 1925.

²³⁸ SCHMIDT, *Em busca da terra...*, p. 149.; MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985. p. 91.

presidente da mesma União Operária Internacional ao lado de Kruse na década de 1910²³⁹. Pela ligação de ambos a Xavier da Costa através da militância política e relações comerciais, supomos práticas possivelmente recorrentes entre o operariado da época, que de forma alguma eram excludentes: militar em favor da classe operária e sobreviver a partir de pequenos lucros extraídos a partir dos negócios estabelecidos com a mesma. Como isso era possível?

Algumas sugestões foram apresentadas por Pierre Mayol, estudioso de bairro operário francês na pesquisa dirigida por Michel de Certeau. Segundo Mayol, os comerciantes dos bairros operários passam por uma insegurança econômica estrutural tal como os seus clientes. Além do mais, cumprem uma função social na medida em que os mercados de bairro tem elevado valor simbólico; é o espaço em que as pessoas ganham o reconhecimento dos demais membros da comunidade: o bairro “fala” no mercado e mercearia²⁴⁰. Tais teses parecem se originar da leitura apurada do texto de Richard Hoggart, estudioso do caso inglês, que identificou a mercearia como “clube” das donas de casa e a tal situação de insegurança que é componente fundamental da vida da classe operária:

Muitas donas de casa ainda hoje se sentem gratas ao merceeiro da rua, que lhes fiou os gêneros durante os tempos da depressão; sabendo que não tinham dinheiro para lhe pagar as mercearias da semana, continuou a vender-lhes durante meses. No entanto, esses lojistas fizeram-no porque não tinham outro remédio; caso perdessem os fregueses habituais, ninguém os iria substituir, e ou conseguiam agüentar-se, ou acabavam por ter de fechar a loja de toda a maneira. A mercearia está aberta todos os dias da semana, e a manhã de domingo é um dos dias de maior movimento; mesmo quando a loja está fechada, os fregueses habituais sabem que podem ir bater à porta da casa²⁴¹.

O sociólogo britânico Mike Savage, ao retomar a definição conceitual sobre a existência da classe trabalhadora nos anos 1990, afirmou que uma abordagem que a concebia como uma estrutura meramente derivada dos processos de trabalho por um lado, ou do mercado de trabalho por outro, não dava conta de certos fenômenos da vida dos trabalhadores. Assim, desenvolveu a categoria de “insegurança estrutural”, como algo vivido por todos os trabalhadores, abarcando dessa forma aspectos genéricos da vida das pessoas a partir de um elemento central²⁴². Tese semelhante foi defendida colateralmente no estudo sobre medicina e classes sociais, do sociólogo francês Luc Boltanski²⁴³.

²³⁹ *Correspondências sobre comércio recebidas pela Intendência Municipal, em 4 de julho [ou agosto?] de 1924. Ref: 2.1.20.2.*

²⁴⁰ MAYOL, *Op. Cit.*, p. 118-130.

²⁴¹ HOGGART, *Op. Cit.*, p. 75.

²⁴² SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas:

Dessa forma, como vimos acima, ao lado das funções simbólicas da mercearia, essa cumpre papel econômico fundamental para a sobrevivência do operariado. Além dos horários adequados às jornadas de trabalho dos clientes, o armazeneiro mantém seu estabelecimento aberto por mais tempo na expectativa de conseguir mais algumas vendas no dia; o mesmo serve para abertura aos domingos, dia de descanso nos grandes estabelecimentos comerciais. Por sua vez, ele concede o crédito, o popular “fiado”, forma de negociação fundamental diante da situação de salários apertados e desemprego eventual que caracterizam a vida da classe operária. Por todas essas características, o merceiro fazia parte da classe operária, embora por vezes em uma situação econômica mais remediada o estatuto diferenciado no bairro. Ao seu lado, a historiadora Cristina Silva assegura que os “os trabalhadores ocupados em atividades do *Comércio Volante*” faziam parte das classes proletárias²⁴⁴.

Em todo caso, esses indícios não nos autorizam a pensar que toda classe operária poderia abrir um negócio próprio, ou que todos tivessem acesso a hortas no fundo das suas casas. Pelo contrário, mesmo para aqueles que tivessem possibilidade de plantar “algumas coisinhas”, não passava de uma estratégia de acesso aos alimentos que poderia eventualmente diminuir a dependência da satisfação das necessidades alimentares da família operária do mercado, como as fontes tem indicado. Já o estabelecimento de um pequeno negócio próprio parece ter sido possível particularmente a apenas alguns operários, que depois de labutar por anos sob ordens de mestres a patrões, buscavam certa autonomia no trabalho. Para os mais velhos, era uma possibilidade na medida em que não havia nenhum respaldo do Estado para a aposentadoria dos trabalhadores.

Desse modo, considerando as reflexões acima expostas, passamos agora a analisar as possibilidades de acesso ao mercado durante os 27 anos aqui estudados.

2.3. Acesso ao mercado: os salários e as inúmeras crises de carestia

Editora da UNICAMP, 2004. p. 25-48. Aliás, tal permanente “insegurança” na vida dos trabalhadores já foi desenvolvida no estudo de Richard Hoogart, no qual o autor visualizou uma estratégia colocada em prática pelas famílias populares inglesas, de bem alimentar quem trabalhava fora de casa para que ele ficasse menos doente que os demais, mantendo-se a renda da casa. HOOGART, *Op. Cit.*, p. 56.

²⁴³ Esse autor demonstrou o peso dos condicionantes cotidianos na vida das classes populares na França, especialmente aqueles ligados às suas formas de sobrevivência, como o trabalho, o que geraria uma verdadeira cultura de resistência corpórea à doença, em que o recurso ao médico oficial só ocorria em último caso. BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

²⁴⁴ SILVA, Cristina Ennes da. O “comércio volante” em Porto Alegre: ações, reações e negociações possíveis (1897-1918). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n° 26, dez. 2007, p. 176.

Uma abordagem das possibilidades de acesso a alimentos deve considerar, obviamente, o fator salário. Em todo caso, o patamar de acesso a informações sobre esse elemento ainda é muito problemático. Infelizmente, qualquer tentativa de elaborar uma análise sistemática dos salários do operariado em geral não pode ser realizada individualmente no espaço de uma dissertação de mestrado, pelos motivos abaixo apontados.

2.3.1. Salários: um indicador difícil de estabelecer

Como apontou Thompson – vide Introdução dessa dissertação – uma perspectiva que tente elaborar uma média salarial é geralmente infrutífera, pois não nos aproxima do real vivido pelas pessoas. Pelo contrário, uma abordagem correta dos salários deveria estar atenta às diversas categorias de trabalho presente nos variados ramos de produção de bens ou serviços. Assim, nos restaria buscar salários por categorias profissionais. Por sua vez, Marcel van der Linden tem se preocupado com uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial, chamando atenção para múltiplas formas de mercantilização do trabalho, sendo o salário apenas uma delas²⁴⁵. Desse modo, é preciso considerarmos, no que se vai analisar abaixo, um possível limite do assalariamento, ou a existência de outras formas de acesso aos meios de subsistência, como demonstramos no sub-capítulo anterior.

Mesmo considerando tais ressalvas, a presença do salário nas fontes do nosso período de estudo é um indicador da importância dessa forma de pagamento pelo trabalho no início do século XX em Porto Alegre. Apresentarei a seguir alguns exemplos de salários por categorias profissionais ou ramos da indústria. Em todo caso, não se pode esquecer que outras variantes como idade, gênero, tempo de vínculo com a empresa, capacidade de barganha do trabalhador, relações pessoais e mesmo a vontade do patrão eram determinantes do montante pago aos operários semanalmente. Devemos considerar ainda períodos de greve, nos quais os salários eram cortados na medida dos dias parados. Além do mais, nem sempre os salários fixados nas tabelas das empresas eram os salários reais, tendo em vista a efetiva luta em torno de um número fixado (ou valor nominal): as multas eram recorrentes nas primeiras indústrias do século XX, e tinham como objetivo disciplinar os trabalhadores. Estudando as fábricas têxteis paulistas no mesmo período, Maria Alice Rosa Ribeiro se deparou com enormes dificuldades de elaborar dados estatísticos para salários, considerando a diversidade especialmente dentro da própria fábrica, contando com muitas variantes:

²⁴⁵ LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, 2005. p. 11-40.

Assim, nossa preocupação voltou-se mais para a constatação dessa complexidade salarial existente na indústria de fiar e tecer do que para a determinação dos critérios no estabelecimento dos salários.

A complexidade da estrutura salarial advinha do fato de os salários serem definidos por obra, tarefa ou peça, variando o preço conforme a qualidade do que era produzido. Por outro lado, as fábricas produziam uma diversificada gama de mercadorias, [...] o que contribuía ainda mais para as variações salariais dentro da fiação e tecelagem²⁴⁶.

Por outro lado, mesmo se partirmos para a pesquisa contando com as considerações acima, podemos chegar a resultados ainda insatisfatórios, pela falta de fontes. Evangelia Aravanis elaborou médias salariais para Porto Alegre considerando sexo e idade em alguns anos entre 1890 e 1916. A seguir, realizou um exercício metodológico baseado nos cálculos que a imprensa operária da época operava, quanto ao orçamento doméstico²⁴⁷. Embora tal exercício seja um ponto de partida importante, por identificar que o gasto familiar apresentado nas folhas operárias somente poderia ser superado pelos salários de parte do operariado, ainda não conseguimos chegar a conclusões sobre quais setores da classe eram os mais empobrecidos. Ou seja, quais eram os salários reais das diversas categorias de trabalhadores no passar dos anos? Um olhar sobre um levantamento municipal quanto aos ganhos em algumas fábricas da cidade confirma essa enorme variação²⁴⁸. Por outro lado, outras informações semelhantes estão pulverizadas em diversas fontes, e salvo um esforço coletivo de levantamento e sistematização de dados sobre salários em variados documentos, não chegaremos a outro patamar de conhecimento da economia doméstica popular da época estudada.

Finalmente, uma consideração metodológica sobre a abordagem dos preços e salários se faz necessária. A contabilização dos valores presentes nas folhas operárias como realmente equivalentes à realidade do período precisa ser relativizada. Sempre devemos utilizá-las em nossas pesquisas, mas preferencialmente através da confrontação com outro tipo de fonte, produzida por outros atores. Não podemos esquecer que a imprensa operária geralmente servia a objetivos políticos mais ou menos bem definidos: a mobilização operária contra “eles”, e algum exagero nos preços e salários enunciados pelos militantes devem ser considerados de praxe, bem como quando fala são os patrões.

²⁴⁶ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As condições de trabalho nas fábricas paulistas. In: *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1988. p. 170.

²⁴⁷ ARAVANIS, *Op. Cit.*, p. 88-92.

²⁴⁸ Relatório da Subintendência do Quarto Distrito. Porto Alegre, 1918. APUD: FAGUNDES, *Op. Cit.*, p. 133-140.

Por todos esses motivos, o foco da análise neste sub-capítulo recai menos sobre os salários recebidos, que aparecerão no texto apenas de forma secundária. Os dados sobre salários, bastante fragmentados, estão disponíveis no anexo VII²⁴⁹. O centro da abordagem estará na possibilidade de acesso operário ao básico para a sobrevivência: abastecimento e preços, estudados através das recorrentes crises da carestia da vida. Essa forma de estudo se baseia na abordagem similar realizada por Maria Lahmeyer Lobo sobre as condições de vida do operariado do Rio de Janeiro entre o fim do século XIX e a década de 1970. A autora, por sua vez, inspirou-se em estudo semelhante de Hobsbawm para o caso inglês²⁵⁰.

Entre as diversas preocupações de Lobo, uma merece destaque para nosso empreendimento: a caracterização das “flutuações cíclicas menores e a conjuntura econômica como um todo, que repercutem diretamente nas condições de vida e indiretamente no movimento operário”²⁵¹. Em todo caso, tal forma de pensamento não é utilizada aqui em toda sua complexidade. Lobo utiliza o conceito de *ciclo econômico* como variações no conjunto da economia – na forma de expansões e retrocessos, contrações e renascimentos – de nações que organizam seu trabalho em torno de empresas comerciais e industriais, em períodos que duram em torno de dez a doze anos²⁵². Como meu estudo aborda apenas 27 anos, é prudente que abordemos preferencialmente as flutuações cíclicas menores, e a ligação entre tais crises e a dinâmica do movimento operário de Porto Alegre.

Assim, empreendi um levantamento nos periódicos da grande imprensa e imprensa operária de Porto Alegre. Utilizei um instrumento de pesquisa de minha orientadora – um guia de notícias sobre a classe operária – para acompanhar as notícias da grande imprensa, já que seria impossível abordar todos os números dos variados jornais da cidade durante quase três décadas. Quanto aos jornais operários e populares, foi possível a leitura completa de todos os volumes disponíveis para pesquisa. Como se verá adiante, a utilização desses dois tipos de fontes, embora similares, torna mais claro o quadro das recorrentes crises por que passaram os operários de Porto Alegre entre 1905 e 1932.

²⁴⁹ Como se pode ver naqueles dados, o esforço do pesquisador em constituir médias para categorias profissionais específicas não necessariamente torna o quadro mais nítido. Mesmo assim, por recomendação da banca de mestrado, adicionei esse anexo para a versão final do texto.

²⁵⁰ HOBBSAWM, Eric. Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800. *Op. Cit.*, p. 155-188.

²⁵¹ LOBO, *Rio de Janeiro operário...*, p. 12.

²⁵² *Idem*, p. 3.

2.3.2. As crises de carestia

O termo “carestia da vida” se referia nas fontes a dois problemas críticos interligados: a falta de alimentos disponíveis para compra e aumento de preços. Como se verá abaixo, a carestia poderia ser fruto de diversos fatores: conflitos políticos externos (guerras), internos (revoluções), política de exportações, crises de produção, estocagem de produtos para regulação de preços, oligopólio, sindicalização dos produtores para o monopólio etc. Em todo caso, estamos aqui mais interessados no impacto dessas crises sobre a vida do operariado do que na explicação das suas causas. Mesmo assim, as crises abaixo descritas provavelmente não são a totalidade das ocorrências desse tipo durante o período estudado, pois algumas lacunas temporais nas fontes são recorrentes.

a) Entre 1906 e 1921: as primeiras crises sustentam a organização operária

Desde o início de 1906, a alta dos preços de alimentos e outros produtos básicos era alvo de crítica da grande imprensa de Porto Alegre. Muitos artigos eram publicados discutindo questões da economia nacional que impactavam nos orçamentos domésticos. O jornal de Octaviano Manoel de Oliveira (*O Independente*), amigo do militante socialista Xavier da Costa, condenava a política econômica federal protecionista, o comércio e a indústria. Segundo ele, o protecionismo como política econômica se caracteriza pela taxaço severa de produtos importados, favorecendo a imposição de preços dos trustes nacionais. Quanto aos produtos nacionais, havia o selo sobre o consumo. Além do mais, argumentava que sempre que um novo imposto era lançado, os produtores elevavam os preços desproporcionalmente, como no caso do truste dos fósforos, artigo considerado de primeira necessidade. O encarecimento também se dava pelo aumento da exportação desses gêneros de primeira necessidade. Apesar da prosperidade econômica de então, o jornal utilizava repetidas vezes a expressão “exploração” para referir-se a preços de gêneros básicos pagos pelas “classes consumidoras” (operários e agricultores)²⁵³. De qualquer forma, diante das comemorações do Primeiro de Maio de 1906, o jornal afirmava que aqui ainda não havia miséria como na Europa²⁵⁴.

²⁵³ “Alta de preços (I a IV)”. *O Independente*, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1906, p. 1.; *O Independente*, Porto Alegre, 1º de fevereiro de 1906, p. 1.; *O Independente*, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1906, p. 1.; *O Independente*, Porto Alegre, 4 de março de 1906, p. 1.

²⁵⁴ “Festa do Trabalho”. *O Independente*, Porto Alegre, 3 de maio de 1906, p. 1.

Mas se em Porto Alegre não havia miséria nos moldes europeus, onde a classe operária já era centenária, a percepção das relações sociais pelos militantes anarquistas desde 1907 fazia com que a relação de classes no Brasil fosse ainda assim qualificada como uma relação de exploração. Eles denunciavam o discurso patronal e estatal da “crise” para conter a demanda de aumento salarial dos operários, fazendo com que os primeiros permanecessem ricos e os últimos pobres. Para tal, comparavam salários anuais de um diretor e de um operário (56:600\$000 contra 1:080\$000) na Companhia de Fiação e Tecidos²⁵⁵. Outra comparação entre um deputado e um operário (21:000\$000 contra 880\$000) reforçava a tese da alta exploração do trabalho operário²⁵⁶. Em 1910, comparavam o salário diário do maior acionista (Manoel Py) e de um operário da Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense (440\$937 contra no máximo 4\$000)²⁵⁷.

Desse modo, verificamos um enorme investimento dos anarquistas, no mínimo desde 1907, na idéia da divisão da sociedade em duas classes fundamentais, através de uma relação baseada na exploração²⁵⁸. Vinculavam a exploração diretamente aos salários ganhos por operários e burgueses, e as condições de vida daí derivadas.

Repetindo os fenômenos de 1906, em fevereiro de 1907 o jornal *O Independente* voltou a atacar a elevação dos preços em Porto Alegre. Segundo ele, a guerra tarifária entre Estados estaria alimentando a carestia da vida para operários e pobres em geral, que atacara o Rio Grande do Sul nesse ano em virtude das secas e pragas que destruíram a lavoura local. O conflito fiscal do Estado gaúcho com Pernambuco estaria fazendo o preço do açúcar nordestino se elevar nas mesas do sul. E o café estaria sendo vendido mais barato nos países vizinhos ao sul do Brasil do que no Rio Grande do Sul. Havia ainda a guerra fiscal entre municípios²⁵⁹.

Se para os anos imediatamente posteriores a 1907 não encontramos notícias quanto à carestia da vida, a partir de 1910 até 1914 a repetição destas crises chega a tornar o trabalho do pesquisador exaustivo.

Em janeiro de 1910, o jornal da comunidade negra de Porto Alegre *O Exemplo* transcreveu a palestra do anarquista Lucídio Prestes no Grêmio José do Patrocínio sobre “a

²⁵⁵ “Eterna crise”. *A Luta*, Porto Alegre, 2 de janeiro de 1907, p. 2.

²⁵⁶ “Os pais da pátria”. *A Luta*, Porto Alegre, 17 de janeiro de 1907, p. 4.

²⁵⁷ “Como ‘ganham’ os burgueses”. *A Luta*, Porto Alegre, 1º de maio de 1910, p. 2.

²⁵⁸ “As duas classes”. *A Luta*, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1907, p. 3.

²⁵⁹ “Mortalidade da infância”. *O Independente*, Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1907, p. 1.

vida material do operariado” e a necessidade de “sociedades cooperativas de consumo”, como já há anos existiam outros países. Os principais problemas da existência de intermediários entre produção e consumo eram a falsificação/baixa qualidade dos produtos e a constante elevação dos preços/juros da venda a crédito²⁶⁰. Contudo, a defesa da criação das cooperativas pelo palestrante não se restringia a objetivos meramente orçamentários:

Não é contudo só pelo desejo de reduzir quanto possível o preço de custo, que as sociedades pretendem produzir, mas sim também porque vêm claramente que é este o único meio seguro de transformar a organização econômica, ou inspirados no programa coletivista, ou mesmo ficando fiéis ao antigo ideal do socialismo associacionista, para libertar os operários dos saques exercidos sobre eles pelos senhores do mundo, do comércio e da indústria: esses corvos humanos que pretendem tirar-nos os olhos ainda com vida em proveito de rudes preconceitos e das vaidades mundiais²⁶¹.

Em abril de 1910, outro anarquista, Christiano Fettermann, deu palestra sobre a emancipação econômica do operariado na Escola Eliseu Reclus (Rua da Conceição, 22)²⁶². A atuação dos anarquistas entre o operariado nesses anos, sobretudo chamando a atenção do povo pobre da capital para os temas relacionados à economia, foi aparentemente respaldada politicamente, já que desde 1911 esse grupo conseguiu galgar a hegemonia no movimento operário gaúcho em detrimento do grupo da social-democracia²⁶³.

As greves do período (1911) revelam a situação dramática do operariado. Cada dia parado era descontado integralmente do ordenado dos trabalhadores²⁶⁴, obrigando a classe a organizar listas de subscrição de dinheiro e alimentos para ajudar os membros das paredes²⁶⁵. Na prática, a luta política (nem sempre por salário, mas muitas vezes por condições de trabalho) regularmente se transformava em luta econômica pela sobrevivência, respaldando as teses dos anarquistas sobre o abismo entre pobres e ricos.

Com maior frequência a partir de 1911, as notícias da formação de oligopólios em diversos ramos de produção de alimentos e itens básicos passaram a fazer parte do cotidiano da imprensa popular da época. O jornal *Echo do Povo* denunciava o abuso dos preços dos alugueis e dos alimentos, através da formação dos trustes da banha, do açúcar, do café e da

²⁶⁰ “Grêmio D. José do Patrocínio”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 16 de janeiro de 1910, p. 1.

²⁶¹ “Grêmio D. José do Patrocínio”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 23 de janeiro de 1910, p. 2.

²⁶² “Conferência Operária”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 3 de abril de 1910, p. 2.; “Conferência”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 10 de abril de 1910, p. 2.

²⁶³ PETERSEN, Sílvia Regina F.; LUCAS, Maria E. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992. p. 160.; PETERSEN, “*Que a união operária*”... p. 278.

²⁶⁴ “Movimento operário – Os pedreiros”. *A Luta*, Porto Alegre, 20 de janeiro de 1911, p. 4.

²⁶⁵ “A greve das 8 horas”. *A Luta*, Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1911, p. 2.

carne. Além desses, o jornal apresentava como gêneros necessários à manutenção da família popular o pão, a manteiga e os fósforos²⁶⁶.

Em agosto de 1912, o jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*, publicado pelo Círculo Operário de Propaganda Impressa, discutia os fatores causadores da carestia da vida²⁶⁷. A Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), sob domínio daquela corrente, instituiu uma bolsa de ocupações para operários desempregados encontrarem trabalho²⁶⁸. Essa é a primeira referência sobre desemprego em Porto Alegre desde 1905 que verificamos nas fontes. De fato, a partir de 1912, com a atuação anarquista mais organizada, as crises ficam mais evidentes nas notícias.

Em setembro daquele ano, a FORGS e a União Operária Internacional (UOI, também anarquista) distribuíram um boletim nos bairros operários convocando a classe para um comício contra a carestia, identificada nos seguintes itens: crise de alimentação, vestuário e habitação, além de desemprego (a bolsa de ocupações oferecia então 58 vagas²⁶⁹). No comício realizado no dia 22 de setembro na Praça da Alfândega (no Centro), ocorreu a repetição da “tese” da exploração: era a classe operária a produtora, e era também quem mais sofria. Os organizadores decidiram enviar memorial à Intendência Municipal e à Companhia Mutualidade: reclamavam sobre os preços dos aluguéis, meios de locomoção, carne, pão e outros gêneros de primeira necessidade. Após o comício, ocorreu um desfile da massa até a sede da FORGS na Rua Santo Antônio (bairro Bom Fim)²⁷⁰.

No ano seguinte, em março de 1913, a carestia da vida tomou conta dos embates na imprensa. A organização nacional dos anarquistas (Confederação Operária Brasileira) enviou um telegrama sobre o tema à FORGS, sugerindo uma articulação política nacional da classe trabalhadora para tratar da questão²⁷¹. Na grande imprensa é possível observar que, de fato, tratava-se de uma crise nacional. No Rio de Janeiro, um comício operário contra a carestia da vida fora dissolvido pela polícia²⁷². Já o Ministro da Fazenda reconhecia a necessidade de reforma tarifária na federação para diminuir custo da vida²⁷³.

²⁶⁶ A situação do pobre em Porto Alegre (I e II). *Echo do Povo*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1911, p. 1.; 19 de outubro de 1911, p. 1. APUD: PETERSEN; LUCAS, *Op. Cit.*, p. 177-179.

²⁶⁷ “A carestia da vida em Porto Alegre (I)”. *A Voz do Trabalhador*, Porto Alegre, 11 de agosto de 1912, p. 1.

²⁶⁸ *Idem*, p. 4.

²⁶⁹ “Movimento operário”. *O Diário*, Porto Alegre, 15 de setembro de 1912, p. 11.

²⁷⁰ “Comício operário. A carestia da vida”. *O Diário*, Porto Alegre, 24 de setembro de 1912, p. 2. APUD: PETERSEN, LUCAS, *Op. Cit.*, p. 180-184.

²⁷¹ “Movimento Operário”. *O Diário*, Porto Alegre, 9 de março de 1913, p. 5.

²⁷² “A carestia da vida. Meeting dissolvido pela polícia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de março de 1913, p. 2.

²⁷³ “A carestia da vida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de março de 1913, p. 7.

Diante da repetição do fenômeno da elevação dos preços dos gêneros básicos de alimentação no Rio Grande do Sul em agosto de 1914, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, suspendeu provisoriamente pela primeira vez no século XX a exportação de alimentos: arroz, feijão e batatas eram controlados de perto pelos fiscais estaduais, na tentativa de conter a alta dos seus preços nos mercados locais²⁷⁴. Em consonância com tal decisão, o Intendente de Porto Alegre José Montaury de Aguiar Leitão (do mesmo partido do presidente do estado, o PRR) reuniu-se com comerciantes exportadores de produtos coloniais para tratar dos preços dos gêneros de primeira necessidade no mercado local. A Intendência Municipal criou uma tabela de preços máximos, nos moldes de decisões similares tomadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro²⁷⁵. Mesmo assim, tal tabela teria seus preços regulados de acordo com o movimento do mercado local, o que garantia aos comerciantes legitimidade para participar das negociações que estabeleciam os números periodicamente. A lista de itens que a Intendência considerava básica em 1914 era a seguinte: arroz, açúcar, banha, batata, cebola, café, carne-verde, feijão, farinha de mandioca, farinha de milho, farinha de trigo, farinha láctea marca “Moça”, erva-mate, leite, leite condensado marca “Moça”, massa, manteiga, milho, polvilho, pão, queijo, salame, sal, charque, sabão, fósforo, querosene, velas. Assim, dias depois, uma comissão de comerciantes apresentou um parecer sobre o comércio a varejo na capital, descrevendo a situação de cada item, e concluindo que tal medida deveria ser meramente paliativa e de curta duração²⁷⁶.

As crises do período anterior à Primeira Guerra Mundial foram analisadas por Linhares e Silva, que identificaram, do ponto de vista da macro-economia, uma política proposital das oligarquias do café de emissão de moeda na tentativa de financiar a produção, originando uma inflação que deveria recair sobre as classes assalariadas.

A crise financeira internacional de 1913 e o despertar da guerra depreciaram os preços dos principais produtos exportados pelo Brasil, e realimentaram o ciclo de emissão de meio circulante na economia nacional, contribuindo para piorar o quadro da inflação e impactando diretamente na carestia da vida operária. Ao lado da inflação, o aumento das exportações brasileiras durante a guerra foi um fator identificado pelos contemporâneos como deflagrador da elevação dos preços alimentares.

O impulso dado ao setor agrário-exportador pelo governo federal era evidente, na medida em que importava insumos agrícolas, mas se recusava a comprar farinha de trigo e

²⁷⁴ “Vária”. *A Federação*, Porto Alegre, 11 de agosto de 1914, p. 4.

²⁷⁵ Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.

²⁷⁶ “Os preços dos gêneros de primeira necessidade”. *A Federação*, Porto Alegre, 20 de agosto de 1914, p. 1.

carne do exterior (pão e carne, como vimos, compunham a base da alimentação popular). Nesse sentido, o governo gaúcho teve habilidade em dialogar com o setor agrário colonial para tentar regular os preços dos produtos consumidos no estado e fora dele. O terceiro fator que teria concorrido para o encarecimento da vida popular, segundo a burguesia, seria o monopólio da produção, comercialização e crédito por companhias e bancos estrangeiros, intimamente ligados ao setor agrícola nacional, remetendo lucros diretamente para o exterior.

Finalmente, o último elemento identificado por Linhares e Silva como responsável pela crise de abastecimento na época seria o papel desempenhado pelos “açambarcadores”, ou a burguesia comercial, que monopolizava a distribuição dos produtos ligados ao abastecimento, e os estocavam na tentativa de elevar seu preço no mercado. Nesse sentido, as denúncias dos operários de Porto Alegre quanto à formação de trustes naqueles anos não eram infundadas.

Nos anos de 1915, 1916 e 1920, nós não localizamos fontes que confirmassem a ocorrência de crise. Em todo caso, a seqüência explicativa pode ser retomada nos anos de 1917, 1918, 1919 e 1921.

Durante a Primeira Guerra Mundial, talvez o fenômeno político mais importante ocorrido no Brasil tenha sido o acirramento da luta de classes. Pela primeira vez o operariado nas diversas cidades do país conseguiu realizar uma atividade de peso em conjunto: as greves gerais de 1917, que foram objeto de muitos autores da historiografia social²⁷⁷. Tais eventos em Porto Alegre foram abordados na dissertação de mestrado de Adhemar Lourenço da Silva Júnior, enquanto as demais cidades do Rio Grande do Sul foram estudadas por outros pesquisadores²⁷⁸.

²⁷⁷ Para São Paulo ver FAUSTO, Boris. Conflito social na república oligárquica: a greve de 1917. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 10, out./nov./dez. 1974. p. 79-110.; LOPREATO, Cristina R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.; para São Paulo e Rio de Janeiro ver CAMPOS, Cristina H. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.; para a capital paranaense, FONSECA, Ricardo M. & GALEB, Mauricio. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996. na Bahia, “ao contrário de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros estados, as greves não eclodiram [...], prevalecendo a luta contra a carestia, particularmente depois que uma comissão popular foi formada em julho e incumbida de tratar do preço do pão.”, em CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004. p. 99.

²⁷⁸ SILVA JR., *A greve geral...*; PETERSEN, *As greves...*; LONER, Beatriz. As greves gerais. In: *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel, 2001. p. 308-327.; BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho: ensaio sobre o pré-ensaio de poder de uma elite política dissidente a nível nacional*. Porto Alegre: L&PM, [197-].

Nesse ano, os governantes gaúchos repetiram a dose aplicada à crise da carestia de 1914. O governo do estado decretou em agosto de 1917 a regulação da exportação do arroz, banha, batatas, feijão e farinhas produzidos localmente, quando seus preços excedessem a pauta da tabela da Intendência Municipal de Porto Alegre²⁷⁹. Mesmo o Intendente José Montauray acreditava que em alguma medida os pobres podiam ser *explorados* por comerciantes sem escrúpulos: expediu ato “para amparar os economicamente fracos contras as explorações dos mais fortes”, estabelecendo o preço da venda dos gêneros de primeira necessidade. Novamente, os números do mercado local, através dos mecanismos da “oferta e procura”, seriam o lastro para que os funcionários do município e do estado estabelecessem as cifras da tabela municipal periodicamente²⁸⁰. Isso significa que na prática a economia de mercado de alimentos nunca deixou de funcionar no período de crise, mas foi regulada pelos administradores públicos para evitar, segundo as justificavam, uma catástrofe social.

No mesmo mês, a criação das “feiras ou mercados livres” em diversas zonas da cidade, livres de impostos da Intendência, atendia às seguintes considerações, segundo Montauray: o dever do município de minorar os sacrifícios da população; a demanda da Liga de Defesa Popular (grupo que comandou a greve geral de 1917) pelo rebaixamento dos preços dos alimentos; e finalmente, o fato de que feiras e mercados livres não atentavam contra a “liberdade de comércio”, pois apenas evitariam os intermediários, os trustes e os açambarcamentos²⁸¹. Na prática, como veremos adiante, as feiras-livres demoraram a vingar, sendo que a segunda delas foi criada apenas em 1925.

Em 1917, a lista de itens considerados “básicos” pela Intendência era a seguinte: arroz, açúcar, batata, banha, cebola, café, carne-verde, carne de porco, feijão, farinha de mandioca, salame, ovos, farinha de milho, farinha de trigo, erva-mate, leite, manteiga, massa, milho, polvilho, pão, sal, charque, querosene, fósforos, velas, sabão.

Entre setembro e novembro de 1918, a crise da carestia voltou a se repetir. A consolidação da “questão social” a partir das greves gerais de 1917, fez com que o poder público federal tentasse pela primeira vez durante a República intervir sobre as questões ligadas ao abastecimento das classes trabalhadoras urbanas. Desse modo, criou o Comissariado da Alimentação Pública, que tabelou preços de alimentos básicos apenas no Rio

²⁷⁹ A *Federação*, Porto Alegre, 13 de setembro de 1914, p. 1.

²⁸⁰ Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.

²⁸¹ A localização aproximada das “feiras livres” pode ser conferida no Anexo “Mapeamento dos 97 Armazéns de Residência Operária de Porto Alegre em 1924”. Ato nº 138, de 25 de agosto de 1917. Dez anos mais tarde, a Intendência criaria um novo regulamento para os “mercados livres”. Cf.: Decreto nº 117, de 24 de dezembro de 1927.

de Janeiro, mas restringiu exportações de vários artigos no resto do país, consolidando como política nacional a ação até então isolada do governo gaúcho.

No Rio Grande do Sul, o governo do estado publicava no periódico do seu partido a justificativa das medidas adotadas. Segundo os redatores d'*A Federação*, mesmo nos Estados Unidos da América, “terra clássica da liberdade [de comércio]”, estava sendo restringida a exportação para garantir o consumo interno. Desde a greve de 1917, o governo gaúcho mantinha uma observação diária dos estoques alimentares, mas mesmo assim não conseguia evitar o aumento alarmante de preços, o que era justificado como natural a partir dos argumentos do liberalismo: o Rio Grande do Sul possuía relações comerciais cada vez mais intensas com o resto do mundo, sendo que os preços “dependem da oferta e da procura, e portanto dos mercados de produção e os de consumo”. O governo gaúcho esperava que a criação do Comissariado de Alimentação Pública²⁸², regulador dos preços no Rio de Janeiro (principal praça da “exportação” agrícola gaúcha), rebaixasse os preços, e, naturalmente, em algum momento o reflexo dessas ações chegaria ao consumidor do sul do país. Na prática, o governo de Borges de Medeiros tentava naturalizar a liberdade de comércio: chegou a telegrafar ao presidente do Brasil para tentar acabar com a restrição da exportação e o tabelamento do charque gaúcho²⁸³.

O debate em 1918 entre os articulistas do jornal do governo, *A Federação*, e o jornal opositor na questão da carestia, *Correio do Povo*, demonstra claramente tal intenção dos administradores do Rio Grande do Sul. O tema era os preços dos alimentos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. O redator do governo apresentava um artigo explicando as bases da “ciência econômica”, como o “princípio trivial da economia política segundo o qual o preço depende da oferta e da procura”. Desse modo, o Rio de Janeiro, como centro de consumo e porto de exportação, ao comprar produtos dos outros estados aumenta-lhes os preços dos artigos²⁸⁴. Mesmo assim, *A Federação* “prova” ao *Correio do Povo* que os preços são menores aqui.

O tabelamento dos preços dos alimentos em Porto Alegre durante nosso período de estudo ocorreu provavelmente pela última vez como decorrência da gripe espanhola em 1918, sendo que o ato municipal teve validade de apenas quinze dias²⁸⁵.

²⁸² Decreto 13.069 de 12/06/1918. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 617, coluna 1. 31/12/1918.

²⁸³ “A questão do dia”. *A Federação*, Porto Alegre, 12 de setembro de 1918, p. 1.

²⁸⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 16 de setembro de 1918, p. 1; *A Federação*, Porto Alegre, 17 de setembro de 1918, p. 1.

²⁸⁵ Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.

Mais uma vez, entre agosto e setembro de 1919, a crise da carestia apareceu em Porto Alegre, e serviu de motivação para a greve contra os “exploradores” convocada pela FORGS²⁸⁶. Através do seu jornal, aquela entidade apresentava os gêneros de primeira necessidade objeto de encarecimento: “pão, carne, açúcar, café, arroz, charque”. Os anarquistas da FORGS apelavam para a greve como único meio de conquistar melhores condições de vida, ao contrário do modo como procederam via acordos com o Estado em 1917: “Pedir ao governo tabelas de preços de gêneros, restrição de exportação e outras providências é confiar os nossos interesses a quem não perde ocasião de demonstrar que defende os interesses contrários”²⁸⁷. As greves de setembro de 1919 eram justificadas como legítimas diante das “insuportáveis” condições de vida das diversas categorias, que “pedem uma ninharia de melhora em sua condição de explorados”. Ao lado das greves, os operários organizados convocavam toda a classe para boicotar os produtos das casas de Tertuliano Borges, Amaro da Silveira e Castor, “inimigas de todos os operários”²⁸⁸. Na greve por salários na Força e Luz, a justificativa era que, mesmo com o fim da Guerra Mundial, as condições de vida não teriam melhorado para o operariado²⁸⁹. A convocação para a greve dos pedreiros e ajudantes também repetia os bordões da “exploração” a das “péssimas condições de vida”²⁹⁰. Novamente, em panfleto aos metalúrgicos, o Comitê da Greve de agosto, em momento de acirramento do conflito político com os patrões, assegurava “que vimos em cada burguês um explorador”²⁹¹. A motivação da greve dos canteiros repetia o surrado tema da *exploração* a partir da argumentação sobre as condições de vida. Finalmente, mostrando ao operariado que não se tratava de criticar apenas os patrões, mas todos os capitalistas, o jornal da FORGS divulgava em setembro de 1919 os nomes dos “trustsmen” que açambarcavam o açúcar em seus armazéns para controlar o preço²⁹².

²⁸⁶ “Reivindicações operárias”. O Syndicalista, Porto Alegre, 2 de agosto de 1919, p. 3. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁸⁷ “A carestia da vida. A miséria do povo aumenta. A quem apelar?”. O Syndicalista, Porto Alegre, 2 de agosto de 1919, p. 4. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁸⁸ Panfleto “FORGS. A voz da razão. Ao povo. Aos soldados e operários”. Porto Alegre, 7 de setembro de 1919. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁸⁹ Panfleto “Sindicato dos Operários da Força e Luz”. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁹⁰ Panfleto “Aos pedreiros e ajudantes”. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁹¹ Panfleto “Grevistas invencíveis. Cada vez mais conscientes. Aos metalúrgicos e aos operários em geral”. Porto Alegre, 16 de agosto de 1919. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁹² Entre eles, Adolpho Silva & C., Ed. Dreher, Comendadoire A. F. de Castro, Ribeiro & Bastos, Almeida & C. O Syndicalista, Porto Alegre, 3 de setembro de 1919, p. 4. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

Por outro lado, as fontes nos permitem inferir que os patrões sub-avaliavam o que na prática deveria compor o orçamento operário, para definir um reajuste considerado “justo” a partir de seus critérios:

Atendendo às crescentes dificuldades da vida fizemos reclamação de mais 1\$000 e 500 réis nos nossos salários, em troca de um trabalho brutal e exaustivo. Os nossos exploradores, avaliando das nossas necessidades por um critério absurdo e humilhante, nos ofereceram o irrisório aumento de 500 réis. Não é possível depreciarmos a tal ponto os nossos direitos e eis nos em greve até o completo triunfo²⁹³.

Na verdade, a questão da justiça dos reajustes demandados pelo operariado de fato deveria ser um tema central naqueles anos. Observando o Anexo V dessa dissertação, verificamos que o montante do valor da produção industrial na cidade extraído de cada operário aumenta progressivamente, tendo praticamente dobrado entre 1917 e 1920. Além disso, alguns autores defendem que no Rio Grande do Sul a alta “produtividade do trabalho e os níveis de utilização de máquinas e utensílios por operário” possibilitou uma “taxa de exploração da força de trabalho em nível até mesmo superior à média nacional”²⁹⁴. A visualização do vertiginoso progresso patronal, em contraponto à mesmice da vida apertada do proletariado de Porto Alegre desde ao menos uma década, respalda a tese central de Thompson de que a exploração capitalista ocorre com mais intensidade nos momentos de maior crescimento econômico.

Em janeiro de 1921, a ladainha se repetiu. O jornal *Correio do Povo* retratava os preços exorbitantes da carne, leite e arroz em Porto Alegre. Também apresentava indícios de formação de cartel de produtores de leite para elevar seu preço²⁹⁵, ao lado da banha²⁹⁶ e da farinha de trigo, artigo quase todo importado²⁹⁷. No embalo da crise, o mesmo jornal apresentou um estudo sobre a elevação dos gêneros básicos de alimentação (arroz, açúcar, feijão, farinha, milho, carne de vaca, de porco e de carneiro, toucinho, manteiga, queijo, ovos, leite, farinha d’água, azeite doce, bacalhau, batata, charque, banha, café, cebola, farinha de

²⁹³ Panfleto “Sindicato dos Canteiros. Aos trabalhadores. A nossa atitude”. In: *Processo Crime nº 1.1016*, de 16 de setembro de 1919.

²⁹⁴ HERRLEIN JR., Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: a experiência do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás. (orgs.). *História econômica da Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p. 412.

²⁹⁵ “A carestia da vida. O preço do arroz”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 de janeiro de 1921, p. 1.

²⁹⁶ “A carestia da vida. O preço da banha”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de janeiro de 1921, p. 1.

²⁹⁷ “A carestia da vida. A farinha de trigo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 de janeiro de 1921, p. 1.

trigo, pão, etc.) no país entre 1911 e 1921 por estados da federação: Distrito Federal 110,89%; Rio Grande do Sul 109,91%; São Paulo 103,58%; Santa Catarina 100,95%, dentre outros²⁹⁸.

b) Os anos de 1924 e 1925: o fantasma da crise reaparece

Em 1924, houve dois momentos de crise de carestia em Porto Alegre, uma no início do ano, e outra que surgiu em junho e durou ao menos até março de 1925. O jornal dos anarquistas, *O Syndicalista*, denunciava em fevereiro de 1924 o aumento de preços dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade, aliado à falta de correspondência entre preços e salários. O trustee do açúcar seria chefiado por um conselheiro municipal, Adolpho Silva. O renascimento do fantasma da carestia da vida entre o operariado fazia o articulista rememorar todos os argumentos utilizados pelo Estado e pelos patrões para justificar as diversas crises:

E assim, sem uma providência que refreie os instintos especuladores de indivíduos inescrupulosos, vai sendo o povo esfolado rudemente, servindo para isto todos os pretextos: a guerra mundial [1914-1918], a revolução [1923], o câmbio, a seca, a enchente, os gafanhotos, os novos impostos, etc²⁹⁹.

Já a partir do meio do ano de 1924, o jornal dos comunistas da União dos Ofícios Vários (entidade “ligada à Internacional Sindical Vermelha de Moscou”)³⁰⁰, *Martelo e Foice* (*Hammer und Sichel*), reclamava dos “aluguéis exagerados [que] obrigam as camadas pobres a morar em porões, casebres e estábulos”, enquanto os salários tornavam “impossível a aquisição de substâncias alimentares para restituir-lhes as forças gastas pelo trabalho cotidiano”. A miséria teria chegado “ao auge”, e o termo “falta de trabalho” começava a aparecer na folha comunista. A avaliação da situação naquele momento nos remete novamente ao tema da exploração a partir dos modos de vida de cada classe social, demonstrando que para os variados grupos militantes do operariado tal questão era central no diálogo com os trabalhadores:

Apreciemos por alguns momentos a atual situação: de um lado, luxo, esbanjamento e gozos em demasia, tudo isto é resultado do lucro fabuloso que lhes dão os operários; no outro lado os trabalhadores, que são injuriados e os quais são responsabilizados pela miséria da própria classe, que andam descalços, maltrapilhos e que se alimentam deficientemente e depois disto vereis quem é o culpado.

²⁹⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 de janeiro de 1921, p. 8.

²⁹⁹ “A carestia da vida e a organização operária”. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1º de fevereiro de 1924, p. 2.

³⁰⁰ Para verificar a preocupação dos anarquistas e comunistas no Rio Grande do Sul com a questão da carestia na conjuntura de 1917-1920, ver: BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 2008. Dissertação de mestrado. p. 55-59, 63, 87, 164 e 191.

Os verdadeiros culpados da atual situação são os exploradores, açambarcadores etc. cuja ganância chegou ao extremo, e os quais tentam ainda extorquir mais da classe laboriosa³⁰¹.

Em julho de 1924, o governo estadual enviou forças militares para proteger as empresas, e o líder da União dos Ofícios Vários fora chamado a prestar esclarecimentos na Polícia. A convocação do operariado para a luta contra a carestia repetia o bordão da exploração: “Operários! A luta dos trabalhadores contra a carestia não é apenas justa, mas é uma obrigação de lutar contra os exploradores e seus cúmplices, sem escrúpulos”³⁰².

Em novembro do mesmo ano, novamente os anarquistas da FORGS publicaram uma notícia que remetia para um dos piores momentos da vida operária na história do estado. A elevação abusiva dos preços do feijão, café, açúcar, carne, açúcar, leite, arroz, pão, enfim, a base da alimentação dos trabalhadores pobres, servia de argumento para renovar a culpabilização dos “exploradores” – capitalistas e açambarcadores³⁰³.

Em dezembro de 1924, o jornal operário comunista publicou artigo tratando novamente da carestia “dos mais necessários comestíveis e artigos de uso” e falta de trabalho nas grandes cidades do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Cada vez mais as diferenças nas condições de vida de cada classe eram usadas pelos militantes da classe operária como argumento em favor da organização sindical dos trabalhadores:

Ides ver operários, olhais a vida de vossos exploradores e opressores! Vós em andrajos, a burguesia em escolhidos finos tecidos pela última moda, suas mulheres e filhas em sedas e jóias, afetadas, morando em edifícios luxuosos, maltratando a criadagem. [...] Porém vós com um alimento miserável, vós que são aos milhares que não tendes sequer uma cama para descansar vossos corpos afadigados, milhares e milhares de crianças de proletários que têm por cama o chão miserável³⁰⁴.

Mal terminado o ano que trouxe o fantasma da carestia de volta à vida popular de Porto Alegre, em fevereiro de 1925 arroz e feijão se tornaram “artigos de luxo para o operariado”. Nada menos do que 11 reuniões com diversas categorias estavam agendadas pela União dos Ofícios Vários em um salão no Quarto Distrito (na Rua do Parque, ainda hoje com o mesmo nome), nas quais seriam discutidas as seguintes propostas para encaminhamento aos

³⁰¹ “A luta dos trabalhadores”; “A última invenção”. *Martelo e Foice (Hammer und Sichel)*, Porto Alegre, 7 de junho de 1924, p. 1 e 2.

³⁰² “A luta contra a carestia”. *Martelo e Foice (Hammer und Sichel)*, Porto Alegre, 1º de julho de 1924, p. 1. O tema da exploração a partir das condições de vida diferenciadas reaparece em uma suposta carta de uma mulher operária publicada pelo mesmo periódico, convocando as mulheres a convencer seus maridos sobre a necessidade da organização sindical. Ver: “A carestia da vida”. *Martelo e Foice (Hammer und Sichel)*, Porto Alegre, 8 de agosto de 1924, p. 2.

³⁰³ “Diante do caos”. *O Syndicalista*, Porto Alegre, novembro de 1924, p. 1.

³⁰⁴ “Carestia e falta de trabalho no Brasil”. *Martelo e Foice (Hammer und Sichel)*, Porto Alegre, 31 de dezembro de 1924, p. 3.

padrões: a) 50% de aumento salarial e imposição das 8 horas a todos os estabelecimentos; b) 100% de aumento nas horas-extras e serões; c) sobre a forma de pagamento, (ilegível na fonte); d) organização sanitária (água potável gratuita, seções para troca de roupas, latrinas e lavatórios decentes); e) metade do salário pago durante período de doença, além de tratamento médico e farmacológico gratuitos; f) proibição do trabalho de menores de 14 anos. Para os governos do município e do estado, as propostas feitas foram: 1) medidas rigorosas contra o aumento de preços dos gêneros alimentícios; 2) assistência material aos sem trabalho; 3) reforma das condições de moradia; 4) fim das perseguições aos operários estrangeiros³⁰⁵.

No mês seguinte, diante da alta de preços dos gêneros básicos na capital, os governos estadual e municipal tomaram medidas em conjunto: foi colocado em prática um serviço de abastecimento mediante compra de gêneros nas zonas de produção e revenda sem lucro – sem intermediários – com a fiscalização municipal. O governador Borges de Medeiros criou um Comissariado de Abastecimento Público, que atuava controlando entradas e saídas de produtos básicos e seus preços³⁰⁶. Quanto à carne, a Intendência Municipal cogitava comprar direto do produtor e abater para venda; o governo do Estado, em reunião com os marchantes, prometeu retirar o imposto sobre o produto para que o preço não fosse aumentado.

Na ocasião, foi criada a segunda feira-livre da cidade, no Caminho do Meio (atual avenida Osvaldo Aranha, bairro Bom Fim), na qual os chacareiros que moravam no bairro Partenon vendiam hortaliças. Além de frutas, legumes e cereais, outros itens básicos como sabão, carnes e banha eram negociados. A Escola de Engenharia participava das feiras como vendedora. Outras feiras estavam previstas desde lei de 1917, como meio de minorar os efeitos da crise da carestia, e seriam instaladas em 1925: na Azenha, próxima à ponte; também na Praça Garibaldi; outra nos Navegantes; e mais uma na rua São Pedro, esquina com Bahia. Alguns exportadores se ofereceram à Intendência para vender seus produtos a preço de custo nos Navegantes³⁰⁷.

Novamente, em outubro de 1925, o jornal anarquista da FORGS justificava, diante da demanda dos trabalhadores por mobilização semelhante à de 1917 contra a carestia, a decisão da entidade de não convocar os operários para protestos nas ruas da cidade. Temiam repetir erros daquela oportunidade, como a crença nas promessas governamentais e políticos que teriam traído a classe³⁰⁸.

³⁰⁵ “A União dos Ofícios Vários”. *Martelo e Foice (Hammer und Sichel)*, Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1924 (*sic!*) [1925], p. 1.

³⁰⁶ “Cotação de gêneros”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de junho de 1925, p. 5.

³⁰⁷ “A carestia da vida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 de março de 1925, p. 6.

³⁰⁸ “Atitudes”. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 31 de outubro de 1925, p. 1.

Entre 1926 e 1928, novamente não encontramos novos indícios de crise da carestia. Quem vivia naqueles anos poderia pensar, alimentado pelas experiências passadas, que em breve alguma elevação dos preços ocorreria, como de costume. O que os trabalhadores não conseguiram vislumbrar era que, desta vez, depois da calmaria, chegaria a vez da tormenta.

c) A Crise de 1929 que durou até 1932: catástrofe da vida operária e pragmatismo burguês

Veremos agora como a “Crise de 1929”, cuja origem e desenvolvimento não precisam ser aqui abordadas, foi mais longa do que imaginamos³⁰⁹. Não apenas porque ela começou, ao menos para os operários, antes do que costumamos pensar, já que nosso marco é a crise internacional daquele ano, mas também porque ela durou, no mínimo, por três anos. Os anos de 1929-1932 se constituíram no maior e mais agudo período de sofrimento econômico para a classe operária de Porto Alegre durante toda a Primeira República. Finalmente, não bastasse a elevação dos preços dos gêneros básicos, os trabalhadores da cidade se depararam pela primeira vez com o até então inimaginável desemprego em massa.

Desde fevereiro de 1929, o jornal *Correio do Povo* denunciava carestia dos itens que “supomos que devem ser artigos de consumo indispensável, por se referirem à alimentação comum da população da capital”: açúcar, arroz, batata, charque, feijão, café, farinha e banha³¹⁰. Outros itens também aumentaram: milho, bacalhau, querosene, fósforos, lenha, carvão. Por outro lado, a tabela de preços da carne da Intendência sofria pressão dos retalhistas (os açougueiros da época), que estudavam maneiras de ludibriar aquele regulamento. O pão, embora com preço estável, vinha perdendo peso, verificável pela redução do seu formato. A “criação” (galinha ou frango) era “artigo de luxo” no Mercado Público. Também frutas, verduras e legumes subiram de preço, tal como os aluguéis. Por sua vez, os salários da maior parte da população continuavam estacionados. Em sua defesa, os comerciantes acusavam – com razão, segundo a fonte – o aumento de impostos dos governos, especialmente dos importados de outros estados da federação. Não havia diferença na tributação de casas de comércio do atacado e do varejo, pagando os mais pobres mais caro pela alimentação³¹¹.

³⁰⁹ Sobre a crise do capitalismo no período entre guerras, ver HOBBSAWM, Eric. Rumo ao abismo econômico. In: *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90-112.

³¹⁰ “A carestia da vida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1929, p. 3.

³¹¹ “A carestia da vida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1929, p. 3.

Logo depois, em abril, o jornal *A Luta* do Grupo Anarquista Internacional denunciava a formação dos sindicatos da burguesia, com o apoio do Estado, criando os “trusts” (monopólios) de diversos gêneros alimentares: banha, arroz, charque. Era o mais recente passo para consolidação do controle sobre os trabalhadores nos diversos âmbitos da sua vida, antes exercida apenas a partir da produção capitalista nas fábricas e oficinas, mas agora também no consumo: “entregue na mão dos exploradores a chave intermediária que resta[va] aos plebeus?”³¹².

No inverno de 1929, novamente o *Correio do Povo* denuncia o aumento de preços, desta vez do pão. Entrevistando um suposto vendedor de farinha, a culpa fora colocada sobre os padeiros. O mesmo informante ainda denunciou a recente formação dos sindicatos dos produtores de gêneros básicos, como o do açúcar, em todo o país, da banha e do arroz no Rio Grande do Sul. Nesse estado, o maior articulador da criação do Sindicato Arrozeiro foi o então Intendente de Porto Alegre, Major Alberto Bins, que esteve à frente daquela entidade sem abandonar seu papel de patrão em fábrica metalúrgica na capital³¹³. Como veremos adiante, esse cidadão possuía a impressionante habilidade de utilizar a força de trabalho alheia, independente da situação, para chegar ao lucro.

Outro sindicato de produtores, desta vez da “carne verde”, pressionava o Intendente Alberto Bins pela elevação dos preços. A rota da carne até o consumidor era a seguinte: produtor, marchante, retalhistas, consumidor. Os produtores que abasteciam Porto Alegre se localizam em vinte municípios no entorno da cidade, no nordeste do estado e alguns na fronteira. Certo desabastecimento de gado no inverno, pela redução dos pastos, era a mais recorrente justificativa utilizada pelos marchantes para aumentar o preço de distribuição na metade dos anos³¹⁴.

Claro que, contra esse grupo, Bins atuou de outra forma. Os quatro chefes do Sindicato dos Marchantes (Provenzano, Jacob Heckman, Antonio Diffini e Caetano Diffini) firmaram compromisso com o Intendente, em 31 de julho de 1928, de não aumentar o preço da carne, e de construir açougues na capital para vender de acordo com a tabela, recebendo em contrapartida a diminuição do imposto municipal. De fato, cada marchante fundou quatro açougues com carne à preços tabelados na capital. Em todo caso, com a quebra do acordo pelos marchantes, o imposto voltou a ser cobrado. Eles demandavam do administrador da

³¹² “Sindicalismo de Estado!...”. *A Luta*, abril de 1929, p. 1.

³¹³ Sobre a formação do sindicato dos arrozeiros e sua relação com o governo do estado, ver: DUVOISIN, Lauro Allan Almeida. A relação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul com o governo estadual (1926-1930). In: GARCIA, Graciela B. (org.). *Anais do II Encontro do GT História Agrária ANPUH-RS*. Porto Alegre, 2009. p. 1-19. (CD-ROM).

³¹⁴ “A carne verde em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11 de junho de 1929, p. 5.

capital a formação de uma comissão para discutir reajustes de preços com representantes da Federação Rural, para que, em suas palavras, “não mais se apontem os marchantes como exploradores sem consciência”³¹⁵. Em retaliação, Bins autorizou o estabelecimento de açougues e matadouros a qualquer interessado, tentando resolver a questão da carne através do aumento da oferta aos consumidores³¹⁶.

Em geral, a situação dos pobres em Porto Alegre naquele inverno de 1929 não estava nada boa. Os jornais denunciavam que as feiras-livres não vinham tendo os mesmos efeitos que em São Paulo e Rio de Janeiro, o esperado rebaixamento do custo da vida proletária³¹⁷. No bairro operário de São João, um líder religioso afirmou em entrevista que havia duas razões para a existência de trabalho dos menores nas fábricas da região: a) falta de conhecimento dos pais do valor da educação; b) a carestia da vida, pois em famílias com oito ou dez filhos os pais precisavam colocá-los no mercado de trabalho para dar sustento a todos. As saídas vislumbradas pelo religioso eram as seguintes: a) ensino obrigatório; b) barateamento de itens básicos de alimentação para os mais pobres, já que muitas famílias não compravam sequer algum leite (como suspeitamos anteriormente), e a insuficiência alimentar era a causa do enfraquecimento físico dos menores, daí a necessidade do leite na escola pública de bairros proletários; c) casas saudáveis para proletários; d) criação de creches³¹⁸.

No bairro de Navegantes, outro entrevistado relatava que a situação havia se tornado insustentável com a última alta nos preços dos gêneros alimentícios. O arroz, depois da organização do sindicato dos produtores, passou a um preço impeditivo para os pobres, sendo substituído por mais pão. Em todo caso, o aumento no preço do pão fez com que ele fosse substituído naquele arrabalde por farinha de mandioca, que agora acompanhava o café³¹⁹.

Diante desse quadro, em julho os anarquistas voltaram a denunciar a miséria por que passavam os trabalhadores pobres de Porto Alegre. Enquanto o custo mensal das necessidades básicas girava em torno de 170\$000 a 180\$000, a renda média estava em volta de 130\$000 a 140\$000. Diante da falta de “resistência orgânica” contra doenças, identificada pelo colunista como efeito da fome popular, a surrada acusação de “exploradores” dirigida aos patrões passava a ser utilizada diretamente contra os comerciantes: “decididamente, os

³¹⁵ “A carne verde”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 de junho de 1929, p. 8.

³¹⁶ “A carne verde”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 2 de junho de 1929, p. 8.

³¹⁷ “A carestia da vida”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11 de junho de 1929, p. 1.

³¹⁸ “A carestia da vida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 de junho de 1929, p. 7.

³¹⁹ “A vida das classes pobres”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 de julho de 1929, p. 5.

açambarcadores, os exploradores protegidos e defendidos pela administração pública, estão empenhados no extermínio da família proletária”³²⁰.

Depois de consolidada a crise internacional da economia capitalista em 1929, o Partido Operário Nacional (não foi possível determinar sua orientação política) criou comissões de estudo sobre o problema do alto desemprego entre os trabalhadores em Porto Alegre³²¹, e nas conversas com os industrialistas, chegaram ao acordo de que a preferência de contratação recairia sobre os brasileiros com família dependente³²². No jornal/manifesto de Primeiro de Maio de 1930 do PON, havia a informação de que havia cerca de cinco mil operários desempregados na capital gaúcha³²³. Mas a situação poderia tornar-se pior para o operariado?

Incrivelmente, sim. O próximo período de crise para os operários foi de agosto de 1930 até pelo menos maio de 1932. Dessa vez, a relativa paralisação da produção nas fábricas de Porto Alegre esteve alimentada, por um lado, pela falta de negócios, decorrente da crise internacional de 1929, mas também, segundo os empresários, pela realização da Revolução Brasileira de 1930, já que várias requisições foram feitas pelos revolucionários à indústria local. Com a paralisação relativa da produção, os operários trabalhavam menos dias no mês, recebendo menor salário, isso quando não foram despedidos. Sobre a crise de desemprego, dizia o *Correio do Povo*:

Antes do trabalho escassear, a sorte dessa gente era apenas suportável. Não vivia ela folgada. Em seus orçamentos domésticos quase sempre o “déficit” se manifestava, bastando unicamente que as subsistências encarecessem, que as moléstias fizessem irrupções pelos lares, que as intempéries castigassem injustamente os que mais careciam de justiça econômica. [...]

Como não será, portanto, nesse infeliz ambiente, mais trágica e desesperadora a fome que lhes vai cumular o martírio!³²⁴

O tamanho da crise da indústria em Porto Alegre era confirmado pelas notícias sobre o ritmo da produção: na fábrica de tecidos Sociedade Indústria e Comércio, quando na plena capacidade produtiva, empregava mais de 600 trabalhadores, mas em agosto de 1930 havia

³²⁰ “A fome”. *A Luta*, Porto Alegre, julho de 1929, p. 1.

³²¹ “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 de março de 1930, p. 9.; “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 de março de 1930, p. 5.

³²² “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de abril de 1930, p. 5.; “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de abril de 1930, p. 5.; “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 de maio de 1930, p. 5.; “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de maio de 1930, p. 10.

³²³ “Cinco mil bocas pedem pão, dez mil braços pedem trabalho”. *O Povo*, Porto Alegre, 1º de maio de 1930, p. 2.

³²⁴ “A situação proletária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 de agosto de 1930, p. 3.

apenas 250. Na fábrica de tecidos Renner ficaram sem trabalho 75 operários, sendo que outros continuaram trabalhando menos dias na semana (portanto recebendo menor salário no mês). Em outras duas fábricas de tecidos o número de operários continuava regular, mas em todas se trabalhava menos tempo durante o mês³²⁵. Wallig, Gerdau e Berta (de Alberto Bins) mantinham antes da crise mais de 1.500 operários trabalhando, número reduzido a menos da metade em setembro³²⁶. A fábrica de meias Kokot nos Navegantes operava com menos 30% de operários, enquanto a cerâmica Brustchke mantinha o mesmo número de trabalhadores³²⁷.

De fato, várias famílias operárias aderiram à mendicância. A União dos Trabalhadores de Porto Alegre iniciou uma longa campanha de arrecadação de dinheiro e mantimentos entre os ainda empregados, que durou meses, e distribuiu gêneros a muitos trabalhadores³²⁸. Em 1º de agosto de 1930, atendeu a 400 necessitados³²⁹. Em um mês, a União dos Trabalhadores de Porto Alegre distribuiu três levas de alimentos a cerca de 1.500 pessoas, em ranchos compostos por: banha, feijão, arroz, café, açúcar, pão, farinhas, querosene, charque etc. Uma comissão da União entregou ofício ao ainda presidente do Estado Getúlio Vargas solicitando apoio material na causa, e fez o mesmo diante do Intendente Municipal³³⁰.

Por sua vez, o Centro Libertador Honório Lemos percorreu o alto comércio e os bancos solicitando auxílio para compra de gêneros para serem distribuídos³³¹. Em 10 de agosto distribui ranchos de arroz, feijão, banha, farinha de mandioca, farinha de milho para pão e polenta e farinha de maisena para 276 famílias (mais de mil pessoas)³³². E as doações daquelas associações se repetiram nos meses seguintes, atingindo cada vez mais famílias carentes de recursos³³³. A situação era tão dramática que até os trabalhadores pobres em geral – não apenas os sem emprego – estavam freqüentando aquelas filas de distribuição de alimentos³³⁴, e as associações operárias chegavam a visitar as residências dos solicitantes para comprovar o estado de pobreza³³⁵. A partir de uma dessas visitas, relatou o *Correio do Povo*

³²⁵ “Os reflexos da crise em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27 de agosto de 1930, p. 7.

³²⁶ “Os reflexos da crise em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 de setembro de 1930, p. 8.

³²⁷ “Os reflexos da crise em Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de setembro de 1930, p. 6.

³²⁸ Provavelmente o *Correio do Povo* fez confusão quanto ao nome dessa entidade operária. Por vezes ela aparece nas notícias como União dos Trabalhadores Porto Alegrenses (com sede na Rua São Paulo, 45, no Quarto Distrito), enquanto que em outros momentos surge como União dos Trabalhadores de Porto Alegre (entidade fundada em 15 de março de 1921, sediada na rua Conde de Porto Alegre, 45, bairro São João). Ver: “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de setembro de 1930, p. 9.

³²⁹ “Em São João e Navegantes”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23 de agosto de 1929, p. 9.

³³⁰ “Socorrendo os operários desempregados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de setembro de 1930, p. 6.

³³¹ “A falta de trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 de agosto de 1930, p. 7.

³³² “Em São João e Navegantes”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 de agosto de 1930, p. 7.

³³³ “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 de setembro de 1930, p. 7.

³³⁴ “Socorrendo os operários desempregados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de agosto de 1930, p. 9.

³³⁵ “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 de setembro de 1930, p. 8.

um caso limite, mas elucidativo do ponto em que poderia chegar o operariado em épocas de crise:

Ontem, na sede dessa associação, a nossa reportagem foi informada, pela comissão de sindicância, que tendo resolvido colher dados sobre a situação da família do operário Reduzino Augusto dos Santos, por haver este solicitado recursos à União devido ao seu precário estado de saúde, em sua residência à rua dr. João Ignácio n. 598, no arrabalde dos Navegantes, os membros dessa comissão depararam um quadro verdadeiramente comovente. De fato, achava-se enfermo o operário Reduzino que ainda, pelo seu estado de fraqueza, [ilegível] de repouso. Dois filhos pequenos do mesmo operário também estão doentes. A família do pobre operário habita um casebre sem mobiliário algum, sem nenhuma cama. O operário Reduzino declarou que viera juntamente com sua família, a pé, para esta capital, tendo passado 8 dias viajando. Aqui chegando, além de não ter encontrado trabalho, talvez por falta de relações e sem conhecer a cidade, caiu doente e, aí então, é que completou a sua desdita, pois esgotou os poucos recursos restantes. Quando já se achava melhor adoeceram-lhe as duas filhinhas³³⁶.

Outras entidades entraram na campanha de ajuda aos pobres, como a Sociedade Esmeralda, o Partido Operário Nacional, o Núcleo Noelista Gaúcho, uma padaria e vários particulares³³⁷.

A Associação Comercial dos Varejistas de Porto Alegre assegurava que seu lucro era de apenas 10% nas revendas, e que apesar da crise nacional e do rebaixamento dos preços pagos aos produtores agrícolas, os gêneros continuavam chegando caros à capital, sendo tal fato culpa dos atacadistas³³⁸. Quanto aos açougueiros da capital, que formavam a Associação dos Retalhistas de Carne Verde, em setembro de 1930, diante de novo aumento de preço por parte de seus fornecedores, reclamavam da falta de liberdade de negociar com qualquer comerciante, pois os únicos marchantes disponíveis estavam associados no seu sindicato monopolista³³⁹. Reclamavam ainda que o Intendente anterior (Octávio Rocha) atuava contra os aumentos, através de matadouros de emergência, mas isso não ocorria sob a administração de Alberto Bins³⁴⁰.

A ação do empresariado foi peculiar. A tal palavra “doação” parecia sem sentido na mente de um dos maiores burgueses da capital gaúcha. A fábrica de tecidos Renner criou um depósito para distribuição de gêneros aos seus operários demitidos. Em todo caso, quando a situação normalizasse e eles fossem readmitidos, deveriam pagar pelo itens retirados na época

³³⁶ “Vida operária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de setembro de 1930, p. 9.

³³⁷ “Socorrendo os operários desempregados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 de agosto de 1930, p. 7.; “Socorrendo os operários desempregados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 de setembro de 1930, p. 7.; “Socorrendo os operários desempregados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1930, p. 6.

³³⁸ “O custo dos gêneros de primeira necessidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de agosto de 1930, p. 7.

³³⁹ “O preço da carne”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de setembro de 1930, p. 6.

³⁴⁰ “O preço da carne”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 de setembro de 1930, p. 7.

do desemprego³⁴¹. Por sua vez, o Intendente Alberto Bins, líder industrial e dos arroteiros, prometeu doar para distribuição pela União dos Trabalhadores de Porto Alegre um lote de arroz³⁴².

Em outubro de 1930, uma reunião de industrialistas (com ao menos 25 operários cada) convocada pelo Intendente deliberou dar trabalho aos operários na medida do possível para minorar a crise de subsistência. Os 77 empresários empregavam 7.853 operários. A Municipalidade empregava mais de mil operários, e lhes ofereceu o pagamento de metade do salário em cédulas-viveres (dinheiro correspondente à mercadoria alimentar), e a outra metade em datas posteriores. Além disso, Bins ofereceu bônus do Tesouro do Estado – que circulariam como dinheiro, com exceção de pagamento de dívidas bancárias – aos industriais que oferecessem mercadorias em estoque, a partir do que poderiam ser empregados mais operários. Essa ação do PRR, como fomentador da produção industrial contra a crise social através dos mecanismos econômicos estatais, pode ser enquadrada na análise de Karl Polanyi sobre a necessidade que o liberalismo possui de utilizar o Estado como trampolim para instalar o “livre mercado” capitalista:

De forma estrita, o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. É verdade que, uma vez atingido tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esses sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para o intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo. O liberal econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as condições de um mercado auto-regulável³⁴³.

Ainda como saída para a crise, em outubro Bins sugeriu a formação de uma entidade de classe dos industrialistas. Uma comissão executiva fora formada por: A. J. Renner (dos tecidos); João Wallig (metalurgia); Oscar Gertum (construção); Oscar Campani (moveleiro); Alberto Jung (couros e calçados); Ernesto Neugbauer (alimentação); e como presidente da comissão, Alberto Bins. A grande preocupação da entidade seria garantir a subsistência operária enquanto ocorria a revolução nacional³⁴⁴. O Comitê obteve êxito nas suas propostas, pois o trabalho nas fábricas ocorria ao menos três dias por semana, sendo suficiente para

³⁴¹ “Em São João e Navegantes”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 de agosto de 1930, p. 7.; “Os nossos arrabaldes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 de agosto de 1930, p. 5. Ver a foto da distribuição de alimentos publicada nesse jornal no anexo VI.

³⁴² “Em São João e Navegantes”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23 de agosto de 1930, p. 9.

³⁴³ POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 181.

³⁴⁴ “Em defesa do operariado”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23 de outubro de 1930, p. 8.

manter os operários empregados durante o período conturbado da marcha das tropas à capital federal³⁴⁵.

Nas reuniões do Comitê da burguesia de Porto Alegre, tratou-se da sugestão do Rotary Club de criar cozinhas populares para os operários e pobres em geral³⁴⁶. Para se ter uma idéia de quem compunha aquela entidade, em maio de 1932, assistiram a uma palestra sobre os “sem trabalho” os seguintes sócios: A. J. Renner, João Lüderitz (diretor do Instituto Parobé e futuro presidente da Confederação Nacional da Indústria), Adel Carvalho (presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e vereador), Vitor Kessler (conselheiro municipal), Ismael Torres (Associação Comercial de Porto Alegre), Leopoldo Geyer (proprietário da Casa Masson de jóias), Heitor Annes Dias (um dos fundadores do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul), Basil Sefton (médico), Paulo Livonius (agente de seguradoras), Guerra Blessmann (outro fundador do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul)³⁴⁷.

Em outubro de 1930, surgiu a primeira cozinha popular na capital (na esquina da Azenha com Mato Grosso, no edifício em construção do Cinema Castello). Ali, o Rotary Club fundou uma cozinha que ficou a cargo das Damas de Caridade da Comunidade Evangélica Alemã, com a ajuda de empresários e particulares, com capacidade para mil pessoas, trezentas a cada 30 minutos³⁴⁸. No primeiro experimento de alimentação operária realizada pela burguesia na República, os patrões de Porto Alegre estabeleceram o “arroz e feijão com carne” como dieta, sendo os gêneros fornecidos pela Intendência³⁴⁹. A segunda cozinha surgiria nos Navegantes³⁵⁰, inaugurada em novembro na rua Voluntários da Pátria³⁵¹. Até maio de 1931, as cozinhas populares ofereceram 45.570 refeições³⁵². Como atestava o jornal, as cozinhas populares facilitavam “a solução dos problemas que se prendem às condições de vida do proletariado, eliminando desse problema o seu aspecto mais premente, a alimentação”. Assim, esperavam os articulistas do *Diário de Notícias*, os operários não sentiriam “ódio contra a coletividade” e “contra a organização social” vigente³⁵³.

³⁴⁵ “Em defesa do operariado”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 de novembro de 1930, p. 6.

³⁴⁶ “Em defesa dos operários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 de outubro de 1930, p. 1.

³⁴⁷ “O problema dos ‘sem trabalho’”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 de abril de 1932, p. 2.

³⁴⁸ “O auxílio aos pobres e necessitados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 de outubro de 1930, p. 8.

³⁴⁹ “O auxílio aos pobres e necessitados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 de outubro de 1930, p. 7.

³⁵⁰ “Para beneficiar os pobres e necessitados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 4 de novembro de 1930, p. 6.

³⁵¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 de novembro de 1930, p. 19. Ver o Anúncio 1 no Anexo VI.

³⁵² “Amparando os sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 de maio de 1931, p. 8.

³⁵³ “As cozinhas populares”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18 de novembro de 1930, p. 5.

No turbulento âmbito federal, todos os três decretos de outubro de 1930 (dias 7, 14 e 22) demonstram o envolvimento intensivo do governo na tentativa de encontrar uma saída da crise instalada. Dia 7, o governo estabeleceu o preço máximo de uma lista de alimentos, e ameaçou com multa e prisão aos comerciantes que desrespeitassem tal ordem; tornou possível a requisição de estoques de alimentos sonogados ao consumo (atuando contra os “açambarcadores”), podendo cedê-los ao comércio pelo custo da aquisição dos seus detentores, mediante indenização; proibiu a exportação de todos os gêneros da tabela, salvo os excedentes do consumo interno (o que demonstra uma virada de mesa contra os interesses das oligarquias regionais); isentou de impostos alfandegários uma série de alimentos; e concedeu aos navios estrangeiros acesso à navegação de cabotagem nos portos do país enquanto transportassem os alimentos da tabela³⁵⁴. Em todo caso, a isenção de impostos nas alfândegas foi suspensa em 8 de novembro (durando apenas um mês)³⁵⁵; em 12 de novembro a exportação dos alimentos fora retomada³⁵⁶; e no dia 14 do mesmo mês a autorização para cabotagem dos navios estrangeiros também foi suspensa³⁵⁷. A curta duração da aplicação de alguns artigos daquele decreto evidencia o caráter meramente conjuntural dessas medidas radicais de intervenção estatal, que não entraram em choque efetivo com os interesses das oligarquias no poder. Os outros decretos de outubro de 1930 apenas teriam o caráter de refinar o decreto do dia 7, ao baixar uma nova tabela para a venda de artigos de primeira necessidade³⁵⁸ e atribuir à Prefeitura do Distrito Federal o levantamento dos estoques de gêneros alimentícios existentes na capital³⁵⁹.

Voltando ao âmbito local, a partir de outubro de 1930, a questão da alimentação dos pobres estava sendo encaminhada através da fundação das cozinhas populares (e distribuição de vales pela Intendência aos mais pobres, que davam direito a almoçar nas cozinhas) e das campanhas de distribuição de alimentos organizadas pela própria classe operária. Em todo caso, o problema fundamental do desemprego ainda não havia sido encarado de frente pelos poderes públicos, que até então se preocuparam em fazer com que as indústrias não fechassem totalmente suas portas.

³⁵⁴ Os alimentos da tabela eram os seguintes, de várias qualidades ou tipos: arroz, açúcar, azeite, bacalhau, banha, batata, café, carne, cebola, chá, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, fubá de arroz, fubá de milho, leite condensado, manteiga, mate, milho, pão de trio, sal, toucinho, fósforos, leite, querosene e gasolina. Decreto 19.357 de 07/10/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 562, coluna 1. 31/12/1930.

³⁵⁵ Decreto 19.396 de 08/11/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 10, coluna 1. 31/12/1930.

³⁵⁶ Decreto 19.401 de 12/11/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 14, coluna 1. 31/12/1930.

³⁵⁷ Decreto 19.403 de 14/11/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 16, coluna 1. 31/12/1930.

³⁵⁸ Decreto 19.363 de 14/10/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 566, coluna 1. 31/12/1930.

³⁵⁹ Decreto 19.379 de 22/10/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 581, coluna 1. 31/12/1930.

Assim, em outubro a Intendência começou a contar os sem-trabalho, que chegavam a 2.700³⁶⁰. Entre 3 de janeiro e 15 de abril de 1931, a recém criada Bolsa do Trabalho identificou 2.549 desempregados, sendo alocados 2.032 pela Prefeitura (ex-Intendência) em serviços de emergência. Um dos trabalhos era o do preparo do terreno da Vila Operária a se instalar no bairro Passo D'Areia (futuro conjunto habitacional do IAPI)³⁶¹. Entre as funções da Bolsa do Trabalho, estavam: o recenseamento geral; a assistência aos jornaleiros e aos profissionais via emprego de emergência em obras públicas e indicação para empresas; a distribuição de vales para refeições aos mais pobres; e o suprimento de passagens intermunicipais para quem quisesse abandonar a capital. Em todo caso, apenas 10% dos recenseados foram contratados pelas empresas do comércio e indústria de Porto Alegre nos meses seguintes³⁶². Ainda em maio de 1931 a Bolsa empregava 1.300 homens em obras emergenciais, com salários entre 4 e 6 mil réis, atuando na limpeza do Riacho, melhoramentos de ruas e estradas.

Em todo caso, a Prefeitura Municipal, segundo Alberto Bins, não tinha condições de manter tais frentes por muito tempo, e em meados de 1931 o major solicitava ajuda do novo Ministro do Trabalho (não atendida) e estudava medidas para acabar com o desemprego em massa de Porto Alegre. A brilhante saída do empresário foi a seguinte: alocar alguns desocupados nas lavouras de arroz dos seus camaradas de sindicato de produtor! A crise estrutural da vida operária simplesmente virava oportunidade nas mãos do articulado industrial e líder dos orizicultores gaúchos³⁶³: “os operários que forem trabalhar nas plantações de arroz, serão amparados pela Bolsa do Trabalho, que os apresentará aos rizicultores, de acordo com as condições que forem convencionadas”³⁶⁴. Ou seja, a elite de Porto Alegre utilizou verbas provenientes dos impostos públicos para pagar parte dos custos de produção de um ramo da lavoura capitalista do Rio Grande do Sul em um momento de crise. Assim, dois problemas foram remediados: menos pobres e desocupados vivendo na capital e mão de obra barata garantida no campo. Essa concepção liberal utilitarista do Estado e da sociedade, praticada pelos defensores da economia de mercado (*laissez-faire*), foi descrita por Karl Polanyi:

³⁶⁰ “Os sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 de outubro de 1930, p. 6.

³⁶¹ “Como o poder público ampara os sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1931, p. 6. Ver Foto 8 no Anexo VI.

³⁶² “Os serviços da Bolsa do Trabalho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 de abril de 1931, p. 10.

³⁶³ “Os sem trabalho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 de maio de 1931, p. 9.

³⁶⁴ “Ação da Bolsa do Trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de março de 1931, p. 7.

É verdade que a legislação nada podia fazer diretamente, a não ser abolir as restrições prejudiciais, mas isto não significava que o governo não podia fazer alguma coisa, ainda que indiretamente. Pelo contrário, o liberal utilitarista via no governo o grande agente para atingir a felicidade. Em relação ao bem-estar material, acreditava Bentham [teórico do *utilitarismo*], a influência da legislação “não é nada” se comparada à contribuição inconsciente do “ministro da polícia”. Das três coisas necessárias para o sucesso econômico – inclinação, conhecimento e poder – a pessoa privada possuía apenas a inclinação. O conhecimento e o poder, ensinava Bentham, podem ser administrados pelo governo de forma muito mais barata do que através de pessoas privadas. Era tarefa do executivo coletar estatísticas e informações, patrocinar as ciências e as experiências, assim como fornecer os inúmeros instrumentos de realização final no campo do governo. O liberalismo benthamita significava a substituição da ação parlamentar pela ação dos órgãos administrativos³⁶⁵.

Em julho de 1931, extinta a Bolsa do Trabalho por falta de recursos nos cofres municipais, ainda restavam 500 operários desempregados, que seriam alimentados pelas cozinhas populares até serem todos enviados ao interior do estado³⁶⁶. A Companhia Carbonífera Rio-Grandense solicitou 50 operários para as minas de São Jerônimo³⁶⁷. Até março de 1931, haviam sido encaminhadas para outras localidades 1.605 pessoas, totalizando 4.093 desempregados³⁶⁸.

Outra medida municipal foi a oferta de desconto nos impostos aos varejistas que concordassem em vender gêneros tabelados³⁶⁹. Em todo caso, nas cozinhas populares, a demanda continuava a ser maior que a oferta de vales³⁷⁰. E como a situação ainda estava longe de ser resolvida, a Prefeitura e a Inspetoria Federal de Povoamento do Solo pediram ao Rotary Club uma contribuição mensal fixa dos grandes empresários para subsidiar a vida desses desocupados até que conseguissem emprego³⁷¹. Por sua vez, o Rotary Club dirigiu-se ao interventor estadual, sem êxito. Outros paliativos foram sendo colocados em prática pelos governantes. A Limpeza Pública Municipal passou a ocupar 400 operários em duas turmas (em vez de duzentos), sendo o trabalho intercalado, fazendo com que cada operário trabalhasse e recebesse por apenas 15 dias no mês³⁷².

Em janeiro de 1932, um indicativo de progressivo término da crise de abastecimento e carestia da vida é a campanha dos varejistas de Porto Alegre pela extinção das tabelas de preços de alimentos estabelecida pela Prefeitura desde anos antes, ou o estabelecimento

³⁶⁵ POLANYI, *Op. Cit.*, p. 171.

³⁶⁶ “A Prefeitura e os sem trabalho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 de julho de 1931, p. 5.

³⁶⁷ “A Bolsa do Trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 de junho de 1931, p. 6.

³⁶⁸ “Amparando os sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 de março de 1931, p. 8.

³⁶⁹ “Contra a carestia”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de janeiro de 1931, p. 6.

³⁷⁰ “Os imigrantes e os sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 de julho de 1931, p. 6.

³⁷¹ “Em prol dos sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 de julho de 1931, p. 6.

³⁷² *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27 de agosto de 1931, p. 6.

oficial de uma margem de lucro para o comércio – que serviria como mínimo e máximo a se ganhar pelas atividades de comércio³⁷³.

Finalmente, o Rotary Club criou a Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados, para acabar com a mendicância na cidade, via recolhimento aos asilos³⁷⁴. Mas como o número de pobres vinha aumentando, tal entidade estava por desaparecer em abril de 1932³⁷⁵. Todas as ações do Rotary Club daí em diante foram no sentido de tentar preservar os empregos ainda existentes, e encaminhar os pobres restantes para outras localidades³⁷⁶.

2.3.3. Diante das crises, as substituições de alimentos

Vimos como as crises de carestia foram recorrentes em todo o período entre 1905 e 1932, com pequenos intervalos de estabilidade econômica. Assim, temos que pensar por um momento nas estratégias utilizadas pelos agentes históricos que se deparavam com tais restrições em um aspecto fundamental das suas vidas, como é a alimentação.

Uma das possibilidades que parece provável é a do consumo de carnes de pior qualidade, já que a substituição da carne de gado por suínos e ovinos não parece ter vingado, de acordo com seu inexpressivo número de abates para o consumo na capital, segundo os Relatórios da Intendência Municipal.

Aliás, nestes mesmos relatórios encontramos tabelas de preços da carne verde no município em 1928³⁷⁷. Ali identificamos carnes de primeira qualidade (os pedaços traseiros, provavelmente consumidos pelos mais abastados), de segunda (dianteiros, possivelmente consideradas pelos mais pobres como a carne trivial do seu consumo), de terceira (pescoço, sangradouro e queixada) e quarta (garrões e outros). Mesmo que fosse possível consumir carnes mais baratas, como as de terceira e quarta qualidades, certamente essa variação na dieta seria percebida como uma piora na qualidade da alimentação pelo povo.

³⁷³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1932, p. 5.

³⁷⁴ “Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 de abril de 1932, p. 2.

³⁷⁵ Em todo caso, essa sociedade ainda existe no bairro Nonoai (zona sul), com o bordão de “ajuda aos idosos desde 1931”. SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS. Disponível em <<http://www.spaan.org.br/>>, consulta em 13 de março de 2010.

³⁷⁶ “O problema dos sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 de maio de 1932, p. 5.

³⁷⁷ *Relatório de 1928*. p. 502.

Claro que na busca de proteínas no prato cotidiano, os peixes ou aves poderiam compor e mesmo substituir a carne de gado na cozinha de todo dia, mas isso não muda a percepção de piora na alimentação considerada normal. Por outro lado, a substituição de alimentos era vista pelos jornais populares da época como prática positiva do ponto de vista da economia doméstica, dada a situação de aperto dos pobres, embora o substituto devesse possuir propriedades consideradas dignas, como as frutas no lugar do café com pão:

A melancia, fruta, cujo tempo [de colheita e consumo] era esperado ansiosamente pela pobreza, pois, além de ser um excelente e barato refrigerante, muito faziam a economia do café com pão, à noite, a melancia está fazendo mal, proclamam as folhas!³⁷⁸

As proteínas animais sempre estavam presentes no almoço do operariado, mesmo dos mais pobres, sob formas variadas. Os pequenos trabalhadores da fundição de Alberto Bins foram observados pelos anarquistas do jornal *A Luta* em 1908:

Ao meio dia, e num dia de sol amarelado de outono, passamos pela frente dessa fundição, quando de lá vimos sair umas quantas crianças [...] dirigindo-se à beira da praia [... onde] sentaram-se, puxando grandes nacos de pão com pedaços de carne cozida e fria ou salame e queijo³⁷⁹.

A prática da pesca era recorrente no início do século, o que indica a possibilidade de substituição das carnes vermelhas pela brancas, quando necessário³⁸⁰. Outra fonte de proteína, o feijão, era indispensável no prato do operariado, ao menos enquanto seu preço fosse acessível. Em todo caso, é difícil assegurar que algum item da alimentação proletária fosse considerado insubstituível, em função do movimento dos preços:

O café que o trabalhador usava como fazendo parte integrante de sua escassa alimentação, suprindo, disfarçando mesmo a falta de outras comidas mais caras chegou a um preço que, cada quilograma corresponde, por si só a um dia de jornal de um trabalhador, sem falar no pão e no açúcar.

A carne, o açúcar, o leite e o arroz e mesmo as verduras e o peixe, quase que se tornam alimentos excepcionais pelo seu preço atual e pela tendência que tem para um aumento de seu custo³⁸¹.

³⁷⁸ *O Exemplo*, Porto Alegre, 31 de janeiro de 1909, p. 2.

³⁷⁹ “Ecos das oficinas”. *A Luta*, Porto Alegre, 19 de julho de 1908, p. 2.

³⁸⁰ Em 1909, um colunista reclamava ao Conselho Municipal atitude diante da pesca em período de procriação dos peixes em Porto Alegre. “Peixes”. *O Independente*, Porto Alegre, 14 de novembro de 1909, p. 2.

³⁸¹ “Diante do caos”, em *O Syndicalista*, Porto Alegre, novembro de 1924, p. 1.

2.4. Estado e burguesia

Traçado este quadro, é possível agora analisar com mais atenção ações do Estado diante das crises de carestia, desde o ponto de vista dos interesses econômicos em jogo:

A conjuntura de Guerra Mundial de 1914-1918 criou no Brasil condições para um surto de industrialização (segundo alguns autores, um dos momentos em que se deu o processo de substituição de importações) ao mesmo tempo em que propiciou uma extraordinária expansão das atividades agrícolas voltadas para a exportação, tendo sido alvo de uma intensa propaganda por parte do Estado [...]. Surgiu o Comissariado da Alimentação Pública no bojo de uma aguda crise social, marcada por movimentos populares e operários que chegaram mesmo a questionar a autoridade do Estado. Um dos pontos fundamentais levantados por esses movimentos prendia-se à carestia dos gêneros alimentícios. Entrava, pois, em cena, de forma quase retumbante, a questão do abastecimento. A intervenção do Estado foi uma tentativa de contornar a crise.³⁸²

Nesse mesmo momento, a recém-nascida burguesia brasileira sentia-se prejudicada com a elevação dos preços que impactavam diretamente no custo de reprodução da sua força de trabalho, e seus setores mais progressistas (em relação ao setor agrário) demandaram a limitação das exportações e o controle dos preços dos gêneros alimentícios, entrando em conflito político com o setor agrário nacional, alertando-o quanto a efetiva possibilidade de desordem e desobediência civil da classe operária.

Nesse contexto, a intervenção estatal federal na economia, frente à novidade histórica do surgimento dos centros urbanos como espaço de lutas sociais daquela magnitude, e à demanda por abastecimento intimamente ligada àqueles eventos políticos, teve o caráter de resposta conjuntural na tentativa de diminuir o risco da eminente revolta social:

O medo da Revolução Social fez com que, rapidamente, o governo se mobilizasse, visando controlar a situação. As intervenções, na Tribuna da Câmara, de vários parlamentares, indicando a possibilidade de uma revolta, tornavam-se comuns. Para esses líderes parlamentares, necessariamente, o Estado deveria intervir no abastecimento, procurando evitar, assim, o agravamento das tensões sociais³⁸³.

Obviamente, se alguns setores da burguesia defendiam o intervencionismo estatal na questão do abastecimento, alegando que o problema era conjuntural (produto das exportações de guerra e da falta de transportes), outro setores, ligados ao grande comércio de abastecimento (usineiros, charqueadores, plantadores, fabricantes de bebidas, beneficiadores de alimentos e do algodão), reagiram com a argumentação liberal clássica do imperativo do livre mercado. Assim se explica a posição ambígua dos governos do Rio Grande do Sul e de

³⁸² LINHARES; SILVA, *Op. Cit.*, p. 20.

³⁸³ *Idem*, p. 44.

Porto Alegre, sob domínio do PRR. Céli Pinto demonstrou como esse partido atuou durante toda a Primeira República:

A relação entre discursos antioligárquicos e a posição do PRR no Rio Grande do Sul é de certa forma contraditória. Contraditória porque, na medida em que o PRR participava do pacto que regia a República, como poder constituído em um estado, estes discursos lhe eram antagônicos. Entretanto, guardada esta diferença fundamental, eles têm algo de muito significativo em comum. O PRR, como já foi apontado, não era constituído pela elite pecuária do Rio Grande do Sul e, por esta mesma característica, não detinha o domínio das relações coronelísticas de poder, fundamentais para a realização de um modelo político oligárquico na República Velha. Deriva-se daí a principal hipótese norteadora deste trabalho, ou seja, a de que o PRR desenvolveu um projeto político não-oligárquico na medida em que sempre se apresentou como o executor de políticas que respondiam aos interesses do estado como um todo e de diversos segmentos sociais em particular, construindo uma base de apoio que lhe deu condições de chegar, nos últimos anos da década de 20, como líder de uma campanha que resulta no fim do pacto oligárquico que regeu o período³⁸⁴.

Já em âmbito federal, a disputa em torno do controle do Commissariado de Alimentação Pública entre os variados setores da elite nacional fez com que esse órgão não conseguisse dar conta dos artigos que compunham o decreto da sua criação. Tanto que em 1920 esse órgão fora substituído pela Superintendência do Abastecimento, que deveria cumprir as tarefas do Commissariado, mas acabou por atender aos interesses dos produtores, como evidenciado no seu artigo primeiro:

A Superintendência do Abastecimento é o aparelho administrativo incumbido de regular a exportação dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, e bem assim, de executar as medidas que o Governo julgar necessárias, para impedir a elevação exagerada dos preços dos mesmos gêneros, resguardando, todavia, os legítimos interesses do produtor e dos vendedores³⁸⁵.

Ou seja, entre 1918 e 1920, ocorreu uma intensa disputa entre os setores dominantes brasileiros para definir o rumo da intervenção estatal federal na questão do abastecimento nacional, e pode-se afirmar que de entidade reguladora, como proposto inicialmente, o Estado atuaria na prática no papel de fomentador do setor agro-exportador, pois a Superintendência do Abastecimento extinguiu o controle das exportações, acabou com o sistema de tabelamento de preços, comprou alimentos das oligarquias regionais para distribuição no comércio e importou implementos agrícolas para venda a preço de custo aos agricultores³⁸⁶.

Quanto ao abastecimento das cidades, o Estado atuou de maneira mais comedida, sem precisar entrar em choque com interesses das oligarquias regionais. Interveio nos transportes

³⁸⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 12.

³⁸⁵ Decreto 14.027 de 21/01/1920. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 463, coluna 1. 31/12/1920.

³⁸⁶ LINHARES; SILVA, *Op. Cit.*, p.51-52.

em 1918, através da Junta Nacional de Navegação, delegando-se poder de atuar sobre as rotas dos navios; estabeleceu o preço mínimo do trigo e feijão – apesar da crise de abastecimento – na tentativa de estimular a produção daquelas culturas no campo; distribuiu alguns gêneros comprados pelo governo, como a banha no Rio de Janeiro; isentou de tributação artigos mais requisitados pelos consumidores, como batata, arroz, feijão, leite condensado, manteiga, milho, sal e charque, até o fim de 1924³⁸⁷; estimulou a criação de cooperativas para baratear a produção; e promoveu o estabelecimento de feiras-livres nas principais capitais, efetivamente implantadas em Porto Alegre durante os anos 1920. Além disso, pela primeira vez o trigo importado, base da alimentação popular diária na forma de pão, teve impostos reduzidos, em cerca de 40%³⁸⁸. Em todo caso, já em 1926 a Superintendência de Abastecimento foi extinta³⁸⁹.

³⁸⁷ Decreto 16.633 de 11/10/1924. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 292, coluna 1. 31/12/1924.; Decreto 16.655 de 05/11/1924. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 355, coluna 1.

³⁸⁸ Decreto 16.419 de 19/03/1924. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 460, coluna 1. 31/12/1924.

³⁸⁹ Decreto 17.599 de 13/12/1926. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 955, coluna 1. 31/12/1926.

Conclusão

A conexão entre condições de moradia e práticas alimentares peculiares da classe trabalhadora brasileira não é uma especificidade do nosso tempo. Na verdade, essa dissertação tentou demonstrar como o “lugar” (espacial e alimentar) do operariado de Porto Alegre começou a ser definido precisamente durante a instalação da nova formação social inaugurada com a República. Todavia, tal processo de definição não foi livre de sérios atritos.

Seguindo um padrão observado em outras cidades (Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu), em Porto Alegre as primeiras formas de habitação para os empobrecidos recém chegados foram os cortiços, porões e casas coletivas, enquanto que para os operários com melhores salários, o destino foram casas térreas alugadas. Prontamente, a administração da cidade repetiu o “cerco aos cortiços” praticado em outras municipalidades, sob os argumentos do elevado custo da habitação para as famílias operárias e das condições sanitárias incompatíveis com o avanço da medicina da época. Claro que esse combate dos administradores às habitações coletivas foi realizado também em função dos interesses da emergente burguesia: se tratava de rebaixar os salários (componente fundamental dos custos produtivos no capitalismo) e, em alguma medida, abrigar os pobres nos subúrbios, favorecendo a especulação sobre a propriedade terra e a empresa capitalista da construção civil.

As eternas promessas de construção de casas pelo Estado (governos gaúcho e da capital), desde a década de 1910, na prática nunca se materializaram. Na verdade, a política oficial se constituiu não em antecipação da ocupação do solo, com o preparo dos terrenos e sistemas básicos de esgotamento e água em cada casa; essas providências eram direcionadas a regiões preponderantemente tradicionais da cidade, como o Centro e arredores. As medidas municipais sempre foram no sentido de instalar penas livres para uso coletivo nos bairros periféricos já ocupados, e os esgotos eram verdadeiros tabus nas regiões de residência popular. O único projeto efetivo de vila operária da Primeira República (futuro IAPI) começou a ser executado vagarosamente apenas depois dos acontecimentos de 1929, através ocupação da mão de obra de operários desempregados que foram contratados

emergencialmente pela Prefeitura. As obras de construção de fato iniciaram-se em 1946, e a Vila ficou pronta entre os anos 1950-53, abrigando mais funcionários administrativos do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários do que propriamente “operários”³⁹⁰, em função do custo das moradias. Nos anos 1960, a questão habitacional dos pobres da cidade continuava a ser alvo de estudos da Prefeitura³⁹¹.

Por sua vez, o operariado parece ter optado preferencialmente por estratégias privadas de solução para seu problema de moradia, ao contrário de Buenos Aires e Rio de Janeiro, onde foram fundadas associações populares de inquilinos para defender seus interesses. Embora as lideranças operárias tenham denunciado que a exploração de classe também ocorria a partir da sua situação habitacional, através dos baixos salários pagos pela burguesia e da associação dos proprietários de imóveis para elevação dos aluguéis, em Porto Alegre não ocorreu a formação de nenhuma organização popular para tratar especialmente desse tema. Com efeito, mesmo com os custos de habitação estando presentes na pauta da greve geral de 1917, a busca de alternativas de moradia na periferia da cidade pelos próprios operários foi a forma mais usual de solução do problema habitacional. Como consequência dessa decisão, o método da autoconstrução das moradias foi o mais difundido entre os pobres. Por sua vez, a estratégia dos governos se constituiu em observar esse movimento e auxiliá-lo nas formas acima descritas. Já na década de 1950, a administração municipal havia naturalizado a autoconstrução operária, e tentava estimular esse empreendimento com o fornecimento de conhecimento técnico. Não identificamos nenhum empreendimento de moradia operária criado pela burguesia.

Por um lado, é possível levantar a hipótese de que o empreendimento capitalista da construção civil de casas populares não vingou em Porto Alegre pelo nível de organização dos proprietários de imóveis, que ao menos desde a década de 1910 defendiam seus interesses através da Companhia Mutualidade. Por outro, os salários operários deveriam constituir barreiras à possibilidade de compra de casas próprias nos subúrbios. Afinal, mesmo a compra de terrenos afastados do centro poderia se constituir em armadilha diante do orçamento do operariado.

A paulatina periferização dos pobres, acentuada especialmente nos anos 1920, ocorreu a partir dos seguintes fatores: taxa municipal das habitações coletivas; constante aumento populacional; e, finalmente, busca dos trabalhadores por certo alívio orçamentário,

³⁹⁰ PREFEITURA, *Memória dos bairros...*, p. 12.

³⁹¹ Ver o texto produzido pelo arquiteto NEVES, Jorge. *O problema da sub-habitação em Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul: 1962.

constituição de uma pequena propriedade imobiliária e possibilidade de alguma criação/caça. Com efeito, tais medidas fizeram com que o espaço da cidade fosse ficando demarcado. Em alguns bairros (arrabaldes) havia operários, grupos de classe média e mesmo burgueses convivendo como vizinhos. Enquanto em outros, seguindo o ritmo da instalação das fábricas e manufaturas, a presença operária era quase unânime (São João e Navegantes). Como consequência, a dependência dos transportes públicos passou a se constituir em outra pedra no sapato do orçamento operário.

Por sua vez, o estudo da alimentação operária revelou mecanismos sociais semelhantes aos analisados na abordagem da habitação.

Primeiramente, observamos que os padrões de consumo estabelecidos pelos grupos sociais – no caso, as classes – ajudam na demarcação das fronteiras de pertencimento, evidenciados pela atuação política dos agentes históricos ora pesquisados. Se em alguns momentos o comportamento de classe esperado pelos militantes censurava as práticas individuais consideradas perniciosas para o grupo (censura ao lazer), ao mesmo tempo utilizavam o consumo como trampolim para a articulação em torno das organizações operárias (boicotagem).

O orçamento doméstico do operariado também foi objeto de atenção da burguesia e dos comerciantes, que desde a década de 1900 debatiam o tema da adequação salarial ao custo de vida na cidade. Como vimos na Introdução, para o estabelecimento de um *padrão de vida* era necessário escolher quais elementos comporiam a lista de custos. Foi na Primeira República que começaram a ser definidos os alimentos que receberiam o estatuto de realmente “básicos” para a reprodução da vida operária. Nesse contexto, se os padrões tentavam cortar itens para justificar salários baixos, o Estado estabelecia uma lista “básica” que futuramente serviria de lastro para que o governo federal estabelecesse o salário mínimo. Restou aos operários apenas a possibilidade limitada de empreender estratégias privadas de acesso aos alimentos que não eram passíveis de compra em função dos baixos salários: hortas, substituições, alguma criação e pesca. Como vimos, as feiras-livres, que deveriam resolver o problema do abastecimento barato e de qualidade, apesar de estabelecidas nas zonas de residência popular, não chegaram ao seu objetivo.

Em resposta a tais constrictões, os militantes operários costumavam comparar estilos de vida das “duas classes fundamentais”. Salários e práticas de consumo eram contrapostas e

justificadas em termos políticos, já que a desigualdade social não era naturalizada entre social-democratas, socialistas, comunistas e anarquistas. Por outro lado, o operariado também identificava que a luta de classes poderia ser travada através da negação do consumo de produtos originados nas fábricas dos “inimigos da classe”, pela boicotagem. Tais diferenças no consumo moldaram a existência da classe trabalhadora.

A alta dependência cultural da “carne verde” entre os gaúchos, tal como na região rio-platense, estava marcada entre o operariado ao se constituir como o principal alimento da sua dieta. Em todo caso, o acesso à carne fresca nos bairros populares era mais dispendioso, e nos momentos de crise de produção (inverno) ou de abastecimento (carestia) tal situação se convertia em drama. Provavelmente, os operários consumiam carne de segunda categoria, em função do preço mais em conta, quando não a substituíam por carnes brancas mais baratas ou mesmo criadas num canto do pátio e porventura pescadas. De qualquer forma, como o passar dos anos, a quantidade de carne consumida diariamente foi diminuindo em Porto Alegre, apesar do crescimento industrial da cidade. As ações dos administradores municipais sempre foram ambíguas: por um lado, tabelavam os preços das carnes em momentos de crise; por outro, na prática nunca conseguiram resolver o problema do constante aumento de preço, e a sindicalização dos marchantes parece ter eliminado qualquer possibilidade de efetiva venda de carne barata aos pobres.

Não foi possível estudar mais detidamente os outros alimentos “básicos” da dieta operária, pela escassez de fontes e de tempo. Assim, ao menos tentei contribuir para uma história econômica e social de Porto Alegre, ao apresentar os preços recolhidos nas fontes disponíveis. Também alguns indícios da prática comum da falsificação de alimentos foram apresentados, com o intuito de demonstrar como o consumo dos mais pobres é sempre mais arriscado para a saúde do que o das outras classes sociais.

Outra preocupação presente nessa dissertação foi quanto ao grau de satisfação das necessidades alimentares do operariado no mercado de alimentos. Nessa seção pudemos observar como, de fato, os pobres da cidade tentavam, sempre que possível, cultivar alguma horta ou criação, ou estabelecer um pequeno comércio – geralmente bares e armazéns – que lhes facultavam o acesso alternativo aos bens de consumo cotidianos. Por outro lado, as relações sociais dos operários com os armazeneiros de bairro lhes possibilitavam sempre algum crédito (o popular fiado), sempre necessário diante de crises de carestia, baixos salários ou desemprego. Em todo caso, eram estratégias empreendidas pelo operariado na tentativa de diminuir os riscos da sua dependência do mercado de alimentos, cada vez maior.

Afinal, como vimos, embora não seja possível (e talvez infrutífero) definir médias salariais para o período, a análise das inúmeras crises da carestia nos confirmou a hipótese do alto grau de exploração ocorrida nesses anos, que foi sentida e manifestada pelos operários através das suas instituições de classe.

Em um primeiro momento (anos 1900), as elevações de preços estimularam os anarquistas a comparar salários de operários e burgueses, que garantia condições de vida peculiares aos dos grupos, do que derivavam o argumento da exploração. Nos anos 1910, com a hegemonia dos anarquistas nas organizações operárias, o tema da luta econômica ganhou destaque em Porto Alegre. Foram debatidos nesses anos os problemas de produção e distribuição de alimentos, e os culpados (produtores formadores trustes, ou oligopólios) foram identificados. Vários comícios geraram demandas de solução para os poderes públicos, em momento de alto crescimento populacional e sucesso das indústrias locais. Oportunamente, as greves de 1917-1919 constituíram-se praticamente a partir da experiência da vivência e reflexão sobre drama da carestia da vida.

Dessa forma, o Estado gaúcho reconheceu a difícil situação alimentar operária. Interveio em 1914 e 1917 nas condições de distribuição e preços de alimentos “básicos”, mas sempre preservando o dogma da liberdade de comércio. Talvez por isso o problema da carestia sempre tenha voltado nos anos seguintes: o sinal mais evidente é o da demora e ineficácia da instalação das feiras-livres nos bairros populares da cidade.

Nos anos 1920, comunistas e anarquistas denunciavam a consolidação dos trustes de produtores com o apoio do Estado gaúcho (banha, arroz, carne, açúcar), e surgem os primeiros indícios do problema do desemprego em Porto Alegre. A carestia da vida continuava a ser uma das principais bandeiras de luta do movimento operário. Em todo caso, devido ao apelo para providências estatais em 1917 ter gerado resultados não desejados, segundo os anarquistas, as crises de meados de 1924-25 parecem ter sido melhor aproveitadas pelos comunistas, que fizeram diversas reuniões com a classe operária para debater o tema.

Fechando nosso período de estudo, os anos de 1929-32 foram historicamente peculiares para a vida operária e burguesa da capital gaúcha, tanto pela duração quanto pela intensidade da crise da carestia e desemprego instalada. Em função das requisições dos revolucionários de 1930 às indústrias da capital e à crise internacional inaugurada em 1929, as fábricas quase pararam, funcionando poucos dias por semana e dispensando vários trabalhadores. A situação era dramática porque o operariado recebia salários baseados em diárias, e a diminuição dos dias trabalhados na semana impactava diretamente nos salários. A

Prefeitura de Porto Alegre, comandada por Alberto Bins, organizou a atuação coordenada da burguesia da cidade diante da crise. A criação das frentes emergenciais de trabalho, da Bolsa de Ocupações, das cozinhas populares, a distribuição de passagens para os pobres rumarem ao interior, e a alocação de desempregados nas lavouras dos orizicultores – dos quais Bins era o líder – foram algumas das saídas pragmáticas encontradas pela elite de Porto Alegre. Não bastasse e autoconstrução das moradias pelo operariado, a Prefeitura aproveitou a mão-de-obra disponível para realizar os melhoramentos nas estradas e praças da cidade, além de preparar o terreno para a instalação da futura vila operária. Mesmo assim, a verba municipal acabou em 1931, e o recém criado Ministério do Trabalho (encabeçado pelo gaúcho Lindolfo Collor) não possuía verbas para manter as frentes emergenciais funcionando.

Por seu turno, os líderes operários denunciavam a situação calamitosa dos operários, e realizaram campanhas intensas de coleta e distribuição de alimentos para os desempregados e pobres em geral. Como vimos, em momentos de crise econômica a atenção do operariado se voltava quase exclusivamente para as condições da sua sobrevivência. Toda uma cultura de substituição e restrição de alimentos era colocada em prática.

Em resumo, o governo federal nunca conseguiu – se é que realmente pretendeu – intervir de forma incisiva na questão da alimentação popular nas cidades. A criação de órgãos para tratar da questão desde 1918 não surtiu os efeitos esperados pelo operariado e parte da burguesia nacional. Na verdade, o poder de barganha do setor agro-exportador da elite nacional ainda era demasiado grande, e a nascente burguesia industrial nem sempre apostava em uma saída radical para a questão do abastecimento porque possuía investimentos em casas comerciais e inclusive no campo (vide Alberto Bins).

Outro elemento que merece mais algumas palavras é o tema da “exploração”, central na obra de Thompson. Acredito que esse conceito ainda precisa ser mais aprofundado nas pesquisas sobre história operária. É possível afirmar que a experiência da exploração foi e ainda é central para a definição da existência do operariado. Como observou Raymond Williams, antes do século XIX a palavra “exploração” (*exploitation*) era utilizada no sentido de tirar vantagem nos negócios ou apropriar-se de recursos naturais. No XIX, tais usos do termo “foram fortemente afetados pelo desenvolvimento de um sentido crítico dos mesmos

processos aplicados às pessoas”, numa versão adaptada especialmente pela classe operária europeia para referir-se à sua própria condição³⁹².

Assim, dado a reflexão historiográfica estimulada pela obra de Thompson, talvez estejamos em condições de estudar como a internalização da experiência da exploração pode ser tolerada pela classe trabalhadora ao longo de sua existência, ganhando projeção pública apenas em momentos específicos, geralmente como forma de pressão política. Como os leitores bem o sabem, as crises de carestia da vida foram recorrentes na história do século XX, e tais eventos foram utilizados repetidas vezes pelos militantes operários em busca de mobilização da classe, com mais ou menos sucesso.

Nessa dissertação, a exploração foi demonstrada como uma relação existente entre classes sociais, percebida a partir das condições de vida diferenciadas daqueles grupos, especialmente quanto à habitação e alimentação. Mesmo estudos recentes estão atentos à articulação de tais “âmbitos” da vida dos trabalhadores. Segundo relatório da secção para habitação da Organização das Nações Unidas (*UN-Habitat*) divulgado em março de 2010, “a chance de uma pessoa ter desnutrição em uma favela brasileira é 2,5 vezes maior do que no resto da cidade”³⁹³. Desse modo, parece prudente que os estudiosos em história social fiquem cada vez mais atentos à articulação entre os diversos aspectos da realidade vivida pelas classes sociais.

³⁹² WILLIAMS, Raymond. Exploração. In: *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 176.

³⁹³ AGÊNCIA BRASIL. “Cidades brasileiras são apontadas como umas das mais desiguais do mundo”. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/home/-/journal_content/56/19523/166638>, consulta em 21 de março de 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Consumo e preços de alguns itens em Porto Alegre

TABELA DO CONSUMO DE CARNE VERDE DE GADO POR HABITANTE³⁹⁴

ANO ³⁹⁵	PESO TOTAL DAS REZES ABATIDAS ³⁹⁶	POPULAÇÃO ³⁹⁷	GRAMAS POR HABITANTE POR DIA
1905	6.470.280 Kg	101.387	174
1906	6.176.426 Kg	[102.590]	164
1907	6.849.992 Kg	103.793	180
1908	6.737.897 Kg	105.303	175
1909	7.288.929 Kg	[117.765]	169
1910	7.402.851 Kg	130.227	155
1911	7.706.295 Kg	[138.688]	152
1912	8.241.084 Kg	147.149	153
1912-1913	8.384.055 Kg	146.106	157
1913-1914	7.864.673 Kg	[156.930 ou 157.088]	137
1914-1915	7.812.768 Kg	[167.754 ou 168.070]	127
1915-1916	7.338.445 Kg	178.578 ou 179.053	112
1916-1917	7.353.624 Kg	178.578 ou 179.053	112
1917	7.431.697 Kg	[188.109 ou 188.489]	108
1918	7.226.425 Kg	[197.641 ou 197.926]	100
1919	7.016.741 Kg	[207.172 ou 207.362]	092
1920	8.096.103 Kg	[216.704 ou 216.799]	102
1921	8.787.332 Kg	226.236	106
1922	10.398.024 Kg	[232.716]	122
1923	11.033.425 Kg	[239.190]	126
1924	-	-	-
1925-1926 ³⁹⁸	10.671.011 Kg	[258.612]	113

³⁹⁴ Dados estabelecidos pelo autor a partir dos *Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal*, entre 1904 e 1926.

³⁹⁵ Entre 1912 e 1917, o Intendente fez a contagem a partir de julho do ano findo até junho do ano corrente. Portanto, optei por manter a forma discriminada pela fonte para não distorcer os dados sobre o peso total anual de gado consumido pela cidade.

³⁹⁶ A série obtida entre 1905 e 1912 foi computada a partir da discriminação do número de rezes abatidas através do matadouro municipal e de particulares, já que o Intendente ainda não contabilizava o peso total de gado consumido pela população da cidade, como faria a partir de 1912-1913. Para alcançar os resultados apresentados, estabeleci uma média de peso para as rezes abatidas no matadouro municipal e nos outros municípios entre 1911 e 1918, obtendo como resultado 168,6 Kg para as do primeiro e 191,7 Kg para as do segundo caso, que serviu de fator de multiplicação para o período entre 1905 e 1912.

³⁹⁷ De acordo com a síntese de recenseamentos que elaborei a partir das variadas fontes, observável no Anexo II. A população sugerida entre colchetes se refere aos dados que presumi a partir das médias anuais de crescimento da população calculadas a partir dos censos disponíveis, que são as seguintes: entre 1905 e 1907, crescimento médio anual de 1.203 habitantes; entre 1908 e 1910, crescimento médio anual de 12.462; entre 1910 e 1912, crescimento médio anual de 8.461; entre 1913 e 1916, crescimento médio anual de 10.824 ou 10.982; entre 1916 e 1921, crescimento médio de 9.531 ou 9.436; entre 1921 e 1928, crescimento médio anual de 6.474. De qualquer forma, a crítica aos dados demográficos aqui utilizados está expressa no capítulo 1.

³⁹⁸ Infelizmente, com a saída do Intendente José Montauray e sua substituição por Octavio Rocha em 1925, os levantamentos sobre abatimento de gado para consumo na cidade desaparecem dos relatórios subsequentes. Apenas para 1925-1926 foi possível inferir o resultado a partir da informação no relatório de 1926 de que a cidade consumia cerca de 200 rezes diariamente, e pelo matadouro municipal passavam cerca de 86,75 rezes por dia, do que se conclui que o restante (113,25) vinha de outros matadouros; dessa forma, foi aplicada a multiplicação pela média estabelecida entre 1911-1918.

TABELA DE PREÇOS DA CARNE VERDE DE GADO³⁹⁹

PRODUTO	PREÇO EM RÉIS	DATA	ANUNCIANTE/ PRONUNCIANTE	FONTE
Carne verde	700	1899	Conselho Municipal	Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre. 1899. p. 16-17. In: <i>Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930</i> . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; FEE, 1987.
Carne verde	714	1900	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne verde	De 300 para 400	Abr 1905	Colunista	O Independente, 16 abr 1905, p. 3.
Carne verde	280 (apenas um mercado)	Abr 1905	Colunista	O Independente, 27 abr 1905, p. 2.
Carne verde	500 em geral; há dois por 360 e 400 no mercado público	Jul 1905	Colunista	O Independente, 9 jul 1905, p. 3.
Carne verde	340	Fev 1906	Colunista	O Independente, 4 fev 1906, p. 2.
Carne verde	500	Jul 1906	Colunista	O Independente, 5 jul 1906, p. 1.
Carne verde	450	1906	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne verde	500	Jul 1907	Colunista	O Independente, 4 jul 1907, p. 1.
Carne verde	500 a 700	1909	No Mercado Público	Relatório do Intendente de 1912. p. 19.
Carne	600	Out 1911	Antonio Heit	Echo do Povo, 19 out 1911, p. 1. In: PETERSEN, <i>Antologia...</i> p. 179.
Carne verde	800	1913	Retalhistas	Relatório do Intendente de 1913. p. 16.
Carne verde	400 a 700	1913	Apenas no Mercado Público; preço de acordo com a qualidade	Relatório do Intendente de 1913. p. 17.
Carne verde	1.120	1914	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne fresca de rês, conforme a qualidade	700 600 500 400 300	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Carne verde	1.170	1916	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> .

³⁹⁹ A base de dados dessa tabela foi preenchida a partir de diversas fontes, como se vê no campo correspondente. Essa tabela foi a matriz para a elaboração do gráfico de preços da “carne verde” de gado. Em todo caso, como está explícito, existem registros muito variados para determinarmos o preço da carne, bem como valores diversos de acordo com os meses do ano e com os agentes históricos. Assim, precisei efetuar uma simplificação para criar uma forma gráfica, que obedeceu aos seguintes critérios: a qualidade da carne aqui referida é a de segunda (os cortes dianteiros), em função do preço mais acessível ao operariado; os preços recorrentes em mais de uma fonte foram escolhidos em detrimento dos outros; os números que pareciam absurdos foram descartados (como no caso de 1921, em Roche); embora recorrentes, os dados expressos nas tabelas municipais reguladoras dos preços nos açougues (o que tende a subestimar o preço real praticado) foram utilizados somente na ausência de outros mais fiáveis.

				Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne	700, 800 e 900	Ago 1917	Orador Cecílio Vilar em comício São João/Nav.	Correio do Povo, 1º ago 1917. In: <i>Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930</i> . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; FEE, 1987.
Carne fresca de rês, conforme a qualidade	700 600 500 300	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Carne verde	1.200	Set 1918	Preço fixado pelo Comissariado da Alimentação Pública	A Federação, 12 set 1918. p. 1.
Carne de rês	800 a 1.200	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Carne verde	1.440	1918	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne verde	200[?]	1921	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne	600 a 800	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Carne	1.400 a 1.600	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Carne verde	1.400	1924	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne de vaca	1.164	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Carne de vaca	1.275	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Carne verde de 1ª (traseiros)	1.500 a 1.600	1928	Tabela da Intendência, para Mercado Público e alguns açougues	Relatório do Intendente de 1928. p. 502-503.
Carne verde de 2ª (dianteiros)	1.100 a 1.400	1928	Tabela da Intendência, para Mercado Público e alguns açougues	Relatório do Intendente de 1928. p. 502-503.
Carne verde de 3ª (pescoço, sangradouro e queixada)	800	1928	Tabela da Intendência, para Mercado Público e alguns açougues	Relatório do Intendente de 1928. p. 502-503.
Carne verde de 4ª (garrões e outros)	500	1928	Tabela da Intendência, para Mercado Público e alguns açougues	Relatório do Intendente de 1928. p. 502-503.
Carne verde	1.100	1928	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne	Dianteiro 1.400 Traseiro 1.700	Nov 1929	Colunista fala do preço estipulado pela intendência	Correio do Povo, 22 no 1929, p. 7.
Carne verde	1.600	1930	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Carne	Dianteiro 1.200 Traseiro 1.800	Mar 1931	Colunista	Correio do Povo, 22 mar 1931, p. 8.

TABELA DE PREÇOS DO PÃO

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Pão	Quilo	500	Mai 1909	Colunista	O Independente, 2 mai 1909, p. 3.
Pão	Quilo	480	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Pão sovado	Quilo	550	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Pão	Quilo	700 e 800	Ago 1917	Colunista	O Exemplo, 19 ago 1917, p. 1.
Pão	Quilo	1.500 [IMPROVÁVEL]	Ago 1917	Orador João Batista Moll em comício São João/Nav.	Correio do Povo, 1º ago 1917. In: <i>Memória da indústria gaúcha</i> : das origens a 1930. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; FEE, 1987.
Pão de trigo puro	Quilo	1.000	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Pão com 80% de trigo e contesto	Quilo	800	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Pão com 60% de trigo e milho	Quilo	600	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Pão sovado	Quilo		Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Pão de trigo	Quilo	900	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Pão	[quilo?]	600 a 800	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Pão	[quilo?]	1.200	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Pão	Quilo	1.400 (não efetivado?) Entre 1.000 e 1.400	Set 1925	União dos Proprietários de Padaria (criam o preço único)	Correio do Povo, 1º set 1925, p. 4.
Pão	Quilo	1.200	Mai 1929	Colunista	Correio do Povo, 15 jun 1929, p. 5.
Pão	Quilo	1.400	Jun 1929	Colunista	Correio do Povo, 15 jun 1929, p. 5.
Pão	Quilo	1.400	Jul 1929	Colunista	A Luta, jul 1929, p. 1.
Pão	Quilo	1.200	Jul 1929	Colunista	Correio do Povo, 4 jul 1929, p. 5.
Pão	Quilo	1.100	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DO CAFÉ E CHÁ

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Café Especial	Quilo	1.200	Jan 1905	Anúncio	O Independente, 29 jan 1905, p. 4.
Café moído superior	Quilo	1.000	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Café em grão	Quilo	660	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Chá preto	Pacote	700	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4

Café moído	Quilo	1.000	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Café em grão	Quilo	660	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Chá preto	Pacote	700	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Café Particular	Quilo	1.000	Dez 1908	Mercado Público nº 121 e 128	O Exemplo, 20 dez 1908, p. 1.
Café São Paulo	Quilo	1.200	Dez 1909	Maisonave & Cia.	O Exemplo, 12 dez 1909, p. 4.
Café moído	Quilo	1.000	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Café São Paulo	Quilo	1.300	Out 1910	Maisonave & Cia.	O Exemplo, 28 out 1910, p. 4.
Café Moka em grão	Quilo	1.000	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Café Popular moído	Quilo	1.100	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Café Costa Junior	Quilo	1.000	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Chá preto	Pacote	800	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Chá de mate	Pacote	400	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Café Moka em grão	Quilo	1.100	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Café Costa Junior	Quilo	1.100	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Chá preto	Pacote	800	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Chá de mate	Pacote	400	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Café	Quilo	1.400	Out 1911	Antonio Heit	Echo do Povo, 19 out 1911, p. 1. In: PETERSEN, <i>Antologia...</i> p. 179.
Café moído puro	Quilo	1.200	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Café moído com açúcar	Quilo	1.000	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Café moído puro	Quilo	1.400	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Café moído com açúcar	Quilo	1.100	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Chá Lipton	Lata	4.500	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Chá Hormann	Lata	3.500	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Café	Quilo	2.800 a 3.000	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Café	Quilo	4.600 a 5.000	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Café	Quilo	4.600 a 5.000	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Café	Quilo	6.400	Jan 1925	Colunista	Correio do Povo, 29 jan 1925, p. 8.
Café	Quilo	4.885	1927	“Custo das subsistências” no	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p.

				estado	66.
Café	Quilo	4.812	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Café moído	Quilo	4.000	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DO AÇÚCAR

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Açúcar branco	Quilo	360	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Açúcar branco baixo	Quilo	340	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Açúcar somenos	Quilo	320	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Açúcar usina	Quilo	560	Dez 1908 a set 09	Armazém Xavier	O Exemplo, 20 dez 1908, p. 2.
Açúcar somenos	Quilo	600	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Açúcar usina	Quilo	700	Dez 1909	Armazém da VFRGS (construção linha Passo Fundo-Uruguaí)	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Açúcar moído	Quilo	360	Jun 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 5 jun 1910, p. 3.
Açúcar usina	Quilo	380	Jun 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 5 jun 1910, p. 3.
Açúcar moído	Quilo	340	Set 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 18 set 1910, p. 3.
Açúcar usina	Quilo	360	Set 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 18 set 1910, p. 3.
Açúcar moído	Quilo	340	Out 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 5 out 1910, p. 3.
Açúcar moído	Quilo	340	Out 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 30 out 1910, p. 3.
Açúcar usina	Quilo	340	Out 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 5 out 1910, p. 3.
Açúcar usina	Quilo	300	Out 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 30 out 1910, p. 3.
Açúcar moído	Quilo	300	Nov 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 13 nov 1910, p. 3.
Açúcar usina	Quilo	300	Nov 1910	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 13 nov 1910, p. 3.
Açúcar branco	Quilo	280	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Açúcar moído	Quilo	380	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Açúcar somenos	Quilo	260	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Açúcar usina	Quilo	300	Jan 1911	Armazém Costa Junior (Rua Coronel Fernando Machado, 166)	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Açúcar somenos	Quilo	300	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Açúcar usina	Quilo	340	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Açúcar	Quilo	600	Out 1911	Antonio Heit, militante operário	Echo do Povo, 19 out 1911, p. 1. In: PETERSEN, <i>Antologia...</i> p. 179.
Açúcar somenos	Quilo	440	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Açúcar usina	Quilo	560	Ago 1914	Tabela da	Ato nº 113, de 12 de

1ª qualidade				intendência para todos os armazéns	agosto de 1914.
Açúcar usina 2ª qualidade	Quilo	460	Ago 1914	Tabela da intenção para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Açúcar	Quilo	1.100	Ago 1917	Orador Cecílio Vilar em comício São João/Nav.	Correio do Povo, 1º ago 1917. In: <i>Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930</i> . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; FEE, 1987.
Açúcar usina 1ª qualidade	Quilo	960	Ago 1917	Tabela da intenção para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Açúcar usina 2ª qualidade	Quilo	900	Ago 1917	Tabela da intenção para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Açúcar usina somenos	Quilo	700	Ago 1917	Tabela da intenção para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Açúcar usina	Quilo	1.200	Set 1918	Colunista	A Federação, 17 set 1918. p. 1.
Açúcar moído	Quilo	1.100	Nov 1918	Tabela da intenção para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Açúcar refinado	Quilo	1.200	Nov 1918	Tabela da intenção para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Açúcar	Quilo	1.300	1919	Colunista	O Syndicalista, 3 set 1919, p. 4, processo do APERS
Açúcar	Quilo	1.000 a 1.200	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Açúcar	Quilo	2.000 a 2.300	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Açúcar de 1ª	Quilo	1.700	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Açúcar de 2ª	Quilo	1.500	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Açúcar usina	Quilo	1.595	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Açúcar mascavo	Quilo	1.122	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Açúcar usina	Quilo	1.501	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Açúcar mascavo	Quilo	1.200	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Açúcar moído	Quilo	1.680	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 26 fev 1929. p. 3.
Açúcar refinado	Quilo	1.960	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 26 fev 1929. p. 3.
Açúcar usina	Quilo	2.040	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 26 fev 1929. p. 3.
Açúcar moído	Quilo	1.150	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DA BANHA

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/pronunciante	Fonte
Banha	Quilo	667	1900	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha bem	Quilo	620	Out 1905	Armazém Pereira	A Democracia, 15 out

clara				(Rua Cristóvão Colombo, 58)	1905, p. 4.
Banha	Quilo	700 a 710	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio (preços na praça de Porto Alegre, mais gerais)	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Banha	Quilo	850	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Banha	Quilo	1.100	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Banha	Quilo	1.010	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Banha	Quilo	565	1906	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha	Quilo	1.064	1906	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1907. p. 29-30.
Banha superior	Quilo	840	Dez 1908	Armazém Xavier	O Exemplo, 20 dez 1908, p. 2.
Banha comum	Quilo	900	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Banha refinada	Quilo	1.120	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Banha	Quilo	777	1909	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 49.
Banha	Quilo	730	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Banha	Quilo	760	1910	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 49.
Banha superior	Quilo	800	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Banha refinada	Lata 2 quilos	2.500 (1.250 o quilo)	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Banha	Quilo	1.200	Out 1911	Antonio Heit	Echo do Povo, 19 out 1911, p. 1. In: PETERSEN, <i>Antologia...</i> p. 179.
Banha	Quilo	700	Dez 1911	Parte Comercial	O Independente, 27 dez 1911, p. 3.
Banha	Quilo	743	1911	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 49.
Banha	Quilo	797	1912	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 49.
Banha	Quilo	1.070	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Banha	Quilo	1.068	1913	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 49.
Banha	Quilo	950 a 1.000	Ago 1914	Preço de venda dos retalhistas	A Federação, 20 ago 1914, p. 1.
Banha	Quilo	900 a 1.000	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Banha	Quilo	860	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Banha	Quilo	1.022	1914	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1915. p. 29.
Banha	Quilo	1.000	1914	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.

Banha	Quilo	1.200	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Banha	Quilo	1.240	1916	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha	Quilo	1.300	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Banha	Quilo	1.300 a 1.640	Fev a ago 1918	Colunista	A Federação, 17 set 1918. p. 1.
Banha	Quilo	1.500 a 1.600	Set 1918	Armazém Apollinario, rua Andradas n. 130; Armazém Abrahão, Mercado n. 53; Armazém Lopes, Dias e Cia., rua Bragança n. 34	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Banha	Quilo	1.560	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Banha	Quilo	1.860	1918	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha	Quilo	1.320	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Banha	Quilo	1.355	1920	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1921. p. 95-96.
Banha	Quilo	1.400	1921	Colunista	Correio do Povo, 18 jan 1921. p. 1.
Banha	Quilo	350[?]	1921	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha	Quilo	1.830	1924	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha	Quilo	5.500	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Banha	Quilo	2.652	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Banha	Quilo	2.682	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Banha	Quilo	1.990	1928	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha	Quilo	2.800	Abr 1929	Colunista	A Luta, abr 1929, p. 1.
Banha	Quilo	3.500	1930	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Banha refinada em pacote	Quilo	1.650	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DO *FEIJÃO*

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/	Fonte
---------	--------	----------------	-----	-------------	-------

				pronunciante	
Feijão	Quilo	242	1900	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão preto especial	Quilo	160 e 180	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Feijão	Quilo	200	1906	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão	Quilo	198	1906	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1907. p. 25.
Feijão preto	Quilo	200	Dez 1908 a set 09	Armazém Xavier	O Exemplo, 20 dez 1908, p. 2.
Feijão	Quilo	139	1909	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Feijão	Quilo	128	1910	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Feijão preto	Quilo	240	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Feijão preto	Quilo	320	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Feijão	Quilo	228	1911	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Feijão	Quilo	169	1912	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Feijão	Quilo	145	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Feijão	Quilo	148	1913	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Feijão	Quilo	246	1913	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1915. p. 32.
Feijão	Quilo	400	Ago 1914	Preço de venda dos retalhistas	A Federação, 20 ago 1914, p. 1.
Feijão preto	Quilo	340	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Feijão preto	Quilo	416	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Feijão de cor	Quilo	366	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Lentilhas	Quilo	300	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Feijão	Quilo	216	1914	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão	Quilo	550	1914	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1915. p. 32.
Feijão preto	Quilo	216	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Feijão cores	Quilo	200	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Lentilhas	Quilo	333 a 516	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Feijão	Quilo	220	1916	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.

Feijão preto	Quilo	260	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Feijão de cores	Quilo	340	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Feijão	Quilo	266	1918	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão preto	Quilo	183	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Feijão cores	Quilo	183	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Lentilhas	Quilo	316 a 366	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Feijão	Quilo	285	1920	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1921. p. 95-96.
Feijão	Quilo	458	1920	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 85.
Feijão	Quilo	350	1921	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 85.
Feijão	Quilo	248	1921	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão	Quilo	500	1922	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1923. p. 58.
Feijão	Quilo	400	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Feijão	Quilo	712	1923	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1924. p. 50.
Feijão	Quilo	1.000	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Feijão	Quilo	625	1924	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão	Quilo	1.366	1924	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1925. p. 61.
Feijão preto	Quilo	1.600	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Feijão de cores	Quilo	1.500	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Feijão	Quilo	1.583	1925	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1926. p. 48.
Feijão preto	Quilo	541	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Feijão de cor	Quilo	601	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Feijão preto	Quilo	369	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Feijão de cor	Quilo	695	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Feijão	Quilo	660	1928	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto

					Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão preto	Quilo	866	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 26 fev 1929. p. 3.
Feijão	Quilo	600	1930	Roche	ROCHE, Jean. <i>A colonização alemã e o Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2. p. 466-467.
Feijão preto	Quilo	600	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DO ARROZ

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Arroz nacional	Quilo	300, 360, 400 e 440	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Arroz de Cachoeira	Quilo	450	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Arroz	Quilo	254	1909	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Arroz	Quilo	253	1910	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Arroz da Cachoeira	Quilo	500	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Arroz nacional	Quilo	300, 400 e 480	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Arroz da Cachoeira	Quilo	480	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Arroz nacional	Quilo	380, 400, 420, 460	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Arroz	Quilo	68 [?]	1911	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Arroz	Quilo	251	1912	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Arroz	Quilo	287	1913	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 50.
Arroz	Quilo	333 a 416	Ago 1914	Preços acordados pelos varejistas da capital com a intendência para compra do interior (portanto, não é o preço definitivo ao consumidor)	A Federação, 20 ago 1914, p. 1.
Arroz bom (Carolina)	Quilo	340	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Arroz especial (agulha)	Quilo	500	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Arroz superior (agulha)	Quilo	400	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Arroz nacional	Quilo	366 a 383	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Arroz	Quilo	293	1914	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1915. p. 33.
Arroz nacional	Quilo	333 a 366	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Arroz bom (Carolina)	Quilo	550	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.

Arroz especial 1ª	Quilo	620	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Arroz superior 1ª	Quilo	560	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Arroz de primeira	Quilo	900	Set 1918	Tabela do Comissariado da Alimentação Pública	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de primeira	Quilo	980	Set 1918	Armazém Apollinario, rua Andradas n. 130	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de primeira	Quilo	600	Set 1918	Armazém Abrahão, Mercado n. 53	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de segunda	Quilo	800	Set 1918	Tabela do Comissariado da Alimentação Pública	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de segunda	Quilo	900	Set 1918	Armazém Apollinario, rua Andradas n. 130	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de segunda	Quilo	800	Set 1918	Armazém Lopes, Dias e Cia., rua Bragança n. 34	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de terceira	Quilo	700	Set 1918	Tabela do Comissariado da Alimentação Pública	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de terceira	Quilo	800	Set 1918	Armazém Abrahão, Mercado n. 53	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz de terceira	Quilo	750	Set 1918	Armazém Lopes, Dias e Cia., rua Bragança n. 34	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz inferior	Quilo	600	Set 1918	Tabela do Comissariado da Alimentação Pública	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz inferior	Quilo	700	Set 1918	Armazém Abrahão, Mercado n. 53	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz inferior	Quilo	700	Set 1918	Armazém Lopes, Dias e Cia., rua Bragança n. 34	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Arroz 1ª	Quilo	900	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Arroz 2ª	Quilo	800	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Arroz Carolina	Quilo	600 a 633	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Arroz	Quilo	502	1920	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1921. p. 95-96.
Arroz descascado	Quilo	666	1920	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 85.
Arroz	Quilo	900	1921	Colunista	Correio do Povo, 9 jan 1921. p. 1.
Arroz descascado	Quilo	536	1921	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 85.
Arroz descascado	Quilo	800	1922	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1923. p. 58.
Arroz	Quilo	600	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Arroz descascado	Quilo	1.008	1923	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1924. p.

					50.
Arroz	Quilo	800 a 1.300	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Arroz descascado	Quilo	1.266	1924	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1925. p. 61.
Arroz	Quilo	1.000	Jan 1925	Colunista	Correio do Povo, 29 jan 1925, p. 8.
Arroz de 1ª	Quilo	1.800	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Arroz de 2ª	Quilo	1.400	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Arroz descascado	Quilo	1.625	1925	Valor no varejo no RS	Relatório do Presidente do Estado de 1926. p. 48.
Arroz agulha	Quilo	1.011	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Arroz japonês	Quilo	864	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Arroz agulha	Quilo	1.198	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Arroz japonês	Quilo	1.060	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Arroz agulha	Quilo	1.483	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 26 fev 1929. p. 3.
Arroz japonês	Quilo	1.266	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 26 fev 1929. p. 3.
Arroz	Quilo	1.400	Abr 1929	Colunista	A Luta, abr 1929, p. 1.
Arroz agulha	Quilo	1.300	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.
Arroz japonês	Quilo	1.050	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DA ERVA-MATE

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Erva mate especial	Quilo	200	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Erva mate especial	Quilo	200 e 240	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Erva mate	Quilo	186	1906	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1907. p. 25.
Erva mate	Quilo	380	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Erva mate especial	Quilo	400	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Erva mate especial	Quilo	400	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Erva mate	Quilo	250	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Erva mate em folha	Pacote	500	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Erva mate em pó	Quilo	400	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Erva mate	Quilo	397	1914	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1915. p. 35.
Erva mate especial	Quilo	266	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Erva mate em	Pacote	600	Ago 1917	Tabela da intendência para	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.

folha				todos os armazéns	
Erva mate em pó	Quilo	500	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Erva mate	Quilo	442	1920	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1921. p. 95-96.
Erva mate especial	Quilo	1.400	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DE *OUTRAS CARNES*

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Camarões	Quilo	800	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Bacalhau de caixa	Quilo	900	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Galinha	Unidade	800	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Carne de porco	Quilo	360	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Frango	Unidade	600	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Galinha	Unidade	800	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Carne de porco	Quilo	500	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Frango	Unidade	500 a 600	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Galinha	Unidade	800	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Carne de porco	Quilo	500	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Frango	Unidade	500	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Galinha	Unidade	800 a 1.000	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Carne de porco	Quilo	460	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Frango	Unidade	600 a 700	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Carne de porco	Quilo	386	1906	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1907. p. 29-30.
Bacalhau	Quilo	1.200	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Galinha	Unidade	1.000	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Carne de porco	Quilo	400	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Frango	Unidade	600	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Bacalhau em caixa	Quilo	900	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Bacalhau em caixa	Quilo	900	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Carne de porco	Quilo	400 a 500	Dez 1911	Parte Comercial	O Independente, 27 dez 1911, p. 3.
Carne de porco	Quilo	600	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Carne de porco	Quilo	460 a 500	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Carne de porco	Quilo	600	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.

Galinha	Unidade	1.000 a 1.400	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Carne de porco salgada	Quilo	600	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Galinha	Unidade	3.000 a 3.500	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Frango	Unidade	2.000 a 2.500	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Carne de carneiro	Quilo	1.600	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Carne de porco	Quilo	700	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Frango	Unidade	1.200 a 1.400	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Camarões	Quilo	3.500	Mar 1925	Colunista, sobre a feira livre inaugurada	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Carne de porco	Quilo	1.705	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Carne de ovelha	Quilo	1.556	1927	“Custo das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1928. p. 66.
Carne de porco	Quilo	1.649	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Carne de ovelha	Quilo	1.600	1928	“Custos [médios] das subsistências” no estado	Relatório do Presidente do Estado de 1929. p. 80.
Frango	Unidade	4.000 a 5.000	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 22 fev 1929. p. 3.
Galinha	Unidade	8.000 a 10.000	Fev 1929	Colunista	Correio do Povo, 22 fev 1929. p. 3.
Bacalhau	Quilo	350	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.
Camarão a granel	Quilo	7.000	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DO CHARQUE

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Charque superior	Quilo	500	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Charque regular	Quilo	500	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Charque	Quilo	375	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Charque	Quilo	375	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Charque	Quilo	312	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Charque	Quilo	343 a 375	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Charque	Quilo	433	1906	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1907. p. 29-30.
Charque	Quilo	486	1909	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 46-47.
Charque	Quilo	431	1910	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 46-47.
Charque	Quilo	442	1911	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p.

					46-47.
Charque	Quilo	453	1912	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 46-47.
Charque	Quilo	495	1913	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1914. p. 46-47.
Charque	Quilo	640	1914	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1915. p. 29.
Charque	Quilo	1.199	1920	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1921. p. 95-96.
Charque	Quilo	699	1900	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	530	1901	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	350	1902	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	344	1903	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	370	1904	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	424	1905	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	433	1906	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	452	1907	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	482	1908	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Carne sec. Syst. Platino	Quilo	700	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Charque	Quilo	486	1909	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	466 a 500	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Charque	Quilo	431	1910	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque especial	Quilo	500 e 600	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Charque especial	Quilo	600	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Charque	Quilo	566	Dez 1911	Parte Comercial	O Independente, 27 dez 1911, p. 3.
Charque	Quilo	442	1911	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	453	1912	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	666	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Charque	Quilo	495	1913	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque de 1ª qualidade	Quilo	1.000	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Charque de 2ª qualidade	Quilo	900	Ago 1914	Tabela da intendência para	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.

				todos os armazéns	
Charque	Quilo	866	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Charque	Quilo	640	1914	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	770	1915	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque especial	Quilo	1.000	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Charque	Quilo	906	1916	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque de 1ª qualidade	Quilo	1.000	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Charque de 2ª qualidade	Quilo	900	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Charque	Quilo	869	1917	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	1.700	Set 1918	Armazém Apollinario, rua Andradas n. 130	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Charque	Quilo	1.400	Set 1918	Armazém Abraão, Mercado n. 53	A Federação, 16 set 1918. p. 1.
Charque especial	Quilo	1.700	Set 1918	Preço no varejo, citado por colunista	A Federação, 13 set 1918. p. 1.
Charque	Quilo	936	1918	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque especial	Quilo	1.133 a 1.333	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Charque	Quilo	1.332	1919	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	1.199	1920	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	1.200	1921	Valor de exportação para fora do estado	Relatório do Presidente do Estado de 1922. p. 61.
Charque	Quilo	1.000	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Charque	Quilo	1.600 a 1.800	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Charque	Quilo	2.000	Mar 1925	Colunista	Correio do Povo, 20 mar 1925, p. 6.
Charque	Quilo	2.600	Abr 1929	Colunista	A Luta, abr 1929, p. 1.
Charque	Quilo	2.000	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

TABELA DE PREÇOS DE OVOS, QUEIJOS E SALAMES

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Ovos	Dúzia	320	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Queijo serrano	Quilo	800	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Ovos	Dúzia	500	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Queijo serrano	Quilo	800	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Ovos	Dúzia	580	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Queijo serrano	Quilo	1.000	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.

Ovos	Dúzia	540	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Queijo serrano	Quilo	1.200	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Ovos	Dúzia	400	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Queijo serrano	Quilo	1.100	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Queijo da colônia	Quilo	700 a 900	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Salame	Quilo	1.300	Dez 1910	Parte Comercial	O Independente, 29 dez 1910, p. 4.
Ovos	Dúzia	600	Dez 1911	Parte Comercial	O Independente, 27 dez 1911, p. 3.
Queijo	Quilo	1.000	Dez 1911	Parte Comercial	O Independente, 27 dez 1911, p. 3.
Ovos	Dúzia	760	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Queijo	Quilo	1.500	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Presunto	Quilo	1.500	Fev 1913	Parte comercial	O Independente, 25 fev 1913, p. 3.
Ovos	Dúzia	560	Nov 1914	Parte comercial : Pauta para o mês	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Queijo serrano	Quilo	1.300	Nov 1914	Parte comercial	O Independente, 20 nov 1914, p. 3.
Queijo nacional (conforme qualidade)	Quilo	1.800 a 2.400	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Salame sistema alemão	Quilo	1.200	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Salame sistema italiano	Quilo	1.800 a 2.800	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Ovos	Dúzia	700	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Queijo serrano	Quilo	1.100	Dez 1916	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1916, p. 4.
Ovos	Dúzia	600	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Queijo nacional (conforme qualidade)	Quilo		Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Salame tipo alemão	Quilo	1.500	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Salame tipo italiano	Quilo	2.200 a 2.800	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Ovos	Dúzia	900	Nov 1918	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Ovos	Dúzia	700	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Queijo serrano	Quilo	1.200	Dez 1919	Parte comercial	O Independente, 29 dez 1919, p. 4.
Ovos	Dúzia	800	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924, p. 2.
Ovos	Dúzia	1.900	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924, p. 2.

TABELA DE PREÇOS DE *COMBUSTÍVEIS*

Produto	Medida	Preços em réis	Ano	Anunciante/ pronunciante	Fonte
Fósforos Duello e outras marcas	Pacote	560	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Querosene	Garrafa	160	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Velas Stearina Pelotense	Pacote	600	Set 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 03 set 1905, p. 4
Fósforos		560	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Velas	Dúzia/pacote	560	Out 1905	Armazém Pereira (Rua Cristóvão Colombo, 58)	A Democracia, 15 out 1905, p. 4.
Lenha branca	Talha	2.000	Jan 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 7 jan 1906, p. 3.
Lenha branca	Talha	2.000	Fev 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 fev 1906, p. 3.
Lenha branca	Talha	2.000	Mar 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 8 mar 1906, p. 3.
Lenha branca	Talha	2.000	Abr 1906	Preços correntes: seção do comércio	O Independente, 12 abr 1906, p. 3.
Querosene	Lata	4.600	Dez 1908 a set 09	Armazém Xavier	O Exemplo, 20 dez 1908, p. 2.
Velas Brasileiras	Pacote	1.000	Dez 1908 a set 09	Armazém Xavier	O Exemplo, 20 dez 1908, p. 2.
Fósforos	Pacote	700	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Velas de sebo	Dúzia	880	Dez 1909	Armazém da VFRGS	O Independente, 19 dez 1909, p. 3.
Fósforos Duello	Pacote	560	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Lenha em feixe		40	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Querosene	Garrafa	200	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Velas Appolinaris	Pacote	500	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Velas de sebo	Dúzia	400	Jan 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 1º jan 1911, p. 4.
Fósforos comum	Pacote	380	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Fósforos Duello	Pacote	400	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Lenha em feixe		40	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Querosene	Garrafa	200	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Velas Appolinaris	Pacote	500	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Velas de sebo	Dúzia	400	Jun 1911	Armazém Costa Junior	O Exemplo, 4 jun 1911, p. 4.
Fósforos	Caixinha	100	Out 1911	Antonio Heit	Echo do Povo, 19 out 1911, p. 1. In: PETERSEN, <i>Antologia...</i> p. 179.
Fósforo	Pacote	400	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Querosene	Garrafa	240	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Velas de sebo	Unidade	100	Ago 1914	Tabela da intendência para	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.

(ns. 3 a 5)				todos os armazéns	
Velas de sebo (ns. 6 a 7)	Unidade	50	Ago 1914	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Fósforo	Pacote	600	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Querosene	Garrafa	300	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Velas de sebo (ns. 3 a 5)	Unidade	100	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Velas de sebo (ns. 6 a 7)	Unidade	60	Ago 1917	Tabela da intendência para todos os armazéns	Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Querosene	Garrafa	400	Nov 1923	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Querosene	Garrafa	800	Jul 1924	Colunista	Martelo e Foice (Hammer und Sichel), 8 ago 1924. p. 2.
Fósforos	Pacote	2.000	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.
Lenha inteira vermelha	Talha	13.500	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.
Querosene	Garrafa	800	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.
Velas stearina	Pacote	1.300	Jan 1934	Coop. dos Emp. da VFRGS.	O Ferroviário, 10 jan 1934, p. 16.

Anexo II - População

POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE SEGUNDO OS INTENDENTES⁴⁰⁰

ANO	HABITANTES
1905	101.387
1907	103.793
1907-1908	105.303
1912	147.149
1913	146.106
1916	178.578
1926	225.000
1928	271.560

POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE SEGUNDO O RECENSEADOR⁴⁰¹

ANO	HABITANTES
1900	73.274
1910	130.227
1912	147.149
1916	179.053
1921	226.236

POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE SEGUNDO OS CENSOS NACIONAIS⁴⁰²

ANO	HABITANTES
1900	73.674
1910	130.227
1920	179.263
1940	275.658 ou 275.678

POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE SEGUNDO AS TRÊS TABELAS

ANO	HABITANTES
1900	73.274 ou 73.674
1905	101.387
1907	103.793
1907-1908	105.303
1910	130.227
1912	147.149
1913	146.106
1916	178.578 ou 179.053
1920 ⁴⁰³	179.263 [216.704 ou 216.799]
1921	226.236
1926 ⁴⁰⁴	225.000 [258.612]
1928	271.560

⁴⁰⁰ Dados também coletados nos *Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal*, entre 1904 e 1930.

⁴⁰¹ A partir de 1912 a Intendência solicitava o serviço de recenseamento de Olympio de Azevedo Lima. Até então, suas cifras se baseavam em prognósticos de acordo com censos mais antigos e o movimento de ocupação dos prédios dos quais eram cobrados os impostos municipais. A crítica dos dados demográficos está expressa no capítulo 1.

⁴⁰² Dados coletados nas tabelas de SINGER, Paul. Porto Alegre. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 180.; e FORTES, *Nós do Quarto Distrito...*, p. 42.

⁴⁰³ Considerando a população nos anos anteriores (1916) e subsequentes (1921), é pouco provável que os dados da pesquisa nacional de 1920 estejam corretos. No mínimo, a população deveria ser de algo acima de 216.000, considerando um acréscimo próximo a 9.531 ou 9.436 habitantes (em média por ano) entre 1916-1921, estimativa que nos aproxima do resultado constatado pelo censo deste último ano.

⁴⁰⁴ Pelo arredondamento do número de habitantes, pode-se inferir que a estimativa do novo Intendente foi um palpite baseado, possivelmente, no ano de 1921, quando fora realizado o último recenseamento. Pode-se assegurar que a população deveria ser maior do que, no mínimo, 258.000 pessoas, considerando aos anos de 1921 e 1928 como balizas, e um crescimento médio de 6.474 habitantes por ano.

Anexo III – Indicadores de saúde

ACIDENTES EM FÁBRICAS OU OFICINAS CONTABILIZADOS PELO MUNICÍPIO⁴⁰⁵

ANO	NÚMERO	VARIAÇÃO
1901	4	-
1902	5	25%
1903	23	360%
1904	13	-43,48%
1905	12	-7,7%
1906	15	25%
1907	21	40%
1908	15	-28,57%
1909	18	20%
1910	48	166%
1911	79	64,58%
1912	91	27,84%
1913	120	31,86%
1914	61	-49,16%
1915	85	39,34%
1916	35	-58,82%
1917	60	71,42%
1918	65	8,33%
1919	124	92,18%
1920	97	-21,77%
1921	69	-28,86%
1922	72	4,34%
1923	80	11,11%
1924	101	26,25%
1925	79	-21,78%
1926	?	?
1927	18	?

FISCALIZAÇÃO DO LEITE PELO MUNICÍPIO⁴⁰⁶

ANO	NÚMERO DE AMOSTRAS ANALISADAS	NÚMERO DE AMOSTRAS ADULTERADAS	RELAÇÃO
1917	60	48	80%
1920	350	116	33,14%
1921	116	51	43,96%
1922	350	41	11,71%
1923	370	110	29,72%
1926	3.536	99	2,79%
1928	3.069	192	6,25%

⁴⁰⁵ Dados sobre o número socorros realizados em fábricas ou oficinas coletados nos *Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal*, entre 1904 e 1930.

⁴⁰⁶ Dados sobre fiscalização do leite coletados nos *Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal*, entre 1904 e 1930, na seção de análise de gêneros alimentícios, fiscalizados pelo governo desde 1907. Note que após a saída do Intendente José Montaury, em 1924, a fiscalização da intendência sobre o leite aumenta cerca de 10 vezes, impactando positivamente na coerção da adulteração daquele alimento.

ÓBITOS POR TUBERCULOSE SOBRE OS ÓBITOS GERAIS EM PORTO ALEGRE⁴⁰⁷

ANO	ÓBITOS GERAIS	ÓBITOS POR TUBERCULOSE	PERCENTUAL
1910	2.702	456	16,87%
1911	3.488	568	16,28%
1912	3.821	557	14,57%
1913	3.689	584	15,83%
1914	3.310	578	17,46%
1915	3.311	634	19,14%
1916	3.305	626	18,94%
1917	3.845	588	15,29%
1918	5.087	724	14,23%
1919	3.091	641	20,73%
1920	3.864	658	17,02%
1921	3.515	643	18,29%
1922	3.580	667	18,63%
1923	4.124	708	17,16%
1924	4.269	769	18,01%
1925	4.080	767	18,79%
1926	4.250	816	19,2%
1927	4.501	827	18,37%
1928	4.252	875	20,57%
1929	4.834	920	19,03%
1930	4.259	870	20,42%
1931	4.586	901	19,64%
1932	4.572	903	19,75%
1933	4.174	874	20,93%
1934	4.223	882	20,88%
1935	4.757	929	19,52%

⁴⁰⁷ Segundo discurso de Francisco Xavier da Costa em 1936, publicado pelo *Correio do Povo* em 13 de agosto de 1936, n° 190. Ele ainda tratou das principais causas de óbitos em 1935: no topo da lista estavam a tuberculose (939 casos) e a diarréia e enterite (681), doenças causadas no sistema respiratório e digestivo respectivamente, decorrente de problemas de saneamento. APUD: SUERMANN, *Op. Cit.*, p. 95.

Anexo IV - Habitações

EVOLUÇÃO DAS HABITAÇÕES EM PORTO ALEGRE ENTRE 1890-1912⁴⁰⁸ E 1921⁴⁰⁹, SEGUNDO O INTENDENTE MUNICIPAL

ANO ⁴¹⁰	CASAS TÉRREAS	CASAS ASSOBRADADAS	SOBRADOS	CORTIÇOS OU HABITAÇÕES COLETIVAS	VARIAÇÃO DE CASAS TÉRREAS	VARIAÇÃO DE CORTIÇOS OU HABITAÇÕES COLETIVAS
1890	4.075	587	747	316	-	-
1904	9.462	939	?	1.223	132%	287%
1907	10.498	1.189	1.032	1.210	11%	-1%
1908	11.115	1.074	1.012	1.360	5,8%	12,4%
1909	11.341	1.125	1.022	1.480	2%	8,8%
1910- 1911	12.176	1.296	1.054	1.532	7,3%	3,5%
1912	14.500	1.288	1.066	1.853	19,08%	20,95%
1921	16.483	1.563	1.237	1.607	13,67%	-13,27%

EVOLUÇÃO DAS HABITAÇÕES NA CAPITAL ENTRE 1910 E 1921, SEGUNDO O PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL⁴¹¹

ANO	CASAS TÉRREAS URBANAS	CASAS ASSOBRADADAS URBANAS	SOBRADOS URBANOS	CORTIÇOS	VARIAÇÃO DE CASAS TÉRREAS	VARIAÇÃO DE CORTIÇOS
1910	12.176	1.296	1.054	1.532	-	-
1911	14.500	1.288	1.066	1.853	19,08%	20,95%
1912	14.658	1.361	1.109	2.047	1,08%	10,46%
1913	15.356	1.392	1.128	1.694	4,76%	-14,24%
1914	15.574	1.440	1.130	3.516	1,41%	107,55%
1915	15.759	1.490	1.154	1.630	1,18%	-53,64%
1916	15.806	1.506	1.235	1.786	0,29%	9,57%
1917	16.582	1.483	1.191	1.769	4,90%	-0,95%
1918	16.784	1.519	1.185	1.718	1,21%	-2,88%
1919	16.891	1.543	1.221	1.772	0,63%	3,14%
1920	16.480	1.561	1.234	1.607	-2,43%	-9,31%
1921	16.564	1.592	1.287	1.586	0,50%	-1,30%

⁴⁰⁸ Dados coletados nos *Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal*, entre 1904 e 1912. Depois de 1912, o intendente abandona tal contagem pormenorizada.

⁴⁰⁹ O contratado para realizar o censo do município na época fez também um recenseamento predial, do qual trazemos os dados da zona urbana, visto não haver cortiços na zona suburbana ou nos distritos rurais. Cf. LIMA, Olympio de Azevedo. *Recenseamento da população de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo município, organizados pelo 1º escriturário*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1922. p. 15.

⁴¹⁰ Segundo o gráfico das edificações particulares em Porto Alegre até 1925, de Margaret Bakos, as construções crescem até 1912, sofrendo um decréscimo agudo até 1918, quando o crescimento é retomado e se mantém até 1923, quando volta a cair. O movimento, segundo a autora, obedece a fatores externos e internos à sociedade gaúcha, como a Guerra Mundial e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, que encarecem o material de construção, o custo da mão-de-obra, acompanhados pelo retraimento de capitais. Apesar disso, o crescimento populacional se mantém durante todo o período. Cf.: BAKOS, *A habitação...*, p. 17.

⁴¹¹ SECRETARIA de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s. n.], 1922. p. 124. Fonte encontrada no AHRS, na estante de obras sobre Porto Alegre.

**EVOLUÇÃO DAS HABITAÇÕES EM PORTO ALEGRE ENTRE 1890 E 1921,
SEGUNDO AS TABELAS ANTERIORES**

ANO	CASAS TÉRREAS URBANAS	CASAS ASSOBRADADAS URBANAS	SOBRADOS URBANOS	CORTIÇOS	VARIAÇÃO DE CASAS TÉRREAS	VARIAÇÃO DE CORTIÇOS
1890	4.075	587	747	316	-	-
1904	9.462	939	?	1.223	132,19%	287,02%
1907	10.498	1.189	1.032	1.210	10,94%	-1,06%
1908	11.115	1.074	1.012	1.360	5,87%	12,39%
1909	11.341	1.125	1.022	1.480	2,03%	8,82%
1910	12.176	1.296	1.054	1.532	7,36%	3,51%
1911	14.500	1.288	1.066	1.853	19,08%	20,95%
1912	14.658	1.361	1.109	2.047	1,08%	10,46%
1913	15.356	1.392	1.128	1.694	4,76%	-14,24%
1914	15.574	1.440	1.130	3.516	1,41%	107,55%
1915	15.759	1.490	1.154	1.630	1,18%	-53,64%
1916	15.806	1.506	1.235	1.786	0,29%	9,57%
1917	16.582	1.483	1.191	1.769	4,90%	-0,95%
1918	16.784	1.519	1.185	1.718	1,21%	-2,88%
1919	16.891	1.543	1.221	1.772	0,63%	3,14%
1920	16.480	1.561	1.234	1.607	-2,43%	-9,31%
1921	16.564	1.592	1.287	1.586	0,50%	-1,30%

Anexo V – Desenvolvimento industrial

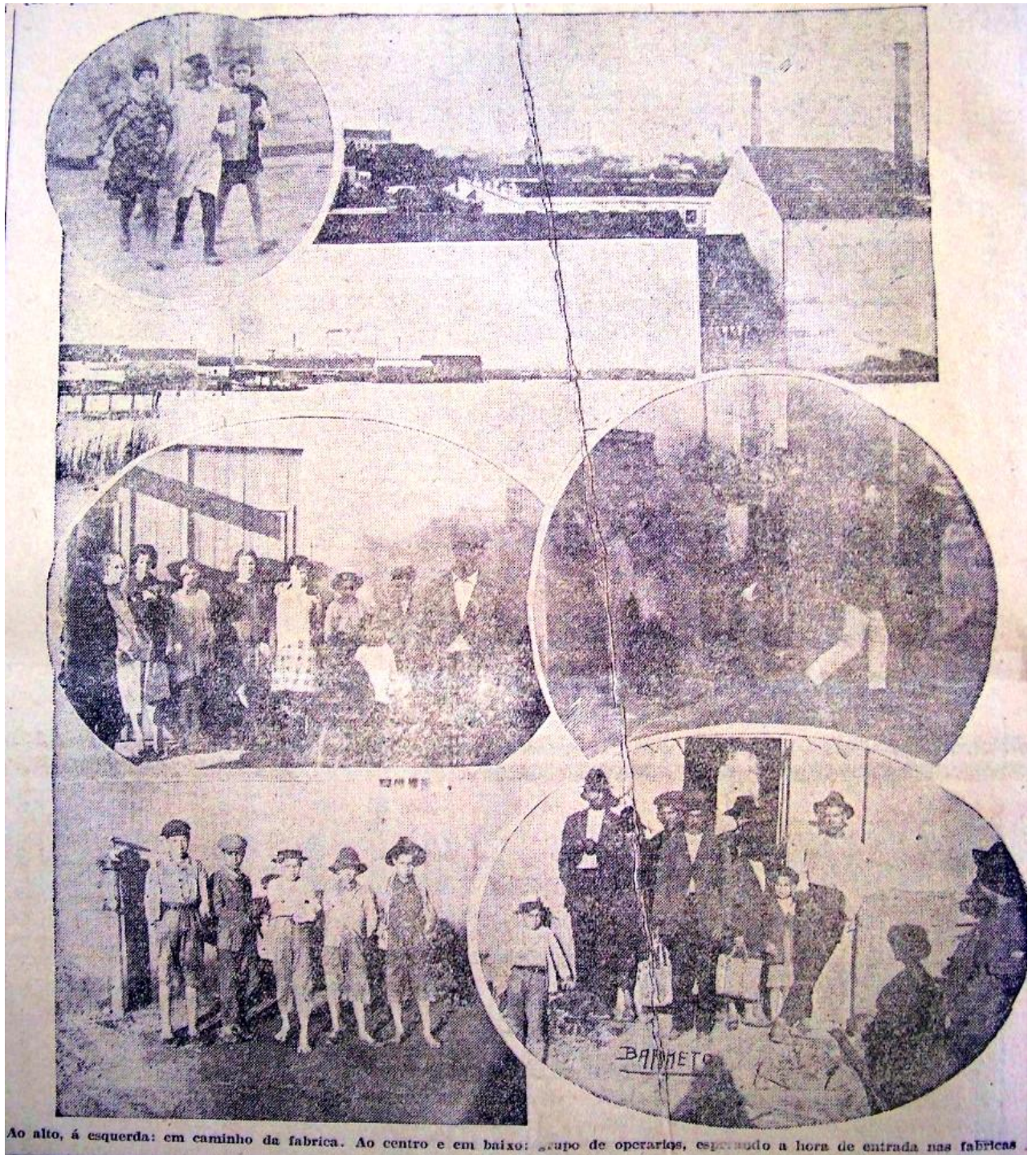
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE PORTO ALEGRE ENTRE 1908 E 1923⁴¹²

ANO	Nº DE FÁBRICAS E OFICINAS	Nº DE OPERÁRIOS	CAPITAL EM CONTOS DE RÉIS	VALOR DA PRODUÇÃO EM CONTOS DE RÉIS	VARIAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO EM RÉIS POR OPERÁRIO
1908	?	?	?	25.417:047\$000	-	-
1909	?	?	?	24.248:265\$000	-4,59%	-
1910	?	?	?	26.197:581\$000	8,03%	-
1911	?	?	?	26.099:352\$000	-0,37%	-
1912	?	?	?	37.857:319\$000	45,05%	-
1913	?	?	?	45.262:684\$000	19,56%	-
1914	?	?	?	34.186:649\$000	-24,47%	-
1915	?	?	?	33.880:633\$000	-0,89%	-
1916	?	?	?	31.021:285\$000	-8,43%	-
1917	419	3.373	13.267:410\$000	19.848:991\$915	-36%	5:884\$670
1918	433	3.770	14.185:370\$000	26.880:424\$639	35,42%	7:130\$086
1919	?	?	?	?	-	-
1920	515	9.400	38.200:000\$000	106.500:000\$000	296,19%	11:329\$787
1921	560	9.800	42.000:000\$000	110.000:000\$000	3,28%	11:224\$489
1922	600	10.000	45.000:000\$000	115.000:000\$000	4,54%	11:500\$000
1923	630	10.300	49.000:000\$000	119.000:000\$000	3,47%	11:553\$000

⁴¹² De acordo com dados coletados nos *Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal*, entre 1913 e 1924. Infelizmente, depois da saída de José Montaury do cargo, os dados sobre o capital de Porto Alegre desaparecem daquela fonte.

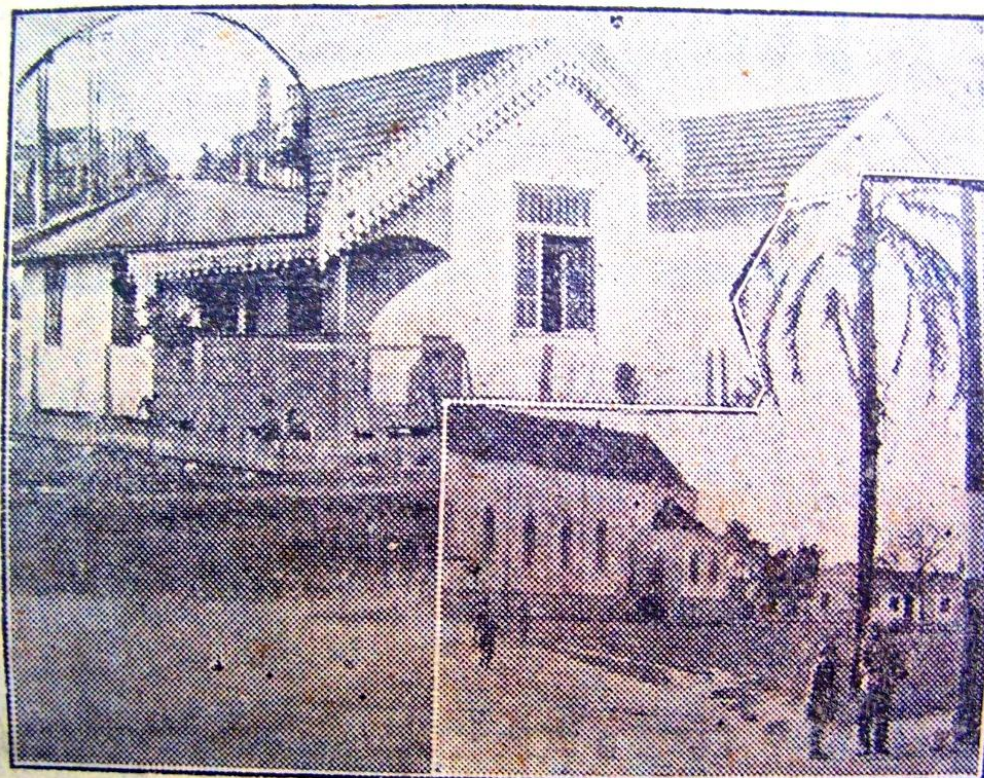
Anexo VI – Iconografia

Foto 1 – Reportagem sobre a vida operária em São João e Navegantes em 1927⁴¹³



⁴¹³ “A cidade das chaminés: uma visão panorâmica do nosso bairro fabril”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 de outubro de 1927, p. 12.

Foto 2 – Chalé ocupado por família de operários nos Navegantes em 1929⁴¹⁴



Navegantes : bairro industrial, bairro operario. Casinhas claras e limpas, onde as trepadeiras e as flôres, junto dos varandins, põem uma nota de côr e alegre

Foto 3 – Casas autoconstruídas por operários no bairro Petrópolis em 1930⁴¹⁵



Ao alto, um aspecto parcial do bairro — Em baixo, o lindo lago ali existente

⁴¹⁴ “A cidade em revista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 de junho de 1929, p. 16.

⁴¹⁵ “Os novos bairros da cidade”. *Diário de notícias*, Porto Alegre, 3 de agosto de 1930, p. 9.

Foto 4 – Casas de operários e das outras classes no bairro Higienópolis em 1930⁴¹⁶

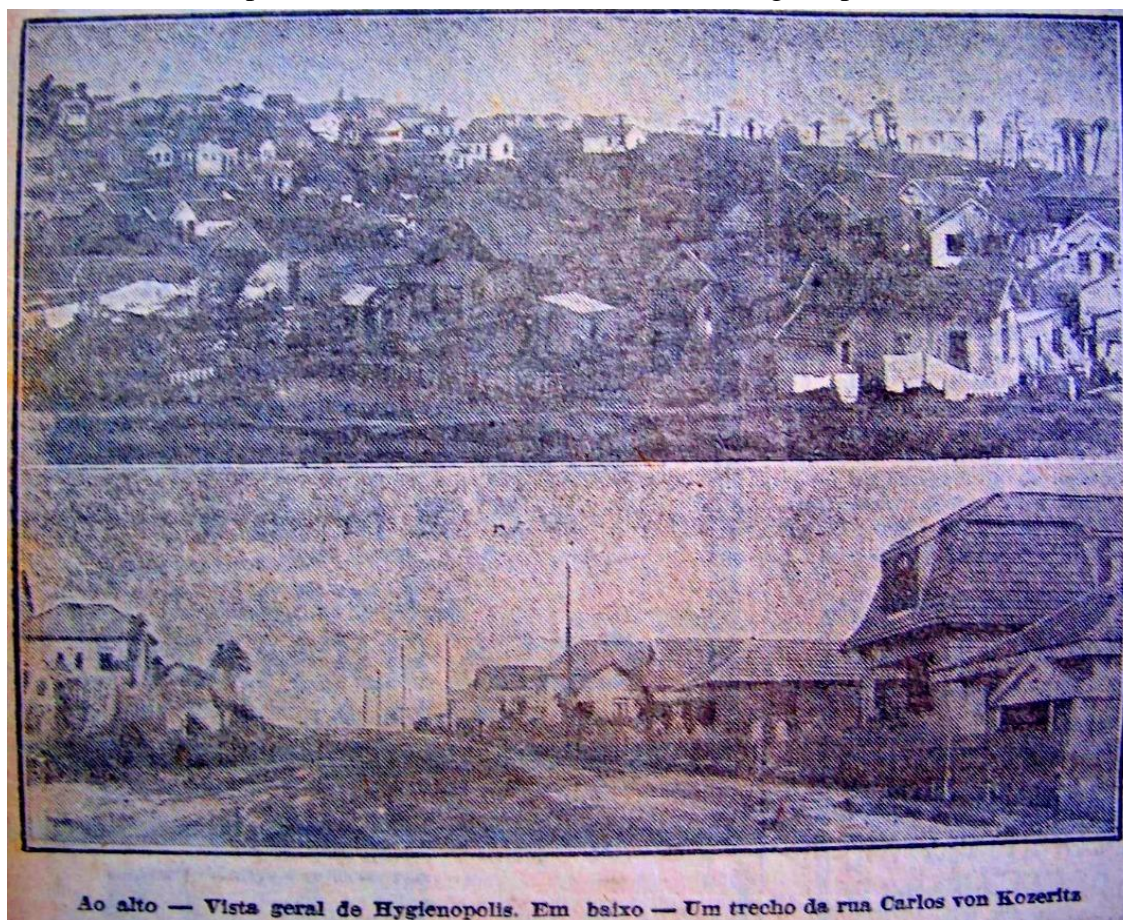


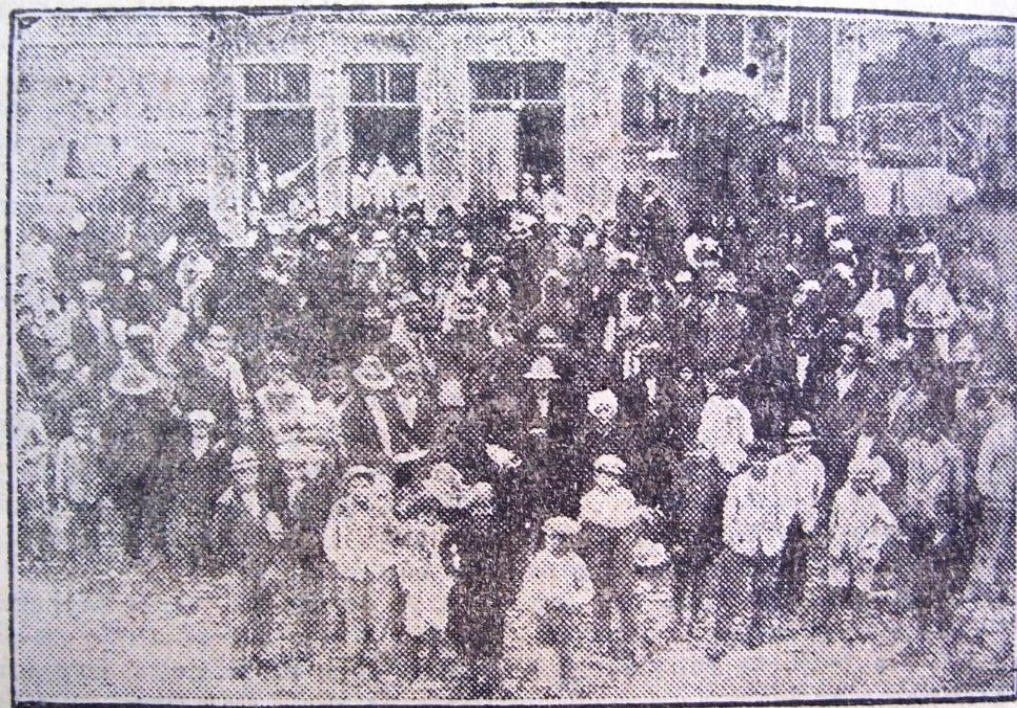
Foto 5 – Um “auto-ônibus” em 1926⁴¹⁷



⁴¹⁶ “Um bairro que não justifica o seu nome”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 de agosto de 1930, p. 8.

⁴¹⁷ Museu Virtual da Carris, disponível em <<http://picasaweb.google.com/museuvirtualcarris>>, consulta em 24 de setembro de 2009.

Foto 6 – Trabalhadores nas filas de distribuição de alimentos em São João⁴¹⁸



Algumas famílias de operários desempregados, em frente à
sede do Centro Libertador Honório Lemes

Foto 7 – Trabalhadores buscando alimentos durante a crise de 1930 em São João⁴¹⁹

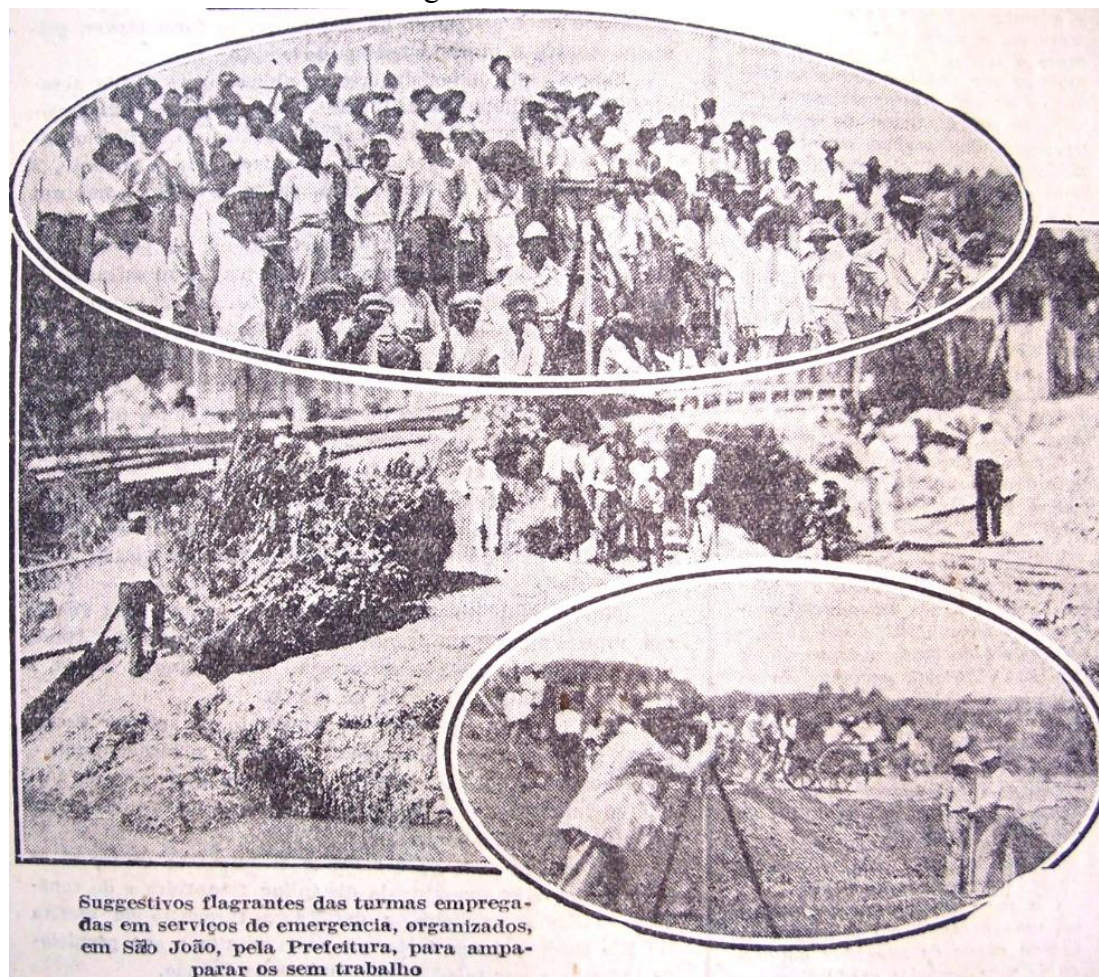


Famílias de operários sem trabalho, hontem, na sede da União dos Trabalhadores
de Porto Alegre

⁴¹⁸ “Socorrendo os operários desempregados”. *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1930, p. 6.

⁴¹⁹ “Os nossos arrabaldes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 de agosto de 1930, p. 5.

Foto 8 – Frentes de trabalho emergenciais atuando no Passo D’Areia e São João em 1931⁴²⁰



Anúncio 1 – Cozinhas populares durante a crise de 1929-1932⁴²¹

COSINHA POPULAR Nº 2

Rua Voluntarios da Patria, perto da Rua do Parque
(Antiga Cervejaria Ritter)

INAUGURAÇÃO 2ª FEIRA
às 11 horas,
REFEIÇÕES 500 REIS

Haverá coupons á venda na propria cosinha e nas principaes casas commerciaes, na Intendencia e nos postos policiaes, onde tambem serão distribuidos gratuitamente aos necessitados.

Só serão fornecidos alimentos para as refeições na propria cosinha

48022

⁴²⁰ “Como o poder público ampara os sem trabalho”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1921, p. 6.

⁴²¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 de novembro de 1930, p. 19.

Anexo VII – Salários em Porto Alegre

Os registros de salários para mulheres, rapazes, moças e crianças são tão escassos que nos impossibilitam acompanhá-los por mais de dois anos. Dessa forma, abaixo apresento apenas salários diários médios para homens adultos em três ramos elaborados por mim. A seguir, a base completa de salários com as respectivas fontes.

FÁBRICAS TÊXTEIS

Ano	Homem adulto	Variação
1906	4\$333	-
1907	4\$090	-5,6%
1916	5\$500	34,4%
1921	6\$000	9%
1925	6\$000	0%

PEDREIROS

Ano	Homem adulto	Variação
1905	2\$700	-
1909	2\$500	-7,4%
1911	6\$000	140%
1917	6\$666	11,1%
1918	7\$272	9%

FÁBRICAS DE ALIMENTOS (seções com mais de 5 operários)

Ano	Homem adulto	Variação
1918	5\$010	-
1924	8\$500	69,66%
1925	10\$909	28,34%

BASE DE DADOS DE SALÁRIOS EM PORTO ALEGRE⁴²²

EMPRESA	DATA	TOTAL OPERÁRIOS	SETOR OU CATEGORIA	SEXO	IDADE	SALÁRIO NOM. DIÁRIO (Réis)	SALÁRIO MÉDIO NOM. DIÁRIO (Réis)	FONTE
Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (têxtil)	1916	300 (160 homens e 140 mulheres)	?	Homens	Adultos e crianças (mais de 12 anos)	?	7\$000 [provavelmente apenas para adultos]	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (têxtil)	1916	300 (160 homens e 140 mulheres)	?	Mulheres	Adultos e crianças (mais de 12 anos)	?	4\$000 [crianças ganhando menos?]	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Companhia Fabril Porto-Alegrense (têxtil)	1916	200 (240 homens e 60 mulheres)	?	Homens	Adultos e crianças	?	7\$000 [provavelmente apenas para adultos]	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.

⁴²² A partir de uma avaliação crítica de uma fonte abaixo citada, consideramos 263 dias trabalhados no ano (22 por mês), em função de domingos (52), feriados (20) e chuvas ou doenças (30). As semanas são consideradas com 6 dias trabalhados. A fonte considera 55 dias para chuvas ou doenças, o que nos parece exagerado na medida em que teríamos uma média de apenas 18 dias por mês trabalhados.

Companhia Fabril Porto-Alegrense (têxtil)	1916	200 (240 homens e 60 mulheres)	?	Mulheres	Adultos e crianças	?	4\$000 [crianças ganhando menos?]	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Fábrica de Tecidos e Fiação – Oscar Schaitz e Cia. (têxtil)	1916	100 (ambos sexos)	?	Homens	?	?	4\$000	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Fábrica de Tecidos e Fiação – Oscar Schaitz e Cia. (têxtil)	1916	100 (ambos sexos)	?	Mulheres	?	?	2\$500	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Fábrica de Meias de A. J. Renner (têxtil)	1916	40 (ambos sexos?)	?	Homens	?	?	4\$000 [?]	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Fábrica de Meias de A. J. Renner (têxtil)	1916	40 (ambos sexos?)	?	Mulheres	?	?	2\$000 [?]	ARAVANIS, <i>O corpo...</i> p. 260.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de Máquinas	Homens	2 (adultos)	130\$000 (mensais)	[5\$909]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> p. 133.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de Máquinas	Homem	1 (rapaz?)	2\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> p. 133.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de chocolate	Homens [?]	2 adultos	200\$000 e 180\$000 mensais	[8\$636]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> p. 133.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de chocolate	Homens	2 adultos e 1 rapaz	5\$400 5\$000 2\$400	[5\$200, adultos]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de chocolate	Mulheres	13 (adultas e moças?)	1\$200 1\$400 1\$400 1\$500 1\$600 1\$600 1\$600 1\$800 2\$300 2\$400 2\$400 2\$800 3\$000	[1\$920]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de caramelos	Homens	2 adultos	200\$000 e 190\$000 mensais	[8\$863]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de	1918	143 (em toda	Seção de	Homens	5	2\$300	[3\$160]	Relatório da

Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)		a fábrica)	caramelos		(adultos e rapazes?)	3\$000 3\$000 3\$500 4\$000		Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de caramelos	Mulheres	14 (adultas e moças?)	1\$000 1\$200 1\$200 1\$400 2\$000 2\$000 2\$100 2\$200 2\$400 2\$600 2\$600 2\$700 2\$800 3\$300	[2\$007]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de padaria	Homens	2 adultos	190\$000	[8\$636]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de padaria	Homem	1 rapaz	1\$400		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de padaria	Mulheres	10 (adultas e moças?)	1\$200 1\$300 1\$500 1\$900 1\$900 2\$000 2\$100 2\$200 2\$400 2\$600	[1\$910]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de confeitos	Homem	1 adulto	6\$500		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de confeitos	Mulher	1 adulta	2\$400		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 134.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de doces confeitados	Mulher	1 adulta	160\$000 mensais	[7\$272]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de doces confeitados	Mulher	20 (adultas e moças?)	0\$800 1\$000 1\$200 1\$200	[1\$880]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD:

(alimentação)						1\$400 1\$400 1\$400 1\$500 1\$500 1\$600 1\$600 2\$000 2\$000 2\$300 2\$300 2\$300 2\$400 2\$500 3\$500 3\$700		FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de doces confeitados	Homem	1 rapaz	1\$200		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de bombons finos	Mulheres	8 (adultas e moças?)	1\$000 1\$000 1\$200 1\$400 1\$400 2\$000 2\$400 3\$000	[1\$675]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de funilaria	Homens	4 adultos	7\$500 3\$700 4\$500 4\$000	[4\$925]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de funilaria	Mulheres	6 (adultas e moças?)	1\$000 1\$200 1\$500 1\$700 2\$400 2\$800	[1\$766]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de pastilhas	Homem	1 adulto	180\$000 mensais	[8\$181]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de pastilhas	Homem	1 criança	1\$400	[1\$400]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto Neugebauer (alimentação)	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de pastilhas	Mulheres	1 adulta	7\$000	[7\$000]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 135.
Fábrica de Doces de Ernesto	1918	143 (em toda a fábrica)	Seção de pastilhas	Mulheres	3 (adultas e moças?)	1\$000 2\$000 2\$000	[1\$666]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito.

								<i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	2º maquinista	Homem	1 adulto	230\$000 mensais	[10\$454]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Ferreiro	Homem	1 adulto	180\$000 mensais	[8\$181]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Foguista	Homem	1 adulto	140\$000 mensais	[6\$363]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Cilindreiro	Homens	3 adultos	200\$000 mensais	[9\$090]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Limpeza	Homens	3 adultos	150\$000 150\$000 140\$000 mensais	[6\$666]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Zig-Zag	Homem	1 adulto	150\$000 mensais	[6\$818]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Enc. Sacos	Homem	1 adulto	150\$000 mensais	[6\$818]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Capataz	Homens	2 adultos	160\$000 mensais	[7\$272]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Ronda	Homens	2 adultos	150\$000 mensais	[6\$818]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 136-7.

Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Empilhador	Homem	1 adulto	150\$000 mensais	[6\$818]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Carpinteiro	Homens	4 adultos	180\$000 180\$000 180\$000 130\$000 mensais	[7\$613]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Pedreiro	Homem	1 adulto	160\$000 mensais	[7\$272]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Ensacador	Homens	8 adultos	130\$000 mensais	[5\$909]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Peão	Homens	24 adultos	120\$000 mensais	[5\$454]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Cocheiro	Homem	1 adulto	120\$000 mensais	[5\$454]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Moinho Rio-Grandense (alimentação)	1918	63 (57 homens e 6 mulheres, em toda a fábrica)	Costureira	Mulheres	6 adultas	90\$000 90\$000 90\$000 75\$000 75\$000 mensais	[3\$750]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Serraria de Fortunato Travi (moveleiro)	1918	25	Foguista	Homem	1 adulto	120\$000 mensais	[5\$454]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Serraria de Fortunato Travi (moveleiro)	1918	25	Operário	?	24 adultos?	?	Entre 2\$000 e 6\$000	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 137.
Cervejaria Ritter & Filhos (alimentação)	1918	39	Operário	?	?	?	Entre 2\$000 e 17\$500	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito.

								APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Damiani & Irmãos (alimentação)	1918	7	Operário	?	?	110\$000 110\$000 110\$000 110\$000 90\$000 90\$000 mensais	[4\$740]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Vidros Sul-Brasileira (transformação)	1918	60	Operário	?	?	25 ganham 3\$000; 35 ganham entre 5\$000 e 20\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Vassouras de Luiz Montim (madeira)	1918	3	Operário	?	1 adulto e 2 rapazes?	4\$000 1\$000 1\$500	[2\$166]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Campani Irmãos (química, saboaria)	1918	10	Operário	?	?	180\$000 120\$000 mensais [ou seja, 8\$181 e 5\$454] 5\$500 4\$500 4\$500 4\$500 4\$500 4\$500 3\$000 3\$000	[4\$763]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Guarda	Homem	1 adulto	140\$000 mensais	[6\$363]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Foguista	Homem	1 adulto	120\$000 mensais	[5\$454]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Ajudante	Homens	10 adultos?	3\$500 3\$500 3\$500 4\$500 4\$200 3\$500 3\$500 3\$500	[3\$670]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Ferraria	Homens	3 adultos?	5\$000 4\$000 3\$000	[4\$000]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da</i>

								<i>indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Serrador	Homem	1 adulto	8\$000	8\$000	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Máquinas diversas	Homens	22 adultos	3\$000 3\$000 3\$500 3\$500 3\$500 3\$800 4\$000 4\$000 4\$000 4\$000 4\$500 4\$500 5\$000 5\$000 6\$000 6\$000 6\$500 7\$000	[4\$422]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 138.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Máquinas diversas	Homens	8 rapazes	1\$800 1\$000 1\$000 1\$000 1\$000 1\$000 1\$000	[1\$100]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Máquinas diversas (ajudantes)	Homens	11 adultos	Entre 3\$000 a 3\$200		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Envergação	Homens?	18 adultos	Entre 4\$000 a 8\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Diversos	Homens?	68 adultos	Entre 3\$500 a 7\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Lustradeira	Mulheres	90 moças e senhoras	Entre 1\$500 a 6\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau	1918	250 (ambos sexos, em	Empalhadeira	Mulheres	300 (por conta em casa)	2\$000	2\$000	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito.

(moveleiro)		toda a fábrica)						APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Diversos	Homens	50 (por conta e ajudantes de outros)	?	?	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Vidros Navegantes (transformação)	1918	52 (ambos sexos)	Operário	Homens	6 adultos	Entre 10\$000 a 15\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	Operário	Homens	15 adultos	Entre 5\$000 a 10\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	?	Homens	11 adultos	Entre 2\$500 a 5\$000		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	?	Homens	14 rapazes	Entre 1\$200 a 2\$500		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fábrica de Móveis de Walter Gerdau (moveleiro)	1918	250 (ambos sexos, em toda a fábrica)	?	Mulheres	6 moças	Entre 1\$200 a 1\$600		Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139.
Fundição de Carlos Francisco Krauss (metalurgia)	1918	12	?	Homens	12 adultos e rapazes?	1\$400 1\$400 1\$800 4\$000 4\$500 5\$000 5\$000 5\$500 6\$000 6\$000 7\$000 7\$000	[4\$550]	Relatório da Sub-Intendência do 4º Distrito. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 139-40.
Governo do Estado do RS	1905	38	Inspetor escolar/professor	?	?	50\$000 mensais	[2\$272]	<i>O Independente</i> , 14 mai. 1905, p. 3.
Companhia Força e Luz	1909	?	Fiscais efetivos (14h)	?	?	150\$000 180\$000 200\$000 mensais	[7\$817]	<i>O Independente</i> , 15 abr. 1909, p. 1.
Companhia Força e Luz	1909	?	Fiscais extranumerários (6h)	?	?	120\$000 mensais	4\$000 [em 30 dias/mês]	<i>O Independente</i> , 15 abr. 1909, p. 1.

							[5\$454]	
Intendência Municipal	1905	100	Servente/pedreiro	Homens	?	2\$400 3\$000	[2\$700]	<i>A Democracia</i> , 21 mai. 1905, p. 1.
Tipografia de <i>O Sul</i>	1907	?	Tipógrafos(10h)	Homens	?	60\$000 90\$000 mensais	[3\$409]	<i>A Democracia</i> , 6 jan. 1907, p. 1.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1907	?	Tecelão	Homens e Mulheres	Adultos e crianças	2\$500 (adultos) 1\$000 (crianças)	[Obs: total de dias trabalhados no ano calculados em 218 = 365 – 52 (domingos) – 20 (feriados) – 55 (chuva ou doença)]	<i>A Democracia</i> , 6 jan. 1907, p. 2.
Casa de família	1907	1	Cozinheira	Mulher	Adulta	40\$000 mensais	[1\$818]	<i>A Democracia</i> , 6 jan. 1907, p. 4.
Cortume Ferreira, Costa & Cia.	1907	?	Cortume	Homem	Adulto	3\$500 (máximo)		<i>A Democracia</i> , 30 jan. 1907, p. 2.
Tipografia de <i>O Sul</i>	1907	?	Aprendiz de tipógrafo	Homem	Rapaz	1\$500		<i>A Democracia</i> , 24 mar. 1907, p. 2.
Casa de Correção (cadeia pública do RS)	1912	?	Oficiais marceneiros (presos, 10-11h)	Homem	Adulto	0\$300		<i>A Voz do Trabalhador</i> , 11 ago. 1912, p. 4.
Empresa do Calçamento	1916	?	Calceteiro	Homens	?	2\$500 4\$500	[3\$500]	<i>A Luta</i> , 31 mai. 1916, p. 4.
Várias obras	1909	?	Pedreiro	Homens	?	2\$500		<i>O Exemplo</i> , 31 jan. 1909, p. 1.
Várias empresas e armazéns exportadores	1911	?	Estivador	Homens	?	7\$000 (pós greve)		<i>O Exemplo</i> , 5 mar. 1911, p. 1.; 12 mar. 1911, p. 1.
Tipografias	1906	?	Gráfico	Homens	?	4\$500 (nos jornais); 150\$000 ou 160\$000 mensais (nas livrarias)	4\$500 ou [7\$045]	<i>A Luta</i> , 15 nov. 1906, p. 2.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1906	?	Operária	Mulher	?	1\$000 1\$800 2\$100 2\$400 2\$500	[1\$960]	<i>A Luta</i> , 1º dez. 1906, p. 1.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1906	?	Operário	Homens (10-11h)	?	1\$200 [não fala em média]		<i>A Luta</i> , 1º dez. 1906, p. 1.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1906	?	Aprendiz	Mulheres e homens	Crianças	Alguns ganham pouco, outros nada (condição de aprendiz)		<i>A Luta</i> , 1º dez. 1906, p. 1.
Companhia Fabril Porto-Alegrense (fábrica de meias)	1906	180 (ambos sexos)	[Tecelão]	Homens	?	[26\$000 semanais]	[4\$333]	<i>A Luta</i> , 15 dez. 1906, p. 1.
Companhia Fabril Porto-	1906	180 (ambos sexos)	Repassadeiras (revistam as	Mulheres	?	3\$000 semanais	[0\$500]	<i>A Luta</i> , 15 dez. 1906, p. 1.

Alegrense (fábrica de meias)			meias)					
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1907	?	[Tecelão]	Homens	?	[90\$000 mensais]	[4\$090]	<i>A Luta</i> , 2 jan. 1907, p. 2.
Várias	1907	?	Operário (no sul do Brasil)	?	Adulto	4\$000		<i>A Luta</i> , 17 jan. 1907, p. 4.
[Fábrica de Tecidos]	1907	?	[Tecelão]	Homens	Rapaz	30\$000 mensais 0\$800 dia	[1\$081]	<i>A Luta</i> , 3 set. 1907, p. 2.
Fábrica de Fogos Brilhante	1907	?	Operário	Homens	Adultos	30\$000 mensais	[1\$363]	<i>A Luta</i> , 3 set. 1907, p. 3.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1907	?	Operário		Crianças	0\$300 0\$500	[0\$400]	<i>A Luta</i> , 26 out. 1907, p. 2.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1907	?	Seção de medição	Homens	Adultos	4\$000 3\$000	[3\$500]	<i>A Luta</i> , 26 out. 1907, p. 2.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1907	?	Seção de medição	Mulheres	Adultas	2\$000		<i>A Luta</i> , 26 out. 1907, p. 2.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1907	?	Tintureiro	Homem	Adulto	58\$000 mensais	[2\$636]	<i>A Luta</i> , 26 out. 1907, p. 2.
Tipografias	1907	?	Tipógrafo	Homens	Adultos	80\$000 mensais (média)	[3\$636]	<i>A Luta</i> , 26 out. 1907, p. 4.
Fundação Alberto Bins	1908	?	Operário	Homem	Rapaz (12 anos)	1\$000 1\$300	[1\$150]	<i>A Luta</i> , 19 jul. 1908, p. 2.
Cervejaria Ritter & Filhos	1909	?	Operário (14-15h)	Homem	Adulto	2\$500 2\$800 3\$000	[2,766]	<i>A Luta</i> , 16 jan. 1909, p. 4.
Companhia Fiação e Tecidos [Porto-Alegrense]	1910	?	Operário	Homens e Mulheres	?	0\$500 0\$800 1\$000 4\$000	[1\$575]	<i>A Luta</i> , 1º mai. 1910, p. 2.
Várias (têxteis)	1911	?	Operária (9-11h)	Mulheres	Moças	0\$500 2\$000	[1\$250]	<i>A Luta</i> , 20 jan. 1911, p. 1.
Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	1921	?	Operário	Homens	Adultos	6\$000		<i>O Syndicalista</i> , mar. 1921, p. 4.
Viação Férrea do Rio Grande do Sul	1926	?	Conservador da ferrovia	Homens	Adultos	5\$000 5\$500 6\$000	[5\$500]	<i>O Syndicalista</i> , 15 jul. 1926, p. 2.
Companhia de Navegação Arnt (transportes)	1926	?	Marítimos fluvial	Homens	Adultos	3\$750 4\$000 5\$000	[4\$250]	<i>O Syndicalista</i> , 25 nov. 1926, p. 4.
Vários	1911	?	Pedreiro	Homens	Adultos	6\$000		<i>Echo do Povo</i> , 19 out. 1911, p. 1. APUD: PETERSEN & LUCAS, <i>Antologia...</i> , p. 178.
Vários	1911	?	Tipógrafo (16-18h)	Homens	Adultos	40\$000 50\$000 mensais	[2\$045]	<i>Echo do Povo</i> , 19 out. 1911, p. 1. APUD: PETERSEN & LUCAS, <i>Antologia...</i> , p. 178-9.
Engenho de Arroz Bopp	1924	?	Operário (13h)	Homens	[Adultos]	8\$500		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Fábrica de móveis Collin	1924	?	Oficiais em madeira	Homens	[Adultos]	8\$000		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun.

								1924, p. 3.
Fábrica de cadeiras Gerdau	1924	?	Servente	Homens	?	5\$000		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Contramestre	Homens	[Adultos]	9\$000 10\$000 em média	[9\$500]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Aprendiz	Homens	[Rapazes ?]	2\$000 4\$500 8\$000	[4\$833]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Ajudante	Homens	?	8\$000 8\$500	[8\$250]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Operário de peça	Homens	?	11\$000 13\$000	[12\$000]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Amolador	Homens	?	5\$000 6\$000	[5\$500]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Capataz	Homens	[Adultos]	8\$000 9\$000	[8\$500]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Pintor	Homens	[Adultos]	6\$500 10\$000	[8\$250]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: contramestre	Homens	[Adultos]	12\$000		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: torneiro	Homens	[Adultos]	13\$500		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: ajudante de torneiro	Homens	?	5\$500 6\$000	[5\$750]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: montador	Homens	?	4\$500 10\$000	[7\$250]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: encaixador	Homens	?	8\$500		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: moldador	Homens	?	8\$500		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: fundidor	Homens	[Adultos]	16\$000		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: afiador	Homens	?	13\$000		<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Wallig	1924	?	Seção de fogões: ajudante	Homens	?	4\$500 6\$000	[5\$250]	<i>Martelo e Foice</i> , 7 jun. 1924, p. 3.
Fábrica de Meias	1925	?	Operário (9h)	?	?	6\$000		<i>O Sindicalista</i> , 31 out. 1925, p. 3.
Fábrica de Tecidos (dos Navegantes)	1925	?	Operário (9h)	?	?	4\$000 4\$900	[4\$450]	<i>O Sindicalista</i> , 31 out. 1925, p. 3.
Vários (no RS)	1925	?	Operária	Mulheres	Adultas	4\$000 em média		<i>O Sindicalista</i> , 15 nov. 1925, p. 2.
Fábrica de Tecidos [dos Navegantes]	1925	?	Operário	?	?	2\$000 4\$900	[3\$450]	<i>O Sindicalista</i> , 15 nov. 1925, p. 3.
Moinho Bopp	1925	?	Operário (11-12h)		?	220\$000 260\$000 mensais	[10\$909]	<i>O Sindicalista</i> , 15 nov. 1925, p. 3.
Carris Porto-Alegrense	1930	?	Motorneiro, 1ª classe, efetivo	Homem	Adulto	1\$500 por hora		<i>Correio do Povo</i> , 15 nov. 1930, p. 2.
Carris Porto-Alegrense	1930	?	Motorneiro, reserva, efetivo	Homem	Adulto	1\$300 por hora		<i>Correio do Povo</i> , 15 nov. 1930, p. 2.

Carris Porto-Alegrense	1930	?	Outros motorneiros	Homem	Adulto	1\$100 1\$000 por hora		<i>Correio do Povo</i> , 15 nov. 1930, p. 2.
Secretaria de Obras Públicas (estadual)	1917	?	Pedreiro (8h)	Homens	?	6\$000 8\$000	[7\$000]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
Secretaria de Obras Públicas (estadual)	1917	?	Carpinteiro (8h)	Homens	?	7\$000		<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
Secretaria de Obras Públicas (estadual)	1917	?	Servente (8h)	Homens	?	3\$500 4\$000	[3\$750]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
Intendência Municipal	1917	?	Pedreiro (8-9h)	Homens	?	5\$000 6\$000	[5\$500]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
Intendência Municipal	1917	?	Servente (8-9h)	Homens	?	3\$000 3\$500	[3\$250]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
Intendência Municipal	1917	?	Carpinteiro (8-9h)	Homens	?	5\$000 6\$000	[5\$500]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
[Empresa do Calçamento]	1917	?	Calceteiro (8h)	Homens	?	5\$000 8\$000	[6\$500]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
[Empresa do Calçamento]	1917	?	Pedreiro (8h)	Homens	?	6\$000 9\$000	[7\$500]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
[Empresa do Calçamento]	1917	?	Carpinteiros (8h)	Homens	?	6\$000 8\$000	[7\$000]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
[Empresa do Calçamento]	1917	?	Servente (8h)	Homens	?	2\$500 3\$500 4\$000	[3\$333]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
[Empresa do Calçamento]	1917	?	Encunhador (8h)	Homens	?	7\$000 8\$000	[7\$500]	<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
[Empresa do Calçamento]	1917	?	Canteiro (8h)	Homens	?	8\$000		<i>A Federação</i> , 24 mar. 1917, p. 7. (NPH-envelope 360)
Companhia Hamburguesa (navegação?)	1911	?	Estivador	Homens	?	5\$000		<i>A Federação</i> , 9 mar. 1911, p. 1. (NPH-envelope 428)
Centro Comercial	1911	50	Estivador	Homens	?	4\$000 5\$000	[4\$500]	<i>A Federação</i> , 9 mar. 1911, p. 1. (NPH-envelope 428)
Alfândega	1921	?	?	Homens	?	[5\$551, em 263 dias/ano]		<i>Correio do Povo</i> , 3 mar. 1921, p. 4.
Estaleiro Mabilde (naval)	1919	?	Operário	Homens	?	7\$000 12\$000	[9\$500]	Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, fev. 1919. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 128-129.
Estaleiro	1919	?	Ajudante e	Homens	?	4\$000	[5\$000]	Revista do

Mabilde (naval)			servente			6\$000		Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, fev. 1919. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 128-129.
Companhia Força e Luz (energia e transportes)	1919	?	Operário	Homens	?	2\$500 3\$500 4\$500 5\$500 6\$500 8\$500 12\$000	[6\$142]	<i>A Federação</i> , 30 ago. 1919. APUD: FAGUNDES, <i>Memória da indústria...</i> , p. 321.

**MAPEAMENTO DOS 97 ARMAZÉNS DAS ZONAS DE RESIDÊNCIA OPERÁRIA
DE PORTO ALEGRE EM 1924**

Fontes (por instituição de pesquisa)

1. ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELHINHO (AHPAMV)

1.1. RELATÓRIOS E PROJETOS DE ORÇAMENTO

Relatório do Cidadão Felicíssimo Manoel de Azevedo. 15 de novembro de 1891.

[Relatório apresentado à cidade e município de Porto Alegre. 1904]. *Cidade e Município de Porto Alegre Capital do Estado do Rio Grande do Sul.* 1904.

Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1906 apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1905. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1905.

Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1907 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1906. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1906.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1908 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1907. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1907.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1909 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1908. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1908.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1910 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1909. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1909.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1911 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1910. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1910.

Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1912 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1911. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1911.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1913 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engº José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1912. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1912.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1914 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engº José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1913. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1913.

Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1915 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engº José Montaury de Aguiar Leitão Na sessão ordinária de 1914. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1914.

Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1916 Apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária de 1915. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1915.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1917 Apresentado ao Conselho Municipal em sessão ordinária de 1916. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1916.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1918 Apresentado ao Conselho Municipal em sessão ordinária de 1917. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1917.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1919 Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1918. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1919.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1920 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1919. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1919.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1921 Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1920. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1920.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1922 Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1921. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1921.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1923 Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1922. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1922.

Relatório e Projeto de Orçamento para o exercício de 1924 Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão Na Sessão Ordinária de 1923. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1923.

Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão Em 19 de Outubro de 1924. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º Octavio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1925. [Porto Alegre]: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1925.

Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º Octavio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1926. Porto Alegre: Oficinas gráficas d'A Federação, 1926.

Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º Octavio Francisco da Rocha em 15 de Outubro de 1927. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.

Relatório do Vice-Intendente em Exercício Alberto Bins. Município de Porto Alegre. 1928.

Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Alberto Bins em 15 de Outubro de 1929. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Alberto Bins em 15 de Outubro de 1930 (Introdução). Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1930.

1.2. RELATÓRIOS ESPECIAIS

Relatórios Apresentados em Setembro de 1925 ao Intendente Municipal Eng.º Octavio F. da Rocha por 12 Diretorias.

BINS, Alberto. *O transporte coletivo em Porto Alegre.* Exposição das condições atuais, pelo Intendente Municipal Alberto Bins. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1930.

1.3. LEIS, ATOS E DECRETOS MUNICIPAIS

Lei nº 52, de 19 de março de 1909.
Ato nº 113, de 12 de agosto de 1914.
Ato nº 107, de 20 de junho de 1914.
Ato nº 137, de 4 de agosto de 1917.
Ato nº 138, de 25 de agosto de 1917.
Ato nº 145, de 6 de novembro de 1918.
Decreto nº 117, de 24 de dezembro de 1927.
Lei nº 270, de 31 de dezembro de 1929.

1.4. GRANDE IMPRENSA

O Independente
A Federação

1.5. OUTROS

Correspondências sobre comércio recebidas pela Intendência Municipal, em 4 de julho [ou agosto?] de 1924. Referência: 2.1.20.2.

Correspondências sobre comércio recebidas pela Intendência Municipal, em 28 de outubro de 1924. Referência: 2.1.20.2.

Correspondências sobre comércio recebidas pela Intendência Municipal, em 28 de novembro de 1925. Referência: 2.1.20.2.

Relatório sobre fiscalização de leiteiros. 1920. Referência: 2.1.2.4.

2. SENADO FEDERAL (Sicon: Sistema de Informações do Congresso Nacional)

Decreto 1.101 de 29/11/1890. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 11, p. 3929, col. 1. 31/12/1890.

Decreto 2.407 de 18/01/1911. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 19, col. 1. 31/12/1911.

Decreto 10.018 de 22/01/1913. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 297, col. 1. 31/12/1913.

Decreto 13.069 de 12/06/1918. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 617, col. 1. 31/12/1918.

Decreto 4.209 de 11/12/1920. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 302, col. 1. 31/12/1920.

Decreto 14.027 de 21/01/1920. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 463, col. 1. 31/12/1920.

Decreto 16.633 de 11/10/1924. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 292, col. 1. 31/12/1924.

Decreto 16.655 de 05/11/1924. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 355, col. 1. 31/12/1924.

Decreto 16.419 de 19/03/1924. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 460, col. 1. 31/12/1924.

Decreto 17.599 de 13/12/1926. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 955, col. 1. 31/12/1926.

Decreto 19.357 de 07/10/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 562, col. 1. 31/12/1930.

Decreto 19.396 de 08/11/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 10, col. 1. 31/12/1930.

Decreto 19.401 de 12/11/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 14, col. 1. 31/12/1930.

Decreto 19.403 de 14/11/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 2, p. 16, col. 1. 31/12/1930.

Decreto 19.363 de 14/10/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 566, col. 1. 31/12/1930.

Decreto 19.379 de 22/10/1930. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 581, col. 1. 31/12/1930.

Decreto 19.604 de 19/01/1931. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 1, p. 44, col. 1. 31/12/1931.

Decreto 21.711 de 7/08/1932. *Coleção de Leis do Brasil*. Vol. 3, p. 27, col. 1. 31/12/1932.

3. NÚCLEO DE PESQUISA HISTÓRICA (NPH – UFRGS)

3.1. IMPRENSA OPERÁRIA

A Luta
O Exemplo
A Voz do Trabalhador
O Syndicalista
O Ferroviário
O Povo

3.2. GRANDE IMPRENSA

Correio do Povo

3.3. OUTROS

CONTRIBUIÇÃO para a história do bairro fabril de Porto Alegre: o considerável desenvolvimento dos Navegantes, um arrabalde que cresceu sob o estrépito das lançadeiras. *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano I (11), abril de 1943. p. 18-22. (NPH-Envelopes)

4. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CEDEM – UNESP)⁴²³

A Luta
O Syndicalista
Martelo e Foice (Hammer und Sichel)

5. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRG)

SECRETARIA de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s. n.], 1922. p. 124. (Estante de obras sobre Porto Alegre.)

6. ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (APRS)

⁴²³ Agradeço ao colega e amigo Frederico Duarte Bartz pelo acesso às fontes provenientes desse arquivo.

Processo Crime nº 1.1016, de 16 de setembro de 1919.

7. MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA (MCSHJC)⁴²⁴

A Federação
Diário de Notícias
O Diário

8. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP – Sítio Eletrônico)

Planta da cidade de Porto Alegre: capital do Rio Grande do Sul. [Escala não determinada] [S. l.: s. n., 19--]. Disponível em <<http://purl.pt/6295>>, consulta em 29 de dezembro de 2009.

9. BIBLIOTECAS UFRGS

GRIJÓ, José Carlos. *Pesquisa do padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, 1960. (Estudos e Trabalhos nº 15).

BUENO, Luiz de Freitas. *Padrão de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Porto Alegre: Imprensa universitária, 1958. (Estudos e trabalhos nº 2).

____. *Índice do custo de vida do operário industrial de Porto Alegre*. Porto Alegre: Gráfica da universidade do Rio Grande do Sul, 1961. (Estudos e trabalhos nº 3).

EGATEA. *Revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre*. 1914-1921.

10. BIBLIOTECA [CENTRAL] IRMÃO JOSÉ ÓTÃO (BIJO – PUCRS)

LIMA, Olympio de Azevedo. *Dados estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre capital do Estado*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, [1909-10?].

____. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas, 1912.

____. *Resultado do Recenseamento da população e outros apontamentos do Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1917.

____ (org.). *Recenseamento da População do Município de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em Novembro de 1921, e outros apontamentos*

⁴²⁴ Com exceção do jornal *O Independente*, as demais fontes foram abordadas a partir de um guia de notícias do movimento operário gaúcho, instrumento particular de pesquisa de minha orientadora Sílvia Regina Ferraz Petersen. Por outro lado, muitas notícias, especialmente do *Correio do Povo*, foram coletadas nos microfilmes doados por Alexandre Fortes ao NPH-UFRGS. Estas folhas se encontram no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

sobre o mesmo município. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1922.

MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas* (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Serviço de Imprensa Universitária, 1951.

MOSCOSO, Alexandre. *Alimentação do trabalhador*. Rio de Janeiro: SNES, 1939.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. *Levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1951.

SUERMAN, Affonso. *O problema residencial das classes operárias no Brasil: um projeto duma solução*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, [1937?].

11. DIVERSAS INSTITUIÇÕES

A Democracia. In: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SILVA, Nauber Gavski da. *A Democracia: um jornal operário (Porto Alegre 1905-1907)*. São Leopoldo: Oikos, 2007. (CD-ROM)

Bibliografia

- AGÊNCIA BRASIL. “Cidades brasileiras são apontadas como umas das mais desiguais do mundo”. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/home/-/journal_content/56/19523/166638>, consulta em 21 de março de 2010.
- AIZPURU, Mikel; RIVERA, Antonio. Los propietarios del trabajo: las nuevas condiciones de vida. In: *Manual de historia social del trabajo*. Madrid: Siglo Veinteuno, 1994. p. 81-115.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1976.
- ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2005. Tese de doutorado.
- AREND, Silvia Maria F. *Amasiar ou casar?: a família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- BAKOS, A *habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937)*. Porto Alegre: CPG em História/UFRGS; 1988. (Cadernos de Estudo n° 1).
- _____. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 2008. Dissertação de mestrado.
- BEATRIZ, Petronilha; SILVA, Gonçalves. *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST/ND, 1987.
- BESKOW, Gabriela Carames. Os intelectuais e o ministério da revolução: o boletim do ministério do trabalho, indústria e comércio no governo Vargas (1934-1937). In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simpósio/anais/textos/GABRIELA%20CARAMES%20BESKOW.pdf>>, consulta em 25/03/2009.
- BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho: ensaio sobre o pré-ensaio de poder de uma elite política dissidente a nível nacional*. Porto Alegre: L&PM, [197-].
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure and change in social theory*. Leiden/Boston, 2004.
- CAMPOS, Cristina H. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.
- CASTRO, Josué de. *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), 1935.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. Sobrevivendo... In: *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 59-170.
- COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência: novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB/ANPOCS*, Rio de Janeiro, nº 29, 1º sem. 1990. p. 3-16.
- DE CERTAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008.
- DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. Os pioneiros da sociologia aplicada no Brasil: Horace Davis e Samuel Lowrie. *Congresso da Lasa* (Latin American Studies Association), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/DelVecchioAngelo.pdf>>, consulta em 23 de janeiro de 2010.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – FEA – USP. *Luiz de Freitas Bueno*. Disponível em <http://www.usp.br/feaecon/perfil_ex.php?i=&u=24&e=8>, consulta em 24 de março de 2009.
- DUVOISIN, Lauro Allan Almeida. A relação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul com o governo estadual (1926-1930). In: GARCIA, Graciela B. (org.). *Anais do II Encontro do GT História Agrária ANPUH-RS*. Porto Alegre, 2009. p. 1-19. (CD-ROM).
- ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Milliet, Sérgio (1898-1966)*. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3315&cd_idioma=28555&cd_item=1>, em 25 de março de 2009.

- FAGUNDES, Ligia K. *et al. Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930*. Documentos. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; FEE, 1987.
- FAUSTO, Boris. Conflito social na república oligárquica: a greve de 1917. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 10, out./nov./dez. 1974. p. 79-110.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre “o vício da virtude”. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 229-234.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, Ricardo M. & GALEB, Mauricio. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 343-378.
- GILL, Lorena Almeida. “Casas que matam”: cortiços e tuberculose em Pelotas (RS) – 1890-1930. In: GILL, Lorena A.; LONER, Beatriz A.; MAGALHÃES, Mario O. (orgs.). *Horizontes urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004. p. 90-108.
- GOMES, Ângela de Castro. A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás. (orgs.). *História econômica da Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p. 91-101.
- GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HERRLEIN JR., Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: a experiência do Rio Grande do Sul. In: SILVA; SZMRECSÁNYI. *Op. Cit.*, p. 395-413.
- HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. Rumo ao abismo econômico. In: *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90-112.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1973 [original de 1957].

- JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS: 1931-1951*. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 59-78.
- LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, 2005. p. 11-40.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LOBO, Maria Eulalia Lahmeyer *et ali*. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, 25 (4), out./dez. 1971, p. 235-265.
- LOBO, Maria Eulalia Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- LONER, Beatriz. As greves gerais. In: *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel, 2001. p. 308-327.
- LOPES, João Marcos. O anão caolho. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 219-227.
- LOPREATTO, Cristina R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: [s. n.], 2004.
- _____. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.
- MASCARÓ, Lucia R. de. *As condições de vida e de trabalho dos operários da construção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1982. Dissertação de mestrado.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2006. Tese de doutorado.

- MUSEU Virtual da Carris. Disponível em <<http://picasaweb.google.com/museuvirtualcarris>>, consulta em 24 de setembro de 2009.
- NEVES, Jorge. *O problema da sub-habitação em Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul: 1962.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 74, mar. 2006. p. 67-85.
- OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 29, n° 5, out. 1995. 403-414.
- PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 101-125.
- PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.
- _____. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, n° 37, set. 1999.
- PETERSEN, Sílvia Regina F. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327.
- _____. “*Que a união operária seja nossa pátria*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- PETERSEN, Sílvia Regina F.; LUCAS, Maria E. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. *Memória dos bairros: vila do IAPI*. Porto Alegre: SMC, 1991.

- PUREZA, Fernando C. *Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado.
- RENNER, Anton Jacob. *A. J. Renner: perfil, discursos e artigos (1931/1952)*. Porto Alegre: Gráfica Ética Impressora, 2003.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1988.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. Vol. 2.
- SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 25-48.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- _____. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SENADO FEDERAL. *Sicon*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sicon>>, consulta em 27 de março de 2009.
- SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: vol. 2: estatísticas legalizadas (c. 1889-1936)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- SILVA JR. Adhemar L. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 4, nº 5, jul. 1996. p. 183-205.
- _____. A carestia. In: *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 1994. p. 244-266. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Cristina Ennes da. O “comércio volante” em Porto Alegre: ações, reações e negociações possíveis (1897-1918). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, nº 26, dez. 2007.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Debates Urbanos: 6).
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS. Disponível em <<http://www.spaan.org.br/>>, consulta em 13 de março de 2010.

- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1984. p. 33-39.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. II: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação. In: *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 73-98.
- ZUBILLAGA, Carlos ; BALBIS, Jorge. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Tomo III: vida y trabajo de los sectores populares (hasta 1905). Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1988.